

Antonio José de Oliveira

Organizador

# HISTÓRIA DOS SERTÕES: SOCIEDADES COLONIAIS



COLEÇÃO  
SERTÕES,  
CAMINHOS E  
FRONTEIRAS



PPGHC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA DO CERES



Criação Editora

# COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS



## COMISSÃO CIENTÍFICA

Abimael Esdras C. Lira (Doutorando – UFRN)	Juciene Batista Félix Andrade (UFRN)
Abrahão Sanderson N. F. da Silva (UFRN)	Kamillo Karol Ribeiro e Silva (FVJ)
Adson Rodrigo Silva Pinheiro (Doutorando – UFF)	Kleiton Souza de Moraes (UFC)
André Ricardo Heráclio do Rêgo (MRE)	Laila Pedrosa da Silva (Doutoranda – FIOCRUZ)
Antonio José de Oliveira (UFRN)	Layra de Sousa C. Sarmento (Doutoranda – UnB)
Antônio Zilmar da Silva (UECE)	Leda Agnes Simões (Doutora – UERJ)
Artur Vítor Santana (Doutorando – UNICAMP)	Lucas Gomes de Medeiros (Doutorando – UFRPE)
Avohanne Isabelle Costa de Araújo (UFMA)	Mairton Celestino da Silva (UFPI)
Bruno Kawai Souto Maior de Melo (UFPE)	Marcio Antônio Both da Silva (UNIOESTE)
Cassio Expedito Galdino Pereira (URCA)	Márcio dos S. Rodrigues (Doutorando – UFPA)
Darlan de Oliveira Reis Júnior (URCA)	Marcos Antonio de Menezes (UFJ)
Débora Strieder Kreuz (UESPI)	Marcos Luã Almeida de Freitas (Doutor – UFSC)
Elson de Assis Rabelo (UNIVASF)	Marina Monteiro Machado (UERJ)
Eurípedes Antônio Funes (UFC)	Michelle F. Maia (Centro Universitário UNINTA)
Fabiola Cristina Alves (UFRN)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE)
Fernando Bagiotto Botton (UESPI)	Pedro Abelardo de Santana (UFAL)
Francisco Ramon de Matos Maciel (UFC)	Rafael Ricarte da Silva (UFPI)
Francisco Ruy G. Pereira (SEEC – CE)	Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
Gabriel Pereira de Oliveira (IFRN)	Raimundo Nonato Rodrigues de Souza (UVA)
Gabriela Berthou de Almeida (UESPI)	Renata Felipe Monteiro (SME – Fortaleza)
Israel da Silva Aquino (Doutorando – UFRGS)	Roberto Viana de O. Filho (Doutorando – UFC)
Janaína Freire dos Santos (IAUPE)	Robson William Potier (SEEC-RN)
Janille Campos Maia (Doutoranda – FIOCRUZ)	Sônia Maria de Magalhães (UFG)
João Fernando Barreto de Brito (UERN)	Tatiana Gonçalves de Oliveira (UESPI)
João Paulo Peixoto Costa (IFPI)	Thiago Reisdorfer (UESPI)
Joaquim dos Santos (URCA)	Tiago Bonato (UNILA)
Johnnys Jorge G. Alencar (Doutorando – UFBA)	Tyrone Apollo Pontes Cândido (UECE)
José Ferreira Júnior (FAFOPST)	Valério Rosa de Negreiros (UESPI)
José Leonardo do Nascimento (UNESP)	Valter Gomes Santos de Oliveira (UNEB)
José Vieira da Cruz (UFS)	Wania Alexandrino Viana (UFOPA)



# HISTÓRIA DOS SERTÕES: SOCIEDADES COLONIAIS

Antonio José de Oliveira  
Organizador



**Criação Editora**

Aracaju (SE) | 2023

## COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS

Organizadores da Coleção  
Ane Luíse Silva Mecenas Santos  
Helder Alexandre Medeiros de Macedo  
Juciene Batista Félix Andrade

### História dos Sertões: Sociedades Coloniais (n. 4)

#### Organizador

Antonio José de Oliveira

#### ISBN

978-85-8413-389-5

#### Projeto Gráfico

Adilma Menezes

#### EDITORA CRIAÇÃO CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes  
Christina Bielinski Ramalho  
Fábio Alves dos Santos  
Jorge Carvalho do Nascimento  
José Afonso do Nascimento  
José Eduardo Franco  
José Rodorval Ramalho  
Justino Alves Lima  
Luiz Eduardo Oliveira  
Martin Hadsell do Nascimento  
Rita de Cácia Santos Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

O48h

Oliveira, Antonio José de (org.).

História dos Sertões: Sociedades Coloniais: Organizador: Antônio José de Oliveira. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó, RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023.

248 p. (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, n. 4).

E-book: PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8413-389-5

1. História do Brasil. 2. Nordeste – Brasil. 3. Sertão. 4. UFRN.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadora.

CDD 981.3

CDU 94(81)

## Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras

Os livros que compõem a coleção **Sertões, caminhos e fronteiras** materializam o esforço de pessoas que apresentaram resultados de suas investigações científicas, remotamente, em 2021, durante o II Seminário Nacional de História Social dos Sertões/IV Jornada de História dos Sertões – Caminhos e sertões: territórios e culturas, evento que teve como objetivo geral proporcionar um compartilhamento de saberes acadêmicos sobre o domínio temático da História dos Sertões a partir do cruzamento de esforços institucionais que partiram, nesse caso, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O II SEHIS apostou no fortalecimento desse campo - o da História dos Sertões -, a partir da confluência de pesquisadores da História e das Humanidades para importantes discussões de temas a ele correlatos.

O evento se constituiu enquanto uma ação de continuidade que deu prosseguimento ao I Seminário Nacional de História Social dos Sertões – O papel da História na compreensão do “Brasil profundo” realizado na Universidade Regional do Cariri (URCA – Crato-CE) em 2018, bem como, ao I Colóquio de História Social dos Sertões, realizado na Universidade Estadual do Ceará (UECE – Quixadá-CE) em 2016.

A edição de 2021 foi promovida pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e co-promovida pelo Mestrado em Geografia do CERES (GEOCERES-UFRN), em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN-Caicó. Contou com apoio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-Graduação (PPG) e de Extensão Universitária (PROEx) da UFRN, bem como, do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) e dos Departamentos de História (DHC-CERES-UFRN) e de Geografia (DGC-CERES-UFRN).

O evento deveria ter se realizado em Caicó (RN), no Campus do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da UFRN, porém, o afluxo da pandemia de



Covid-2019 impossibilitou que isso acontecesse. A programação sênior (conferências e mesas) foi realizada no Canal do PPGHC no Youtube (<https://www.youtube.com/ppghcufm>), enquanto os simpósios temáticos e minicursos, na Plataforma *Google Meet*.

Os caminhos, como insinua o título da coleção, são entendidos a partir de um duplo significado: nos referimos tanto aos percursos vividos por homens e mulheres, na construção de suas vivências empíricas nos espaços, quanto àqueles de natureza intelectual, responsáveis pela constituição de um saber sobre os sertões. O ponto de partida para se pensar em caminhos é a enunciação da palavra sertão – e seu plural, sertões – no processo histórico da ocidentalização, no contexto das navegações marítimas e suas conquistas em terras afastadas da Península Ibérica, empreendidas a partir do século XV por portugueses.

Antes desse período, a palavra sertão era utilizada, no âmbito de Portugal, para designar lugares afastados da costa. Viajando junto com os exploradores portugueses, ela foi utilizada em diferentes partes das Índias Orientais (Península Arábica, Índia, China) e Ocidentais (Ceuta, Angola, Brasil) para designar espacialidades com os sentidos de mata, vegetação contínua, floresta, oposto ao mar, interior, afastado, coração da terra, travessia, verde, árido, vazio. Diferentes caminhos, assim, foram sendo traçados pelos homens e mulheres que se lançaram ao mar e depararam-se, inclusive, com uma nova natureza, proporcionada pelo impacto com o desconhecido.

A transformação da natureza, pelo homem, culminou em processos de territorialização que geraram formas institucionais e não institucionais de controle do espaço, como as feitorias, fortalezas e, a partir da colonização, sítios, fazendas, ribeiras, currais, povoados, vilas, cidades, termos e freguesias. Os sertões foram sendo construídos, dessa maneira, a partir da confluência de muitos caminhos, em múltiplas fronteiras, que podemos enxergar na experiência histórica de pessoas saídas da Ibéria e que, ao cruzarem os oceanos, construíram novos modos de vida em espaços afastados de seu lugar de origem, vivências essas intercruzadas com os nativos encontrados nas novas terras e com as populações que vieram da Costa da África.

Ao longo do tempo, no âmbito da história traçada no que hoje chamamos de Brasil, sertão, enquanto conceito, foi apropriado de diferentes maneiras, pelas pessoas que dominaram o saber burocrático (padres, escrivães, tabeliães)



e/ou geográfico (cosmógrafos, pilotos, agrimensores), por cronistas e viajantes – nativos ou não da América –, mas, também, por homens e mulheres sem conhecimento técnico e que tiveram a experiência do viver nos sertões. Esse conceito foi retomado e reapropriado, a partir do século XIX, pelos saberes acadêmicos em construção no Brasil, sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro, e, posteriormente, no pensamento social brasileiro e nas universidades, constituindo, pouco a pouco, um domínio temático, a História dos Sertões, campo de estudos sem o qual é praticamente impossível compreender a História do Brasil.

Os capítulos que compõem os livros da coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*, assim, contribuem para o fortalecimento do campo da História dos Sertões, ao proporem reflexões sobre as diferentes possibilidades de pesquisa dentro desse tema. Demonstram o compartilhamento de saberes sobre experiências humanas ocorridas em diversos tempos e espaços no atual território brasileiro, reforçando a ideia da imprescindibilidade da difusão do conhecimento científico, numa época em que, no Brasil, fazer ciência é tão dificultoso. Esperamos, assim, que os textos aqui apresentados proporcionem outros diálogos e novas experiências de contato com a História.

### **Ane Luíse Silva Mecenas Santos**

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)  
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

### **Helder Alexandre Medeiros de Macedo**

Professor do Departamento de História (CERES-UFRN), do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA (PPGH-UFRN)  
Organizador da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

### **Juciene Batista Félix Andrade**

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)  
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*







## APRESENTAÇÃO

Este livro é oriundo dos seguintes Simpósios Temáticos: Sertões coloniais: dinâmicas e redes de sociabilidades; História Econômica e Social dos sertões: caminhos e perspectivas; O sertão Amazônico colonial: práticas políticas e dinâmicas socioeconômicas; Trabalho, conflitos e sociabilidades nos sertões da Amazônia oitocentista. Nele, contém 15 trabalhos que debatem várias formas de ver, entender e compreender as construções dos diversos sertões do Brasil. No primeiro texto, *Paisagem oitocentista da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, no sertão dos tocós*, sertões da Bahia no século XIX, Ana Cláudia do Carmo Cedraz, adentra nos mundos de pessoas escravizadas, forras e livres. Usando o método onomástico, Ana Cláudia se debruça em um corpus documental que envolvem várias tipologias, incluindo fontes eclesiásticas imprescindíveis para compreender as micro-relações tecidas por vários daqueles indivíduos, sejam eles escravos ou não. Analisa, também, as diferenças entre os sertões pesquisados e o recôncavo baiano. Em *As boas obras para conversão: a experiência jesuítica e o método para a normatização linguística nos sertões de dentro da América portuguesa (1698-1699)*, Ane Luise Mecnas, com presteza e maestria nos convida a percorrer os sertões da América portuguesa nos finais do século XVII, cujos pousos reflexivos são as missões jesuíticas. Ali, Ane Luise destaca a importância da ação catequética dos religiosos na normatização linguística na colônia por meio de gramáticas e catecismos. Tal ação, além de promover a doutrina dos nativos, atendia, também, as necessidades do Império Português.

Eduardo de Moraes Andrade, no instigante artigo, *Tempo e Estruturas do Social: a história que transcorre ao cruzar da vida de agentes comuns*



da ocupação do sudoeste de goiás no oitocentos, nos conduz para outros tempos, para outras formas de sociabilidades nos sertões; os sertões centrais do Brasil. Estudando-os nos oitocentos, Eduardo Moraes lança mão de uma rica cartografia para compreender as várias formas de concepção de fronteira que as sociedades envolvidas na conquista daqueles espaços territoriais tinham, sobretudo as indígenas.

Em *Práticas de nomeação de pessoas “negras” nos Sertões do Seridó: primeiras aproximações*, Helder Medeiros de Macedo, nos transporta aos sertões do Seridó numa viagem genealógica bastante instigante. Neste texto, o autor esmiunça os arquivos eclesiásticos da Freguesia do Seridó, Capitania do Rio Grande do Norte nos séculos XVIII e XIX para desmistificar um discurso de que a conquista e formação do território foi efetuada apenas por homens de origem branca, e sim por muitos mestiços e até ex-escravos. No mesmo percurso investigativo, Mara Gabrielly Batista, em *Antropônimos de pardos e pardas na freguesia do Seridó (1788-1809): aportes iniciais sobre a adoção de sobrenomes*, segue os rastros de nomes e sobrenomes contidos nos documentos eclesiásticos, ou seja, livros de assento de batizados, casamentos e óbitos. Perscruta, também, as genealogias de mestiços, o conceito de qualidade e as formas de como estas categorias sociais eram vistas, bem como sua condição nos primórdios do Seridó colonial.

No instigante texto, *Formas de inserção à sociedade colonial: o cargo de governador dos índios em Pernambuco (c. 1650 –c. 1700)*, Taylor Uchôa Cavalcanti e Victor Hugo Abril, nos convidam a compreender as formas de como os índios conseguiram se inserirem no mundo da administração colonial. Neste belo e inspirador texto, e ancorados na “Nova História Indígena”, os autores tratam de uma abordagem que investiga, também, outras formas de compreender os nativos como agentes sociais na construção administrativa da colônia.

Voltando aos sertões do Seridó, temos *O puro conteúdo é consideração: vivências negras no sertão do seridó colonial*, texto de Sebastião Genicarlo dos Santos e Laísa Fernanda Santos de Farias. Os autores



demonstram as vivências negras nos sertões do Seridó colonial, onde um dos focos latentes do texto é uma crítica historiográfica sobre o tradicional discurso da formação da sociedade seridoense. Ainda nessa temática, em *Escravidão e liberdade pelos caminhos do sertão de mato grosso e o varadouro de camapuã (XVIII e XIX)*, Maria Celma Borges e Vitor Wagner Neto de Oliveira, são exemplares nas abordagens sobre a conquista e liberdade dos escravos em Mato grosso e Viradouro. Pautados nas premissas da história social, os autores se debruçam sobre os conflitos, negociações e exploração das sociedades nativas e escravas no oeste de Mato Grosso, momento em que a conquista do território teve como principal veículo propulsor as buscas por metais preciosos.

Jennefer de Sousa Morais e Alcebíades Costa Filho, no texto *Sobre Caça e pesca no Piauí: fontes para pesquisa*, demonstram com propriedade as fontes, sobretudo viajantes, memorialistas, dados estatísticos, censos para se investigar novos temas nos sertões, sobretudo o do consumo. O texto é significativo, pois abre espaço para adentrar nos estudos da cultura material nos sertões do Piauí.

Em *Os sertões das lavras diamantinas e a reprodução econômica da extração diamantífera (Bahia, século XIX)*, Luiz Alexandre Brandão Freire, nos brinda com ricas informações sobre os sertões diamantinos nos sertões baianos. Ali, o autor perscruta a reprodução da economia diamantífera e suas implicações para a circulação de riquezas na província da Bahia e no Império brasileiro como um todo. Já Welton de Abreu Oliveira, em *Proposta teórico-metodológica para o estudo das famílias de produtores agrícolas na vila são João de Itaboraí entre a segunda metade do século XVIII e o século XIX*, aborda reflexões importantes sobre conceitos e metodologias para pesquisar temas do cotidiano e a melhor compreender a atuação de grupos familiares em períodos pré-industriais. Ao propor estudar grupos familiares voltados para a produção agrícola nos sertões de Itaboraí, capitania depois Província do Rio de Janeiro, o autor aponta a riqueza do método onomástico para compreender as relações entre famílias e sua lide com a terra e a produção agrícola.



Em *O Semiárido e a pesca artesanal nas águas continentais*, Winifred Knox, elege o semiárido nordestino com espaço de suas reflexões, cujo objeto é a pesca artesanal em açudes e rios. Destaca ainda neste texto, a importância dessa atividade para o desenvolvimento regional bem como os problemas e conflitos para quem as praticam, isto, dado às intervenções humanas nos rios para drenagem e construção de açudes.

“*Tão abominável e sedicioso pensamento*”: *conspiração de soldados no destacamento de Barcelos, rio negro – 1776/1777*, de Leonardo Augusto Ramos Silva é um texto que nos lança à compreender uma empreitada conspiratória na vila de Barcelos – fronteiras do Grão-Pará e Rio Negro. Ali, um levante de soldados, junto com Jacó Pascoal, seu líder, planejaram invadir o Armazém, o Almojarifado e o cofre real. Um dos principais motivos desse levante foi em função das insatisfações com as condições em que viviam perante outras categoriais sociais.

Para o baixo Amazonas, temos o belo artigo de Vitória Mascarenhas de Jesus e Wania Alexandrino Viana. Intitulado de *A defesa da fronteira no baixo amazonas: atuação de militares e particulares nas fortalezas do tapajós e pauxis (primeira metade do século XVIII)*, as autoras nos oferta uma rica discussão sobre a importância das mercês na expansão das fronteiras no baixo Amazona colonial.

Concluindo essa breve apresentação, temos o instigante texto: *Com a palavra, o Sr. Ministro: o decreto n. 5655/1874 e a venda de terras em províncias da fronteira do império*, de Paulo de Oliveira Nascimento. Esse texto é exemplar nas análises de como juridicamente foram executadas as Leis de terras na província do Amazonas.

Assim, meu caro leitor, espero que desfrute dessa instigante viagem pelos vários sertões do Brasil. Tenha uma prazerosa e inspiradora leitura.

Caicó, RN, 31 de janeiro de 2023

**Antonio José de Oliveira**






## Sumário

- 15 **Paisagem Oitocentista da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, no Sertão dos Tocós**  
Ana Cláudia do Carmo Cedraz
- 30 **As Boas Obras Para Conversão: A Experiência Jesuítica e o Método Para A Normatização Linguística nos Sertões de Dentro da América Portuguesa (1698-1699)**  
Ane Luíse Silva Mecnas Santos
- 41 **Tempo E Estruturas do Social: A História que Transcorre ao Cruzar da Vida de Agentes Comuns da Ocupação do Sudoeste de Goiás no Oitocentos**  
Eduardo de Moraes Andrade
- 57 **Práticas de Nomeação de Pessoas “Negras” nos Sertões do Seridó: Primeiras Aproximações**  
Helder Alexandre Medeiros de Macedo
- 72 **Antropônimos de Pardos e Pardas na Freguesia do Seridó (1788-1809): Aportes Iniciais Sobre a Adoção de Sobrenomes**  
Mara Gabrielly Batista de Macêdo; Helder Alexandre Medeiros de Macedo
- 86 **Formas de Inserção à Sociedade Colonial: O Cargo de Governador dos Índios em Pernambuco (C. 1650 –C. 1700)**  
Taylor Uchôa Cavalcanti; Victor Hugo Abril

- 97 O Puro Conteúdo é Consideração: Vivências Negras no Sertão do Seridó Colonial**  
Sebastião Genicarlos dos Santos; Laísa Fernanda Santos de Farias
- 112 Escravidão e Liberdade pelos Caminhos do Sertão de Mato Grosso e o Varadouro de Camapuã (XVIII e XIX)**  
Maria Celma Borges; Vitor Wagner Neto de Oliveira
- 130 Sobre Caça e Pesca no Piauí: Fontes para Pesquisa**  
Jennefer de Sousa Morais; Alcebiádes Costa Filho
- 143 Os Sertões das Lavras Diamantinas e a Reprodução Econômica da Extração Diamantífera (Bahia, Século XIX)**  
Luiz Alexandre Brandão Freire
- 159 Proposta Teórico- Metodológica para o Estudo das Famílias de Produtores Agrícolas na Vila São João de Itaboraí Entre a Segunda Metade do Século XVIII e o Século XIX**  
Welton de Abreu Oliveira
- 177 O Semiárido e a Pesca Artesanal nas Águas Continentais**  
Winifred Knox
- 190 “Tão Abominável e Sedicioso Pensamento”: Conspiração de Soldados na Guarnição de Barcelos, Rio Negro – 1776/1777**  
Leonardo Augusto Ramos Silva
- 205 A Defesa da Fronteira no Baixo Amazonas: Atuação de Militares e Particulares nas Fortalezas do Tapajós e Pauxis (Primeira Metade do Século XVIII)**  
Vitória Mascarenhas de Jesus; Wania Alexandrino Viana
- 221 Com a Palavra, o Sr. Ministro: O Decreto N. 5655/1874 e a Venda de Terras em Províncias da Fronteira do Império**  
Paulo de Oliveira Nascimento
- 237 Índice Remissivo**

# PAISAGEM OITOCENTISTA DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO COITÉ, NO SERTÃO DOS TOCÓS

 Ana Cláudia do Carmo Cedraz<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho objetiva apontar a presença de homens e mulheres escravizados na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité nas últimas décadas do século XIX e analisar como se davam as relações entre estes sujeitos, elaboradas nas diversas experiências de convívio nas pequenas e médias propriedades desta freguesia. Interessa compreender, sobretudo, os diferentes meandros percorridos por escravizados, forros e livres pobres na busca pela manutenção dos laços familiares.

Tradicionalmente embasadas em metodologias quantitativas e seriais, as pesquisas realizadas no âmbito da História da População e da História da Família têm experimentado nos últimos anos um grande aumento na quantidade de produções que fazem uso da microanálise e do estudo de trajetórias individuais e familiares. Reflexo das limitações apresentadas pelas abordagens puramente quantitativas, as quais, segundo Ginzburg (1989, pp. 169-178.), “podem gerar uma história social homogeneizada”. Em resposta a esse problema, muitos investigadores

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (Pós-geo.) da Universidade Federal da Bahia. Mestre em História pela Universidade Estadual da Bahia. Professora da rede estadual da Bahia.



optaram por circunscrever o âmbito investigativo, a fim de possibilitar a sobreposição de séries documentais, tendo por guia o nome do indivíduo. Procedimento intitulado pelo pesquisador italiano como método onomástico. Utilizando o método onomástico foi possível identificar os mesmos sujeitos em diferentes situações e reconstituir as redes de relações em que eles estavam imersos, por meio da sobreposição de documentos no espaço e no tempo, e a partir de seus nomes.

Ao cruzar informações dos registros eclesiásticos com outras fontes foi possível acompanhar indivíduos e grupos familiares ao longo do tempo. As informações sobre a localidade onde nasceram, os nomes das propriedades em que trabalharam ou dos proprietários dos cativos, sobrenomes de pais, padrinhos e testemunhas ofereceram pistas importantes para refazermos as trajetórias individuais e as redes sociais em que estes indivíduos estavam inseridos. A análise dos documentos eclesiásticos permitiu traçar a trajetória de alguns cativos quando estes foram se casar, batizar alguma criança, ou testemunhar um casamento.

Para situar a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité no contexto de uma sociedade escravista, busquei apoio de intelectuais que pesquisaram a escravidão no Brasil. A historiografia brasileira e as ciências sociais têm diversos trabalhos sobre este tema e que apresentam os negros como sujeitos ativos e que não aceitaram passivamente a condição de escravizados, como sugerem alguns autores. Autores como João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (1996), Adelmir Fiabani (2005), Ana Lugão Rios e Hebe de Matos (2005), entre outros, possibilitaram um olhar diferente sobre a história do negro no país, durante o regime escravista.

Os estudos de Isabel Reis (2007), Maria Inês Cortês (1979) e Robert Slenes (1999) também foram importantes para compreender a formação das famílias entre os escravizados e libertos nos Oitocentos. Vale ressaltar que os africanos trazidos para o Brasil na condição de escravizados e seus descendentes precisaram se adaptar e resistir, para garantir a própria sobrevivência e a dos seus familiares em um sistema per-





verso, que “coisificava” o africano, e entre as estratégias de resistência usadas por estes sujeitos, estava a constituição familiar.

## FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO COITÉ: A GÊNESE

As terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité foram inicialmente ocupadas no processo de expansão do gado e da construção das rotas boiadeiras para abastecimento das cidades mais populosas do estado da Bahia. Estas rotas boiadeiras, “cortava o Sertão dos Tocós em direção ao Norte da Bahia”, (VIANA,1893, p.65). Os exploradores em suas viagens de levar e trazer o gado, e também os religiosos que passavam pelas terras sertanejas, geralmente vindos do litoral em direção ao Alto Sertão baiano transformaram alguns pontos estratégicos do Sertão dos Tocós<sup>2</sup> em local de pouso para estes vaqueiros e viajantes. Foi assim, segundo Viana (1893) que ocorreu o povoamento das terras coiteenses.

Estas terras faziam parte da sesmaria que pertencia a família Guedes de Brito. A origem da vasta extensão territorial pertencente aos Guedes de Brito foi registrada na tese, “Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)”, de Erisvaldo Fagundes de Neves. Neste estudo, Neves procura averiguar as configurações da propriedade, posse, e exploração da terra no Brasil, avaliando em particular o Alto Sertão baiano. O autor apresenta também a ascendência histórica e a ocupação das terras sertanejas, onde ele afirma que:

O mesmo Guedes de Brito associado a Bernardo Vieira Ravasco, recebeu em 1663, do conde de Óbidos vice-rei e capitão-general

<sup>2</sup> A região que hoje se delimita como “região sisaleira” foi, por muito tempo, em sua quase totalidade, constituída como o “sertão de Tocós”, nome atribuído ao lugar onde teriam vivido “índios ferozes”, nomeados por bandeirantes como “Tocós”, seja por seus hábitos, seja por sua aparência.



da Bahia terras desde a nascente do Rio Itapicuru, até o rio São Francisco, por ele acima, tantas léguas quantas há, da própria nascente do Itapicuru, à do Paraguassu, contornando a nascente do Paraguassu e della a do Itapicuru, reservando uma légua de terras para cada aldeia indígena. Posteriormente, Guedes de Brito, conforme declarou sua filha, Isabel Guedes de Brito, comprou a parte do sócio, (NEVES, 2003, p.119).

Percebe-se neste registro, que a família Guedes de Brito era detentora de uma vasta faixa de terras que incluía o Sertão dos Tocós e a região das Jacobinas. Segundo Oliveira (2002), com a descoberta das minas de ouro de Jacobina e de Rio das Contas foram abertas novas estradas por cima das velhas picadas dos caminhos primitivos. A abertura de estradas para a região das Jacobinas, além de contribuir com o desenvolvimento econômico, como afirma Oliveira (2002), contribuiu também com o povoamento da região sertaneja, pois o trânsito de pessoas em direção a região aurífera e a passagem das tropas boiadeiras foram responsáveis pelo surgimento de inúmeras povoações que posteriormente se transformaram em cidades, a exemplo de Conceição do Coite. Somente em meados do século XIX, a então fazenda é elevada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.

Compulsar os trabalhos, bem como analisar os dados do censo de 1872, os documentos de compra e venda de cativos e os sites A Hemeroteca Digital Brasileira<sup>3</sup> e Falas dos presidentes da província da Bahia foram fundamentais para traçar o perfil dos escravizados e a participação destes na economia da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité no século XIX. A presença da escravidão<sup>4</sup> em terras coiteenses,

<sup>3</sup> A Hemeroteca Digital Brasileira é o maior portal de jornais e revistas nacionais. O acesso é público com um amplo sistema de pesquisa.

<sup>4</sup> Para maior compreensão das abordagens sobre a escravidão no Brasil, ver: REIS, João José; GOMES, Flávio. **Liberdade por um fio**: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. RODRIGUES, Nina. Os **Africanos no Brasil**. 7a. ed., São Paulo: Nacional; Brasília: EDUNB, 1988.



assim como em outros lugares no Brasil, deixou marcas profundas em sua população. Segundo Fiabani:

A escravidão colonial alcançou verdadeiro apogeu no Brasil. É impossível compreender a história desta nação dissociada da herança escravista. O Brasil foi uma das primeiras nações do Novo Mundo a organizar o escravismo e a última a concluí-lo. Também foi ali que desembarcou o maior número de africanos escravizados. A economia produziu a mais rica gama de mercadorias coloniais com mão-de-obra servil, (FIABANI, 2005, p.21).

Como citado por Fiabani, a história do Brasil está diretamente associada ao trabalho escravo. A escravidão foi a base da economia brasileira por mais de trezentos anos e o tráfico no país beneficiou muitos senhores escravistas com empreendimento nessa atividade, ao ponto de, com o lucro proveniente da compra e venda de cativos, investirem em outros negócios capazes de estender o poderio econômico por gerações, criando e ampliando fortunas em suas fazendas e demais propriedades.

O Censo realizado no Brasil em 1872 registrou para a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, um quantitativo de 140 homens e 147 mulheres escravizados/as totalizando 287 pessoas nesta condição, quando o total da população desta freguesia era de 4.186 habitantes, o que significa que aproximadamente 7% da população desta freguesia era escravizada no período em que foi realizado o Censo. O total de escravizados declarados é bem pequeno comparado a outras freguesias no mesmo período analisado, porém mostra que a mão de obra escrava ainda era bastante usual em terras sertanejas.

Vale destacar que muitos historiadores questionam os dados apresentados pelo censo. Em estudos sobre Campinas, Slenes examinou a confiabilidade dos dados apresentados sobre os cativos no Censo e o número de matriculados entre 1872-1873. Ele observou que o número de matriculados era superior ao número informado pelo Censo, (SLE-



NES,1983)<sup>5</sup>. Apesar dos questionamentos levantados por alguns autores, este censo se reveste de importância pois é o primeiro a trazer dados sobre a população escravizada no país. O censo traz algumas classificações que são muito importantes para compreender como se configurava a sociedade coiteense naquela época, a exemplo da raça, gênero, profissão, estado civil, população livre e escravizada.

Além do censo, a análise dos livros de notas (compra e venda de cativos) e das cartas de alforrias são pertinentes para se conhecer as vivências escravas, seus anseios e o modo de enfrentamento das agruras do cativo em terras sertanejas.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, nas últimas décadas do século XIX, caracterizou-se pela economia policultora conectada a um mercado regional, onde a escravidão convivia paralela à pequena e média propriedades, e à meação. Dessa forma, as características das relações escravistas na freguesia do Coité diferenciavam-se daquelas do Recôncavo, onde predominava a grande propriedade com extensos plantéis de cativos. A ocupação dos escravizados/escravizadas para o período analisado, segundo o Censo de 1872 era de 55 lavradoras, 50 lavradores e 45 costureiras, enquanto a população de cativos sem profissão aparece com 85 homens e 60 mulheres, como se pode conferir nos dados da tabela 1:

Tabela 1 - Ocupação da população escravizada da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité – 1872.

Profissão	Homens	Mulheres	Total
Lavradores	50	55	105
Costureira	-	45	45
Sem profissão	85	60	145
Outras profissões	-	-	-

Fonte: Censo 1872<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Ver mais sobre o tema abordado em: SLENES, Robert W. “O que Ruy Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Estudos Econômicos*, vol. 13, jan./abr. de 1983.

<sup>6</sup> Censo 1872. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v3\\_ba.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf) Acesso: outubro de 2020.



Estes registros apontam que a maior parte dos escravizados trabalhavam nas lavouras. Os escravizados que aparecem sem profissão, são aqueles cujo destino, eram todas as atividades produtivas, desde as atividades agropecuárias, construção civil, atividades domésticas e tantas outras que o “senhor” assim desejasse. Segundo Fraga Filho (2004), “as lavouras concentravam 85% da mão de obra cativa no Recôncavo baiano”. Entretanto, ele apontou a existência de um número considerável de escravizados especializados trabalhando como artesãos, domésticos, carreiros, vaqueiros e trabalhadores nesta região. Lacerda (2008), ao analisar a ocupação dos escravizados da Freguesia de Serrinha para a mesma época, registra que, a freguesia contava com apenas 11 escravizados especializados, sendo nove ferreiros, um carpinteiro e um doméstico e todo o restante do “serviço da lavoura”. Assim como nos registros de Serrinha, predominava em Coité, os cativos descritos como “de lavoura” ou “sem profissão”.

Os dados do Censo apontam a necessidade de escravizados que trabalhassem na lavoura, sejam homens ou mulheres, contando-se que a maioria dos cativos foram registrados como lavradores ou sem profissão, ou seja, observa-se que os escravizados estavam alocados em serviços pouco exigentes no que concerne a habilidades específicas. Chama a atenção a quantidade de escravizadas trabalhando como costureira. Acredita-se que estas cativas eram absorvidas na produção das roupas dos senhores e dos escravizados. Esses dados evidenciam que apesar da maioria dos escravizados terem sido classificados como da lavoura, estes sujeitos desempenharam inúmeros papéis na sociedade coiteense nas décadas finais da escravidão.

## **A FAMÍLIA ESCRAVIZADA NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO COITÉ**

Os escravizados, forros e homens livres se inseriam em todos os espaços de construção social na freguesia de Nossa Senhora da Conceição



do Coité ao longo da segunda metade do século XIX. Observar aspectos da organização dos espaços nas médias e pequenas propriedades permite compreender as relações entre cativos e senhores no desempenho das atividades cotidianas, arranjos de sobrevivência, estratégias para o alcance da liberdade, a construção de vínculos afetivos e a constituição de famílias<sup>7</sup>.

Os estudos de Reis (2007) confirmaram a existência de famílias negras e também identificaram as estratégias utilizadas pelos escravizados para manter a estabilidade de seus laços familiares. Em sua dissertação de mestrado, Reis (2007) discute aspectos importantes da família escrava na Bahia do século XIX, analisando as limitações impostas à vida cotidiana desses cativos, além de suas lutas para preservar seus laços afetivos.

No Censo de 1872 foram encontrados o registro de 78 cativos casados, mas, segundo Souza (2016), “após 1872, outros 49 escravos se casaram”. Dentre os casais que oficializaram a união ainda no período escravista, estavam Miguel e Joana, que se casaram aos 26 dias do mês de maio de 1875, ambos escravos do Capitão Manoel Lopes da Silva. Diz o registro que este casal foi dispensado dos graus de parentesco de “afinidade ilícita de segundo grau, misto do primeiro”. Isso pode significar que ambos eram viúvos: sendo um dos nubentes casado com primo(a) do outro (afinidade de 2º grau); e o segundo nubente teria sido casado com um(a) irmão(ã) do primeiro (afinidade de 1º grau). Foram testemunhas: Antônio Alves de Oliveira e Vicente, escravo<sup>8</sup>.

No dia 10 de fevereiro de 1872 foi registrado o casamento de Vicente, escravo de José Gonçalves Pastor e Josefa, escrava de Joaquim

<sup>7</sup> Apesar de haver, desde 1720, legislações que garantissem direito ao escravo de casar, escolher seus pares e permanecer juntos, a saber – As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Código 1720 –, essas instruções pouco interferiram nos arranjos domésticos dos escravos, uma vez que “a proteção legal das famílias escravas só passou a existir no Brasil em 1869” RUSSEL-WOOD, A. J.R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 250.

<sup>8</sup> Livro de casamentos da paróquia de N. S. Da Conceição do Coité, nº1C, pag. 63 verso.



Gonçalves Gordiano. Estes proprietários eram irmãos e moravam na região do povoado de Aroeira. Foram testemunhas, José Alvino Lopes da Silva e Militão da Mota, ambos proprietários de terras vizinhas aos senhores dos nubentes. O casal foi dispensado dos impedimentos de afinidade ilícita em primeiro grau e segundo grau da linha transversal igual. Significa que um dos nubentes era viúvo do(a) irmão(ã) do outro e que ainda eram primos carnais<sup>9</sup>. No dia 27 de maio de 1875 foi realizado o casamento de Antônio, escravo de Alexandrina Maria de Jesus e Margarida, escrava de José Estevão da Cunha. Foi obtida a dispensa de afinidade ilícita de primeiro grau da linha ascendente e segundo grau quadruplo da linha transversal igual. Ou seja, os nubentes eram primos irmãos, além de ser sogro ou sogra do outro. Foram testemunhas: Antônio Félix de Araújo, político local, e José Estevão da Cunha, proprietário da nubente<sup>10</sup>.

Estes casamentos servem para ilustrar o perfil das famílias dos escravizados e forros em terras coiteenses na segunda metade dos oitocentos. Os registros mostram que os casamentos endogâmicos, ou seja, aquelas em que os nubentes eram parentes próximos e precisaram ser dispensados de afinidade ilícita, foram muito frequentes. Segundo Cortês:

A organização da comunidade africana no Brasil tinha na família dos libertos um do seus elementos-chave, a endogamia, presente tanto nas uniões legais quanto consensuais, denota que além do apoio financeiro e afetivo os africanos buscavam nos parceiros uma identificação cultural que permitissem que suas tradições fossem transmitidas a seus descendentes (CORTÊS, 1979, p.132).

Como citado por Cortês (1979), os casamentos endogâmicos possibilitavam que os africanos transmitissem suas tradições a seus descendentes, uma vez que ao se casarem com uma pessoa “branca”, os

<sup>9</sup> Livro de casamentos da paróquia de N. S. Da Conceição do Coité, nº1C, pag. 37 verso.

<sup>10</sup> Livro de casamentos da paróquia de N. S. Da Conceição do Coité, nº1C, pag. 64.



filhos desta união assimilariam mais facilmente os valores culturais do branco. Quanto a Freguesia do Coité, não foram encontrados registros de casamentos de escravizados do continente africanos, mas os registros de casamentos dos negros escravizados evidenciam que a prática da endogamia permaneceu entre os descendentes dos africanos em terras sertanejas.

Os documentos analisados também evidenciam que na freguesia de Nossa senhora da Conceição do Coité, muitos nubentes eram de proprietários diferentes, a exemplo de: Quirino, escravo de Filomeno Pereira Lima e Maria, escrava de Maria Madalena da Conceição, Antônio, escravo de José Estanislau e Atanásia, escrava de José Gordiano, e dos já citados Vicente e Josefa, e Antônio e Margarida. Diferente do Sudeste brasileiro, a “proibição” de casamentos entre cativos de domínios diferentes, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité era impossível de se efetivar, pois muitos dos proprietários eram donos de um ou dois cativos.

É importante destacar que os casais de domínios de senhores diferentes nem sempre viviam em propriedades distintas ou muito distantes umas das outras. Poderia acontecer do escravizado ser alugado para trabalhar na propriedade do dono de sua esposa. Souza afirma que “em lugares onde predominavam os pequenos proprietários de escravos, eram frequentes o casamento de cativos de proprietários diferentes”, (SOUZA, 2016). Lacerda (2008) aponta que, através do diálogo entre os registros de casamento, batismo e óbito foram encontrados casos como o de Thomaz e Francisca, que se casaram em maio de 1883. “Thomaz, escravo de Manoel Joaquim do Nascimento, e Francisca, escrava de D. Anna das Brotas de Santa Delfina, constatando-se a presença tanto de casamentos entre escravos de senhores diferentes quanto entre cativos e livres”, (LACERDA, 2008). Estes registros são importantes para mostrar que a escravidão não se organizou de forma homogênea em todos os lugares, e, portanto, os escravizados e os senhores precisaram se adaptar as diferentes realidades do tecido social em que estavam inseridos.





Outra forma de casamento que também foi registrado em terras coiteenses foi o casamento misto, realizado entre cativos e livres. Segundo Rios (2003), nos registros eclesiásticos da freguesia de Conceição do Coité, nos oitocentos, foram encontrados 04 casos de casamentos mistos. Apesar da quantidade dos casos de casamentos entre livres e escravizados ser pequena, o que se destaca é que em apenas um dos casos foi o casamento de “um homem livre que se casou com uma escravizada, enquanto os três outros casos se referem a mulheres livres que se casaram com escravizados”, (RIOS, 2003). Entre os casos de casamentos mistos em terras coiteenses a autora registrou o seguinte:

Maximiana Maria de Jesus, que se casou em 10 de fevereiro de 1868 com Luiz, escravo de Francisco Cedrais, o de Thereza Maria de Jesus, que se casou em 07 de janeiro de 1866 com Inocência, escravo de Antônio Cardoso e o de Joaquina Bernarda que casou-se com Manoel, escravo de Manoel Braz Lopes em 18 de julho de 1863, (RIOS, 2003).

Os dados apresentados por Rios são dos casamentos oficializados pela Igreja, todavia, sabe-se que os casamentos consensuais também ocorriam com frequência em terras coiteenses. Ao analisar o perfil dos casamentos entre os cativos de Lagarto, na província do Sergipe, Santos (2004) também identificou alguns casamentos mistos, nos oitocentos. Esse tipo de casamento poderia ocorrer por vários motivos e em Lagarto, assim como em Coité, predominou o casamento entre a mulher livre e o homem escravizado. Para a autora, “isso pode ser explicado pelo fato do número de mulheres livres ser maior que o número de homens, ou seja, para algumas mulheres livres, só restava a opção de se casar com homens escravizados”, (SANTOS, 2004).

Outra explicação para o predomínio dos casamentos entre a mulher livre e o homem escravizado, nos casamentos mistos, seria a de que os escravizados mantinham relacionamentos consensuais com as mulheres escravizadas e, após o acúmulo de algum pecúlio, “privilegia-



vam a alforria das mulheres, para que elas gerassem filhos livres, legalizavam a união depois da obtenção da manumissão” (SANTOS, 2004). Os cativos, assim como se empenharam pela conquista da alforria, encontraram na unidade familiar outras possibilidades de resistência às condições impostas. As uniões estáveis ou não no seio do cativo apresentavam conotações evidentes de resistência em suas vidas. Reis (2007) conceitua a experiência familiar escrava como toda forma de união, “independente do ‘estatuto jurídico dos indivíduos’, não importando se a união era legitimada ou consensual, sendo, de fato, indispensável o sentimento de ter uma família e nela apoiar-se nos momentos de necessidade”, (REIS, 2007).

De fato, prevaleceu entre os cativos da Freguesia de Conceição do Coité, as uniões não oficiais<sup>11</sup>, que Reis chamou de consensual. Em outros casos estas uniões foram legalizadas pela Igreja depois que os casais tiveram filhos, como o caso de Manoel Cedraz e Martinha. O casal, Martinha e Manoel Cedraz, só oficializaram o casamento em 1889, portanto depois da abolição da escravidão, na Igreja Matriz de Conceição do Coité, com as bênçãos do Padre Marcolino Madureira.

Os casamentos não oficiais eram proibidos pela Igreja Católica desde o período colonial, porém, era algo que acontecia com frequência. Era considerado como um péssimo exemplo, e os envolvidos poderiam ser penalizados com o degredo. Para a Bahia do século XIX, de acordo com os estudos realizados por Kátia Mattoso, as uniões não oficiais predominaram como forma de organização das famílias baianas em geral, (MATTOSO, 1988). Em locais pequenos, como a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, parece não ter ocorrido reprovação por parte da Igreja. Na verdade, a Igreja não conseguia controlar plenamente a vida de seus fiéis, (SOUZA, 2016). São vários os motivos que levavam

---

<sup>11</sup> No levantamento realizado por Rios (2003), entre 1855-1881, foram oficializados apenas 17 casamentos na Igreja, em que pelo menos um dos nubentes era cativo, enquanto os números do censo apontam para 78 cativos casados.



os casais, principalmente os cativos a viverem em relacionamentos não oficiais; a distância das fazendas até uma Igreja mais próxima, os custos da oficialização do sacramento e a falta de apoio dos senhores, para citar alguns.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O que se verificou nas fontes levantadas é que na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, a compra e venda de escravizados ocorreu enquanto houve escravidão no Brasil, evidenciando que esta região não se manteve isolada dos centros mais desenvolvidos do país e que as relações estabelecidas entre senhores e escravizados, apesar de suas especificidades, seguiram padrões estabelecidos pela sociedade escravista.

O que mais caracterizava o Sertão baiano e evidentemente a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, no século XIX eram as relações de poder vinculadas ao mandonismo local. Entre as relações que podemos evidenciar para o fortalecimento do poder na freguesia estudada, destacam-se a escravidão e a posse da terra, assim como ocorria em todo a província baiana.

Além das relações entre senhores e escravizados, o presente estudo analisou os laços familiares constituídos por homens e mulheres escravizados e os meios pelos quais estes sujeitos conseguiram constituir família. O que se verificou é que os relacionamentos afetivos aconteceram em diferentes contextos e circunstâncias, evidenciando uma sociedade dinâmica e uma população que viveu e vivenciou relacionamentos de diversas formas, seja por meio dos casamentos consensuais, ou por meio daqueles legalizados pela Igreja.



## REFERÊNCIAS

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico; Rio de Janeiro, 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 31.

FRAGA Filho, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Tese apresentada a Universidade Estadual de Campinas, 2004.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras 1989, p. 281.

\_\_\_\_\_. **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_. **Laços de família e direitos no final da escravidão**. In: ALENCASTRO, LuisFelipe (org). **História da vida privada no Brasil Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 254.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

NEVES, E. F. **Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Recife[sn] 2003. 435 f. + apêndice:il. Tese (Doutorado em História), apresentada a Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. **Conceição do Coité e o Sertão dos Tocós**. Conceição do Coité, BA: Clip Serviços Gráficos, 2002.

PIRES, Maria de Fátima Novaes Pires. **Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)**. São Paulo: Annablume, 2009.

REIS, Isabel Cristina Ferreira de. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850 – 1888**. Campinas – SP, 2007.



REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIOS, Lara Nancy Araujo. *Nossa Senhora Da Conceição Do Coité: Poder e Política No Século XIX*. Dissertação apresentada ao Mestrado de História Social, na Linha de Pesquisa “Estado, Poder e Região”, da Universidade Federal da Bahia, 2003.

SANTOS, Joceneide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões E Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagartos, província de Sergipe (1850-1888)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2004.

SLENES, Robert Wayne. **Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no Brasil Sudeste – Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. **“O que Ruy Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”**. Estudos Econômicos, vol. 13, jan./abr. de 1983.

SOUZA, Edimária Lima Oliveira. “*Martinha: A história de uma ex-escravizada no Sertão de Coité (1870-1933)*”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus V. 128 f. 2016.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memoria sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Typographia e Encadernação do ‘Diário da Bahia’, 1893.



# AS BOAS OBRAS PARA CONVERSÃO: A EXPERIÊNCIA JESUÍTICA E O MÉTODO PARA A NORMATIZAÇÃO LINGUÍSTICA NOS SERTÕES DE DENTRO DA AMÉRICA PORTUGUESA (1698-1699)

 Ane Luíse Silva Mecenas Santos<sup>1</sup>

Ao passar dos anos da conquista do litoral o projeto de ampliação dos domínios é estendido para o sertão, ao longo da segunda metade do século XVII. Dessa forma, a experiência da conquista é ampliada, como também a elaboração de mecanismos de negociação e comunicação. Diante dessa ampliação dos espaços a complexa relação entre o governo português, senhores de gado, gentios e jesuítas pode ser compreendida a partir do processo de colonização das terras. Atores com interesses distintos e, muitas vezes, dicotômicos. Isso resulta ao longo do processo de conquista, num choque de planos, cujo desfecho prejudicava, de certa forma, o “projeto arquitetado” por todos os atores envolvidos.

No bojo da administração das aldeias, várias foram as missões jesuítas no sertão da América portuguesa envolvendo grupos indígenas de diversas nações. O processo de ocupação e práticas de conversão, haviam sido iniciados nos primeiros decênios do século XVII, mas foi interrompido durante o período da invasão holandesa, como apresenta Pompa:

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de História – Ceres-UFRN. E-mail: ane.mecenas@ufrn.br



Para os jesuítas também, o movimento de penetração no sertão do Nordeste sofreu uma parada durante a ocupação holandesa, para recomeçar logo depois da saída dos flamengos. Desta vez, esta não visava mais ao descimento, que tinha sido até então a razão principal das entradas, mas a cristianização e a assistência ao gentio: surgiram assim as aldeias nos sertões. (POMPA, 2003, p.318)

De acordo com Pompa (2003, p. 320) nos idos de 1669, aparecem nas cartas do padre Jacob Roland as primeiras aldeias jesuíticas que tratam dos tapuia. Provavelmente, a primeira missão jesuítica no sertão da Bahia tenha sido a de Nossa Senhora da Trindade do Massacará (BARROS, 1919, p.17). Na segunda metade do século XVII, podemos observar a existência da aldeia de Nossa Senhora da Conceição de Natuba (1666) (LEITE, 1945, p.286), Santa Tereza dos Quiriris em Canabrava (1667) (LEITE, 1945, p.289), Ascensão do Saco dos Morcegos (LEITE, 1945, p.290) e Nossa Senhora do Socorro do Geru (1683) (LEITE, 1945).

Esse grupo de aldeias possuía alguns elementos em comum. Primeiramente, a língua Kiriri e o dialeto Kipeá. Esses índios são conhecidos pela língua travada e de difícil apreensão. Ao longo do século XVII e primeira metade do XVIII, frequentemente prestaram serviços à coroa portuguesa. Eram convocados a participar de expedições de destruição de quilombos e combates a índios não convertidos. Ao observar a documentação podemos constatar que essas aldeias também serviam como ponto de parada entre as boiadas que vinham das Fazendas do Rio São Francisco e do Piauí. Outro elemento de destaque para esse trabalho é foram organizadas pela mesma ordem religiosa, os jesuítas.

Entre as justificativas para impressões de gramáticas e vocábulos reiteram os problemas gerados pelos intérpretes tanto para os administradores coloniais quanto para os administradores das almas. A importância do estudo das línguas indígenas foi também uma preocupação apontada pelo jesuíta Antônio Vieira, para o trabalho da conversão:



O padre que os tiver à sua conta procurará com todo o cuidado fazer um catecismo breve, que contenha os pontos precisamente necessários para a Salvação e deste usarão nos casos de necessidade e por êle os irão ensinando e instruindo, mas em caso que totalmente não haja interprete, nem outro modo por donde fazer o dito catecismo será meio muito acomodado o misturar os tais índios com os da língua geral ou de outra sabida para que ao menos os seus meninos apreendam com a comunicação; e no entretanto se lhes mostrará as imagens e cruzeiros, e os farão assistir aos officios divinos, e administração dos Sacramentos e as mais ações dos cristãos, para que possam, em caso de necessidade, inculcar-lhes o batismo por acenos, pois não há meios de receberem a fé pelos ouvidos, de modo que menos *sub condicione* morra sem batismo. (VIEIRA, 1945, p. 115)

Nos espaços coloniais sob o domínio das monarquias ibéricas, era de fundamental importância à adoção de meios de controle, da terra e dos súditos, conforme salientamos anteriormente. Isso se fazia necessário para efetivar o domínio de áreas tão vastas do Império português. No caso da América portuguesa, a expansão colonial promoveu a ampliação da atuação das instituições monárquicas tradicionais em áreas distantes, para as quais a comunicação constante era o ingrediente fundamental para a manutenção dos domínios. Várias foram as estratégias tomadas nesse sentido, como a reprodução de instituições portuguesas nas colônias e a concessão de cargos públicos.

Vários estudos versam acerca da formação das elites coloniais e seu papel na negociação de espaços, em virtude da dinâmica de práticas adotadas pelas mesmas e pelas instituições sob a égide da conquista. Estas, em grande medida, se pautavam na concessão de cargos administrativos, no exercício do poder nos conselhos, como as câmaras municipais e no sistema de mercês.

Dentre os mecanismos de negociação utilizados pela elite letrada para alcançar o reconhecimento pelos feitos estava o fornecimento de informações dos povos que habitavam a América, notícias sobre os con-





flitos e descrições geográficas. Através destas informações, pleiteavam títulos e cargos, procurando se incorporar ao centro e se distanciar da periferia.

Além dos livros que versaram acerca da descrição das terras conquistadas, na América, houve uma construção intelectual que visava minimizar um dos “obstáculos” da comunicação entre os europeus e os povos originários desse continente. Em virtude da necessidade de normatizar as línguas, os intelectuais coloniais passaram a traduzir o mundo oral indígena para um conjunto código linguísticos conhecidos no período.

Essa construção normativa compõe a lógica de elaboração de instrumentos linguísticos no qual os letrados ibéricos estiveram envolvidos. É recorrente olhar para as gramáticas produzidas na colônia da América como elemento significativo para compressão da dinâmica da ação catequética, como também para atender aos interesses da coroa, contudo, faz-se necessário pontuar que o mesmo processo se insere na construção linguística dos Impérios Católicos Ibéricos, conhecido como a “gramatização das línguas” (AUROUX, 1992).

No final do século XV, foi publicada a primeira gramática que buscava sistematizar o código linguístico espanhol de autoria de Elio Antônio de Nebrija. O autor adotou como modelo, como fio condutor das regras e padrões da lógica de normalização linguística. Num período de dez anos, Nebrija, publicou duas obras precursoras do processo de sistematização do espanhol, a primeira, *Introductiones Latinae* (1481) e em seguida o humanista se dedica a organização da obra *Gramática* (1492) (MATILLA TASCÓN, 1998, p. 468).

Em Portugal, um processo semelhante ocorreu. Transcorridos cinquenta e cinco anos da publicação da primeira obra de Nebrija, nos idos de 1536 foi então publicado o livro a “Gramática de Lingoagem Portuguesa” de autoria do padre Fernão de Oliveira. Dessa forma é perceptível que enquanto os Impérios Ibéricos se lançaram no processo de expansão territorial ainda estavam estruturando as bases do próprio Estado, como também do elo. Nessa construção e adoção de regras



gramaticais que norтеassem a cultura escrita um processo similar deve que seguido nos espaços coloniais conquistados.

Ao passo que no Império luso se iniciam os estudos que visavam estruturar a lógica escriturária do português, diante da conquista e colonização dos espaços na América, os espanhóis passam a se dedicar a nova empreitada no século XVI, a sistematização linguística. No quadro abaixo é possível à diversidade de instrumentos produzidos no século XVI. Em virtude do contato com as línguas ameríndias, os autores se depararam com a necessidade de compreender os novos códigos que possam reger a comunicação para além da oralidade, como também formular categorias gramaticais que pudessem se assemelhar, descrever e regulamentá-los seguindo os moldes europeus. Por isso devem ser analisadas como um registro que aprofunda o conhecimento dos povos originários da América, da mesma forma que os inserem, tantos os autores como as obras, no locus linguístico caro às Coroas Ibéricas naquele momento.

A incumbência de organizar um filtro interpretativo do código oral de comunicação dos índios foi concedida aos padres nos diferentes territórios coloniais dos Impérios ibéricos. No caso da América Espanhola das treze obras que versam acerca da língua indígena produzidas no período de 1546 a 1593, foi possível identificar que todas as publicações foram sistematizadas por religiosos, de diferentes ordens: quatro dominicanos, três franciscanos, dois jesuítas e um carmelita.

Apenas em 1585, teve início a produção de impressos linguístico, elaborados por jesuítas. A obra pioneira é de autoria do padre Antonio de Bárcena, intitulada *Arte de la lengua Toba*. Esse foi o primeiro passo na consolidação de uma vasta experiência linguística missioneira. Esse trabalho de análise das línguas indígenas, até então desconhecidas, das práticas cotidianas de comunicação e escrita se tornaram uma práxis da missão na América.

Desde os primórdios da colonização os jesuítas estiveram envolvidos em projetos que facilitassem a comunicação com os índios, através



da elaboração de catecismos ou utilizando intérpretes, conforme salienta Castelnau-L'Estoile (2006, p.152-153). Convém ressaltar que os escritos linguísticos dos Kiriri não é caso isolado, faz parte de um projeto de catequese elaborado desde a produção dos Exercícios Espirituais pelo fundador da Ordem, Inácio de Loyola, rediscutido a partir do Plano de Conversão do Gêntio produzido por Nóbrega e reavaliado pela ordem através da visita do Pe. Christóvão de Gouvea.

Foi ao longo do século XVI que a língua se tornou um fenômeno social (BURKE, 1995), e como se pode constatar na tabela acima, que abarca também o século XVII, todas as gramáticas foram elaboradas por membros da Igreja Católica. A leitura dos prefácios das referidas gramáticas nos revela um ponto em comum entre elas: o tempo investido para sistematizar um sistema linguístico oral em uma lógica pautada nas funções gramaticais do modelo latino. Para a elaboração das gramáticas indígenas, os padres buscaram equivalências, categorias gramaticais latinas que se assemelhassem às categorias das línguas dos índios.

El Arte, o sea el libro de gramática y de explicación de las sutilidades da lengua, impresso o no, era la herramienta para entrar en contacto con la légua, que utilizaba en el recinto del colégio, o sea en el ámbito de las cátedras de la lengua, para un aprendizaje teórico. Su complemento práctico indispensable era el uso, o se ala inmersión en la légua de los índios fuera de su contacto ya tenía largos años de aplicación en Brasil (MALDAVSKY, 2013, p.282).

Fica evidenciado que a construção de um conhecimento linguístico é possível em decorrência do modelo comparativo com outros já conhecidos. No caso Mamiani expor as semelhanças de fonemas com o que era pronunciado em língua geral, como também castelhano. Isso indica também as línguas que ele conhecia, visto que só é possível comparar o que se conhece. Nas fronteiras, o padre evidencia outras em busca da construção linguística dos Kiriri. Quanto aos sons há uma se-



melhança com a língua geral, visto que faltam os mesmos sons: f, l e lh. Essa recorrência nas observações são observáveis também no que se refere aos verbos como podemos observar em três autores, Anchieta, Figueira e Mamiani:

Ainda que todos os verbos tem hua so maneira de conjugação, contudo podemos dizer que tem duas porque o negativo acrescenta alguas partículas, que sempre tem juntas consigo pera se conhecer ser tal, & ambas se porão aqui (FIGUEIRA, 1687, p. 56).

Os nomes nesta língua, commumente, não tem distinção de números, singular & plural; nem também de casos; mas a mesma voz serve em ambos os números, & em todos os casos. v.g. Oca, casa, ou casas: Apyába, homem, ou homens (ANCHIETA, 1990, p. 3).

Os nomes, & verbos nesta língua não tem diversidade alguma entre si na terminação dos casos, & tempos; porque os nomes servem com a mesma voz a todos os casos, como dissemos, & os verbos todos com a mesma terminação geral fórmão os tempos particulares (MAMIANI, 1699).

É importante salientar que o catecismo era um “gênero literário da política jesuítica”<sup>2</sup>, e por meio desses livros, como das Artes, foi possível criar pontes de comunicação entre os mundos da aldeia, do entorno dela, com a lógica de escrita desses europeus. É sob o crivo desses homens-memória que a dinâmica oral passa a ser inserida na lógica dos Impérios Ibéricos. Para Andrea Daher, é uma oralidade perdida. Contudo, ao passo que se observa atentamente, os estudos linguísticos, com todas as possíveis críticas à alteridade, devem-se levar em consideração, que em decorrência desses registros, e principalmente, quando eles fo-

<sup>2</sup> BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. A relação entre manuscritos e impressos em tupi como forma de estudo da política linguística jesuítica no século XVIII na Amazônia. *Revista Letras*. N 61. Curitiba: Editora UFPR, 2003, p. 129.



ram impressos, esses dialetos não sucumbiram dinâmica do tempo e silenciamento dos povos indígenas.

Deve-se recordar que apenas para os Kiriri, são atribuídos quatro dialetos, dos quais apenas dois são conhecidos na atualidade. Vieira ressaltava a necessidade de produção de catecismos específicos para cada povo, como atividade inicial do trabalho na aldeia (VIEIRA, 1945, p. 115). Contudo, não se é possível mensurar quantos instrumentos linguísticos circularam na América portuguesa no formato de manuscritos. Há alguns indícios como o padre João de Barros para o povo Kiriri. Apesar da possibilidade de circulação dos manuscritos foram os que se tornaram impressos que conseguiram romper a barreira do tempo e do espaço.

A aprendizagem do autor passava pela sua capacidade de ordenar os sentidos. Primeiramente, com o olhar, para, na sequência, observar os gestos e o espaço no qual se encontrava inserido. Em seguida, com a audição, saber ouvir e conseguir interpretar o que, era dito e, também, omitido. E, por fim, registrar o que viu e ouviu em uma narrativa que atendesse seu maior objetivo: “(...) para os missionários novos serem ouvidos, e entendidos pelos índios, que he o fim principal, que se pretende, pois por falta dele não se declarao aos índios muitos mysterios, & muitas cousas necessárias a hum Cristão” (MAMIANI, 1698, s/p).

Necessidade de um catecismo específico “Pareceu que já em tempo de se compor um catecismo também na língua dos Kiriri, como o há nas outras línguas, para facilitar aos nossos Missionários a conversão destes bárbaros. (...) pareceu que já em tempo de se compor um catecismo também na língua Kiriri, como o ha nas outras línguas, para facilitar aos novos Missionários a conversão destes Barbaros” (MAMIANI, 1698, s/p).

O interesse além do trabalho na missão visava atender a necessidade do Império português que vinte e dois anos antes já solicitavam avultar vocábulos para que se pudessem aprender as línguas dos índios. Na documentação não há identificação do dialeto específico que deveria ser produzido, o que é recorrente nas fontes produzidas pelos



setores administrativos do Império português, os quais se referem aos povos pelo nome da aldeia

porque de todo o bom efeito que nesta matéria houver, me haverá por bem servido com os Portuguezes, é o entende-se a sua língua, dará o Governador Ordem a que se faça dela vocabulário, e se imprima para com maior facilidade se poder aprender, quando não esteja fiado, como se ordenou aos Governadores passados (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, 1928, p. 317).

Dessa forma, o texto bilíngue atende a diferentes finalidades, ao missionário que precisa aprender o Kiriri, ao indivíduo que quer aprender a língua e não é religioso, ao católico que sabe o português e irá ensinar o catecismo ao seu filho ou seu escravo. No que se refere a esse escravo, poderia ser ele índio ou africano escravizado que falasse Kiriri ou português. Irrompe daí a problematização da dinâmica linguística na aldeia. A circularidade cultural nas proximidades delas é evidenciada pelos padres (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, 1944, p. 65), por isso, deve-se pensar também na própria dinâmica de comunicação dos sujeitos que ocupam esses espaços da aldeia, nessa língua híbrida das muitas misturas.

No crepúsculo do século XVII, após indicativo de Vieira, a ação jesuítica se intensificou no sertão da colônia lusitana no Novo Mundo, mas também remeteu a reedição de instrumentos normativos produzidos nas primeiras experiências missionárias do litoral. Os discursos desses padres ainda refletiam suas preocupações com a religiosidade indígena, fosse referente à discussão acerca da inexistência ou do vago indício de fé.

## REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. **Artes de Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.



AUROUX, Sylvian. Introducción. Le processus de grammatisation et sesenjeux. In: **Histoire des idées linguistiques, tomo II: Ledéveloppement de la grammair occidentale.** Liège: Mardaga, 1992.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. A relação entre manuscritos e impressos em tupi como forma de estudo da política lingüística jesuítica no século XVIII na Amazônia. **Revista Letras.** N 61. Curitiba: Editora UFPR, 2003, p. 129.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Línguas Indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. In.: **Boletim do Centro de Documentação em Historiografia da Linguística.** Disponível em [http://www.fflch.usp.br/dl/cedoch/downloads/boletim7\\_13-39.pdf](http://www.fflch.usp.br/dl/cedoch/downloads/boletim7_13-39.pdf) Acessado em: 10 de abril de 2014.

BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada. Introdução. In: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (Dir.). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800.** Lisboa: Edições 70, 2010, p. 1-18.

BURKE, Peter. **A arte da conversão.** Tradução de Álvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ELIAS, Nobert. **Processo Civilizador.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FIGUEIRA, Luis. **Arte de Gramática da Língua Brasilica.** Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1687.

FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial: base da mentalidade e da governabilidade no Império. **Penelope.** Revista da História e Ciências Sociais, n 23, 2000, p. 67-88

MALDAVSKY, Aliocha. **Vocaciones inciertas.** Misión y misioneros en la Provincia Jesuita del Peru. Lima: Universidad Antonio Ruiz de Montoya, 2013.

MAMIANI, Luiz Vincêncio. **Catecismo da Doutrina Christãa na Língua Brasilica da Nação Kiriri.** Lisboa: Miguel Deslandes, 1698.

MAMIANI, Luiz Vincêncio. **Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçam Kiriri** Lisboa: Miguel Deslandes, 1699.

MATILLA TASCÓN, Antonio. Las impresiones de la Gramática de Nebrija en los siglos XVII y XVIII". IN: **Varia Bibliographica. Homenaje a José Simón Díaz,** Kassel, Edition Reichenberger: 1998, p. 468

MECENAS, Ane Luíse Silva Mecenias. **Trato da perpétua tormenta: a conversão Kiriri nos sertões de dentro da América portuguesa.** Aracaju: Edise, 2020.

Petição pela qual se pede a Sua Majestade terras para os índios de Natuba. In: **Documentos Históricos.** Vol. LXIV. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944, p. 65.

Regimento que trouxe Roque da Costa Barreto, Mestre de campo general do Estado do Brasil. 23 de janeiro de 1677. **Documentos Históricos.** 1663-1677. Corres-



HISTÓRIA DOS SERTÕES: SOCIEDADES COLONIAIS

pondências dos Governadores Geraes. Redimento dado ao Governador Roque Barreto Vol. VI da série de IV dos Documentos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Augusto Porto, 1928, p. 317.

RAMINELI, Ronald. **Viagens Ultramarinas**. Monarcas, vassalos e governo à distância. São Paulo: Alameda, 2008.





# TEMPO E ESTRUTURAS DO SOCIAL: A HISTÓRIA QUE TRANSCORRE AO CRUZAR DA VIDA DE AGENTES COMUNS DA OCUPAÇÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS NO OITOCENTOS

 Eduardo de Moraes Andrade<sup>1</sup>

Uma pesquisa histórica constitui-se de caminhos que se confundem com a trajetória do próprio historiador. Com certeza, digo isso tendo em vista o que tenho lido, ou, me espelhando nas trilhas daqueles que escreveram o que leio, afinal, nossas referências fazem parte da obra e do ofício. Todavia, é inegável que a vida de pesquisador, em sua constância em revirar “nossas verdades” que são datadas, sempre faz confrontar nossa posição, nossos objetos, conceitos e concepções. E que isso sirva ao prazer que nos mantém vivos na arte da pesquisa, pois, dizem os mestres – e eu acredito – que o nosso mundo se acaba quando cessam as inquietudes da caminhada.

E, hoje, me deparo com algumas fronteiras. Fronteiras que, na direção em que lanço o olhar, muitas vezes, diante de um aprofundamento nas “realidades”, na verdade pouco ou nada significam, que se dilatam a depender do prisma em que as vislumbramos. Também me deparo com outras fronteiras a serem transpassadas, uma vez que elas sufocam ou limitam as possibilidades.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pelo PPGHIS-UFMT, atualmente professor da rede pública estadual de Mato Grosso.



Destarte, vejo a necessidade de me manter sensível às percepções dos agentes que estudo, pois, os recortes são definidos por mim e, ao cabo, é a fluidez da vida, tratada em meu trabalho, requer o tratamento adequado. A constituição das fronteiras e do próprio sertão, a meu ver, perpassa por toda essa vida e fluidez das relações sociais que inter cruzam diversas trajetórias. Como o *fio* de Ginzburg (2007), a transcorrer pelo labirinto de uma realidade que deixa diversos rastros, mas que pode ser nodar com outros fios que se originam em pontos distantes e distintos. A realidade, bem como suas representações e imaginários, se produzem dessa complexidade que, para mim, é em muito procedente do social.

Sim, digo agora, o *tempo* me levou à essas imersões. Este escrito visa compartilhá-las um pouco.<sup>2</sup>

Repassadas essas colocações do meu agora, enquanto pesquisador que coloca o próprio trabalho em perspectiva, aponto que esta comunicação parte de reflexões acerca de minhas investigações que, por sua vez, almejam alcançar um *micro* universo de estratégias cotidianas no “mercado de terras” na tentativa de descortinar redes de relações e outros valores do *macro* que, de alguma maneira, configuravam a realidade na qual se definiam as fronteiras no espaço do sudoeste goiano na primeira metade do Oitocentos.

Aqui, diante dos limites que o escrito impõe, não pretendo trazer uma síntese de maior fôlego acerca dessa ocupação da referida região de sertão e definição de fronteiras propriamente dita. Meu objetivo é apenas empreender uma discussão pontual e preliminar, ligando os conceitos estruturantes de minha pesquisa – *estratégias cotidianas, peculiaridades do social e movimento* – ao amadurecimento obtido a partir de alguns estudos acerca de concepções temporais que permitem, tanto

---

<sup>2</sup> Acho importante registrar (e creditar) que essas reflexões nasceram durante o curso da disciplina de Teoria e Metodologia da História do PPGHis-UFMT ministrada pelo professor Dr. Anderson Roberti dos Reis.



a *delimitação do objeto* – o mercado de terras e seus dinamismos do social na ocupação do sudoeste de Goiás no Oitocentos –, delimitações do espaço-temporal, quanto fornecem contribuições imprescindíveis de situação do *movimento* dos agentes, a peculiaridade e relevância histórica do estudo de “micro” universo do social.

Em suma, este artigo ensaia algumas contribuições que algumas leituras teóricas e/ou historiográficas deram para pensar e confrontar meu objeto de pesquisa observando o *tempo*, por seu turno, aqui visualizado como elemento fundamental do trabalho do historiador. Através deste olhar, percebe-se as potencialidades do estudo que toma alguns recortes locais a fim de se compreender dinâmicas de determinado(s) tempo(s) do passado. Assim, uma pesquisa sobre o sudoeste de Goiás oitocentista que coteja as relações do social e se envereda pelos arquivos encontra terreno fértil de trabalho e de descobertas.

O sudoeste de Goiás, atualmente expoente do *agrobusiness*, é território de alguns povoamentos surgidos ainda em meados do Oitocentos a partir, primeiramente, da criação da vila e freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde e, em seguida, do desmembramento de Divino Espírito Santo de Jataí (ver figuras 1 e 2). Torres do Rio Bonito – atual Caiapônia – também se inscrevia nessa “geografia” do sudoeste de Goiás. Em Torres se vivenciou, inclusive, a migração de “apossadores de terras”<sup>3</sup> membros das principais famílias que primeiramente ocuparam terras mais ao sul e, nas décadas seguintes, incursionaram nas franjas da Serra das Divisões e vertentes do Araguaia expandindo o espaço da ocupação para o norte e noroeste daquele território. Porém, há de se distinguir os tempos da experiência do social nessa marcha da ocupação.

---

<sup>3</sup> Termo que aparece na documentação cartorial e nos Registros Paroquiais de Terras de Dores do Rio Verde (1856-1861) quando é feita alusão à agentes que fizeram o uso da prática de “posse” de terras.



Figura 1: O sudoeste de Goiás em cartografia de 1849: limites territoriais definidos



Fonte: Cartografia: VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de, Visconde. Carta topographica e administrativa da provincia de Goyaz [cartográfico]: erigida sobre os documentos mais modernos pelo Vcde. de Villiers de L'le Adam. 1849. dim. bits. 6144 x 8213. In: \_\_\_\_\_. Atlas. Cartas topographicas e administrativas das provincias do Brasil [Cartográfico]. Rio de Janeiro: Garnier, 1852. p. 14. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart67925/cart67925\\_14.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_14.jpg)>. Acesso em: 18 ago. 2014. **Fontes das marcações na figura:** Artigo 3º da Resolução nº 06 de 5 de agosto de 1848 criando a freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde. In: Livro da Lei Goiana, Tomo 14. Goyaz: Typographia Provincial, 1848. p. 10-11. AHE-GO.

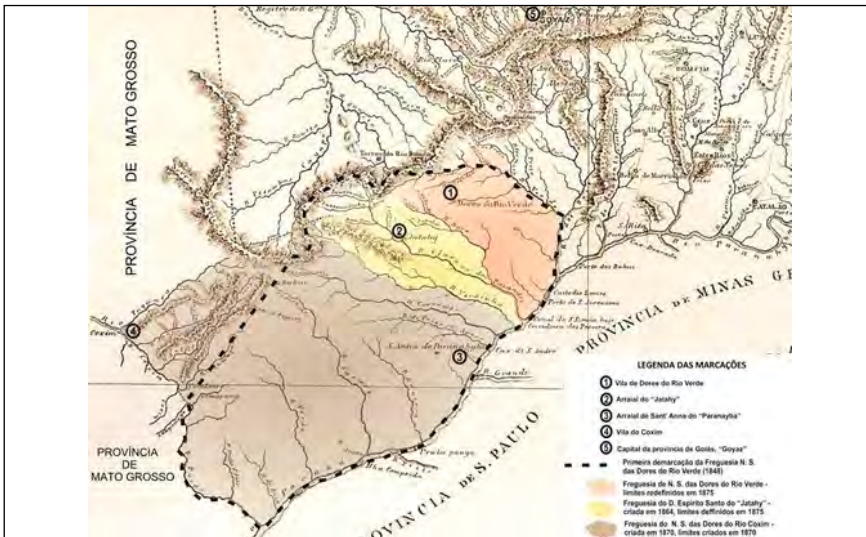
A **figura 1** e, em sequência na cronologia dos eventos, a **figura 2**, ambas tentam demonstrar através de marcações que fiz na cartografia das de duas datas – 1849 e 1875, inclusive, cartografias contemporâneas das próprias divisões territoriais – uma evolução dos limites de território estabelecidos por algumas leis que permearam a formação da fronteira legal daquilo que, por minha opção, denomino de “sudoeste de Goiás”.

Cabe de início um parêntese para destacar que essa denominação ocorre mais por força do presente do que do passado. As fronteiras certamente eram concebidas de outra maneira e, nesse aspecto, caberia



inserir e compreender outros elementos como os possíveis imaginários que fecundavam as mentes daqueles agentes de diversas origens e condições que tentaram a sorte em um território que eles viam como sendo de “fronteiras indefinidas”, ou mesmo, ainda nos limites da imaginação diante das invisibilidades, esquecimentos ou estigmas<sup>4</sup>, no mínimo cogitar que, para as populações indígenas do vasto “sertão do gentio Caiapó”<sup>5</sup> outros sentidos eram dados à fronteira.

Figura 2: O sudoeste de Goiás em cartografia de 1875: limites territoriais definidos



Fonte: Cartografia: JARDIM, Joaquim R. de M. *Carta da província de Goyaz* [cartográfico]. 1 mapa ; 70 x 50. Rio de Janeiro: Lith. a Vapor P. Robin, 1875. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart176010/cart176010.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.jpg)>. Acesso em: 18 ago. 2014. **Fontes das marcações na figura:** Artigo 3º da Resolução n° 06 de 5 de agosto de 1848 criando a freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde. In: Livro da Lei Goiana, Tomo 14. Goyaz: Typographia Provincial, 1848. p. 10-11. AHE-GO. Resolução N° 458 de 30 de setembro de 1870 em que se “cria a parochia de Dores do Rio Coxim. In: Collecção das leis da provincia de Goyaz. Tomo 36. Goyaz: Typographia Provincial, 1870. p. 20-21. AFSD. Resolução n° 362 de 17 de agosto de 1864 “elevando a Freguesia de natureza collativa a Capella do Divino Espirito Santo do Jatohy”. In: Collecção das leis da provincia de Goyaz. Tomo 30. Goyaz: Typographia Provincial, 1864. p. 5-6. AHE-GO. Resolução n° 517 de 2 de agosto de 1875 no qual “estabelece as divisas do districto do Jatohy”. In: Collecção das leis da Provincia de Goyaz. Tomo 41. Goyaz: Typographia Provincial, 1875. p. 22-23. AFSD. Resolução n° 554 de 9 de agosto de 1875 no qual “altera as divisas da freguesia do Rio Bonito com a do Rio Verde”. In: Collecção das leis da Provincia de Goyaz. Tomo 41. Goyaz: Typographia Provincial, 1875. p. 27-28. AFSD.

<sup>4</sup> Sobre “memória” e “esquecimento”, cf. Le Goff (2003) e Paul Riccoeur (2007).

<sup>5</sup> Sobre o assunto, cf. Lourenço (2005).



Na definição das fronteiras, as leis, o imaginário, as trajetórias, as relações, as estratégias cotidianas, a vida que se cruza, tudo importa. Porém, as minhas preocupações passaram a residir nas ligações passíveis de se extrair de um aprofundamento acerca da realidade social dos agentes que ocuparam o território, bem como, da importância histórica que se revelaria a partir das investigações e análises.

Então, comecei a me ater na trama de modo a observar conexões, e nisso começou a se formar uma compreensão acerca da constituição dos limites territoriais diante da própria dinâmica do movimento de ocupação das terras.

Como colocado anteriormente, a primeira delimitação do território que denomino de “sudoeste de Goiás” consistiu na freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde erigida em 1848 que, algumas décadas depois, foi fragmentada em outras freguesias menores, Divino Espírito Santo de Jataí e Nossa Senhora das Dores do Rio Coxim (ver **figura 2**). Do mesmo modo, a criação de outra freguesia mais ao norte, Torres do Rio Bonito, teria resultado das ocupações do sudoeste de Goiás, o que, ao cabo, confere uma impressão inicial de continuidade das levas de ocupação iniciadas na região por volta dos anos de 1830.

Essas definições de limites territoriais requerem certa atenção, porquanto, seguindo pelos fios das trajetórias de agentes que aposaram terras ou que simplesmente migraram e se estabeleceram nas localidades e, em outra variação de escala, observando em extensão a constituição de relações de sociabilidade e de reciprocidades diversas, é que o recorte espacial e temporal da pesquisa se apura. Desse modo, as relações do social é que passam a importar na definição de recortes e na própria cronologia que se evidencia.

Diante disso, destaco que a última freguesia, Torres do Rio Bonito, erigida após as duas primeiras – Dores do Rio Verde e Divino Espírito Santo do Jataí – não resultou em absoluto do desmembramento do território original no qual se inscrevia Dores do Rio Verde, a primeira grande (e *vasta*) unidade territorial definida pelas autoridades de Goiás



ainda na década de 1840. Isso apesar de os rastros da ocupação daquele outro território remeterem-se, de alguma maneira, às levas de ocupação das terras da primeira freguesia existente no sudoeste de Goiás. E de fato, o era, isso não está em questão. É comum a presença dos sobrenomes das elites e de outros rastros que evidenciam a expansão das fronteiras produtivas para territórios externos ao primeiro núcleo de ocupação. Por este motivo, logo no início dessa parte citei também a ocupação do leste mato-grossense, território que na primeira metade do Oitocentos sequer possuía mensuradas e estabelecidas as corretas divisas entre as províncias de Goiás e Mato Grosso, como se observa em relatos de presidentes de província e cartografias diversas até o fim do século. Aliás, havia uma clara contenda entre as duas províncias acerca da jurisdição sobre esses territórios<sup>6</sup>.

Apesar de Torres do Rio Bonito originar de território original, havia sido fundada nas mesmas perspectivas de ocupação de Dores do Rio Verde: investida e incursão nas terras, formação de latifúndios, expulsão dos indígenas e estabelecimento agrário. Mas, há de se questionar se isso já não aconteceu em razão de uma segunda marcha de expansão das fronteiras e, quiçá, reprodução das elites. E, por essa experiência diferente que se aventa, meu foco se afunila quando meu interesse de investigação se volta à primeira leva de ocupações e constituição das primeiras fronteiras produtivas do sudoeste de Goiás.

O objetivo principal de minha pesquisa sempre constituiu em analisar o movimento de ocupação que dera origem à sociedade agrária estabelecida no sudoeste de Goiás. Saber de seus desdobramentos é inegavelmente importante justamente por, no mínimo, certificar o

---

<sup>6</sup> Investigo casos ligados à essas contendas em minha pesquisa e pretendo apresentá-las em minha dissertação. Todavia, cito aqui uma reclamação feita pelo presidente Antônio Joaquim da Silva Gomes no relatório de 1853. In: Memórias Goianas 5. Relatórios dos governos à Província de Goyaz de 1850-1853: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc. Sociedade Goiana de Cultura. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Centro de Cultura Goiana. Goiânia: Ed. UCG, 1996 (acervo do IPEHBC). p. 222.



dinamismo do processo. No entanto, o que avalio aqui é uma escolha de recorte diante da possibilidade de aprofundamento em questões específicas, como a investidas às posses agrárias e no cerne disso, um “mercado de terras” que se constituiu muito cedo. Esse mercado, meu objeto fulcral, ao mesmo tempo que pode explicar a ocupação também dá sentido, por meio de um vislumbre das estratégias cotidianas, à valores e regras que perfaziam determinado sistema atrelado às estruturas temporais.

Meu interesse estava bem localizado, situado no vislumbre das dinâmicas sociais ligadas às investidas nas “terras devolutas” (SILVA, 2008) (LINHARES, 1999) (MOTA, 2009). Dinâmicas aconteciam, regramentos intercruzavam as ações e, aos “olhos dos agentes da ocupação”, em uma percepção autônoma e, ao mesmo tempo, não descolada das estruturas sociais (e temporais) vigentes, ocorria um verdadeiro “rush às terras livres”.

De todo modo, antes que se confunda, é preciso deixar isso muito claro – não tomo o “*rush à terra livre*” como pressuposto de análise, ou mesmo a “ocupação” como um povoamento de fato, porque, seria desconsiderar as numerosas populações indígenas que ainda habitavam tais sertões e o fator da incursão (FARIA, 1998, p. 127). Mas, talvez fossem mesmo essas as percepções dos agentes que migravam, apossavam ou angariavam um pedaço de chão, mesmo porque, havia pontos de tensão entre a marcha da ocupação e os outros agentes que permaneceram estigmatizados ou invisibilizados pela memória<sup>7</sup>.

Tal movimento concretizou a ocupação de parte do sudoeste de Goiás, de localidades correspondentes inicialmente, nas décadas de 1840-50, aos limites fronteiriços da antiga da freguesia Dores do Rio Verde, dividida para criação de Jataí nos anos 1860. E, neste *espaço-tempo* delimitado, no avançar de minhas investigações, já pude notar a

---

<sup>7</sup> Cf. Portela (2008). Minha leitura crítica se baseia em alguns trabalhos sobre o tema, como o de Ataídes (1991).





composição de uma dinâmica rede de relações que, inclusive, se cruza no *mercado de terras*, por sua vez, aparentemente precoce quando se esquece um pouco do processo mais amplo e heterogêneo do avanço do capitalismo e se observa com maior cuidado dinâmicas sociais e econômicas e seus significados locais associados à valores tipicamente de “outro regime” com “traços aristocráticos” (FRAGOSO, 2013). Nesse caminho segue a marcha da pesquisa.

Até aqui, expus essa apresentação inicial, um pouco mais longa de minha pesquisa, não apenas para explicitar meu tema, objetivo, objeto, recorte espaço-temporal ou um pouco das delimitações cronológicas que me servem de abalizas. Aliás, essas definições no processo atual do meu trabalho são parte do que pretendo dissertar aqui, tributando às contribuições primordiais de algumas leituras de teoria sobre o *tempo*.

A outra parte, não necessariamente numa ordem e distinção tópica desse esforço reflexivo, é mais o amadurecimento de uma problemática acerca do *tempo* que reside nas concepções conceituais centrais que me apropriado e utilizo em meu trabalho. Pode-se simplificá-las em *movimento*<sup>8</sup>, *peculiaridades do social* (THOMSPON, 1998) (GINZBURG, 2012, 2007) (LEVI, 2000) e *estratégias cotidianas* (LEVI, 2000). Confesso que até aqui era muito mais claro para mim o dinamismo das estruturas sociais e da “vida comum”, tanto é que sempre suspeitei de visões historiográficas da “decadência social do Oitocentos” ou da “inércia” aplicada quando se evocava uma “economia de subsistência generalizada” que assolava a província goiana no Oitocentos.<sup>9</sup>

Nesse momento, posso afirmar que a cronologia, assim como já asseverava Laura de Melo e Souza (2017, p. 28), começou a fazer “sentido

<sup>8</sup> *Movimento* relaciona-se com o dinamismo envolto/produzido pelas *mobilidades geográficas e sociais* – Cf. Faria (1998) – e considero também as flexibilidades das/nas “estruturas sociais” – cf. Levi (2000, p. 43 *et. seq.*).

<sup>9</sup> Sobre a crítica à “invisibilidade historiográfica do Oitocentos”, cf. Lemke (2012, p. 28). Já os clássicos da historiografia goiana são *O século de ouro em Goiás: 1722-1822* (PALACÍN, 1994) e *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária* (FUNES, 1986).



lógico”, principalmente iluminando o próprio afunilamento e delimitação do objeto de pesquisa. A percepção metodológica da autora, para além de qualquer outra discordância com seu olhar historiográfico, é certamente muito válida.

Um pouco por esse motivo que iniciei esse escrito discutindo uma lógica entre o porquê da escolha pelos primeiros limites territoriais da freguesia de Dores do Rio Verde, deixando fora do estudo outros territórios que geograficamente pertenciam ao sudoeste de Goiás.

Por essa mesma lógica, excluí o vasto território de “fronteira indefinida” (na perspectiva dos agentes) do já mencionado leste mato-grossense e não investigo (não como foco analítico) a imensa área situada à oeste das ocupações centradas no grande núcleo de Dores do Rio Verde estendendo-se até às vertentes do rio Coxim que mais tarde deram origem à povoação de Sant’Anna do Paranaíba (no atual Mato Grosso do Sul). Porém, este último território conhecido como “sertão dos Garcia”, apesar de inscrito nas divisas originais da freguesia de Dores do Rio Verde, em uma hipótese inicial minha, também teria sido cenário de uma experiência social à parte que, inclusive, talvez possa dar respostas quanto às disputas de controle por parte das províncias de Mato Grosso e Goiás – o que não é bem o *fio* que perpassa em nosso objeto de análise, apesar de muito válido para aquilatar outras tensões deste complexo cenário das mais diversas relações e conexões<sup>10</sup>.

Encerrei o item anterior tratando a respeito do *fio* que guia na operação de pesquisa. A contribuição dessa percepção é clara, vem da *micro-história* de Ginzburg definindo, no caso específico dessa referência, um raciocínio que percebe certa ligação que entremeia elementos e, de

---

<sup>10</sup> Não encontrei vínculos nas redes de relações do sudoeste de Goiás que pudessem indicar que o “sertão dos Garcia” funcionasse dentro da lógica ou no esquema estabelecido entre os proprietários do núcleo de Dores do Rio Verde na fase inicial das ocupações. O distanciamento geográfico entre os dois povoamentos e dinâmicas sociais mais específicas dos processos de movimento demográfico podem explicar as distinções.



certa maneira, os “fazem” pertencentes à determinado fenômeno<sup>11</sup>. Tal ideia imediatamente me leva ao texto de *O fio e os rastros* no qual o historiador concebe este “fio” – metaforizando a através do mito de Teseu e o labirinto de Minotauro – como uma espécie de instrumento que serve para guiar o investigador dentro do labirinto da realidade social que se investiga a partir de uma infinidade de referências e fontes (GINZBURG, 2007, p. 07, *et. seq.*).

Já em *História Noturna* do mesmo autor, percebe-se a recomposição de determinado fenômeno (no caso específico, o *complô* atribuído à leprosos, judeus, mulçumanos, hereges e bruxas a partir do século XIV) minuciosamente datado por meio de um *fio* que se *movimenta* no meio de uma porção de datas (cronologia) e é estendido entre abalizas temporais que demarcam eventos decisivos dessa linha (a do *complô*) (GINZBURG, 2012).

Deste último texto de Ginzburg em específico extraio algumas possibilidades libertadoras em meu ofício de historiar, a primordial é a percepção metodológica da simultaneidade de *fios*, ou seja, a ideia da existência de diversas temporalidades que inclusive podem se cruzar no *mesmo tempo*. Outra, creio, das camadas temporais, que possibilitam distender-se de níveis do *micro* ao *macro*.

Iniciou-se, então, em mim uma compreensão talvez mais qualificada (digo isso sem qualquer efeito de pretensão) das peculiaridades sociais que já havia observado em Thompson (1998) – em especial, de inspirações da leitura de *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII* – mas que ainda permaneciam muito atreladas à uma necessidade de encaixar o agente histórico em determinado processo ou conjunto de estruturas. De fato, isso sempre foi um conflito diante daquilo que eu via como uma “fluidez” da vida social e, por outro lado, do movimento que assinalava *mudanças* e que em importante parcela jus-

<sup>11</sup> Ginzburg (2012) trabalhou com o *complô* qualificando-o temporalmente, o que levou há uma exclusão de outros elementos que não eram atravessados pelo mesmo fio.



tifica a relevância do objeto de pesquisa na *História*.<sup>12</sup> A partir daquele momento, creio que inconscientemente, talvez, eu tenha me movido da perspectiva thompsoniana para a *micro-história*.

Àquela altura, me ocorria uma questão substancial das investigações.

Poderia, então, o agente histórico, em sua ação e movimento, está de certa maneira livre em relação a predeterminantes de seu universo social?

Hoje, já respondo que há sim uma certa libertação das condicionantes, apesar de reconhecer a preponderância de estruturas do social e “a confluência dessas duas realidades [*sociedade e tempo*], tão diferentes entre si” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 255) em uma relação que encara a multiplicidades de percepções do próprio tempo<sup>13</sup>. Como ensaiou Jacques Rancière propondo a noção de “anacronias” no lugar do “anacronismo” conferindo o sentido de “acontecimentos, noções, significações” que tomam o tempo de frente para trás, ou seja, que *não simplesmente* espelha o tempo que, por sua vez, ocorre na “multiplicidade das linhas de temporalidades, dos sentidos mesmo de tempo incluídos em um ‘mesmo’ tempo” (RANCIÈRE, 2011, p. 49). Ou, conforme o “tempo cairológico” de Agamben, outra crítica ao “tempo homogêneo”, “circular ou linear”, “contínuo e infinito”; um tempo que o autor propõe como o do “prazer”, que é um “tempo pleno, descontínuo, finito e completo” (AGAMBEN, 2009, p. 127-128).

<sup>12</sup> Nos estudos e discussões da disciplina de Teoria e Metodologia da História organizada e lecionada pelo professor Dr. Anderson Roberti dos Reis, pude perceber essa importância do tempo (e da mudança) no trabalho do historiador, tendo contribuído significativamente a leitura de de Aróstegui (2006).

<sup>13</sup> Apesar de Thompson (1998), em *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial* contribuir inicialmente para uma compreensão acerca de percepções do tempo pelos diversos agentes sociais, as leituras de Sahlins (2006), Agamben (2009) e Rancière (2011) permitiram-me perceber outras possibilidades do tempo em relação ao mundo dos agentes comuns.



A história, na realidade, não é como desejaria a ideologia dominante, a sujeição do homem ao tempo linear contínuo, mas a sua liberação deste tempo: o tempo da história é o *cairós* em que a iniciativa do homem colhe a oportunidade favorável e decide no átimo a própria liberdade. (AGAMBEN, 2009, p. 128).

Fecho esse diálogo com Agamben justamente por que dele vejo uma libertação mais radical que permite conceber *aquilo que pode ser único* (o *agora*) nos movimentos internos das estruturas sociais e temporais, e esse único pode *fazer-se* também de tempo: o tempo mensurável, mas dentro de si próprio (o tempo do *agora* – e se esse tempo existe, existe o tempo dos múltiplos agora); o tempo múltiplo, de qualidade temporal pois se abaliza, se move, se distingue mas não é dominável (AGAMBEN, 2009, p. 128).

A discussão anterior parte de perspectivas diferentes de leitura sobre o *tempo*, mas que, em seu conjunto (que impede simplificações grosseiras), acabam imprimindo em minha pesquisa um novo senso: o de compreender o *tempo* e a *mudança* em fluxos *históricos móveis e irregulares – imprevistos*, pois, há de se considerar “agentes de carne e osso” que se movimentam nas estruturas sociais em um plural de sentimentos, vontades, oportunidades conferidas pelo *momento único em si*, influências diversas e regramentos sociais que podem ser interpretados ou interiorizados de maneira singular.

Os acontecimentos, as decisões, as ações, expressões, estratégias cotidianas, tudo isso (e mais um pouco) se situa no tempo, e isso eu não nego por que a partir de *fios* da realidade que podem ser puxados, verifica-se o transito temporal marcado na constituição de elementos importantes da estrutura social – valores que são “criados” ou “recriados”, condições sociais flexíveis ao sabor das próprias estratégias e vontades dos agentes que, ou tem seu *agir* interpretando essas regras ou, a consciência delas levam à atos de resistência.

Aqui falo precisamente de como percebo a ligação entre as *estruturas sociais* e as *estruturas temporais*, dentro ou a partir das quais os



ordenamentos de diversas esferas (do jurídico ao cultural) podem não ser decisivos, pois, o *agir* dos agentes esboçam peculiaridades. Por outro lado, a constituição dos elementos que são substrato das estruturas sociais se dá no dinamismo do próprio mundo social, e, por esse motivo, também expressam movimento – e assim, expressa tempo. Esse *movimento* também é tempo, que, neste caso, se desdobra em multiplicidades do tempo, temporalidades diversas, níveis de um tempo *do micro ao macro histórico*. E o *tempo histórico* consistindo na explicação lógica desses processos descontínuos e heterogêneos, demonstrando a relevância e caráter único da mudança.

Difícil exercitar da maneira devida em poucas linhas as percepções de tempo na pesquisa justapondo casos e exemplos oriundos da pesquisa. Ainda mais na efervescência das reflexões após uma jornada de trabalho nos arquivos e proceder com “cruzamentos das vidas” de agentes que tocaram o movimento de ocupação de um território e, no bojo desse movimento, estabeleceram um esquema social peculiar.

Lido com o *mercado de terras* no limiar de uma sociedade agrária específica que, de certa maneira, reproduzia valores e regramentos sociais em voga. O agir nesse mercado comporta tudo isso, o que em muito justifica meu objeto fulcral de investigação de modo a compreender o que as estratégias cotidianas podem revelar de valores e regramentos mais amplos do movimento de ocupação do sudoeste de Goiás. E esses valores e regramentos demonstram *tempo*? Diante do exposto até aqui, a resposta não seria negativa. Arrisco-me dizer que os mesmos são ligantes entre a estrutura social e o *tempo múltiplo e heterogêneo*. Para mim, condiz com o que tem ecoado dos arquivos e das fontes.

Assim, enfatizo ao final que as leituras sobre o tempo aqui versadas me levaram à compreender a necessidade de *qualificação temporal* da *ocupação do sudoeste de Goiás*, movimento datado entre a chegada dos primeiros “apossadores” na década de 1830 e, no epicentro da análise, o *mercado de terras* cuja dinâmica envolvendo esses agentes que cruzaram seus destinos talvez possa ser delimitada geograficamente e no âmbito



das relações e reciprocidades, nos limites que expus logo no começo.

Dessa maneira, a cronologia passa a ser lógica, pois, existia um tempo múltiplo de temporalidades quando observado um evento peculiar, um *movimento* complexo e diverso que, por sua vez, constituiu a sociedade agrária latifundiária, elitista e clientelista com seus jogos de poder e suas redes *peculiares*. Essa sociedade, assim como surgiu, permaneceu dinâmica em seus agir, suas *estratégias cotidianas*, e com isso, ao mesmo tempo *peculiar* e inserida num tempo que esboça regimes e sistemas plurais/diversos do social.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Tempo e história: crítica do instante e do contínuo. In: \_\_\_\_\_. **O que é contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009. p. 111-128.

ARÓSTEGUI, J. Sociedade e tempo. A teoria da história. In: \_\_\_\_\_. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006. p. 253-301.

ATAÍDES, Jezus Marco de. **Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do sul no Brasil Central**. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1991.

FARIA, Sheila S. de C.. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João L. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

FUNES, Eurípedes A. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986.

GINZBURG, C. **História Noturna**. Decifrando o Sabá. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social: notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770-1847**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.



LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cyntia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Y. L.; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005.

MELLO E SOUZA, Laura. **Desclassificados do ouro**. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

MOTTA, Márcia M. Menendes. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

PALACÍN, Luís. **O século de ouro em Goiás**: 1722-1822 – estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 4. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

PORTELA, Cristiane de Assis. Apontamentos acerca da história indígena em Goiás: do índio imaginado ao índio real. In: SERPA, Elio Cantalício; MAGALHÃES, Sônia Maria de. **História de Goiás**: memória e poder. Goiânia: Editora da UCG, 2008. p. 77-108.

RANCIÈRE, J. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M. (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011. p. 21-49.

RICCOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAHLINS, M. D. Cultura e ação na história. In: \_\_\_\_\_. **História e cultura**: apologias à Tucídides. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 121-178.

SILVA, Lígia O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.





# PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO DE PESSOAS “NEGRAS” NOS SERTÕES DO SERIDÓ: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

 Helder Alexandre Medeiros de Macedo<sup>1</sup>

As reflexões desse texto são provenientes de estudos conduzidos no âmbito do projeto de pesquisa *História das mestiçagens nos sertões do Rio Grande do Norte por meio de um léxico das “qualidades” (séculos XVIII-XIX)* (PVF13099-2016), em execução junto à UFRN, no qual objetivo investigar a apropriação e o uso de um léxico de qualidades para denominar, na Freguesia do Seridó, situada nos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte, entre os séculos XVIII e XIX, indivíduos frutos de processos de mestiçagens: “mestiços”, mamelucos, pardos, mulatos, cabras e curibocas. Parto do pressuposto de que os agentes coloniais ligados ao Estado e à Igreja no período em apreço, responsáveis pela maioria esmagadora dos registros que foram conservados, provavelmente, devem ter se apropriado desses vocábulos em seus processos de letramento ou, mesmo, no cotidiano do universo colonial, utilizando-se, em seus ofícios, para a nomeação de pessoas, dependendo de seus referenciais de mundo e das circunstâncias do registro. Disponho de dois corpos documentais prioritários para levar avante essa ideia: regis-

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES). Doutor em História – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O texto é proveniente de projetos de pesquisa apoiados pela UFRN, com concessão de bolsas de iniciação científica, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESq).



## HISTÓRIA DOS SERTÕES: SOCIEDADES COLONIAIS

tros paroquiais (batizado, casamento e óbito) da Freguesia do Seridó, do período de 1788 a 1835 e inventários post-mortem da Comarca de Caicó, referentes ao período de 1737 a 1835.

Outro entendimento é o de que a sociedade colonial instalada na Freguesia do Seridó, apesar de mesclada, conforme indicam as fontes de época, também era composta por pessoas não mestiças. Exemplo a ser dado é o de homens e mulheres qualificados como *brancos*, *pretos*, *negros*, *crioulos* e *índios* nos assentos de batizado, casamento e óbito. Examinando, em particular, esse tipo de fonte produzida pela Igreja Católica, constatei a quase ausência da qualidade de “negro” ou “negra”. Mas, ao mesmo tempo, foi constante a presença da letra “N” ao lado de alguns registros paroquiais, no canto direito ou esquerdo da folha, conforme se pode depreender, a título de exemplo, no assento abaixo transcrito (FGSSAS, LC1809-1821, f. 95v, **grifo meu**):

<p>M.e.l e Maria <b>N. Escr.<sup>os</sup></b></p>	<p>Aos dous dias do mes de Novembro de mil oito centos e dezaseis anos nesta Matris pelas Sete Oras e meia da manhã depois de feitas as proclamaçoens do Costume, e não resultar empedimento algum em minha presença, e das testemunhas Manoel da Silva, e Souza Solteiro, e Caetano Soares Pereira de Santiago Cazado todos desta Freguesia precedendo Confição Sacramental, e exame de Doutrina Christan Se receberam em Matrimonio por palavras de presentes Manoel, e Maria <b>Criollos Escravos</b> de Joaquim Alves de Farias Cazado, morador nesta Freguesia e Logo lhes dei as bençoens nupciaes de que para constar mandei fazer este Assento em que Com as ditas testemunhas me assignei. Ign.<sup>co</sup> Glz. Mello Pro Parocho Manoel da S.<sup>a</sup> e Sz.<sup>a</sup> Caet.<sup>o</sup> Soares Per.<sup>a</sup> de Santiago</p>
---	---

No texto do registro do casamento de Manoel e Maria encontramos a fórmula nome + qualidade + condição, que, segundo Eduardo Paiva, no mundo ibero-americano colonial, de maneira geral, definia um agente social e dava ciência do seu passado, seus ascendentes, suas origens e posições sociais (PAIVA, 2015, p. 123-136). A qualidade de “crioulos”, assim, referia-se à distinção feita pelo pró-pároco Inácio Gonçalves Melo para o casal, que, provavelmente, nasceu já na América portu-  
gue-



sa e tinha como mães mulheres provenientes de África (KARASH, 2000; MATTOSO, 2003; FARIA, 2004; PAIVA, 2015). O conceito de qualidade, largamente utilizado no período colonial e evocado por Eduardo Paiva (2015), indicava a origem de indivíduos no âmbito de uma sociedade de distinções como as de Antigo Regime, podendo representar elementos como a procedência geográfica (Gentio de Angola, europeu), cor da pele (branco, preto, negro), religiosidade (judeu, cristão novo, cristão velho), prestígio (dona, dom), procedência étnica (índio, peralvilho/cigano) e mestiçagem/ancestralidade (pardo, mulato, cabra).

A condição, por sua vez, segundo Eduardo Paiva, “era o certificado jurídico da pessoa”. No mundo ibero-americano colonial um indivíduo poderia se enquadrar, pelo menos, em três condições: a de *escravo* (para aqueles que vieram da África, por meio do tráfico transatlântico, transmitida através da linha matrilinear para seus descendentes, inclusive os nascidos em solo americano), a de *livre* (para aqueles que não estavam sob o jugo da escravidão ou eram descendentes de mães forras) e a de *forro* (para aqueles que foram libertados da condição de escravos após receberem sua alforria; também chamados de libertos ou alforriados) (PAIVA, 2015, p. 161-170). Manoel e Maria, assinalados no registro paroquial transcrito acima, eram, pois, escravos de Joaquim Alves de Farias, senhor da fazenda Conceição, na Ribeira das Espinharas (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 280-281).

Ao lado do assento de casamento de Manoel e Maria, conforme grifo meu na transcrição, encontra-se a letra N seguida da abreviatura de escravos (Escr.<sup>os</sup>), com a mesma grafia do pró-pároco Inácio Gonçalves. Teria usado, pois, o referido sacerdote, a letra N para designar a cor negra, relativa à pele dos crioulos? Esse e outros registros da Freguesia do Seridó levaram-me a problematizar esse uso e investigar os significados possíveis da letra N aposta pelos sacerdotes, ao lado de registros paroquiais do Seridó, no período de 1788 a 1821, cujos resultados preliminares abordamos no presente texto.

Usei, como mananciais para essa investigação, os seguintes livros de assentos paroquiais da Freguesia do Seridó, tomados como amos-



tra: Batizados nº 1 (1803-1806), nº 2 (1814-1818) e nº 3 (1818-1822); e Casamentos nº 1 (1788-1809) e nº 2 (1809-1821).<sup>2</sup> Tomando como inspiração as abordagens da História Serial e Quantitativa (CHAUNU, 1976; FURET, 1995), bem como, do Método Onomástico (GINZBURG; PONI, 1989), optei por um caminho de verificação das informações nos documentos históricos a partir do mapeamento do uso da letra N e da palavra negro/negra nas fontes paroquiais, livro a livro, da forma como segue.

Início a apresentação dos resultados do mapeamento quantitativo com os livros de batizados. O livro nº 01, que vai de 1803 a 1806, contendo 708 registros, não trouxe nenhuma pessoa qualificada como negra ou com a letra N na borda do registro. No livro nº 02, cujos registros vão de 1814 a 1818, em número de 780, a letra N foi utilizada 58 vezes para distinguir pessoas. No caso do livro nº 03, com 1.523 registros, de 1818 a 1822, a mesma letra foi usada 145 vezes como forma de discernir pessoas. Na Tabela 1, a seguir, apresento os dados relativos ao livro de batizados nº 02:

Duas primeiras constatações podem ser feitas pela análise da Tabela 1. A primeira: no período de 1814 a 1822 os sacerdotes da Freguesia do Seridó não usaram a palavra negro ou negra para referir-se a pessoas no interior dos registros de batizados, utilizando-se, tão somente, da letra N, sozinha ou associada com outras letras e/ou abreviaturas, ao lado do assento. A segunda: das 58 vezes em que a letra N foi utilizada, a grande maioria o foi associada com a letra “C”, para 43 pessoas sujeitas à condição de escravas. Seria, o C, um sinônimo da condição de “cativo” ou “cativa”? Ou, da qualidade de “crioulo” ou “crioula”? Nesse mesmo

---

<sup>2</sup> Os dados empíricos obtidos nos livros de Óbitos nº 1 (1788-1811) e nº 2 (1812-1838) não foram apresentados no texto em função dos seus limites. Adianto que, em ambos os livros, há presença de pessoas sendo classificadas com a letra “N” na averbação do registro, enquanto, no livro nº 2, em particular, há uma liberta expressamente qualificada como “Negra Angola”. Realço, ainda, que nos mananciais arquivísticos que são analisados aqui a palavra “negra” nomeia tanto pessoas – objeto da investigação – quanto lugares. Nesse último caso, trata-se da Capela da Serra Negra, na fazenda homônima, dedicada a Nossa Senhora do Ó, na Ribeira das Espinharas, em território da Freguesia do Seridó.



livro, ao lado de um registro, há a indicação, uma única vez, expressa, de “N. Cativa” para uma escrava. Outra associação da letra N foi com “Escr<sup>a</sup>” ou “Escr<sup>o</sup>” para aferir pessoas de condição escrava. E, ainda, a “Forra” (N. Forra), com alusão à condição de liberta dos grilhões da escravidão de Catarina, batizada na Matriz do Seridó em 1816 (FGSSAS, LB1814-1818, f. 114v).

Tabela 1 – Mapeamento de uso da letra N e da palavra negro/negra na Freguesia do Seridó (1814-1818)

Qualidade (no registro)		Condição	Quantidade
No texto	Ao lado		
-	N.C.	Escravo ou escrava	43
-	N	Livre (?)	3
-	N	Escravo ou escrava	3
-	N. Escr <sup>a</sup> ou Escr <sup>o</sup>	Escravo ou escrava	6
-	N. Forra	Forra	1
-	N. Cativa	Escrava	1
-	NL	Livre (?)	1
<b>Total</b>			58

Fonte: elaboração de Helder Macedo a partir de consulta ao Livro nº 02 de Batismos da Freguesia do Seridó (1814-1818). Universo amostral: 780 registros

Houve uma única associação, no batizado de uma criança do sexo feminino, com a letra L, formando o par NL, que, a princípio, poderia referir-se a “negra liberta”. Examinando o conteúdo do registro, verificamos que se trata do batizado de Andreza, em 1816, filha de Roberto Fernandes da Cruz e Ana Quitéria de Brito (FGSSAS, LB1814-1818, f. 122), qualificados em outros registros da freguesia como “pretos forros”, os quais são parte dos ancestrais dos atuais moradores da comunidade quilombola de Boa Vista dos Negros, situada na zona rural de Parelhas-RN (MACEDO, 2016). Desse modo, o par NL, nesse caso, provavelmente, deveria significar “negra livre”, a julgar pela condição de forros dos pais da pequena Andreza.



A letra N, sozinha, foi utilizada para referir-se a pessoas em duas condições jurídicas: em 3 casos, com alguma probabilidade, a pessoas “livres”, considerando que não se fez remissão direta ao estatuto de escrava ou forra; em 3 outros casos, a pessoas sujeitas à escravidão.

Apresento, em seguida, a Tabela 2, com os dados do livro de batizados n° 03:

Tabela 2 – Mapeamento de uso da letra N e da palavra negro/negra na Freguesia do Seridó (1818-1822)

Qualidade (no registro)		Condição	Quantidade
No texto	Ao lado		
-	N.C.	Escravo ou escrava	127
-	N	Livre (?)	9
-	N	Liberto	1
-	N	Escravo ou escrava	8
<b>Total</b>			145

Fonte: elaboração de Helder Macedo a partir de consulta ao Livro n° 03 de Batismos da Freguesia do Seridó (1818-1822). Universo amostral: 1.523 registros

Para o período de 1818 a 1822, das 1.523 crianças batizadas na freguesia, 145 foram classificadas com a letra N, sozinha ou em par com a letra C (N.C.), correspondendo às mesmas duas constatações que chegamos ao examinar o livro de batizados n° 1: a ausência do uso da palavra negro ou negra no interior do registro e a grande maioria das pessoas listadas com a letra N como sendo, também, escravas. Registros de batizados de 127 pessoas receberam o par NC, ao lado do assento, para distinção, ficando ainda o questionamento se a letra C corresponde a cativo/cativa ou crioulo/crioula.

Um dos usos da letra N foi relativo ao batizado, em 1820, do pequeno José, filho natural de Benedita, escrava de dona Joana Batista, moradora na Povoação do Jardim das Piranhas, o qual, segundo o texto do documento, foi alforriado antes da cerimônia de batismo (FGSSAS, LB1818-1822, f. 145).



Nove pessoas foram batizadas no período e tiveram a letra N aposta do lado de seu registro. Suponho que fossem pessoas livres, já que termos ligados às condições de escravo ou forro não foram incluídas no assento. Entretanto, trata-se de uma hipótese, que só poderá ser confirmada com estudos de cruzamento nominativo. São as seguintes pessoas: 1 – Francisco, filho de Miguel Domingues dos Santos e Ana Joaquina de Jesus (1819); 2 – Maria, filha de Manuel Fernandes da Cruz e Vitorina Maria, pretos forros (1819); 3 – Juliana, filha de Gonçalo Freire e Joana Maria, pretos forros (1820); 4 – Ana, filha de Domingos Fernandes da Cruz e Josefa Maria (1820); 5 – Caetana, filha dos mesmos Miguel Domingos e Ana Joaquina, já referidos (1820); 6 – José, filho de João Fernandes Vieira e Juliana Pereira das Neves (1821); 7 – Gonçala, filha de Caetano da Cunha e Nicácia Maria (1821); 8 – José, filho de Domingos Fernandes da Cruz e Josefa Maria da Conceição (1822); 9 – Joaquim, filho de Filipe(?) da Silva e Izabel Inácia de Souza (1822) (FGSSAS, LB1818-1822, fs. 50, 62v, 86v, 112, 125v, 128v, 169v, 237v e 247v). Das nove crianças acima citadas, podemos ter alguma precisão da sua condição de livres para aquelas de número 2, 4 e 8, pois seus pais são ancestrais da comunidade quilombola Boa Vista dos Negros, já referida (MACEDO, 2016). E, igualmente, no caso de José, filho de João Fernandes e Juliana Pereira, que foram qualificados como crioulo/preto e preta, respectivamente, no seu casamento, ocorrido em 1801, família já estudada anteriormente por Maiara Araújo (ARAÚJO, 2013).

No caso dos assentos de casamentos da Freguesia do Seridó, os dados do livro nº 01, relativo ao período de 1788 a 1809, estão sintetizados abaixo, nas Tabelas 3 e 4:



## HISTÓRIA DOS SERTÕES: SOCIEDADES COLONIAIS

Tabela 3 – Mapeamento de uso da letra N e da palavra negro na Freguesia do Seridó (1788-1809) para noivos

Qualidade (no registro)		Condição	Quantidade
No texto	Ao lado		
Crioulo	N	Escravo	1
-	N	Livre (?)	1
Gentio de Angola	N	Escravo	3
Total			5

Fonte: elaboração de Helder Macedo a partir de consulta ao Livro n° 01 de Casamentos da Freguesia do Seridó (1788-1809). Universo amostral: 543 registros

Tabela 4 – Mapeamento de uso da letra N e da palavra negra na Freguesia do Seridó (1788-1809) para noivas

Qualidade (no registro)		Condição	Quantidade
No texto	Ao lado		
Crioula	N	Escrava	1
Gentio de Angola	N	Escrava	2
Gentio de Angola	N.C.	Escrava	1
-	N	Forra	1
Total			5

Fonte: elaboração de Helder Macedo a partir de consulta ao Livro n° 01 de Casamentos da Freguesia do Seridó (1788-1809). Universo amostral: 543 registros

De um total de 543 uniões sacramentadas pela Igreja Católica, no período de 1788 a 1809, apenas em 05 delas tem-se a letra N distinguindo os nubentes, e, nesse caso, associando a maioria dessas pessoas, tanto no caso dos homens, quanto no caso das mulheres, à escravidão. A mulher forra, classificada como N, nesse livro de casamentos, é Maria da Silva Fernandes, que casou, na Fazenda dos Angicos, Ribeira do Quipauá, em 1809, com Paulo Álvares, escravo de Gonçalo Álvares Gammeiro. Maria da Silva era filha natural de Tereza Fernandes (FGSSAS, LC1788-1809, f. 140v). A julgar pelo sobrenome Fernandes e pela proximidade geográfica com a área onde se situa, atualmente, a comunidade quilombola Boa Vista dos Negros, suponho que Tereza Fernandes fosse aparentada dos Fernandes da Cruz, já mencionados aqui nesse texto.





O caso da pessoa classificada como N, na borda do registro, e que possivelmente era um homem livre, é o de Gonçalo Pereira, filho de José Brimudes e Custódia Pereira do Nascimento, o qual, em 1808, na Matriz do Seridó, casou com Manuela Maria do Nascimento – classificada como “P” no assento –, filha de Manuel de Campos e Cosma Juliana (FGSSAS, LC1788-1809, fs. 138v). Uma irmã de Gonçalo Pereira, de nome Florência Pereira, foi classificada pelo padre que fez o registro de seu casamento, em 1801, como “parda”. Esta última casou com Aleixo Ferreira de Lima, filho natural de Rosa Maria da Assunção (FGSSAS, LC1788-1809, f. 70).

Um outro irmão de Gonçalo Pereira, Leandro José Brimudes, anteriormente, em 1793, casou com Margarida Araújo e não teve a sua qualidade indicada no assento pelo vigário (FGSSAS, LC1788-1809, f. 20). É possível, pois, que se esteja tratando de uma família de pessoas com qualidades construídas em termos da distinção pela cor (no caso da letra N, atribuída a Gonçalo Pereira, admitindo-se que seja indicativa de negro) ou pela ancestralidade (no caso de Florência Pereira, qualificada como parda) e que não mantinham, ao menos, na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, relações diretas com o mundo da escravidão.

Para além dos aspectos ligados às condições jurídicas de forra – no caso de Maria da Silva Fernandes – e de livre – no caso, provavelmente, de Gonçalo Pereira –, os assentos das pessoas escravizadas que receberam a letra N, na borda do livro de casamento, foram qualificadas, expressamente, no próprio texto do registro, como crioulo/crioula ou Gentio de Angola. Essa última, uma distinção que diz respeito à procedência de pessoas oriundas de África e, no caso da qualidade de crioulo/crioula, conforme já tratei na Introdução, referia-se àqueles e àquelas já nascidas na América portuguesa, de mãe africana. Essa associação entre homens e mulheres que tiveram suas qualidades de Gentio de Angola e de crioulo/crioula vinculadas à letra N, nos registros paroquiais, pode ser um indicativo a mais de que se está diante de um cenário onde o “N” signifique, dentro dos elementos da qualidade, a cor da pele.



As Tabelas 5 e 6, abaixo, demonstram os dados extraídos do livro de casamentos nº 2 da Freguesia do Seridó, que vai de 1809 a 1821:

Tabela 5 – Mapeamento de uso da letra N e da palavra negro na Freguesia do Seridó (1809-1821) para noivos

Qualidade (no registro)		Condição	Quantidade
No texto	Ao lado		
Crioulo	<b>N</b>	Escravo	2
-	<b>N</b>	Livre (?)	4
Gentio de Angola	<b>N</b>	Escravo	2
Gentio de Angola	<b>N.C.</b>	Escravo	1
-	<b>N</b>	Escravo	1
-	<b>N</b>	Liberto	2
Angola	<b>N</b>	Escravo	1
Gentio de Guiné	<b>N</b>	Escravo	1
-	<b>Negro</b>	Escravo	1
-	<b>N.C.</b>	Escravo	2
<b>Total</b>			17

Fonte: elaboração de Helder Macedo a partir de consulta ao Livro nº 02 de Casamentos da Freguesia do Seridó (1809-1821). Universo amostral: 643 registros

As informações obtidas com o rastreamento nesse livro de casamentos oportunizaram a constatação de uso da palavra “negro” 1 vez e “negra” 2 vezes, tanto na borda do assento matrimonial, quanto na própria descrição do registro. Trata-se, aqui, das primeiras menções, em fontes paroquiais da Freguesia do Seridó, ao uso dessa palavra, textualmente, num assento de casamento. Dentre as 643 celebrações matrimoniais realizadas no território do Seridó, em 18 temos a presença de homens e em 22 de mulheres distinguidas com a letra N ou a palavra negro/negra.



Tabela 6 – Mapeamento de uso da letra N e da palavra negra na Freguesia do Seridó (1809-1821) para noivas

Qualidade (no registro)		Condição	Quantidade
No texto	Ao lado		
Crioula	N	Escrava	2
Gentio de Angola	N	Escrava	3
Gentio de Angola	N	Liberta	1
-	N	Livre (?)	6
-	N	Liberta	3
Crioula	N.C	Escrava	1
Angola	N	Escrava	1
Preta	N	Livre (?)	1
-	Negra	Escrava	1
Negra	-	Escrava	1
-	N.C	Escrava	2
Total			22

Fonte: elaboração de Helder Macedo a partir de consulta ao Livro nº 02 de Casamentos da Freguesia do Seridó (1809-1821). Universo amostral: 643 registros

Seguindo o padrão das outras fontes até agora examinados, a maioria dessas pessoas estavam ligadas diretamente ao mundo da escravidão. Dos 17 noivos, 11 eram escravos, 02 eram libertos e 4, possivelmente, eram livres, se considerarmos a não inserção de maiores detalhes, por parte do vigário que fez o registro, nos seus assentos de matrimônio. Dentre esses 4 homens, 2 eram concunhados: Severino dos Mártires, natural de Campina Grande e filho de Manuel da Conceição e Teodora Maria; e José Fidélis dos Santos, filho natural de Rosa Maria. Ambos casaram com duas filhas de Domingos da Rocha de Vasconcelos e Tereza Fernandes de Jesus, de nomes Ana Maria da Conceição e Custódia Pereira da Conceição, em 1813 e 1818, respectivamente (FGSSAS, LC1809-1821, fls. 32 e 130v-131). Os dois casais foram assinalados com a letra N na averbação dos registros de matrimônio, que ocorreram na Fazenda Caldeirão e Capela da Conceição, ambos os lugares situados na Ribeira do Seridó.



Os outros 2 homens eram irmãos: Antonio da Cunha Nunes e Caetano José de Araújo, ambos classificados como N ao lado do registro, filhos de Antonio da Cunha Calheiros e Maria Rita da Paz (ou da Conceição). Antonio da Cunha casou, em 1812, na Capela do Acari, com a índia Ana Joaquina da Silva, natural da Freguesia do Açú, filha de Matias Pereira e Narcisa da Silva Bezerra. Caetano José, por sua vez, casou em 1816, na Capela de Santa Ana dos Currais Novos, com Nicácia Maria da Conceição, filha de Francisco Gonçalves de Andrade e Sutéria Barbosa, pretos forros (FGSSAS, LC1809-1821, fls. 27v e 95).

Das 22 noivas presentes nos termos de casamento do livro nº 2 da freguesia, metade era de condição escrava, 4 eram libertas e, 7, provavelmente, livres. Dessas últimas, 4 já foram mencionadas nos parágrafos precedentes: Nicácia Maria, Custódia Pereira, Ana Maria e Ana Dias. Das outras mulheres que, suponho, eram livres, duas foram casadas com índios: Maria dos Prazeres, noiva “posta” na casa de dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, que casou, na Capela do Acari, em 1813, com o índio Elias da Cunha, natural da Vila Viçosa, filho de Henrique da Cunha e Luiza Maria; e Luiza Maria do Espírito Santo, filha de Cosme Damião e Joana Maria (ou Joana Paula), pretos, que casou, em 1811, na Matriz do Seridó, com o índio Joaquim José de Santa Ana, natural do Ceará e filho de João de Deus e Brígida Maria. A terceira, Francisca Maria de Jesus, casou inicialmente com Manuel José Fernandes e, em segundas núpcias, desposou, em 1816, Estevão Ferreira da Silva, também classificado como N, liberto de Manuel Gonçalves Ferreira (FGSSAS, LC1809-1821, fls. 28v-29, 9v e 78).

As relações genealógicas que explicitarei nos parágrafos anteriores, para elucidar os entrelaçamentos entre homens e mulheres distinguidos nas fontes da Igreja com a letra N e provavelmente livres, para além de informarem acerca de escolhas matrimoniais na sociedade colonial, indiciam parte do painel que se pode desenhar para os contatos entre indivíduos de, também, qualidades diferentes, como pretos, negros e índios, no mesmo espaço da freguesia.



Nas Tabelas 5 e 6 listamos as qualidades atribuídas, no texto oficial do registro de casamento, aos homens e mulheres também distinguidos, ao lado do assento, com a letra N: Gentio de Angola/Angola, Gentio de Guiné, crioulo/crioula, preta e a própria palavra negra. Segundo Eduardo França Paiva, além dos termos que designam nações (como Nação Congo, Nação da Costa), os vocábulos preto, negro, escravo, africano, Guiné, etíope, sudanês e natural foram aplicados, em diferentes épocas e espaços, para qualificar, especificamente, os africanos na América luso-espanhola. O autor adverte, contudo, que, embora, a partir de meados do século XVI, os termos negro, preto e escravo tenham sido apreendidos, pelos agentes coloniais, como sinônimos, nem todo escravo era negro africano e, por outro lado, a maioria dos negros africanos, na América luso-espanhola colonial, eram escravos (PAIVA, 2015, p. 199-221).

Considerando que os qualificativos listados nas Tabelas 5 e 6, já aludidos, foram geralmente empregados, no período colonial e parte do imperial, para remeter às gentes vindas de África – no caso de Angola, Guiné, preta e negra – ou a primeira geração de rebentos filhos de mães africanas – no caso de crioulo/crioula –, não é inválido supor que, ao incluírem a letra N ao lado dos registros, os padres estavam se referindo a pessoas cuja qualidade era distinguida, sobremaneira, pela cor da pele.

No território, pois, da Freguesia do Seridó, entre 1788 e 1821, a letra “N”, nos registros paroquiais de batizado e casamento, denominou pessoas oriundas de diferentes qualidades e condições, no âmbito das dinâmicas de mestiçagens. Esse conceito, proposto por Eduardo Paiva, explica a convivência, nas sociedades iberoamericanas, de agentes históricos não mestiços (índios, negros, pretos, brancos), responsáveis, em certa medida, também, pela nomeação de pessoas mestiças (pardos, mulatos, cabras). Conforme o autor, as dinâmicas de mestiçagens “foram as práticas históricas que moldaram o cotidiano das relações sociais na Ibero-América, forjando sociedades profunda e indelevelmente mestiçadas”, mas, ao mesmo tempo, se constituem em ferramental teórico



para que se investigue “os processos históricos de mesclas biológicas e culturais ibero-americanos, e não apenas o produto final, misto” (PAIVA, 2015, p. 42). Evidentemente, nos limites do presente texto, a análise dos dados não conseguiu avançar no rastreamento de parentes diretos (ascendência e descendência) e colaterais das pessoas classificadas como “N”, o que ficará para momento posterior.

A letra “N” figurou, provavelmente, a partir dos dados compilados dos livros de batizado e casamento da freguesia, como sinônima de negro/negra ou correlato a preto/preta e ainda a crioulo/crioula, podendo-se pensar em operações de qualificação, feitas pelos sacerdotes, que, no momento do registro, levaram em conta elementos como o fenótipo (cor da pele), a procedência geográfica (África) e mesmo a percepção sobre a crioulação na América (PARÉS, 2005; LIMA, 2009). Outras investidas fazem-se necessárias, como a análise do uso da letra N e palavra negro/negra nos assentos de óbitos da freguesia, bem como, o cruzamento com fontes judiciais, na tentativa de reconstruir genealogias (ascendências e descendências) desses homens e mulheres que atuaram, junto com brancos, índios, pardos, mulatos, mamelucos e curibocas na construção da sociedade sertaneja no Seridó.

## FONTES

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS)

Casa Paroquial São Joaquim, Caicó, RN

Livro de Batizados nº 01, 1803-1806, manuscrito

Livro de Batizados nº 02, 1814-1818, manuscrito

Livro de Batizados nº 03, 1818-1822, manuscrito

Livro de Casamentos nº 01, 1788-1809, manuscrito

Livro de Casamentos nº 02, 1809-1821, manuscrito



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maiara Silva. Caminhos que se cruzam: relações socioeconômicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (século XVIII) a partir de dois inventários post-mortem. In: COLÓQUIO NACIONAL HISTÓRIA CULTURAL E SENSIBILIDADES, 3., 2013, Caicó. Anais do Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades. Caicó: DHC-CERES-UFRN, 2013. p. 1111-1123.

CHAUNU, Pierre. Os novos domínios da História Serial. In.: SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.). **Teoria da História**. Editora Cultrix, 1976. p. 66-72.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850). 2004. 278f. Tese (Concurso para Professor Titular em História do Brasil – Departamento de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FURET, François. O quantitativo em História. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História**: novos problemas. 4.ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 49-63.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de António Narino. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-91.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Aspectos da escravidão do Seridó em documentos históricos. In: CAVIGNAC, Julie; MACÊDO, Muirakytan K. de (Org.). **Tronco, ramos e raízes!** História e patrimônio cultural do Seridó Negro. Natal: EDUFRN, 2016. p. 257-291.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Tradução de James Amado. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PARÊS, Luís Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 33, 2005.



# ANTROPÔNIMOS DE PARDOS E PARDAS NA FREGUESIA DO SERIDÓ (1788-1809): APORTES INICIAIS SOBRE A ADOÇÃO DE SOBRENOMES<sup>1</sup>

 Mara Gabrielly Batista de Macêdo<sup>2</sup>

 Helder Alexandre Medeiros de Macedo<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVIII e XIX, encontramos registros expressos de “pardos” e “pardas” na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, inscritos nos livros de assento de batizado, casamento e óbito. Seja na averbação – espaço que fica ao lado do registro, na borda da página do livro - ou no corpo do próprio assento, especificamente, do primeiro livro de casamentos (1788-1809) da mencionada freguesia, situada no sertão do Rio Grande do Norte, essas palavras apareciam. Na Península Ibérica, o vocábulo “pardo” já era utilizado antes da chegada dos portugueses e espanhóis no Novo Mundo. O termo queria dizer pele de animal e teria sido usado em Portugal ainda no século XII (PAIVA, 2012, p. 233).

<sup>1</sup> O presente trabalho adveio do projeto de pesquisa “História das mestiçagens nos sertões do Rio Grande do Norte por meio de um léxico das ‘qualidades’ (Séculos VXIII-XIX)” (PIBID-UFRN), com o atual plano de trabalho “Genealogias de pardos na Ribeira do Seridó (Séculos XVIII-XIX)”, coordenado pelo professor Helder Macedo.

<sup>2</sup> Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES). Bolsista PIBIC.

<sup>3</sup> Orientador e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES). Doutor em História – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).





Ocorre que, a partir do século XVI, “pardo” transformou-se em uma categoria comum que, muitas das vezes, indicava a “qualidade”<sup>4</sup> - quando o indivíduo era proveniente de alguma mistura com negros, crioulos, mulatos ou zambos, que poderia ter ocorrido com brancos ou índios, sobretudo - e, de outras vezes, denotando a cor da tez (PAIVA, 2012, p. 234). Questionamos, então: quem são e quais são os sobrenomes daqueles expressamente registrados como pardos e pardas que se casaram na Freguesia do Seridó (1788-1809)? Quais eram as suas condições? Como se deu a formação de suas famílias? Partindo do estudo de suas genealogias<sup>5</sup>, analisamos a adoção de sobrenomes em famílias destas pessoas, perscrutando, de início, o primeiro livro de casamentos da Freguesia do Seridó (1788-1809).

Conforme os escritos de Helder Macedo (2013, p. 15), a Freguesia do Seridó abarcava as ribeiras banhadas pelo Rio Seridó e seus afluentes, constituindo-se em um território católico que se sobrepôs aos anteriores territórios indígenas. Essa região estava localizada na porção centro-meridional da Capitania do Rio Grande, ocupando, também, porções da Paraíba, congregando o aspecto religioso e, ao mesmo tempo, administrativo, sendo uma instância da metrópole portuguesa instaurada nessas áreas com o objetivo de consolidar a ocupação, o povoamento colonial e a espiritualidade sertaneja. (MACEDO, 2013, p.15).

<sup>4</sup> De acordo com o historiador Eduardo França Paiva (2012), “qualidade/calidade/calidad” é um termo/conceito latinizado, possivelmente, pelo filósofo romano Cícero. É evidenciado ainda em seus escritos que esta categoria era empregada para distinguir a forma do corpo – beleza e figura –, o exterior dele, associando o termo à nobreza e a “genere clarus”, isto é, a nobre, branco, ocidental e cristão, em oposição a mouro, oriental e infiel, que teriam pretensamente sangue infecto. (PAIVA, 2012, p. 19). O autor registrou que são percebidas várias definições possíveis para “qualidade”, mas neste trabalho entenderemos como “categoria geral”, que será mais bem esmiuçada adiante.

<sup>5</sup> Com inspiração em Dupaquier (1993, p. 346), entendemos a genealogia nesta pesquisa como a reconstituição do quadro dos ancestrais e descendentes de um indivíduo.



Nesse território, portanto, genealogias pardas advieram das dinâmicas de mestiçagens<sup>6</sup> que aconteceram na Capitania do Rio Grande, no processo de dominação colonial.

Por outro lado, essas dinâmicas não se restringiam às misturas, eis que para existirem, abarcavam e incorporavam ao seu fazer-se as “matrizes” originais – como os indígenas, os brancos e os africanos -, ainda que representadas como “puras” e imutáveis (PAIVA, 2012, p. 33).

É preciso que nos lembremos do complexo encontro gerado pela colonização. O Novo Mundo passava pelos processos de ocidentalização e cristianização impostos pelos colonizadores e, em razão disso, muitas eram as novidades. Foi necessária a criação e a utilização de novos sentidos e de um léxico para nomear tudo aquilo que era novo, conforme discute Eduardo Paiva (2012).

Sublinhamos, ainda, com fulcro nos ensinamentos de Eduardo França Paiva (2012), que as formas de uso, as identificações e classificações geradas no processo de criação da taxonomia humana desse período e deste léxico tiveram uma relação intrínseca com a formação das sociedades dominadas pelos portugueses e espanhóis, bem como pela necessidade de dar nomes às novidades que as dinâmicas de mestiçagens produziram.

Desse modo, esse léxico foi resultado de incorporações de antigas e novas categorias de classificação e distinção por parte da população da Ibero-américa. Não eram, portanto, uma mera imposição dos governantes ou colonizadores, mas sim uma construção dada por diversos grupos sociais e pelo mundo trabalho, em razão das demandas daquele tempo e espaço.

---

<sup>6</sup> Dinâmicas de mestiçagens são [...] um conceito que acentua a importância da mobilidade e do trânsito de pessoas, culturas, objetos, fauna, flora, maneiras de viver e formas de pensar, o que produziu mesclas biológicas e culturais, assim como superposições, interseções, discursos e representações de pureza e de impermeabilidade também. Deste modo, sublinham a complexidade e o movimento das misturas e de seus produtos em oposição à somatória de raças, cujo resultado é a fusão das partes em uma outra e única raça, equação quase matemática, que tradicionalmente lastreou-se na evolução rumo ao branqueamento e a civilização (PAIVA, 2012, p. 210).



Para, então, nos aproximarmos dos léxicos produzidos pelas dinâmicas de mestiçagem, precisamos entender o que eram condições e qualidades.

Como dito, as “condições/condiciones” são uma categoria fundamental para se compreender como se dava a “nomeação” das pessoas. Por um lado, podiam ser confundidas com “estado” e significar boa ou má condição; se rico, pobre, nobre ou plebeu (PAIVA, 2012, p. 20). Porém, para os fins da presente pesquisa, temos que as condições jurídicas possíveis a um indivíduo eram três: livre, escravo, forro (ou liberto).

Noutro quadrante, “qualidade”, como categoria geral, a partir do encontro colonial no Novo passou a abranger as várias “qualidades” ou “castas”, cada uma lastreada em características físicas e resultados de relações entre índios, negros, crioulos e mestiços no geral. Assim, é possível dizer que as qualidades diferenciavam, hierarquizavam e classificavam os indivíduos e os grupos sociais a partir de origem e/ou do fenótipo e/ou ascendência deles.

Eles variaram bastante de época para época, de região para região e, também, em uma mesma época e em uma mesma região e seu emprego dependeu de percepções nem sempre padronizadas por parte de autoridades e populares além de poderem ser mudadas de acordo com conveniências e circunstâncias (PAIVA, 2012, p. 20).

Desse modo, a preocupação em examinar os antropônimos<sup>7</sup> - neste caso os sobrenomes - de homens e mulheres pardos da Freguesia do Seridó (1788-1809) é também uma forma de registrar as dinâmicas de mestiçagens na formação da população da região estudada, que, diferente do que nos faz querer crer a historiografia tradicional, não teve a sua ocupação limitada às ditas “matrizes”, os elementos luso-brasílicos, indígenas e africanos.

No que toca à historiografia, foram suportes as obras dos autores acadêmicos: Helder Macedo, com sua tese “Outras famílias do Seridó:

---

<sup>7</sup> “Antropônimos” são aqui entendidos como “sobrenomes”.



Genealogias Mestiças no Sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVII-I-XIX)” de 2013 e Maiara Araújo, com a sua dissertação “Tropas pagas e ordenanças: Perfil social dos militares da Capitania do Rio Grande (Séculos XVII-XIX)” de 2019. Estes dois estudos foram importantes inspirações e guias para pensar as pessoas pardas e seus registros.

Sobre o trabalho de Helder Macedo (2013), que estudou genealogias mestiças na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, entre o século XVIII e primeiras décadas do século XIX, observando qual o lugar dos mestiços na formação de famílias nesse território. Este estudo foi produzido a partir da macro histórica e da micro histórica, momento em que examinou as histórias de vida de Nicolau Mendes da Cruz, Francisco Pereira da Cruz e Feliciano da Rocha de Vasconcelos. A tese que demonstra é a de que houve participação de elementos mestiços, cujas genealogias são marcadas por descendentes de diferentes qualidades e condições.

O segundo trabalho examinado foi a dissertação de Maiara Araújo (2019), em que a autora examinou o ingresso de sujeitos mestiços na administração militar da Capitania do Rio Grande, com ênfase naqueles que residiram na Ribeira do Seridó, entre os séculos XVII, XVIII e XIX. Além de fontes militares (assentamentos de praça), utilizou documentos paroquiais (registros de batismo, matrimônio e óbito) e judiciais (inventários post-mortem e cartas de alforrias), examinando-as através de um cruzamento de dados e das metodologias quantitativa, serial e qualitativa. Este estudo possibilitou preencher lacunas historiográficas no que toca à existência de pesquisas que discutam a administração militar na Ribeira do Seridó e na própria Capitania do Rio Grande, tendo como foco a atuação de sujeitos mestiços nesse âmbito da administração colonial.

Compulsamos ainda os escritos dos autores eruditos, quais sejam: José Augusto Bezerra de Medeiros, em seu livro “Famílias Seridoenses” de 1940; José Adelino Dantas, a partir do livro “Homens e Fatos do Seridó Antigo” de 1962, e Olavo de Medeiros Filho, com sua clássica obra “Velhas Famílias do Seridó” de 1981.



José Augusto Bezerra de Medeiros em sua obra “Famílias Seridoenses” (1940) tratou em capítulos o que considerou os “trancos genealógicos”, que seriam as famílias: Araújo Pereira, Dantas Corrêa, Azevêdo Maia, Batista, Medeiros, Lopes Galvão, Bezerra de Menezes e Fernandes Pimenta. Para tanto, realizou uma vasta pesquisa documental, utilizando como uma de suas fontes a “Genealogia dos nossos antepassados...” escrita por Manuelzinho do Navio.

O segundo livro, “Homens e Fatos do Seridó Antigo (1962)”, escrito por José Adelino Dantas, embora não tivesse como objetivo maior ser um livro de genealogia, também destacou famílias e sua suposta origem lusitana. Contudo, é preciso que se diga que outros grupos sociais, como pretos, índios e escravos, também são mencionados, principalmente, em razão da amplitude de fontes que o autor utilizou.

Destes livros “clássicos”, o livro “Velhas Famílias do Seridó” é considerado uma bibliografia indispensável para os estudos da genealogia seridoense e possui um arcabouço assemelhado ao livro “Famílias Seridoenses” de José Augusto.

As famílias estudadas por Olavo de Medeiros Filho, desdobradas em onze capítulos, são as de Pedro Ferreira das Neves, da Fazenda da Cacimba da Velha; Tomaz de Araújo Pereira, da Fazenda São Pedro; Alexandre Rodrigues da Cruz, da Fazenda Acauã; Manoel Pereira Monteiro, da Fazenda Serra Negra; Antônio Garcia de Sá, da Fazenda do Quimporó; Domingos Alves dos Santos, da Fazenda Lajes; Antônio de Azevedo Maia, da Fazenda da Conceição; Cipriano Lopes Galvão, da Fazenda do Tororó; Antônio da Rocha Gama, da Vila do Príncipe; Antônio Fernandes Pimenta, da Fazenda do Riacho do Pimenta; e Manoel Carneiro de Freitas, da Fazenda da Lagoa Nova.

Nestas clássicas obras, os elementos luso-brasílicos são exaltados em detrimento dos demais. Havia certa necessidade de destacar o homem português, sobretudo, como principal fundador do Seridó. Claro, os autores são produtos também de seus tempos e, embora tenham fei-



to profunda pesquisa documental, eles não eram historiadores acadêmicos, o que também deve ser considerado em nossa análise.

No que tange à seleção e consulta das fontes, além do exame dos registros eclesiásticos de casamentos do livro de nº 01 (1788-1809), foi realizado o cruzamento de dados com outros registros religiosos, como o livro de batizados nº 01, 1803-1806; o livro de batizados nº 02, 1814-1818; o livro de batizados nº 03, 1818-1822; livro de enterros nº 01, 1788-1811 e o livro de enterros nº 02, 1812-1838, utilizando, para tanto, bancos de dados criados por antigos bolsistas do projeto de pesquisa, quais sejam Maiara Araújo, Isac Medeiros, Alda Medeiros e Matheus Barbosa.

Como mote de inspiração para o desenvolvimento da pesquisa, tivemos o Método Onomástico (GINZBURG; PONI, 1989). Ademais, com o escopo de quantificar as pessoas registradas como pardas, verificar quais foram os antropônimos utilizados e como se deu a formação destas famílias, utilizamos preceitos da História Quantitativa, da História Serial (CHAUNU, 1976; FURET, 1995).

## **RESULTADOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ANTROPÔNIMOS DE PESSOAS PARDAS DO SERIDÓ**

Em nossas análises das famílias estudadas, pudemos observar que a condição e o “gênero” da pessoa muito têm a ver com os seus antropônimos. Foi notado que, em muitos registros, a qualidade dos noivos simplesmente não foi indicada. Em outras situações, apenas na averbação aparecia a abreviação de “P.”, que podia, ora representar a qualidade de “pardo/parda” ou “preto/preta”, dependendo do pároco responsável pelo registro. Desse modo, optamos aqui por trabalhar com a qualidade de fato expressa para diminuir as imprecisões, isto é, levamos em conta apenas as pessoas que tiveram a palavra “pardo” ou “parda” apostas ao seu nome, como qualificativo, seja na borda da página do livro de assento, seja no corpo do registro.



Examinando os dados provenientes do livro de casamentos nº 01 da Freguesia do Seridó (1788-1809), percebemos um total de 543 matrimônios. Deste total, foram encontrados 60 casamentos em que pelo menos um dos nubentes foi registrado expressamente como pardo ou parda, sendo 51 homens e 54 mulheres.

Dentro destes 60 casamentos, em 45, ambos os nubentes eram expressamente pardos. Dos 51 homens pardos, 6 eram libertos ou forros; 8 eram cativos ou escravos; 1 livre e 36 não tiveram a sua condição indicada. Das 54 mulheres pardas, 7 eram libertas ou forras, 5 eram escravas e 42 não tiveram a sua condição indicada.

Acerca dos antropônimos, dentre outros, estes são alguns elencados: Pereira (8), Santos (6), Silva (6), Ferreira (5), Gomes (4), Oliveira (4), Lima (3), Moura (3), Neves (3), Tavares (3), Costa (2), Cruz (2), Souza (2), Álvares (1), Araújo (1), Correia (1), Melo (1), Medeiros (1), Mendonça (1) e Nunes (1). Preliminarmente, identificamos alguns sobrenomes que podem estar ligados às “Velhas famílias do Seridó”, como Medeiros, Araújo, Álvares, Neves e Correia.

Em razão das reduzidas dimensões deste trabalho, investigamos apenas duas genealogias mestiças<sup>8</sup> em que ambos os nubentes eram pardos expressos, quais sejam as famílias de: Matias Pereira da Cruz e de Ana Maria da Conceição; e Sebastião Mendes das Neves e Simôa Tavares das Neves.

## **MATIAS PEREIRA DA CRUZ E DE ANA MARIA DA CONCEIÇÃO**

O casal de pardos, Matias Pereira da Cruz e Ana Maria da Conceição, casou-se em 12/10/1806 na matriz do Seridó (FGSSAS, LC1788-1809, f. 127-127v). Ele, filho de Veríssimo Pereira da Cruz e Leandra Tavares

<sup>8</sup> Em conformidade com Helder Macedo (2013, p. 7), genealogias mestiças são compreendidas neste trabalho como as parentelas formadas, no período de 1788-1809, a partir de mestiçagens, isto é, em que os indivíduos que se tornaram troncos de famílias não descendem, somente, de luso-brasílico.



da Silva. Ela, também conhecida como Ana Rosa, era filha de Manuel José da Cruz e Maria da Conceição, carregando antropônimo religioso<sup>9</sup> assim como sua mãe. Embora em seu registro de casamento apareçam ambos como pardos, os seus genitores não tinha qualidade indicada. Sublinhamos que, acerca da nubente, as informações são escassas e, além disso, não encontramos descendentes do casal.

Sobre Matias Pereira da Cruz, é sabido que faleceu em 27/12/1813, de lepra, na Fazenda Pé de Serra, tendo sido sepultado na Capela do Acari (FGSSAS, LE1812-1838, f. 13). Em seu registro de enterro, a sua qualidade aparece de modo expresso e também na margem do Livro de Enteros, tendo sido abreviada para “P.”

Ainda como fruto de nossas buscas, achamos um irmão seu de nome José Pereira da Cruz. No registro do casamento de José Pereira e de sua mulher Joana Maria da Conceição não aparece indicação da qualidade dos nubentes (FGSSAS, LC1788-1809, f. 131-131v). Matias e José faleceram no mesmo ano de 1813, sendo a causa da morte desse último a “hidropisia” (FGSSAS, LE1812-1838, f. 8v). No seu registro do óbito, a qualidade aparece na averbação apenas como “P.”

Em sua tese “Outras Famílias do Seridó”, Helder Macedo (2013, p. 214) estudou a descendência do pardo Francisco Pereira da Cruz da Fazenda Saco. Acreditamos que, provavelmente, Veríssimo Pereira da Cruz - o pai de Matias Pereira e José Pereira - e Francisco Pereira da Cruz eram parentes próximos, considerando que dividiram o mesmo espaço, a mesma temporalidade, usavam os mesmos sobrenomes, além de ambos apresentarem descendência registrada como parda.

---

<sup>9</sup> Antropônimo religioso, neste estudo, refere-se aos sobrenomes com sentido religioso, como, por exemplo, “Conceição”, que remete à ideia da conceição divina de Maria, mãe de Jesus.





## SEBASTIÃO MENDES DAS NEVES E SIMÔA TAVARES DAS NEVES

Sebastião Mendes das Neves e Simôa Tavares das Neves casaram-se em 09/06/1806 na Capela do Acari (FGSSAS, LC1788-1809, f. 125). Ele, liberto de Ana Mendes, sua senhora, era filho de Florência Maria de Jesus e de pai não indicado. Ela, filha de José Tavares e Ana de Moraes.

A mãe de Sebastião Mendes das Neves, Florência, faleceu escrava da senhora Ana Mendes e sua qualidade em um registro de óbito de sua filha natural Adriana (criança de 8 meses), em 03/11/1792, aparece como “cabra” (FGSSAS, LE1788-1811, f. 30-30v).

Acerca da nubente Simôa Tavares das Neves, ela nasceu em aproximadamente 1772, tendo falecido aos 50 anos, em 08/01/1822 (FGSSAS, LE1812-1838, f. 61v). No seu registro de enterro, como causa da sua morte aparece “asma” e sua qualidade não foi indicada de forma expressa, apenas a abreviação “P”.

Anteriormente ao seu casamento, encontramos o batizado de sua filha natural Ana, com 20 dias de nascida, em 05/11/1803, cujo padrinho foi o então Cura Francisco de Brito Guerra, não tendo pai indicado (FGSSAS, LB1803-1806, f. 20). No ano seguinte, em 04/10/1804, batizou Maria, também filha natural, de um mês de idade, sendo o padrinho André Vieira de Medeiros, também de pai não indicado (FGSSAS, LB1803-1806, f. 46). Esta última criança faleceu em 15/04/1804, constando na averbação que Simôa Tavares era solteira na época e vivia no sítio São José, não havendo indicação da qualidade da mãe ou da filha. Em que pese no artigo de Isac Alisson Viana de Medeiros (2015), intitulado “Perfil Quantitativo e Qualitativo da População de “Cabras” na Freguesia do Seridó (Séculos XVII-I-XIX) a partir das Fontes Paroquiais”, este autor entendia que Sebastião das Neves seria o genitor de Ana e de Maria, em nenhum dos registros batismais citados, ou no registro de óbito, apareceu indicação expressa do pai. Assim, embora seja provável que Sebastião das Neves fosse o pai das crianças, não encontramos evidências documentais e também não encontramos outros possíveis descendentes do casal nos livros de batizados.



O fato é que Simôa Tavares casou-se com o pardo Sebastião das Neves depois de ser mãe de duas crianças, e já carregava os antropônimos “Tavares das Neves” consigo.

É importante ainda registrar que a antiga senhora de Sebastião das Neves, Ana Mendes, era filha de Nicolau Mendes da Cruz e Maria da Silva, da Fazenda São José. Ana Mendes das Neves nasceu por volta do ano de 1717, visto que tinha “noventa e tantos anos” quando morreu, em 1807, na fazenda Timbaúba, sendo o seu corpo sepultado na Matriz do Seridó (FGSSAS, LE1788-1811, f. 119). Foi casada com Manuel Antônio das Neves, que obteve duas sesmarias vinculadas ao governo da Capitania do Rio Grande no ano de 1767 (MACEDO, 2013, p. 189). Dona Ana Mendes, embora proprietária de escravos, não era branca, considerando que era filha de um crioulo. Sua genitora, Maria da Silva, muito possivelmente, também era uma mulher não branca. Por ser gente de posses e com prestígio de família, a sua qualidade foi omitida dos registros de seu tempo (MACEDO, 2013, p. 194).

Já perto do fim de sua vida, Ana Mendes da Silva alforriou o escravo Sebastião, tendo sido este um pedido do seu falecido esposo, como recompensa pelos bons serviços que este escravo lhe havia prestado e pela boa companhia. Porém, o jovem deveria acompanhá-la até a sua morte, conforme determinou a carta com registro no dia 26/06/1806, no livro de nº 5, p. 13, da alforria que aconteceu em 19/04/1806.

Neste documento, Sebastião já apareceu dotado dos antropônimos “Mendes das Neves”, de seus antigos senhores. Isto significa que tais antropônimos foram, possivelmente, adotados em razão desta relação de trabalho (escravo), visto que este filho de escrava cresceu e viveu grande parte da vida sob essa condição.

Acerca de sua qualidade, é interessante notar que na carta de alforria aparece como “cabra”, assim como sua falecida mãe Florência, mas em outros documentos, como o mencionado casamento, aparece como sendo pardo.



Vale destacar que o antropônimo “Neves” aparece nos livros “Famílias Seridoenses” de José Augusto, e “Velhas Famílias do Seridó” de Olavo Medeiros. José Augusto (1940, p. 50) e Olavo de Medeiros (1981, p. 19) informam, conforme a tradição, que o português Pedro Ferreira das Neves (Pedro Velho) teria se casado com a índia Custódia Amorim Valcácer na última década do século XVII, em Mamanguape, Paraíba, como forma de gratidão por ter sido abrigado e tratado de suas feridas, estas adquiridas na luta contra os holandeses. Assim, os irmãos portugueses Sebastião de Medeiros e Rodrigo de Medeiros teriam se casado com descendentes da índia Custódia e Pedro das Neves, dando início à extensa família Medeiros no Seridó.

Ocorre que, dentro das dimensões deste estudo, não é possível afirmar que o esposo de Ana Mendes, Manuel Antônio das Neves, possua algum parentesco, ainda que distante, com Pedro Ferreira das Neves, pois, como é possível entrever, embora os antropônimos sejam importantes fios condutores para pesquisas, não é sempre que indicam uma relação direta de parentesco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo partindo de uma primeira investida sobre a temática, podemos defender que o número de pardos nubentes no período de 1788-1809 na Freguesia do Seridó certamente foi muito maior do que aquele expressamente registrado no livro de casamento do período, visto que muitas vezes o pároco responsável não indicava a qualidade dessas pessoas de maneira textual. Dessa maneira, o fato de não ter a qualidade expressa nos registros não significa que estas pessoas fossem brancas ou, ainda, que não fossem o resultado de misturas, como pardos mulatos ou cabras. Há de se considerar, também, o alto número de pessoas cuja qualidade era indicada, pelos padres, apenas, com a letra “P.” na averbação dos registros.

Além disso, buscando investigar as genealogias, de modo a perceber as práticas de adoção dos antropônimos dos casais Matias Pereira da Cruz



e de Ana Maria da Conceição, e Sebastião Mendes das Neves e Simôa Tavares das Neves, notamos que, a depender do registro, tanto os sobrenomes como a qualidade podiam variar mesmo para as mesmas pessoas.

Além disso, a condição, ou seja, se o indivíduo era livre, escravo ou liberto (forro), e o “gênero” (masculino ou feminino), também podiam determinar a presença ou não de sobrenomes. Como vimos no caso de Sebastião Mendes das Neves, os antropônimos de seus senhores foram incorporados em registros documentais após ele ter sido liberto.

Assim, esta primeira aproximação deve ser mais bem maturada, através do amplo estudo e cruzamento das fontes e das genealogias, para podemos apontar considerações mais concretas sobre a adoção de antropônimos de pardos na Freguesia do Seridó, eis que existiram diversas práticas, como, por exemplo, a incorporação de sobrenomes de senhores, de padrinhos e de figuras religiosas.

## FONTES

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS)

Casa Paroquial São Joaquim, Caicó, RN

Livro de Batizados n° 01, 1803-1806, manuscrito

Livro de Batizados n° 02, 1814-1818, manuscrito

Livro de Batizados n° 03, 1818-1822, manuscrito

Livro de Casamentos n° 01, 1788-1809, manuscrito

Livro de Enterros n° 01, 1788-1811, manuscrito

Livro de Enterros n° 02, 1812-1838, manuscrito

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maiara Silva. Tropas pagas e ordenanças: perfil social dos militares da capitania do Rio Grande (séculos XVII-XIX). Natal, RN. 2019. **Dissertação (História)**, 2019.




- AUGUSTO, José. **Famílias Seridoenses**. 2.ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002.
- CHAUNU, Pierre. Os novos domínios da História Serial. In.: SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.). **Teoria da História**. Editora Cultrix, 1976. p. 66-72.
- DANTAS, José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Garanhuns: O Monitor, 1962.
- DUPÂQUIER, Jacques. Genealogia. In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago Editorial, 1993. p. 345-347.
- FURET, François. O quantitativo em História. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novos problemas**. 4.ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 49-63.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de António Narino. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-91.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Outras famílias do Seridó: Genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (Século XVIII-XIX). Recife, PE. 2013. **Tese (História)**, 2013.
- MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. PERFIL QUANTITATIVO E QUALITATIVO DA POPULAÇÃO DE “CABRAS” NA FREGUESIA DO SERIDÓ (SÉCULOS XVII-I-XIX): a partir das fontes paroquiais. In: V COLÓQUIO NACIONAL HISTÓRIA CULTURAL E SENSIBILIDADES, Caicó. **Anais Eletrônicos**. Caicó: Ufrn, 2015. p. 1411-1428. Disponível em: [http://cnhc.ufrn.br/wp-content/uploads/2019/11/anais\\_cnhcs\\_2015\\_v2.pdf](http://cnhc.ufrn.br/wp-content/uploads/2019/11/anais_cnhcs_2015_v2.pdf). Acesso em: 07 jun. 2021.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.
- PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.



# FORMAS DE INSERÇÃO À SOCIEDADE COLONIAL: O CARGO DE GOVERNADOR DOS ÍNDIOS EM PERNAMBUCO (C. 1650 –C. 1700)

 Taylor Uchôa Cavalcanti<sup>1</sup>

 Víctor Hugo Abril<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Segundo Russel-Wood (1998), a formação de povoamentos nos sertões não teve início por causa da autoridade régia, senão por grupos considerados marginais no cenário colonial e as atividades desenvolvidas por eles: mineração, frentes pastoris e captura de índios. Assim, eles se alinhavam aos interesses da Metrópole em colonizar regiões sensivelmente estratégicas; defender-se contra forças europeias; e povoar regiões recém descobertas – ainda que estas intenções não se constituíssem propriamente em uma política.

Caio Prado Jr. (1965) fornece uma visão contundente sobre as duas primeiras atividades: a mineração provocara o deslocamento brusco e precipitado das populações e construiu estabelecimentos separados e isolados uns dos outros; já a penetração causada pelo assentamento das fazendas de gado se deu de maneira contígua e contínua, o seu estabelecimento tirou proveito dos rios São Francisco e Parnaíba. Perante a óti-

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

<sup>2</sup> Professor vinculado ao Departamento de História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.



ca lusitana ao largo do período colonial, as fronteiras entre o Sertão e núcleos urbanos também significavam o encontro entre a barbárie e a civilização e, para poder expandir seus domínios, a Coroa precisou criar uma gestão política que admitisse em sua arquitetura novas redes de poder contendo polos intermediários que conectasse o centro à periferia.

Nesse sentido, o processo de aldeamento dos grupos indígenas se configura como motivo principal às entradas para o Sertão, porque é a partir da integração desses povos ao projeto colonial que os interesses políticos, econômicos e religiosos do empreendimento se consolidam. Ao torná-los súditos do rei de Portugal, os índios aldeados viam-se na obrigação de executar funções militares e de povoamento nos territórios conquistados, sendo indispensáveis.

Ao contrário de pensar os aldeamentos como simples espaço de dominação cuja cultura e identidade indígena se perdia e eles se anulavam enquanto atores sociais, postulada muitas vezes pela historiografia tradicional. Trata-se de uma abordagem, no presente artigo, que investiga formas de resistência encontradas pelos nativos na construção da sociedade colonial. De acordo com Geyza Kelly Alves da Silva (2004), uma construção da qual grupos indígenas fizeram parte e que descaracterizou, reelaborou e/ou destruiu o seu modo de se relacionar com o passado e com o mundo, visto que os aldeamentos forneceram novos conceitos de território, sociedade e política, por exemplo.

Alinhando seus interesses ao projeto colonial, lideranças da etnia Tabajara organizaram e reprimiram grupos sob seu comando, assumindo papel de colaboradores da Coroa portuguesa e da Igreja Católica. Em troca, a família Arcoverde adquiriu o privilégio de governar os terços dos índios e suas aldeias, fazendo uso do símbolo étnico para fins políticos. Em Pernambuco há registro da colaboração entre o grupo Tabajara e portugueses desde o século XVI, contudo, se enfocará a segunda metade do século XVII, após a Restauração Pernambucana cujo prestígio, influência e poder de negociação desta etnia aumentou diante das autoridades coloniais.



Pretende-se compreender como os povos nativos atuaram como agentes sociais com ações importantes para compreender processos históricos do qual também fizeram parte, como abordam integrantes da “Nova História Indígena” como: João Pacheco de Oliveira (1998; 2011) e Maria Regina Celestino de Almeida (2010). Os índios são personagens ativos durante a colonização e movidos por interesses próprios, uma vez que a violência do processo de conquista não os impossibilitou de alcançar seus objetivos através das situações vivenciadas.

Através da análise de requerimentos de Antônio Pessoa Arcoverde referente: a solicitação do Hábito de Cristo, o pedido de soldo pela função de capitão-mor e governador do terço dos índios, assim como a confirmação de seu filho (com mesmo nome) em um cargo na mesma companhia, observa-se a função desempenhada por esta liderança indígena tanto no gerenciamento das aldeias quanto na preservação do território sob domínio lusitano. Vinculada ao grupo de estudo “TRA-VESSIAS: Governança, Administração e Poder nas Américas (séculos XVI-XIX)”, a pesquisa ainda em andamento tem como pergunta: seria o Governador dos Índios um dos “poderosos do Sertão”?

#### HONRA E MERCÊ AO GOVERNADOR DOS ÍNDIOS

A noção de “territorialização” discutida por J. P. Oliveira (1998) aponta para um processo de reorganização social em algumas etapas como: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados, e; 3) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. Barth (*apud* Oliveira, 1998) entende que seria um equívoco procurar elementos marcadores de um grupo étnico em uma condição localizada no passado isolado, porque os limites são construídos pelos indivíduos e suas ações na sociedade em que vivem, logo, os processos identitários se configuram como atos políticos. Nesta perspectiva, um grupo étnico apresenta uma organização para a sociedade em que utilizam “diferenças culturais para fabricar e refabricar





sua individualidade diante de outras com que estava em um processo de interação permanente” (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Em segundo lugar, o mecanismo político para incorporação de populações distintas etnicamente é a territorial. Essa noção está associada ao movimento pela qual as comunidades indígenas do Brasil se transformaram “em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, com mecanismos de tomada de decisão e de representação” (OLIVEIRA, 1998, p. 56). Isso ocasionou a reformulação de suas culturas através de fatores como a afinidade cultural, linguística e/ou histórica há um amplo processo reestruturação sociocultural.

O termo Tabajara pode também ser entendido como um identificador de alteridade, como *os do outro lado*, como sugere a etnologia, ou também classificar grupos, chamando-os de *cunhados*. Considerando a fluidez que as relações dos grupos Tupi possuíam, o termo Tabajara poderia se referir a identificação de unidades de aldeia que pertenciam a um mesmo grupo étnico, mas por uma lógica de cultura Tupi, estariam em situação de guerra. Ou mesmo, quanto a situação de “cunhado”, poderia ser a identificação de grupos étnicos diferentes, que por uma situação de alianças, se reconheciam como “cunhados” ou Tabajara [grifos da autora] (SILVA, 2004, p. 73-74).

Neste caso, a etnicidade adquire sentido de veículo de definição de uma situação em que seus atores estão inseridos nas relações sociais, uma vez que etnia Tabajara é colocada por Frei Antônio de Santa Maria de Jaboaão (1761 *apud* SILVA, 2004) como a primeira a fazer aliança com os lusos e os ajudaram nas entradas aos sertões por habitarem as mediações do rio São Francisco, sendo descritos como bravos guerreiros e com referências a “capitães heróis” desde a época de Duarte Coelho. Aliás, segundo Jean Paul Gouveia Meira (2014), Jerônimo de Albuquerque – cunhado daquele donatário – se casou com a filha do líder Tabajara chamado Arco Verde; e Afonso Gonçalves – homem de confiança de Coelho na cia das Índias – trouxe suas mulheres e filhos para



“povoar” a terra indígena com gente “branca”. Um de seus descendentes, Agostinho Gonçalves Ferrasco<sup>3</sup>, serviu como tenente ao primeiro Governador dos índios, Felipe Camarão, na guerra contra os flamengos.

Anthony Russel-Wood (1998) aborda que para controlar as insatisfações vindas da colônia, a Metrópole adotava a estratégia de concessões de cargos e nomeações, muitas vezes limitando a ascensão do indivíduo no mundo colonial, dessa forma, para um indígena alcançar uma promoção teria que dispor de vantagens, vale destacar: em relação a parentesco e/ou ligações pessoais. Como abordado anteriormente, a trajetória da família Arcoverde como líder dos Tabajara e associada aos portugueses ocorre já no século XVI, contudo, no século seguinte, percebe-se através de Antônio Pessoa Arcoverde e sua atuação como militar, o fortalecimento de ligações pessoais e de sua influência na capitania de Pernambuco. Este personagem seguiu os passos de seu pai Agostinho Ferrasco, servindo como soldado, alferes, ajudante e capitão até alcançar o posto de tenente do capitão-mor e governador dos índios Diogo Camarão por tempo de 38 anos até assumir o cargo, em 1675, devido a ida de d. Diogo a Portugal:

Dom Diogo Pinheiro Camarão capitão-mor e governador de todos os índios desta capitania de Pernambuco e demais anexas [...] me embarco para o reino de Portugal [...] e convém ao serviço de Sua Alteza que o meu tenente fique governando os índios desta capitania com a mesma jurisdição, autoridade e poder que o dito senhor [Fernão de Souza Coutinho] me concede [...] por bem visto será pessoa a que toca o tal governo dos índios em minha ausência, e haver no dito tenente partes [...] para o exercitar<sup>4</sup>.

Suas certidões apontam trabalhos importantes realizados por ele e reforçados pelo comendador Antônio Joaquim de Mello em sua obra

<sup>3</sup> Algumas vezes aparece na documentação como Agostinho Gonçalves Panasco.

<sup>4</sup> Requerimento do índio Tabajara, tenente do capitão-mor e governador dos índios do Brasil, D. Diogo Pinheiro Camarão, Antônio Pessoa Arcoverde, ao príncipe regente, D. Pedro. 7 de março de 1675. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 11, D. 1027.



intitulada *Biografia de alguns poetas, e homens illustres da província de Pernambuco* (1858): o militar mostrou valor atuando na armada do Conde da Torre contra o cerco que o Conde de Nassau fez na Bahia, nas batalhas dos Guararapes e também na retomada das praças do Recife até Fernando de Noronha, reestabelecendo o domínio português em Pernambuco.

Através da análise dos serviços realizados pelo líder Tabajara se pode constatar as qualidades militares que ele possuía no campo de batalha, conseguindo realizar boas defesas contra os holandeses, resgates e capturas de gado, artilharia e negros ao longo do território pernambucano. Como aponta Ronald Raminelli (2015), os chefes indígenas se destacavam por suas habilidades e estratégias militares, também se distinguiram como devotos cristãos e protetor das igrejas, sendo igualmente leal vassalo e fiel cristão.

Os serviços de defesa e assistência do líder indígena impulsionou sua escalada na hierarquia militar, até o posto de governador dos índios, e lhe rendeu reconhecimento por partes de figuras importantes como: André Vidal de Negreiros, Francisco Barreto e Fernão de Souza Coutinho, todos estes foram governadores da capitania pernambucana; assim como o capitão-mor e governador dos índios, d. Diogo P. Camarão. Além disso, as famílias Camarão e Arcoverde se alternavam no poder dentro dos aldeamentos e administravam as aldeias de suas etnias<sup>5</sup>, ocupando cargos de prestígio através de mercês régias. Nesta perspectiva, o conceito de redes de poder elaborado por Maria de Fátima Gouvêa e João Fragoso (2010), bem como *A microfísica do poder* de Michel Foucault auxiliam no exame das redes de sociabilidade desenvolvidos pelo líder Tabajara.

Para Foucault (2019) o poder se constitui como algo fluído que passa pelo indivíduo, mas não se origina nele, logo, faz-se necessário compreender quem foi constituído pelo poder. E mais, Antônio Pessoa está

---

<sup>5</sup> Carta do rei para o governador de Pernambuco. 21/6/1672. DHBN, 67, p. 161-162.



inserido em uma relação de dominação e sujeição no interior de um corpo social o que faz com que o poder funcione em cadeia, formando uma rede governativa: ou seja, uma articulação estratégica de indivíduos que tem como resultado a combinação de trajetórias no âmbito administrativo.

Pode-se assim concluir que o nexos fundamental a definir um conjunto relacional enquanto rede é justamente sua constância e recorrência no desenrolar das conexões que a compõem, bem como sua capacidade de influir, de interferir, de desenvolver estratégias, de alterar o ritmo e o rumo dos acontecimentos em razão de um dado objetivo ou interesse – ou conjunto de objetivos e interesses (GOUVÊA, 2010, p. 167-168).

No requerimento de 15 de dezembro de 1691 realizado pelo então Governador dos Índios, d. Antônio Pessoa Arcoverde, percebe-se a insatisfação do mesmo referente ao não pagamento de soldo pelo posto ocupado de igual maneira que aconteceu com seus antecessores e justificando o pedido por meio dos serviços prestados na batalha do Palmares e com outros indígenas nos sertões:

Antônio Pessoa fez petição a Vossa Majestade por este conselho em que diz que Vossa Majestade foi servido (respeitando a seus serviços) de o confirmar no posto de capitão-mor e governador dos índios das aldeias da capitania de Pernambuco e porque seus antecessores tiveram com o dito posto quarenta mil réis de soldo em cada um ano pagos pela Fazenda Real, e este tem servido a Vossa Majestade nas guerras do Brasil desde o seu princípio até o presente [...] nas guerras dos índios tapuias e dos negros dos Palmares, como tudo constava dos papéis que oferecia<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Requerimento do capitão-mor e governador dos índios, Antônio Pessoa Arcoverde, ao Rei, D. Pedro II. 15 de dezembro de 1691. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 15, D. 1559.



A resposta do procurador da Fazenda Real ao governador da capitania de Pernambuco, João de Sousa, foi negativa visto que o líder indígena já havia aceitado receber somente as honras e preeminências que acompanham o cargo. Contudo, o Conselho Ultramarino não concordou com a decisão e recomendou para El-rei que faça mercê a Antônio Pessoa Arcoverde:

Ao conselho parece que visto o préstimo deste índio e o serviço que fez a Vossa Majestade nas guerras de Pernambuco que deve esta carga com os Holandeses; e que atualmente está fazendo impedindo que os tapuias façam dano aos vassallos de Vossa Majestade; e outros na entrada do Sertão em oposição aos negros dos Palmares que na consideração de suas razões lhe faça Vossa Majestade mercê de que se faça declaração na sua patente, de que concede a sua pessoa somente quarenta mil réis de soldo que pede, o qual se lhe satisfará pelos officios por onde é paga a infantaria daquela capitania<sup>7</sup>.

Diante disso, pode-se destacar que o Conselho Ultramarino faz menção desde atuação contra os Holandeses na guerra da Restauração Pernambucana cujos grupos indígenas aliados foram de extrema importância para consolidação do território sob o domínio português. Mas também que a condição pela qual Antônio Pessoa usufruía era diferente daqueles combatidos nos sertões: uma posição de aliado e de liderança indígena.

Ao dar razão para os motivos alegados por Antônio Pessoa Arcoverde em seu requerimento, o Conselho conseguiu não somente o apoio desta referida liderança, mas, principalmente, convencia o rei de Portugal para com que seus comandados, parentes e descendentes não rompessem a aliança firmada com os portugueses, caso não houvesse um sucessor indígena para ocupar o importante cargo de Governador dos Índios (MEIRA, 2014, p. 72).

---

<sup>7</sup> *Idem.*



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 17 de novembro de 1683, ainda sem receber o pagamento pela função desempenhada, Antônio Pessoa Arcoverde recebeu de D. Pedro, príncipe regente, a confirmação no posto de capitão-mor e governador dos índios das aldeias de Pernambuco. Como relata o comendador Antônio J. de Melo (1858): para além de ordenar que o João de Sousa, governador de Pernambuco, o reconheça como tal, também “o honre, estime, e deixe servir e exercitar debaixo da posse, e juramento que se lhe deo ao tempo que nele entrou” (MELO, 1858, p. 197). Isso indica que a função de governador dos índios era um posto oficial no Império ultramarino lusitano, existindo também um cerimonial simbólico para o líder indígena que o ocupava, o qual incorporava e/ou ressignificava para o seu povo.

Simbólica e politicamente, há na sua figura instrumentos necessários para ser um dos “poderosos do sertão” em decorrência do prestígio social, da capacidade de mobilizar índios e privilégios indispostos a maioria da população (como é o Hábito de Avis, o título de nobreza). À vista disso, os privilégios adquiridos por Antônio P. Arcoverde tinham vínculo direto ao papel social desempenhado, podendo barganhar na condição de líder da sua comunidade, ainda que reforçando a condição de súdito fiel e optando pela política portuguesa, almejando manter a condição que havia conquistado e construído, o respaldo e força militar de seu terço garantem importância no espaço colonial.

Na trajetória de Antônio Pessoa Arcoverde se pode verificar estratégias para pleito de honras e privilégios dentro das tramas do sistema colonial como a preparação dos membros da família para ocupações, além da função militar. Como aponta Meira (2014), as lideranças indígenas se comportavam enquanto nobres: uma nobreza cuja cultura material estava expostas em insígnias, fardas, certidões e papéis que portavam. Bem como reproduziam práticas das famílias nobres do Antigo Regime para perpetuação do poder através da promoção pela hereditariedade.



A identidade étnica foi usada como estratégia de forma política e consciente para fortalecer o próprio poder e autonomia de sua nação. Tornando-se vitorioso nas batalhas defendendo as fronteiras portuguesas, a história indígena acaba se misturando com a história lusa, coloca-os do mesmo lado, criando para si a imagem de heróis. Assim, nesse processo ocorre a reelaboração da cultura, mas também da identidade, memória e história, como aborda Almeida (2010, p. 102): “a ação política e coletiva estabelecia um sentido de união em torno de um objetivo em comum, contribuindo, de forma essencial, para desenvolver neles o sentimento de identificação de grupo e de pertencimento a uma aldeia e ao próprio Império Português”.

Reforçando que este estudo é uma pesquisa em andamento, com dados preliminares, como consta nas linhas acima. Mas como uma hipótese bem clara: pensamos o governador dos índios como um *elite-broker*, conceito antropológico muito usado por Edoardo Grendi (2009), que significa um mediador entre a comunidade e a sociedade mais ampla, ou seja, posição que tem uma importância estratégica fundamental para o sistema político local. Amparado a isso, podemos fazer as associações com Russel-Wood e definir a importância administrativa e política do cargo de governador dos índios.

## FONTES

[ant. 1675, março, 7, Pernambuco]. REQUERIMENTO do índio Tabajara, tenente do capitão-mor e governador dos Índios do Brasil, D. Diogo Pinheiro Camarão, Antônio Pessoa Arcoverde, ao príncipe regente, [D. Pedro], pedindo o Hábito de Cristo, o pagamento de soldo do seu cargo e a confirmação de seu filho, Antônio Pessoa Arcoverde, no cargo da Companhia do mesmo terço. Anexos: 8 docs. **AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 11, D. 1027.**

[ant. 1691, dezembro, 15, Pernambuco]. REQUERIMENTO do capitão-mor e governador dos índios, Antônio Pessoa Arcoverde, ao Rei [D. Pedro II], pedindo soldo referente ao seu ofício, da mesma forma que lograram seus antecessores. Anexo: 1 doc. **AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 15, D. 1559.**



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de Almeida. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. pp. 262-295.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 117-202.

MEIRA, Jean Paul Gouveia. **Cultura política indígena e liderança Tupi nas capitânicas do Norte – Século XVII**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2014.

MELLO, Antônio Joaquim de. **Biografia de alguns poetas, e homens ilustres da província de Pernambuco**. Tomo II. Recife: Typographia Universal, 1858.

RUSSEL-WOOD. Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010) Acesso em: 20 Fev. 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998. ISSN 0104-9313, Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=en&nrm=isso) Acesso em: 23 Nov. 2019.

\_\_\_\_\_ (org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1965.

RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.


SILVA, Geyza Kelly Alves da. **Índios e Identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.





# O PURO CONTEÚDO É CONSIDERAÇÃO: VIVÊNCIAS NEGRAS NO SERTÃO DO SERIDÓ COLONIAL

 Sebastião Genicarlos dos Santos<sup>1</sup>

 Laísa Fernanda Santos de Farias<sup>2</sup>

*Você me viu, mas não olhou para mim!*  
(Maurice Leblanc – Lupin, o ladrão de casaca)

**E**ntendemos Seridó Colonial como sendo o espaço sertanejo situado no limiar das capitânicas do Rio Grande e Paraíba. Tal região englobava as ribeiras do Piranhas, Espinharas, Acauã e aquela que a nomeia, isto é, do Seridó. Em consonância com os interesses coloniais portugueses, de alargamento das fronteiras e ocupação dos rincões interioranos do Brasil, a zona em questão teve inicialmente sua razão de ser baseada nas atividades pastoris, com destaque para o criatório de gado *vacum* (MACÊDO, 2021). Aqui, o braço colonial impôs sua dominação sobre as populações nativas<sup>3</sup>, ocupando e territorializando seus antigos domínios, de maneira que na virada do seiscentos para

<sup>1</sup> Bacharel e licenciado em História (UFRN/CERES), mestre em Antropologia Social (UFRN/PPGAS).

<sup>2</sup> Bacharel e licenciado em História (UFRN/CERES), mestre em Antropologia Social (UFRN/MEHIS).

<sup>3</sup> A respeito da resistência indígena e dos consequentes embates destes contra os agentes do império português no Seridó vide MACEDO, Helder A. M. de. **Outras famílias do Seridó: Genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII – XIX)**. 2013. 360 f. Tese, Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.



o setecentos a fixação do colonizador já era uma realidade, embora ainda tímida.

Num primeiro momento, “as rústicas condições ambientais reinantes somente permitiram a fixação do homem, desacompanhado de família – vaqueiros solitários, foragidos da justiça, caboclos mansos e negros cativos” (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 3-4). A partir da década de 1720 é que se pode notar a presença de núcleos familiares, pelo menos nos padrões referendados pela igreja católica, juntamente com a edificação das primeiras fazendas de gado (MACÊDO, 2005 e 2021). Nesse momento o Seridó já tinha, certamente, feições coloniais relativamente bem delineadas, sendo um complexo social que envolvia sujeitos e grupos distintos, num ambiente ocidentalizado e marcado pela presença de portugueses e seus descendentes que compunham as chamadas “estirpes”, isto é, grupos familiares que exerciam dominação política e econômica nos séculos XVIII, XIX e XX (MACEDO, 2013, p. 225). O lugar chamado Caicó, parece refletir o desenvolvimento do projeto colonial no Seridó. Ali, no Caicó, já existia em 1695 uma casa-forte conhecida como Casa-Forte do Cuó, nas proximidades da qual foi erigida e benta a Capela dedicada a Santa Ana. Em 1735 o lugar era um arraial que sediava Regimento das ordenanças da Ribeira do Seridó e, no dia 07 de julho do dito ano foi elevado a povoação, com ato solene e fixação do pelourinho. Em 1748 Caicó se torna sede da recém criada Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana (MACÊDO, 2005; MACEDO, 2013).

Esse último evento significa o fechamento de um ciclo iniciado quando dos enfretamentos dos povos nativos e que teve como desfecho a elevação de Santana e do modo de vida católico-ocidental frente às divindades indígenas e seus seguidores. Em tudo isso fica patente a dominação exercida pelos grupos arrolados como de origem ou ascendência portuguesa depositários dos privilégios e benesses advindos do reino, tais como a primazia na concessão de vastas extensões de terra, na qualidade de sesmarias que mediam por padrão “três léguas de comprimento por uma de largo” (MACÊDO, 2013, p. 90), os títulos honoríficos, coronel,



capitão-mor, sargento-mor e outros recaíram sobre os homens brancos alocados nas esferas centrais do poder, para que eles assim pudessem proceder ao povoamento dos sertões e se dedicar a atividades geradoras de lucro para a coroa. Porém, a presença e a atuação de outros grupos sociais como os africanos, os crioulos, os índios e os pardos resultantes dos intercursos entre esses diferentes grupos, e daqui não se pode excluir os brancos dominantes, é uma evidência da qual a documentação não nos deixa esquecer.

Figura 1: Limites da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1801)



Fonte: MACÊDO, Muirakytan K. de. *Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII)*. Natal: Sol Negro Edições, (2021. p. 17).

Nesse complexo social que é o Seridó, desde os momentos iniciais de sua configuração nos moldes ocidentais, houve acesso desigual aos meios de sobrevivência e aos meios de produção do conhecimento histórico. Assim, os grupos subalternizados, ou seja, aqueles cujas genealogias não remetem às estirpes, inclusive trabalhadores brancos pobres, têm sua presença diminuída ou mesmo encoberta no *corpus* bibliográfico lavrado por membros de uma geração de escritores saudosos das origens ibéricas e comprometida com o projeto político liberal e oligárqui-



co inerente aos primeiros anos da república no Brasil (MACEDO, 2013; MACÊDO, 2005 e 2017). Desta forma, nas primeiras sete décadas do século XX esses autores trouxeram à tona a produção do que na perspectiva de Michel Trouillot pode ser chamado ordem narrativa, na qual o Seridó aparece como um campo de ações quase exclusivas dos brancos dominantes. Aliás, os traços fenóticos atribuídos ao seridoense em boa parte das obras dos sobreditos escritores<sup>4</sup> corroboram a intencionalidade de afirmar e valorizar uma ancestralidade ibérica, isto é, pele branca, olhos claros e cabelo louro (MACÊDO, 2005 e 2017; TROUILLOT, 2016; SANTOS, 2014).

Esse tradicional discurso a respeito da sociedade seridoense não é incoerente se lembrarmos que toda versão do passado é revestida de intencionalidade, ademais o pensamento positivista que inspirava os intelectuais brasileiros nos primeiros decênios do século XX era afeito às hierarquizações sociais e à concentração de poder (SKIDMORE, 2012). Portanto, o apagamento ou a diminuição da presença e das contribuições de grupos e sujeitos identificados como não-brancos no sertão norte-rio-grandense parece afinado com o pensamento dominante no cenário nacional. Nessa fase em que as concepções racistas encontravam respaldo na “ciência”, e que intelectuais e a elite brasileira se empenhavam em erradicar o elemento negro, o escritor potiguar Luís da Câmara Cascudo se esforça em colocar o sertão do estado na vanguarda desse processo, assegurando que aqui o eco da escravidão foi bastante diminuído e que os poucos negros existentes foram tão bem acolhidos, que se fizeram pessoas das famílias a que estiveram ligados. Em outras situações ele afirma a ausência de negros na região (CASCUDO, 1984 e 1975).

Entendemos diante de tudo que o silenciamento de índios, negros e mestiços na história do Seridó, deve ser pensada enquanto parte de

---

<sup>4</sup> Helder Macedo (2013) faz uma análise pormenorizada de como a narrativa de uma hegemonia portuguesa na formação familiar do Seridó aparece nos escritos de Manoel Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros, Jayme da Nóbrega Santa Rosa, José Adelino Dantas, Olavo de Medeiros Filho e Sinval Costa.



“uma lógica de exercício de poder” Michel Trouillot (2016) em que, no afã de manter a posição de dirigente, assegurando, portanto, o prestígio e os privilégios na esfera regional, pessoas ligadas as elites territorializaram a região também a partir da escrita. Aliás, por muito tempo foi intrínseca no Seridó, a relação entre exercício de poder e escrita da história.

A partir da década de 1980 entra em curso uma renovação historiográfica no Rio Grande do Norte, reverberando nos estudos sobre a sociedade seridoense, esta renovação marca o advento de perspectivas diferenciadas daquilo que foi preconizado pela historiografia tradicional. Daí em diante, diversos estudiosos, especialmente professores universitários e estudantes de História e Antropologia, colocam em evidência as parcelas identificadas como não-brancas no Seridó pré e pós-republicano e analisam diversos aspectos ligados à vida dessas pessoas, inclusive as contribuições fundamentais que têm dado para a constituição regional. É graças a essas recentes pesquisas que se pode afirmar que o Seridó, a despeito dos discursos propagandeados pelas elites, é resultado de uma série de mestiçagens biológicas e culturais. Em outras palavras, o Seridó não é fruto da ação exclusiva de luso-brasílicos (MACEDO, 2013).

Na perspectiva de Macêdo (2005), o sertão seridoense foi forjado ao mesmo tempo em função e em oposição ao litoral, dada a incompatibilidade de gênios que impedia a concomitância entre criatório extensivo e cultivo da cana-de-açúcar. Assim, enxergamos o sertão por um prisma completamente díspare das visões simplistas, descontextualizadas e estereotipadas afeitas ao discurso da seca e da miséria (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999). Se, como assevera Mary del Priore (2016, p. 91), as atividades econômicas moldavam o cotidiano da população colonial, o modo de vida no seridoense teve inegável marca das atividades pastoris, e é no contexto destas atividades que ocorre a inserção da mão de obra escravizada no território. Porém, sabe-se ainda pouco, do ponto de vista individual, a respeito dos cativos que chegavam ao Seridó. É certo que ao chegarem, alguns deles, enquanto adultos que eram, já tinham uma identidade



e uma personalidade formadas, outros, na condição de crianças, teriam sua formação pessoal influenciada pelas circunstâncias com que iriam se deparar no novo ambiente a que estavam sendo submetidas.

Chegando à região, cada um teria que se adaptar, desenvolver novas expectativas e quiçá num horizonte turvo, o sonho da difícil, mas não impossível manumissão. Assim o foi, por exemplo com Francisco e Manuel, dois africanos, “do gentio da Costa”, respectivamente comprados por José Nunes Junior e Ignacio Nunes, ambos os cativos chegaram ao Seridó no ano de 1803 e receberam o sacramento do batismo no dia 1 de maio<sup>5</sup>. Um dado interessante nesse caso é que se trata de dois adultos, portanto, trariam para o resto de suas vidas o universo cultural inerente ao seu lugar de origem, ao qual se somariam as experiências vividas no Brasil. Já o batismo, sacramento fundamental da doutrina católica, lhes fora dispensado depois que chegaram ao Seridó, o que é um indicativo de que eram boçais<sup>6</sup>, ou seja, o processo de assimilação da cultura luso-brasílica ainda estava em andamento.

Francisco e Manuel certamente ainda não haviam se recuperado dos traumas causados pela separação da terra natal e dos entes queridos que lá ficaram, da mesma forma que todas as agruras ligadas ao traslado da África até aqui causavam um sofrimento difícil de superar. A isso somava-se as agonias da primeira venda no Brasil, a historiadora Mary C. Karach (2000) pôde apurar em pesquisas, que esse era um instante de grande aflição para os africanos recém desembarcados, afinal, era quando seriam levados para vivenciar as situações horrendas correntes nas histórias contadas em diversas partes da África sobre o Brasil, em que canibalismo e outras crueldades eram relatadas. Mas era também a ocasião em que seus destinos seriam selados, quando saberiam a que

<sup>5</sup> Paróquia de Sant’Ana de Caicó/RN. Livro de Batismos n° 1. Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS), 1803-1806, fl. 7. (Manuscrito).

<sup>6</sup> Compreendemos como boçal o cativo recém chegado da África, ainda não adaptado à língua, aos hábitos e ao trabalho escravo no Brasil e que recebeu o batismo recentemente ou mesmo ainda não foi batizado CAVALCANTI, 2005).



senhor iriam servir, em que lugar, em que função e até se teriam mais alguns anos de vida ou se encontrariam a morte em breve. A autora ainda deixa claro que não se pode ter uma visão dos sentimentos dos escravizados naquele momento, mas que apesar de não assimilados à língua e aos costumes, os cativos tinham plena consciência do que se passava, embora não pudessem ter controle algum sobre a situação.

Manuel e Francisco, passaram juntos por todos esses processos, e juntos chegaram ao Seridó, onde teriam que criar novas expectativas, traçar metas e procurar realizá-las conforme as circunstâncias possibilitassem. O fato de um ter a companhia do outro<sup>7</sup> para partilhar todas essas desventuras pode ter moderado o peso das atribuições e contribuído para que alguma fagulha de esperança se mantivesse acesa. No seio de uma sociedade dedicada ao criatório, as expectativas para os escravizados, tanto quanto para os trabalhadores pobres livres, giravam em torno das chances de melhorar a situação ou mesmo de galgar uma ascensão social a partir das oportunidades oferecidas pela posse de uma “semente de gado” ou da comercialização de algum excedente do produto das providenciais lavouras de subsistência.

Aos cativos seria difícil a constituição de rebanhos numerosos, todavia as poucas reses que algum deles tivesse a ventura de possuir poderia ser a chave para a aquisição da alforria. Na região aqui investigada os vaqueiros eram figuras prestigiadas, tinham a responsabilidade de administrar as fazendas, sendo auxiliados, em todas as tarefas pelos fábricas, que lhes eram subordinados. No entanto, a estrutura econômica do Seridó não propiciava a configuração de grandes planteis de escravos, assim como ocorria nos contextos da mineração e da produção açucareira, trata-se aqui de uma realidade em que um vaqueiro era capaz de dar conta de 250 reses. Outrossim, não havia aqui uma alta

---

<sup>7</sup> É possível que Manuel e Francisco fossem irmãos ou que tivessem algum grau de parentesco, infelizmente o documento aqui analisado não traz informações a esse respeito.



rentabilidade que pudesse subsidiar a compra de grandes levas de cativos. Assim as fazendas contavam com um número relativamente baixo de escravizados<sup>8</sup> (MACÊDO, 2005 e 2021).

Vários cativos atuavam ao lado dos vaqueiros, inclusive alguns foram arrolados nos inventários como fábricas. Ora, os homens livres que exerciam a função de fábrica eram remunerados mensal ou anualmente (MACÊDO, 2021), já os escravos não tinham, obviamente, um pagamento estipulado, mas é possível que em anos de produtividade favorável, seus senhores os agraciassem com alguma rês, ou com uma pequena soma de dinheiro. A lavoura de subsistência, por sua vez, era atividade acessória ao criatório, dela se ocupavam vaqueiros, fábricas, por vezes os próprios donos de fazenda, trabalhadores livres pobres e negros forros e cativos no cultivo de gêneros como “milho, feijão, jerimuns, maxixes, melões, mandioca e algodão” (MACÊDO, 2021, p. 120). É fato que os senhores de terras permitiam ao pessoal ligado às lides criatórias a utilização de pequenos espaços onde cada um poderia prover seu próprio sustento e o de suas respectivas famílias.

No caso dos escravos essa permissão, bem como aquela referente à posse de uma “semente de gado” foram interpretadas por Macêdo (2021) como a brecha camponesa a que se refere Ciro Cardoso (1979), de acordo com quem era comum que os senhores concedessem lotes onde seus cativos poderiam plantar os próprios alimentos e vender o excedente, dessa forma ele, o senhor, reduzia ou livrava-se do ônus com a alimentação da escravaria e, ao mesmo tempo os escravos tinham a satisfação de uma alimentação melhor, além de puderem angariar recursos com a venda dos excedentes.

A ocorrência de semelhante situação nos sertões do Seridó mantinha aberta a fresta por onde os cativos vislumbravam o sonho da al-

---

<sup>8</sup> Ao pesquisar inventários do Seridó colonial, Muirakytan Macêdo constatou que, via de regra, os senhores de escravos da região não possuíam mais que cinco cativos. Sua pesquisa revelou que entre 1737 e 1813 somente em três casos os planteis foram além de uma dezena (MACÊDO, 2021, p. 279).





forria e quiçá de mais alguns degraus no descansilho da mobilidade social. Exemplos recorrentes dessa difícil, mas não impossível mobilidade no Seridó setecentista são as figuras de Nicolau Mendes da Cruz e especialmente de Feliciano da Rocha, ambos tiveram suas trajetórias e as circunstâncias que possibilitaram a ascensão social analisadas pelo historiador Helder Macedo (2013).

Enquanto Nicolau Mendes da Cruz chegou à região já na condição de forro, e em 1717 requereu uma data de terras, onde pôde se estabelecer como fazendeiro, Feliciano da Rocha chegou ainda como cativo, comprado por Antonio Pais de Bulhões, que lhe devia grande favor<sup>9</sup>. Depois de agraciado com a concessão da alforria por seu senhor, que o manumitiu em retribuição ao socorro prestado numa época de escassez de víveres, Feliciano passou a trabalhar como vaqueiro e, com “a renda acumulada do pagamento pelos seus serviços, através da sorte obtida por meio do sistema da quarta, Feliciano da Rocha acumulou pecúlio, o que lhe permitiu comprar sua própria fazenda, denominada de Barrentas” (MACEDO, 2013, P. 228).

À medida em que as possibilidades de acumular os recursos para a compra de uma alforria iam se concretizando, restava aos cativos seridoenses esperar o momento propício para a realização dos projetos esquadrihados ao longo de uma vida, isto é, a manumissão. Neste sentido, as épocas de estiagens prolongadas foram bem aproveitadas, isto porque se trata de um instante em que ocorria a descapitalização dos fazendeiros, em virtude da perda de seus rebanhos, assim os escravos que possuíam passavam a representar uma alternativa para as dificuldades financeiras, de modo que os senhores se viam obrigados a ven-

---

<sup>9</sup> De acordo com a tradição oral, numa época de grande seca, Antonio Pais de Bulhões sofria grande privação, alimentando-se junto à família de massa de xique-xique já que não havia alimentos à venda nas circunvizinhanças. Diante disso, o escravo Feliciano da Rocha o socorreu com a doação de certa quantidade de farinha, anos depois, Bulhões retribuiu o favor, comprando aquele escravo e concedendo-lhe a alforria (MACEDO, 2013).



dê-los, para terceiros ou permitir que comprassem suas alforrias. Esse último caso era, com certeza, mais viável aos senhores, uma vez que eles poderiam receber o pagamento referente à libertação do escravo e ainda assim continuar contando com seus serviços, bastando para tanto impor como condição que o libertado deveria servi-lo até o fim de seus dias.

Situação emblemática foi a estiagem que grassou nos sertões nordestinos entre 1791 e 1793, tal fenômeno interferiu com veemência no cotidiano da população seridoense, causando migrações, empobrecimentos e numerosas mortes, marcando, portanto, um lugar indelével na tradição oral da região. Dela se ocupou o letrado Manoel Antônio Dantas Corrêa, que na “Villa do Acari”, em 15 de junho de 1847 pôs o ponto final nos relatos que escrevera sobre as secas que assolaram as aragens seridoenses entre 1723 e 1847<sup>10</sup>, seu relato foi cooptado e publicado em Guerra e Guerra (1980). De acordo com o cronista, no ano de 1791 somente o Seridó ficou carente de chuvas, ainda assim alguns fazendeiros chegaram a recolher seiscentos bezerras, porém nos dois anos subsequentes a estiagem afetou todo o sertão nordestino e o Seridó foi transformado num cenário de horrores e provações (MACÊDO, 2005).

A inevitável “morrinha” que atingiu os rebanhos deixou frustrados os fazendeiros em seu esforço para salvar as suas posses. A partir de 1792 viram-se famílias inteiras rumando para o agreste, fustigadas pela fome e guiadas pela esperança de sobrevivência numa distância de “50 leguas” que teriam que percorrer. Os que ficaram, por opção ou por imposição de alguma circunstância, tiveram que recorrer a expedientes variados para escapar à fome, alimentando-se de frutas e plantas silvestres, ou mesmo assando pedaços de couro, não-curtido, para que servisse de alimento, não faltou também que se visse forçado a cozer comer

<sup>10</sup> Uma análise magistral do texto de Manoel Antônio Dantas Corrêa encontra-se MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima Versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005 (p. 90 – 116).



os nervos rijos de bovinos mortos, dando primazia aos reclamos do estômago, frente à seletividade do paladar, se é que ainda existia alguma.

Famílias houveram que com a sua indústria não sofreram o rigor da fome: algumas morreram; e houveram que disseram, sangradas de morcegos; estes mesmos animais ajudaram a acabar os gados neste sertão: os povos que se haviam retirado para a beira mar alli mesmo morreu muita gente (GUERRA e GUERRA, 1980, P. 17).

É interessante notar que diante desse capítulo horrendo da relação homem-natureza, diversos cativos seridoenses estavam preparados para lançar mão de um estratagema eficaz no agenciamento de seus projetos visando a libertação. O aperreio vivido pelos senhores sertanejos abria as portas para a concessão de alforrias mediante pagamento. Encontramos um total de dez cartas de “alforria e liberdade” de escravos seridoenses datadas do período que corresponde à seca acima referida, sendo que o valor mais elevado, 150\$000 (cento e cinquenta mil reis) foi pago pela mulata Feliciano, que negociou sua liberdade com seu senhor, Antonio de Antas Correia de Gois, no ano de 1792, tendo sido a transação lançada em notas em 28 de maio<sup>11</sup>. Feliciano teve sua idade estipulada em 25 anos, “pouco mais ou menos” e levava consigo um filho de “meses de nascido”. A vultosa quantia paga por sua libertação, a idade que tinha e o fato de ser manumitida junto a uma criança de colo, podem ser indícios de que ela estivesse em uma relação consensual em que junto ao parceiro trabalhassem visando sua emancipação e a constituição de família livre das amarras do cativo. Vejamos outros casos em que fica latente o fato de que o projeto de emancipação poderia ser conduzido conjuntamente.

<sup>11</sup> RIO GRANDE DO NORTE. CJC. Comarca de Caicó. Livro de Notas nº 02. Vila Nova do Príncipe, 1792-1799. Carta de alforria e liberdade passada a molata Feliciano Escrava que foi do Alferes Antonio de Antas Coreia de Gois.



Em 21 de novembro de 1792 Izabel Maria de Macedo, passou carta de alforria a escrava Antonia<sup>12</sup>, pelo amor que lhe tinha, por a haver criado, pelo amor de Deus e “por aver recebido por ella sento e vinte sinco mil reis em dinheiro de contado em moeda corente do nosso reino”. Antonia não teve sua idade declarada, mas devia ser ainda jovem, afinal carregava no ventre uma criança. Tampouco houve a declaração de alguma condição para que ela pudesse entra em pleno gozo de sua liberdade. Lê-se, por outro lado, nas entrelinhas de sua carta de manumissão que a quantia foi paga por outrem, somente a leitura combinada dessa com outras fontes poderá esclarecer se havia um marido ou companheiro estável pagando o sobredito valor. Aqui mais uma vez emerge a possibilidade de uma colaboração entre diferentes sujeitos que contribuía para o bom sucesso das expectativas de libertação.

Essas colaborações poderiam ter diferentes nuances, ou seja, o postulante a liberdade contaria com a contribuições em dinheiro e trabalho de outras pessoas ou, simplesmente se valia de sua rede de contatos para que pessoas de idôneas pudessem guardar seu pecúlio, se comprometendo de entregá-lo no momento em que se fosse efetivar o pagamento da alforria e, até ajudando, se necessário fosse, no processo de negociações com o senhor.

Os casos aqui abordados, somando-se a outros tantos, como os de Feliciano da Rocha e Nicolau Mendes da Cruz, observados por Helder Macedo a partir de uma perspectiva micro histórica (MACEDO, 2013), revelam a grande capacidade que teve a população não-branca do Seridó colonial para, mesmo remetidos à condição marginal, traçar metas visando a construção de um futuro. E mais, recorrer a diferentes meios, valendo-se das oportunidades, das fissuras, para usar a expressão de

---

<sup>12</sup> RIO GRANDE DO NORTE. CJC. Comarca de Caicó. Livro de Notas nº 02. Vila Nova do Príncipe, 1792-1799. Carta de alforria lançada a Escrava Cabra por nome Antonia que foi de D. Izabel Maria de Macedo.



Muirakytan Macêdo (2005 e 2021), abertas pela estrutura social, para a realização de seus objetivos, individual ou conjuntamente.

Esse exercício de desconstrução da ideia de passividade dos marginalizados (THOMPSON, 1998), aplicado aos sujeitos e grupos qualificados como negros, índios e mestiços no Seridó colonial pode também ser levado a efeito a partir da documentação paroquial. Sobretudo os registros de batismo e casamentos revelam que se há um poder de domínio e direção exercido por determinados grupos, e que se esse poder é corroborado e reafirmado na operacionalização dos sacramentos, há, subjacente a ele, o protagonismo dos subalternizados, que se valem das alianças estabelecidas com as figuras proeminentes, por exemplo por meio das relações de compadrio, para criar oportunidade em benefício próprio e ir com isso suavizando as situações desfavoráveis (MACÊDO, 2005; SANTOS, 2020).

Com efeito, mais do que ver a massa populacional do Seridó em suas muitas cores, é preciso olhar de perto as ações e o protagonismo de diferentes grupos, que a partir de seus muitos lugares vão se enredando em teias de interações sociais. Também é preciso considerar que o conteúdo social da região vai além das “estirpes” e seus descendentes. As antinomias compostas por esses personagens citados no decorrer desse trabalho, ajudam-nos a compreender o dinamismo com que esses grupos proporcionaram à região formas de sociabilidades diversas e redes de contatos profícuos que resultaram na estrutura política e econômica que temos atualmente, nesse expoente do Sertão norte-rio-grandense.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis**: Vozes, 1979.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.



CAVALCANTI, Nireu O. O comércio de escravos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo. (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 200, p. 15-78.

CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K. (orgs.). **Tronco, ramos e raízes**: História e patrimônio cultural do Seridó negro. Brasília: ABA; Natal: Flor do Sal; EDUFRN, 2014.

GUERRA, Phelippe; GUERRA, **Theóphilo. Seccas contra a secca**. Mossoró: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. (Coleção Mossoroense, v. 29).

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACEDO, Helder A. M. de. **Outras famílias do Seridó**: Genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII – XIX). 2013. 360 f. Tese, Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACEDO, Helder A. M. de. **Vivências índias, mundos mestiços**: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX. 2002. 169f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2002.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 311 f. Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ANDRADE, Joel Carlos de Souza (Org.). **Experiências Históricas Afro-Brasileiras**. Natal: EDUFRN, 2018. 221 p.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima Versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan K. de. Notas sobre a escravidão nos sertões do semiárido (Seridó XVIII – XIX). In: MACEDO, Helder A. de.; ANDRADE, Joel C. de Souza (orgs.). **Experiências históricas afro-brasileiras**. Natal: EDUFRN, 2017.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro Edições, 2021.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**: volume 1: colônia. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SANTOS, Sebastião Genicarlos dos. **Parentes, vizinhos e compadres**: estratégias de resistência e relações interracialis na Boa Vista dos Negros. 2020. 162f.



Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.



# ESCRavidÃO E LIBERDADE PELOS CAMINHOS DO SERTÃO DE MATO GROSSO E O VARADOURO DE CAMAPUÃ (XVIII E XIX)

 Maria Celma Borges<sup>1</sup>

 Vitor Wagner Neto de Oliveira<sup>2</sup>

## DO SERTÃO QUE SE FALA

Os territórios que hoje compreendem o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul passaram a ser percorridos e, logo, a ser explorados, por europeus e súditos dos impérios ibéricos desde o primeiro século de colonização efetiva na América, no XVI. Esses adentravam o território, provindos do leste, no caso dos portugueses, e do sul, os espanhóis. Mas muito antes disso, ao menos desde 12 mil anos, grupos humanos não ocidentais habitavam esses vastos territórios ricos em diversidade vegetal e animal.

Por séculos, essa parte do Oeste – na perspectiva dos portugueses –, ou do Norte – na dos espanhóis de Buenos Aires, fundada em 1536, e Assunção, fundada em 1537 – ficou à margem dos sistemas coloniais, mas nem por isso deixou de ser disputada pelas coroas ibéricas, primeiro, e depois pelos estados-nacionais formados pós-independência no século XIX. Na parte sul do território aqui considerado, logo no final do século

---

<sup>1</sup> Professora de História na UFMS Campus de Três Lagoas, Doutora em História, pesquisadora do INCT-PROPRIETAS.

<sup>2</sup> Professor de História na UFMS Campus de Três Lagoas, Doutor em História.





XVI e início do XVII, jesuítas que partiam de Assunção fundaram reduções como *Santiago de Xerez* e *Itatim*. Os portugueses provenientes do planalto da Capitania de São Vicente (onde posteriormente se fundaria a vila de São Paulo na segunda metade do XVI), que já percorriam o território em busca de metais preciosos (na busca do lendário caminho do *Peabiru* que os levaria à *serra de prata*) e à caça de indígenas, encontraram nas reduções dos espanhóis jesuítas núcleos de apresamento, levando à desarticulação dessas vilas. (HOLANDA, 1986)

As fronteiras dos grupos étnicos que habitavam originariamente esse espaço interior do sul do continente eram estabelecidas conforme a necessidade de busca de recursos pela manutenção e reprodução da vida. Nessas vivências, grupos humanos interagiam, nem sempre de forma pacífica, pois também faziam guerras entre si por domínio de território.

A chegada dos europeus não alterou de imediato esse modo de viver na relação interétnica e com a terra e na utilização dos recursos que essa oferecia. Contudo, conforme os colonizadores adentravam o continente e contactavam esses povos, em busca de riquezas e no estabelecimento de domínios religiosos pelas reduções ou de povoamento e colonização, passaram a ocorrer enfrentamentos com os povos originários. Nessa relação de contato, quase sempre de enfrentamento, os indígenas passaram a interagir também com os “códigos” dos conquistadores, inclusive se utilizando das disputas das coroas ibéricas pela região, ora se aproximando, ora se distanciando de uma e de outra coroa por meio de redes de negociação, como o comércio e as estratégias para a guerra. Já no século XVI tem-se registros da resistência coletiva dos Payaguá, exímios canoeiros que habitavam a planície alagável desde as proximidades de Assunção até o médio rio Paraguai. Em 1528, com mais de 300 canoas, esses indígenas atacaram a expedição do império espanhol comandada pelo veneziano Sebastião Gaboto no rio Paraguai (KOK, 2015, p.696). No século XVII já eram constantes os enfrentamentos entre indígenas e colonizadores, especialmente súditos da coroa espanhola que penetravam o continente a partir de Assunção, mas também com os



bandeirantes paulistas que percorriam esses espaços à caça de mão de obra e de metais preciosos.

Maior atenção da coroa portuguesa foi dada aos territórios do Oeste quando bandeirantes da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, criada em 1709, encontraram ouro nas margens do rio Coxipó, em Mato Grosso, em 1719.

Se o XVIII foi o século da entrada do Mato Grosso para a rota internacional de escoamento de ouro para a Europa – de menor monta, mas essencial para a empresa do comércio de pessoas escravizadas, de víveres e de manufaturados – foi também o século da intensificação das resistências indígenas, dado o aumento dos contatos com não indígenas. O fluxo de pessoas para esses sertões, especialmente pelas monções, trouxe também outros sujeitos inseridos forçosamente nas relações de produção como negros e negras escravizados, ou inseridos precariamente à margem do sistema colonial, mas essenciais para a sobrevivência nos sertões, como eram os camaradas e agregados, ou ainda os pequenos posseiros e sitiantes isolados nas beiras de rios ou pelo interior dos cerrados.

Uma porção desse extremo oeste (HOLANDA, 1986), no caminho entre o litoral e o sertão das minas do Cuiabá, passou a despertar interesse da burocracia colonial, dada sua importância no escoamento das riquezas das minas, bem como no abastecimento desse núcleo aurífero por víveres e pessoas. Essa porção territorial, hoje algo em torno do nordeste do Mato Grosso do Sul, entre os cursos d'água das bacias dos rios Paraná e Paraguai, se tornou aos poucos um *entroncamento* de vias terrestres e aquáticas.

No século XVII essa região era habitada, entre outros grupos, pelos Kayapó,<sup>3</sup> indígenas do tronco linguístico Jê, que viviam em um extenso

---

<sup>3</sup> Sobre a ocupação humana da margem direita do Rio Paraná em tempos históricos anteriores à chegada dos europeus, ver o trabalho de arqueologia em Kashimoto e Martins (2015).



território entre as bacias dos grandes rios Paraná, Araguaia e Paraguai. No início daquele século começaram as hostilidades dos bandeirantes contra esses grupos, na tentativa de escravizá-los. No século XVIII, os monçoeiros encontraram nos Kayapó a primeira muralha a ser vencida para chegarem às minas do Cuiabá. No caminho ainda encontrariam os Payaguá e Guaicuru que atacavam suas excursões. Somente em meados do século XIX deram-se os primeiros aldeamentos dos Kayapó nesta parte do sertão, na estrada do Piquiri e em Sant’Anna do Paranahyba. Contudo, continuaram as fugas para sertões ao norte no curso do rio Araguaia.

As monções, inauguradas no início do século XVIII, como uma das formas de comunicação entre as minas do Cuiabá e Araritaguaba<sup>4</sup> (hoje Porto Feliz, no alto rio Tietê), para o transporte de mercadorias e de pessoas, colocaram essa região no foco de interesse da burocracia colonial, dado seu caráter estratégico na garantia do escoamento das riquezas das minas do Cuiabá.

Este texto é uma tentativa de construção de uma história social dessa parte de sertão que se fez lugar de passagem, primeiro para as minas do Cuiabá e a partir da segunda década do século XIX porta de entrada de sertanistas provenientes do Triângulo Mineiro, de São Paulo e de Goiás, que “se afazendaram” por essas localidades, fundaram vilas como em Sant’Anna do Paranahyba e a partir daí se espalharam pelo sul da província de Mato Grosso. O foco se centra no varadouro e fazenda de Camapuã, por ser um lugar em que pobres e livres, libertos, escravizados e povos originários conviveram, nem sempre de forma harmônica.

Nesse avanço da fronteira, os povos originários foram considerados de diferentes formas, por vezes empecilho, por vezes elemento

---

<sup>4</sup> Uma das rotas, porque havia ainda o caminho de Goiás, ligação terrestre entre Cuiabá e São Paulo, via Vila Boa de Goiás, e outra, menos utilizada, das “monções do norte” pelos rios amazônicos até sair em Belém do Pará. (QUEIROZ, 2015)



essencial para a penetração nos sertões, porque força de trabalho vista como necessária e utilizada em várias atividades como canoeiros e guias, além de produtores de alimentos para as incursões que adentravam essas terras.

Homens, mulheres e crianças, indígenas em suas terras ou aldeados, outros feitos trabalhadores; africanos e seus descendentes escravizados; pobres e livres, como sitiantes, agregados, camaradas; comerciantes; fazendeiros e funcionários do Reino e do Império, constituíram uma história dinâmica e conflitiva que resultou no povoamento não indígena e na desterritorialização de muitos povos, como os Guarani e os Kayapó, à margem da economia e da política do Reino de Portugal e do Império do Brasil.

## **OURO, ROÇAS E SESMARIAS NOS SERTÕES**

Com a descoberta de ouro de aluvião no rio Coxipó, em 1719, logo se iniciou o fluxo de pessoas para as minas do Cuiabá e também houve a preocupação da Coroa em estabelecer o controle fiscal para a cobrança do quinto. Dada a longa distância do litoral e as dificuldades do caminho terrestre percorrido pelas bandeiras, foram buscados outros caminhos que permitissem o transporte volumoso de víveres, pessoas e das riquezas extraídas das minas. A solução encontrada foi o uso dos cursos dos rios. As monções, iniciadas na década de 1720, foram, segundo Holanda (1990), prolongamentos das bandeiras e permitiram intensificar a exploração das riquezas, o povoamento e a instalação da burocracia colonial, ao passo que já em 1748 criou-se a Capitania de Mato Grosso, desmembrada da Capitania de São Paulo.

As expedições monçoeriras desciam o rio Tietê até o então rio Grande (rio Paraná), no sentido leste-oeste. Neste rio procuravam um dos cursos, rio Verde ou rio Pardo (mais utilizado), para subir o planalto em direção ao noroeste e atingir a bacia do rio Paraguai para onde confluíam os cursos da planície alagável do Pantanal, denominação dada



pelos luso-brasileiros em meados do século XVIII para a região nominada pelos colonizadores espanhóis de *Lagunas de los Xarayes* (COSTA, 2007).

No percurso das monções, o Rio Grande (Paraná) surge como lugar de importância singular no controle que a Coroa procurava estabelecer do fluxo de pessoas, de víveres e de riquezas das minas. Em diversos documentos datados de 1726, encontrados em “Documentos Interessantes para a história de S. Paulo”, o governador da capitania de São Paulo demonstra preocupação com a evasão de riquezas e procura estabelecer um posto de controle no rio Grande, provavelmente na desembocadura do rio Tietê.<sup>5</sup> No mesmo documento ordenava-se a coibição do uso de outros caminhos pelos sertões.

Na cabeceira do rio Pardo, os monçoeiros tinham que desembarcar, retirar as canoas do rio e transportá-las em carros puxados por negros escravizados em distância de uma légua e meia, até colocá-las no riacho do Camapuã, agora na bacia do Paraguai. Esta passagem era particularmente temida pelos monçoeiros, devido a possibilidade de ataques dos Kayapó.

No século XVIII, motivadas pelo fluxo das minas, avançam as demarcações, em mapas e documentos, de sesmarias nos sertões dos Kayapó. Essas doações ou concessões de sesmarias não significavam, necessariamente, ocupação real do espaço. Contudo, nas margens dos rios foram se estabelecendo roceiros que se aproveitavam do distanciamento do controle da Coroa e do curso das monções para comerciar produtos, como: milho, feijão, porcos e galinhas. Em 1727, no alto rio Pardo, “dois pobres roceiros” viviam:

[...] como em um presídio, com as armas sempre nas mãos; para irem buscar água, não obstante o terem-na

<sup>5</sup> Documentos interessantes Vol. XII, p.44-51. Reg.º do Regim.to q' Levou Dos da Silva Montr.º p.ª a caza do Reg.º, q' se manda fazer do Rio Grande p.ª as Minas novas do Certão do Cuyabá. Sobre a Casa de registros no Rio Grande, ver Fernandes (2011).



perto, vão sempre com guardas: no roçar, plantar- e colher os mantimentos levam sempre todas as armas, e em quanto vigiam uns, trabalham outros, mas sempre com as espingardas á mão; e nem com toda esta cautela se livram de que em varias ocasiões lhe tenham os Cayapós morto á alguns [...].<sup>6</sup>

As roças a que Camello faz referência se davam em terras de sesmeiros e, conforme Oliveira (2015), um desses personagens, de nome Luiz Rodrigues Vilares, possuía duas sesmarias na região de Camapuã, além de outras em Curitiba e São Paulo. Isso coloca uma outra perspectiva: poderia não se tratar de roceiros que cultivavam as terras com suas próprias mãos, mas de sesmeiros. Ou ainda, poderia se tratar de roceiros pobres livres que se fixavam nas margens dos rios, desconhecendo a titularidade do sesmeiro. Estas são pressuposições, mas que possivelmente encontrem evidências históricas no modo como a terra fora apropriada por toda a colônia e o império. A concentração da terra nas mãos daqueles que detinham escravizados e cabedal explicita o lugar que caberia aos pequenos roceiros e escravizados.

## A FAZENDA DE CAMAPUÃ, SEUS SUJEITOS E CONFLITOS: ALGUMAS IMPRESSÕES

O varadouro de Camapuã, território que dividia/ligava as bacias do Paraná e do Paraguai, e que obrigatoriamente os monçoeiros deveriam percorrer por terra, tornou-se ponto estratégico na rota das monções. Logo se estabeleceu ali um lugar de repouso e de restabelecimento de víveres, pela iniciativa, segundo Silva (2007), dos irmãos Leme, já em 1726.

<sup>6</sup> RIHGB. NOTÍCIAS PRÁTICAS. “Das minas do Cuiabá e Goyazes, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez ás Minas do Cuiabá no anno de 1727.” Tomo Quarto – N° 16. Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1843. p.487.



Antonio Rolim de Moura, em viagem para as minas do Cuiabá para tomar posse do Governo, em 1751<sup>7</sup>, descrevendo sua passagem por Camapuã, observou que “o dito sítio ou Fazenda”, encontrava-se à borda de um pequeno rio do qual tomava o nome, tendo “a largura que querem os seus donos que são quatro, em uma sociedade para se apropriarem dos lucros” no transporte de canoas e na venda de mantimentos aos passageiros. Na fazenda produzia-se milho, feijão, arroz, porcos e gado, sendo cerca de 600 cabeças. Rolim de Moura também notou um dos sócios vivendo ali com “seus camaradas brancos, e bastante pretos, expostos aos ataques dos Caiapó, e sem missa, nem quem os confesse em caso de perigo”.

O capitão de fragata, Francisco José de Lacerda e Almeida<sup>8</sup>, ao contar a sua viagem de Vila Bela, capital da província de Mato Grosso, para São Paulo, em 1786, também nos traz vestígios de Camapuã e de sua gente, e propicia entendermos como os Kayapó e os negros escravizados se relacionavam nesse varadouro e em seu entorno. Ao passar por Camapuã, foi possível acompanhar um conflito envolvendo os Kayapó e os negros escravizados e libertos da fazenda. Como contara o administrador da fazenda à Lacerda e Almeida, os Kayapó, por cerca de três a quatro anos, haviam “insultado no Cuxim a uns comerciantes que navegavam para o Cuiabá”. Devido a esses insultos, para “os intimidar mandou um destacamento composto de alguns mulatos libertos e de outros escravos da fazenda”. Ao encontrá-los “fizeram uma boa presa de rapazes e de mulheres de toda a idade, e os conduziram à fazenda”, onde segundo Almeida os viu “falando português, alegres e pacíficos, depois de terem tentado a fuga por duas

<sup>7</sup> RIHGB. RELAÇÃO da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá em 1751, (remetida de Lisboa pelo sócio correspondente o Sr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara). Tomo Sétimo, n.25, Abril de 1843. Imprensa Americana de L. P. da Costa: Rio de Janeiro, 1845, p.469.

<sup>8</sup> ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. Diário da viagem de Villa Bella para S. Paulo. Ano de 1788. In: Diários de Viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo nos anos de 1780 e 1790. Biblioteca Digital da Câmara dos deputados. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1941>. Acesso em 10/05/2021.



vezes inutilmente, pois foram seguidos pelo rasto, e apanhados”. Este episódio, narrado por Lacerda e Almeida, evidencia as ambiguidades e contradições que marcaram esses sertões e os seus sujeitos, no contato entre escravizados e libertos e povos originários, à medida que os primeiros contribuíram para aprisionar os Kayapó. Conforme Oliveira:

A presença de escravos negros em grande parte das cartas mostra como, nas atividades sertanistas no centro da América do Sul, a utilização de ‘peças’ africanas era fundamental para as engrenagens da empresa sertanista, não apenas para a exploração de ouro, mas também nos conflitos contra os ameríndios. O plantio de roças e a exploração aurífera eram atividades que se articulavam, conquistando espaço tanto em territórios ameríndios como também nas folhas da documentação de sesmarias. Outra prática igualmente importante era quase sempre silenciada nas cartas: o aprisionamento de ameríndios. (2015, p.240)

Outra história a nos chamar atenção e que trata dos escravizados da fazenda de Camapuã encontra-se na narrativa de Hércules Florence<sup>9</sup>. A partir do que lhe contara um dos membros das monções de 1817, um casal de escravizados da fazenda de Camapuã dali se evadira e depois de um ano de andanças pelos rios do sul de Mato Grosso, vivendo da caça e da pesca, fora parar em uma das ilhas do rio Tietê, na Capitania de São Paulo. Ao chegar nesta ilha usufruíram da liberdade, por cerca de seis meses, plantando para comer e se alimentando também do que a natureza oferecia. O esposo faleceu quando da travessia do rio, permanecendo ali a mulher por ainda “quase um ano” até que fosse aprisionada por esta expedição monçoeira de 1817 e levada de volta a Camapuã. Uma história que sintetiza a escravidão e a luta pela liberdade por estes sertões.

<sup>9</sup> RIHGB. Viagem de Porto Feliz á cidade de Cuyabá. (Hercules Florence.Trad. de TAUNAY, Afonso d’Escragolle). Tomo XXXVIII – primeira parte. B. L. Garnier – Livreiro-editor: Rio de Janeiro, 1875.





Em ofício escrito em 1824 pelo engenheiro sargento-mor, Luiz D'Alincourt<sup>10</sup>, encontramos dados da fazenda de Camapuã e da gente escravizada e liberta ali presente, em seu modo de vida e nas relações envolvendo a família escrava e liberta. Ao descrever o lugar, D'Alincourt observa o “engenho, capela, e casas do administrador, e da escravatura, em situação elevada”, e “[...] em terreno plano e baixo, estão os quarteis, e moradas dos povoadores dispostas desordenadamente.” Quanto aos “sobrados do engenho mais a habitação do administrador e capela”, diz serem “todos cobertos de telhas, e 56 fogos cobertos de capim e construídos de pau a pique”. Da população forra disse chegar “a 39 homens maiores de 14 anos, e a 43 de 14 para baixo; mulheres acima de 14 há 47, e para menos 38”. Sobre os escravizados: “de mais de 14, 30; menores 37: escravos maiores de 14, 36; menores 26: escravos particulares 4, escravas 6, total da população 306 almas”. Nessa soma disse serem 306 pessoas, e descreveu que entre 1821 e 1824 “nasceram 24 forros”, 21 cativos, somando “45 almas” de “produção humana nestes 4 anos”. Nos mesmos anos morreram 9 forros e 16 escravizados. Na exposição desses dados, D'Alincourt nos deu indícios da existência da família escrava, o que entendemos como uma forma de resistência em meio à escravidão:

Da totalidade desta população ainda existem por se batizar 12 crianças, algumas bem crescidas: o número de homens forros casados é 19, e das mulheres 21; viúvas 11: escravos casados 16, escravas 11 e 9 viúvas: cumpre notar que 4 escravos são casados com mulheres forras.

Pessoas “indolentes”, conforme D'Alincourt, pois a produção era escassa:

<sup>10</sup> RIHGB, Offício do engenheiro Luiz D'Alincourt em 10 de Novembro de 1824, contendo notícias interessantes sobre a parte meridional da província de Matto-Grosso (MS. Offerecido pelo Sr. L. A. da Cunha Mattos). Vol.20, *Rio de Janeiro*, 1857, Kraus Represent Nendeln/Liechtenstein, 1973, p.335-336.



[...] colheram os povoadores, nos anos de 1823, 1824, 1.213 alqueires de milho, 400 de feijão, 875 de arroz, e 59 arrobas de algodão; e a fazenda colheu desde 1821 até 1824, 48 cabeças de gado, 654 alqueires de feijão, 4.198 de milho, 274 de arroz, e 156 arrobas de algodão.

Essa gente liberta e escravizada, segundo o narrador, criava capados e galinhas, fabricava tecidos de algodão de muito boa qualidade, tecia rendas e produzia louça para seu uso. Em relação aos atos religiosos, nos contou que: “Entregam-se muito a funções de igreja, não obstante ser privado quase sempre de sacerdotes: e com as festas das irmandades gastam, cada ano, para cima de cem capados, e quanto podem colher”.

Ainda sobre a fazenda de Camapuã e a sua produção, outro viajante aqui já citado, Hercules Florence, notou que em 1825<sup>11</sup> tratava-se de propriedade de uma Sociedade com sede em São Paulo, estando:

[...] em estado de decadência desde que a navegação dos rios vai sendo abandonada pelos negociantes, conta perto de 300 habitantes, dos quais é a terça parte escravatura dos socios. Aí fabricam-se grosseiros tecidos de algodão para uso dos moradores e para remessas em Miranda são trocadas por cabeças de gado vaccum e cavalari.

Produzia-se também, segundo este narrador, a cana de açúcar, da qual, em suas palavras “fazem péssima aguardente”, seguida de feijão e milho; criação de galinhas e porcos “de extraordinária magreza”. Quanto às casas da administração e a moradia dos escravizados, a narrativa assemelhou-se à de D’Alincourt, acrescentando a gente forra que, conforme este membro da expedição científica, morava do outro lado do rio Camapuã:

[...] duas casas de sobrado, uma onde mora o comandante que na ocasião era um alferes de milicias (guarda nacional); outra fron-

---

<sup>11</sup> Op cit., p.402.



teira, separada por vasto pateo, que tem um engenho de moer cana tocado por bois. O pátio é fechado pela senzala dos escravos, toda ela baixa e coberta de sapé. A noite, são eles metidos debaixo de chave. A gente forra mora do outro lado do rio Camapuan.

O azedume do relato de Florence se centrou nos habitantes e em seu modo de vida muito próximo ao “estado selvagem”, conforme o desenhista:

Estrema é a miséria dos habitantes. Pelos bens que possuem pouco dista do estado selvagem, mas nem por isso são ou se consideram mais infelizes. Não há senão homens, tidos por dinherosos, que andem vestidos com calças e camisa de pano grosso. O resto não usa senão de ceroula, quase tanga; a maior parte das mulheres trazem sobre o corpo uma saia. Não comem senão milho, feijão e algumas ervas: raramente provam carne de seus magros porcos ou usam de ovos e de carne de vaca.<sup>12</sup>

Hercules Florence nos conta que os moradores de Camapuã nem sequer possuíam um monjolo e ao dizer que esta máquina, movida à água, ali já existira, a referência aos moradores denuncia o sentido pejorativo: “como uma enchente do rio o quebrara, esses desgraçados vadios não tinham pensado em substituí-lo por outro”.

Ao narrar acerca dos povos originários no entorno da fazenda nos diz que em sua estadia ouviu falar que apareceram nos arredores, sendo reconhecidas as suas pegadas e surpreendidos quando se tentava furtar algumas reses, momento em que fugiram: “Não podiam ser senão Cayapós ou Guaycurús”. Quanto à população disse ser no geral escassa e constituída de “pretos crioulos; poucos são os mestiços e mulatos. D’essa cor era o comandante”. Depois de uma estadia de 43 dias em Camapuã, a expedição científica seguiu viagem para Cuiabá<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Op. Cit, p.403-405.

<sup>13</sup> Idem.



No final do século XVIII e primeiras décadas do XIX, a fazenda de Camapuã já havia perdido o lugar privilegiado de passagem para as minas do Cuiabá devido à utilização de caminhos terrestres e também pelo declínio da produção aurífera a partir da década de 1760. Como se depreende desse relato de Florence é possível perceber que no decurso do século XIX, após a terceira década, o avanço nas melhorias em torno do caminho terrestre pela estrada de Goiás tornou mais vantajoso esse percurso do que o caminho das monções, e fez com que Camapuã fosse perdendo a sua proeminência. Contudo, os relatos de dificuldades dos caminhos terrestres de Goiás e do Piquiri percorreram quase todo o século XIX demonstrando que o problema em relação às vias de comunicação e transporte era bastante comum, e descrito, incansavelmente, pelos presidentes de província em seus relatórios, como em Augusto Leverger, no ano de 1852:

Nossas estradas, bem o sabeis, senhores, não passam de simples trilhos, que quase nada devem a corte e não admitem outros meios de transporte senão animais de carga. Andam-se dezenas de léguas por sertões completamente ermos, e os poucos moradores, que se encontram cá ou lá, nenhum auxílio podem prestar, senão, às vezes, algum milho para o sustento dos animais dos viajantes, e portanto precisam estes de munir-se de mantimentos para semanas e até meses, o que notavelmente aumenta as dificuldades e despesas de viagem.<sup>14</sup>

No cenário da guerra com o Paraguai, o relato de Alfredo D'Escragolle Taunay, de 1869<sup>15</sup>, ao contar a sua viagem de regresso de Mato Grosso, desvela que na travessia por Camapuã o lugar em ruínas enunciava:

<sup>14</sup> CRL. MATO GROSSO. Discurso recitado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão da fragata Augusto Leverger, na abertura da Sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 10 de maio de 1851. Cuiabá. Typografia do Echo Cuiabano, 1852, p.32. Disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil). Acesso em 12/04/2021.

<sup>15</sup> RIHGB. Viagem de Regresso de Mato-Grosso à corte. – Memória descritiva, pelo bacharel Alfredo de Escragolle Taunay, membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXXII – Parte Segunda TERCEITO TRIMESTRE, *Livreiro-editor: Rio de Janeiro, 1869.*



“os restos, para assim dizer, imponentes d’aquella importante fazenda, séde outr’ora de muito movimento, de todo o que se dava por aquelles sertões”. Conforme Taunay, a fazenda pertencente a uma Companhia de três pessoas, que se desuniram somente na morte, manteve-se até início do século XIX “mais ou menos florescente”, com “escravatura numerosa ás ordens do ultimo administrador, Arruda Botelho”. Depois de sua morte, “o lugar ficou abandonado ou tão somente habitado por negros e mulatos livres, ou libertos pelo facto de não apparecerem herdeiros de seus possuidores”.

Falta-nos uma análise mais detalhada desse lugar e de seus agentes sociais no sentido de entender como se desenhara a sua história no decurso do XIX, com o fim das viagens monçoeiras, especialmente a história dos escravizados. O que se depreende a partir de Taunay é o fato de que em meio à guerra, iniciada em 1864, os “indolentes habitantes” estavam quase todos “reunidos a 1 2/4 de legua de distancia, no lugar chamado Corredor, estabelecido pelos carreiros, que, procurando as forças de Mato-Grosso, paravam na entrada d’aquella provincia, para refazerem a boiada fatigada pela viagem desde Sant’Anna”. Como nos conta esse engenheiro militar e autor de importantes obras sobre a história de Mato Grosso, o ponto do Corredor para onde se deslocaram os sobreviventes de Camapuã:

[...] era além d’isso muito menos sujeito ás febres intermitentes, uma das grandes pragas de Camapuam, e sobretudo estava situada em posição mais aprazível e pittoresca e não, como aquelle antigo local, abafado entre outeiros abahúlados que bem justificam o seu nome indico *cama*, *mama*, *poam*, redonda.<sup>16</sup>

As histórias narradas até aqui tem como eixo o varadouro e fazenda de Camapuã e envolvem personagens que muito nos interessam: escravizados, libertos e os Kayapó. Numa história social dos sertões,

---

<sup>16</sup> Op.cit, p.16-17.



tentar encontrar vestígios desses sujeitos é um exercício árduo. Demos apenas alguns passos e muito está para ser apreendido desse importante lugar na história e memória de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na busca desses agentes também por outras terras, o foco se volta, a seguir, para as relações de trabalho vividas nesses caminhos.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO PELOS SERTÕES DE MATO GROSSO E A EXPLORAÇÃO DOS POVOS DA TERRA**

Neste cenário, diferentemente da construção da epopeia dos heróis bravios e destemidos adentrando os sertões do Mato Grosso, o que pudemos ver foram os responsáveis pelas incursões e também pessoas escravizadas e livres, em sua diversidade, vivendo as muitas dificuldades e intempéries comuns a essas viagens, acentuadas na medida em que vividas pelos que exerciam os serviços mais duros.

Foram então nesses traçados de vias de comunicação, percorridos desde o século XVIII e ao longo do século XIX, fosse pela administração colonial e/ou imperial na tentativa de encurtar caminhos ou mesmo por interesses privados e/ou científicos, como o da expedição, em partes aqui analisada, organizada por Langsdorff, que buscamos esses personagens à procura de sinais deixados na documentação e que iluminam a sua presença. Por meio de fontes da burocracia colonial e imperial, assim como do relato e diários dos viajantes, foi possível entender que o cerceamento da terra e da liberdade envolvendo esses diferentes sujeitos – mas que se assemelhavam à imposição do trabalho forçado e, em muitas situações, também na expulsão da terra – são registros da história de Mato Grosso desde o início do processo de colonização, e se relacionam, intimamente, com a forma como as relações de trabalho foram delineadas entre esses grupos e os colonizadores. Essa história passada deixou marcas de continuidade no presente, nas grandes extensões de terra privadas, materializadas no latifúndio, especialmente nas empresas do “agronegócio” da soja, cana, eucalipto, entre outras economias,



perpetuando o processo de ocupação e a violência sobre os pobres da terra, em ambos os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Exemplo de imposição do trabalho forçado aos povos originários no século XIX pode ser encontrado na forma como os aldeamentos se constituíam em sorvedouro de mão de obra, ao serem os indígenas utilizados em várias frentes, como camaradas de tropa e no interior das fazendas, no plantio e cultivo de roças, trabalhando a jornal na condução de canoas, como guias das incursões, na formação das milícias armadas dos fazendeiros e grandes posseiros, entre outras funções.<sup>17</sup> O uso do trabalho indígena em Mato Grosso era e continua a ser uma prática constante dos fazendeiros da região, como se percebe na narrativa do norte-americano Elliott, escrita entre 1844 e 1847. Ao referir-se à sexta entrada pelos sertões, e descrever o que vira das aldeias dos Kinikinau, dos Terena e dos Layaná no sul de Mato Grosso, Elliott apresentou evidências históricas da exploração desses povos pelas fazendas do Pantanal: “Os Quiniquinaos estão aldeados perto do forte, e os Terena, que são mais numerosos, estão aldeados na Ypega, duas léguas distante. Os Layanans vivem como agregados ou camaradas nas fazendas vizinhas; e além destes há alguns Guaycurus e Guachins”.<sup>18</sup>

Também o discurso do presidente de Província, Estevão Ribeiro de Rezende, em 1840<sup>19</sup>, deixa a entender que nas instruções dadas ao tenente de primeira linha, José Maria d’Albuquerque Nunes, orientou-

<sup>17</sup> Sobre a utilização do trabalho dos kaiowa e guarani no sul de Mato Grosso, ver Ferreira e Carmo (2015)

<sup>18</sup> RIHGB. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo Paraguay na província de Mato Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. (p. 153) In: *IHGB, Tomo X*, Segunda Edição. Typographia de João Ignácio da Silva: Rio de Janeiro, 1870, p.172.

<sup>19</sup> CRL. MATO GROSSO. Discurso recitado pelo presidente da Província de Mato Grosso,, Estêvão Ribeiro de Rezende, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1840. Cuiabá: Typ. Provincial, 1840, p.19. Disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil). Acesso em 12/05/2021.



-lhe, na organização do Destacamento na estrada do Piquiri, que se utilizasse da mão de obra dos indígenas, pois muito bom partido poderia tirar dos “Caiapós ali existentes empregando-os, chamando-os ao trabalho braçal e civilizando-os; bem como o bom acolhimento e decisiva proteção que devia prestar aos povoadores que continuarem a entrar das províncias limítrofes”.

Estas são algumas das evidências, e poderíamos apresentar várias outras, em que é perceptível a exploração do trabalho dos povos originários pelas fazendas do Pantanal, pela estrada e Destacamento do Piquiri, e também por outras localidades de Mato Grosso, e se encontram nas memórias dos viajantes e em outras fontes da colônia e império, como a de Elliott que acompanhava as incursões sertanistas de Joaquim Francisco Lopes<sup>20</sup>, a mando do barão de Antonina na década de 1840, a quem interessava apossar-se dessas terras em tempos anteriores à Lei de Terras de 1850. Mas, estas são ainda outras histórias, envolvendo diferentes grupos indígenas e outros pobres da terra, que merecem um capítulo à parte no estudo da escravidão, da terra e da liberdade em terras de Mato Grosso.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. *Revista do IEB*. N. 45, set 2007, p. 21-36.

FERNANDES, Luis Henrique Menezes. *Minas do Cuiabá, ilha dos sertões: considerações sobre o papel da metrópole na expansão dos domínios portugueses na América (1721 - 1728)*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, 2011.

FERREIRA, Eva Maria Luiz e CARMO, Gustavo Costa do. A mão de obra kaiowa e guarani na colonização no antigo sul de Mato Grosso. In: CHAMORRO, Gra-

---

<sup>20</sup> Joaquim Francisco Lopes foi um sertanista conhecido da história do sul de Mato Grosso, pois um dos primeiros a adentrar essas terras partindo do triângulo mineiro, em 1829, e se apossando de terras, primeiro sob ordens do Império e depois do Barão de Antonina. Estas memórias são descritas em sua obra “Derrotas” (2010).





ciela e COMBÊS, Isabelle. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 359-368.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KASHIMOTO, Emília Mariko e MARTINS, Gilson Rodolfo. Arqueologia da bacia do Alto Paraná em Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, Graciela e COMBÊS, Isabelle. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p.93-100.

KOK, Glória. A conquista do sertão de Mato Grosso no século XVII. In: CHAMORRO, Graciela e COMBÊS, Isabelle. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p.691-706.

LOPES, Joaquim Francisco. *Derrotas*. Campo Grande: Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, 2010. 152 p.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Roças, fazendas, engenhos, currais: uma cartografia da ruralidade colonial nas minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII). *Rev. Hist.* (São Paulo), n. 173, jul.-dez., 2015, p. 211-251 .

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, Graciela e COMBÊS, Isabelle. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p.103-126.

SILVA, Rodrigo da. Monções revisitadas: patrimônio e cultura material. *RHAA, Revista de História da Arte e Arqueologia*, n.7, Unicamp, jan.-jun., 2007, p.05-24.



## SOBRE CAÇA E PESCA NO PIAUÍ: FONTES PARA PESQUISA COMO FORMA DE ABORDAGEM

 Jennefer de Sousa Morais<sup>1</sup>

 Alcebíades Costa Filho<sup>2</sup>

No Piauí, ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, parte considerável do esforço de trabalho resultou na produção de víveres, para abastecimento da população. Embora considerada pouco fértil, é da terra que a população subsiste, dos produtos da lavoura de alimentos, da criação de pequenos animais e aves domésticas, da indústria<sup>3</sup> voltada para o beneficiamento dos produtos da lavoura. Há indícios de que a atividade de caça e pesca e coleta de frutos sazonais tenha um papel considerável no abastecimento.

Não obstante o desenho de uma economia de subsistência, há indícios da comercialização de gêneros alimentícios já no final do século XVIII, mas a organização de um comércio regular de gêneros somente no século XIX. Supõe-se que só a partir da segunda metade do último

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Licenciatura em História, Universidade Estadual do Piauí. Bolsista voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC.

<sup>2</sup> Professor doutor, Universidade Estadual do Piauí e Universidade Estadual do Maranhão, orientador Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC.

<sup>3</sup> É possível inferir da documentação consultada que, na primeira metade do século XX, o significado da palavra indústria não era como entendemos hoje, abrangia atividades produtivas como a agricultura, a pecuária, o extrativismo vegetal e mineral. Em consonância com o desenvolvimento das atividades produtivas, aos poucos, a palavra foi sofrendo alterações, para abranger apenas as atividades fabril.



século, para além do sustento da família, muitos lavradores incrementaram o cultivo de suas roças visando à comercialização.

Ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, os produtos da lavoura de mantimentos constituíram a base do sistema alimentar do piauiense: mandioca, arroz, feijão, milho, cana de açúcar<sup>4</sup> e seus derivados, a exemplo da farinha e rapadura. A carne, em pequena quantidade, provinha do abate de animais e aves domésticas, tipo porco, bode e galinha. A caça e a pesca constituam sucedâneo a carne, por apresentar aproximadamente as mesmas propriedades nutricionais.

Esses são alguns aspectos do quadro de produção e consumo de alimento no Piauí ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, quando a partir do terceiro quartel do século passado, apresenta os primeiros sinais de esmaecimento. A partir dos anos de 1970 são perceptíveis novos contornos de produção e consumo, em oposição ao quadro de produção e consumo delineado acima.

É possível inferir da bibliografia consultada que, entre outros elementos, motivaram o enfraquecimento do referido quadro de produção e consumo, a economia globalizada; a migração do rural para o urbano; a intensificação do viver em cidades<sup>5</sup>; o surgimento de novos hábitos alimentares, em oposição aos antigos hábitos baseado no consumo de cereais, legumes e pequena quantidade carne e frutos.

No Piauí, poucos pesquisadores demonstram interesse pela temática da produção e consumo de alimentos, não obstante a importância que a história da alimentação assumiu na historiografia brasileira nos últimos anos. Essa visibilidade “está intimamente relacionada às profundas transformações das práticas alimentares ocorridas no mundo ocidental desde meados do século XX” (ALGRANTI; MACÊDO, 2020, p.13). A presente comunicação de pesquisa tem como objetivo verificar a contribuição da caça e

<sup>4</sup> Cf. Costa Filho, 2016, p. 271-293; Costa Filho, Silva, Silva Neto, 2017, p. 4-15; Costa Filho, Sousa, Silva Neto, 2019, p. 60-84; Costa Filho, Vilanova, Melo, 2020, p. 21-36.

<sup>5</sup> Parece que o movimento foi no sentido de passar a residir em núcleos urbanos, independente de qualquer melhoria de vida, mantendo muito dos hábitos do viver rural.



pesca para a alimentação dos piauienses entre 1900 e 1970. O olhar foca o abate de animais silvestres para consumo da carne e comercialização de peles e penas, também, a atividade de pesca nos rios e lagoas do Piauí.

## EVIDÊNCIAS DA ATIVIDADE DE CAÇA E PESCA

### A caça

Na institucionalização do Parque Nacional Serra da Capivara, um problema enfrentado pela administração da unidade de conservação e noticiado pela mídia, foi o abate de animais e aves silvestres. A política ambiental do parque colocou na ilegalidade uma das práticas mais antigas dos habitantes da região, a caça. Criando desentendimento entre a administração do parque e seguimentos da população local. Por um longo período, caçadores continuaram atuando na área do parque, abatendo animais e aves no sentido de obter carne para consumo humano ou peles e penas para comercialização.

Localizada na área do parque, na cidade de São Raimundo Nonato, em local bem visível, ergueram estátuas de animais e aves extintas ou em risco de extinção para lembrar que a caça é atividade danosa. Em sentido oposto, as estátuas lembram também que a caça era prática usual entre os habitantes dos diferentes municípios que formam a área do parque, agora colocada na ilegalidade. É possível afirmar que, ao longo do tempo, em diferentes períodos da história, grupos populacionais que habitaram o atual território do Piauí, incluíram recursos da fauna e flora como elementos de sustentação da vida.

A literatura de ficção é um conjunto documental a evidenciar a atividade de caça. Escritores piauienses, na passagem do século XIX para o XX, dedicaram longos trechos de sua obra a caça: Hermínio de Paula Castelo Branco em “Lira Sertaneja”, Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco em “Harpa do caçador” e Francisco Gil Castelo Branco em “Ataliba, o vaqueiro”. Para o mesmo período, há indicações de que o pernam-



bucano Franklin Távora e os maranhenses Coelho Neto e Viriato Corrêa registraram em sua obra a mesma atividade, ampliando assim o raio de visibilidade para outras regiões do Brasil. A esses autores, acrescenta-se romancistas e contistas do Piauí e Maranhão que, escreveram entre o segundo e terceiro quartel do século XX, Alvina Gameiro com “Curral de Serras” e “Contos dos sertões do Piauí”, também, Raimundo Moura Rêgo com “As mamoranas estão florindo”.

A literatura memorialista, registro de reminiscências e experiências do passado, é outro conjunto literário para a investigação, destaca-se “Memórias e memórias inacabadas” do escritor Humberto de Campos que, antes de fixar residência no Rio de Janeiro, viveu em São Luís, capital do Maranhão, e Parnaíba, cidade litorânea do Piauí. Nessa obra ficou o registro não apenas da atividade de caça, mas também de pesca, além de descrever como cozinhar esses alimentos.

A literatura de viagem é outro conjunto bibliográfico ainda não explorado. Entre os séculos XIX e XX, em datas diferentes, viajaram pelo Piauí ou regiões fronteiriças, Louis François de Tollenare, Johan Baptist von Spix, Karl Friedrich Philip von Martius, Artur Neiva, Belisário Pena, Carlos Eugênio Porto, entre outros. Esses viajantes, estrangeiros ou nacionais, escreveram sobre os lugares e gentes por onde passavam, certamente registraram sobre produção de alimentos e hábitos alimentares.

## **A pesca**

Na zona norte de Teresina, no bairro Poti Velho, a fabricação e venda de artefatos de cerâmica decorativa supera qualquer outro empreendimento. A cerâmica decorativa coloca em região de esquecimento qualquer outra atividade produtiva, até mesmo a cerâmica de construção que a antecedeu, a fabricação de tijolos, telhas, ladrilhos. Ao que parece, o trabalho com o barro determinou o povoamento da área. Mas o predomínio da atividade ceramista no bairro é parte de um processo histórico recente.



A ocupação da área correspondente ao bairro ocorreu em um tempo que as novas gerações de moradores não conseguem datar de tão avançada no tempo. Data da segunda metade do século XVIII, quando os representantes da Coroa portuguesa se fixaram na região, atraídos “pela abundância de peixe na confluência dos rios Parnaíba e Poti”<sup>6</sup>. Antes da chegada desse contingente populacional, o sítio era domínio de populações nativas que, entre as atividades necessárias ao sustento, praticavam a pesca fluvial de subsistência, modalidade de pesca desenvolvida em rios, por famílias ribeirinhas, para o sustento, a alimentação. Essa modalidade de pesca é uma das atividades mais antigas do Brasil, comum entre as populações nativas antes mesmo da chegada dos portugueses<sup>7</sup>.

Na cabeceira da ponte Mariano Gaioso, que liga os bairros Poti Velho a Santa Maria da Codipi, localiza-se um mercado de peixe. No site da Prefeitura Municipal de Teresina, encontram-se notícias sobre esse mercado.

O Mercado do Peixe do Poti Velho levará o nome do pescador Manoel de Sousa Aguiar, que recebe a homenagem por relevantes atividades desenvolvidas junto a pescadores e comunidade do bairro Poti Velho. Manoel de Sousa Aguiar, em julho de 1952, fundou, com 102 pescadores, a Colônia Z8 de Pescadores do Poty Velho, tornando-se, nesta ocasião, o primeiro presidente do grupo. O pescador também foi um dos idealizadores do tradicional festejo de São Pedro, santo padroeiro dos pescadores, que até os dias de hoje movimentava o bairro no período de 10 a 29 do mês de junho, com a tradicional procissão dos pescadores<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Bastos, 1994, p. 559.

<sup>7</sup> Cascudo (2011); também Gilberto Freyre (2006).

<sup>8</sup> “Feirantes do mercado do peixe do Poti Velho iniciam atividades sábado (23)”. Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, 20.12.2017, disponível em: [http://demo.pmt.pi.gov.br/semcom\\_antigo/noticia/Feirantes-do-Mercado-do-Peixe-do-Poti-Velho-iniciam-atividades-sabado-23/16905](http://demo.pmt.pi.gov.br/semcom_antigo/noticia/Feirantes-do-Mercado-do-Peixe-do-Poti-Velho-iniciam-atividades-sabado-23/16905) > Acesso em: 07.03.2021.

“Firmino entrega mercado do peixe a população da zona norte neste sábado”. Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, 22.12.2017, disponível em: < [http://demo.pmt.pi.gov.br/semcom\\_antigo/noticia/Firmino-entrega-Mercado-do-Peixe-a-populacao](http://demo.pmt.pi.gov.br/semcom_antigo/noticia/Firmino-entrega-Mercado-do-Peixe-a-populacao)



A notícia informa que em meados do século passado, os pescadores do Poti Velho já formavam uma categoria trabalhista e organizaram uma instituição de representação. Os indícios desse comércio datam da primeira metade do século passado, a partir da década de 1920<sup>9</sup>. Atualmente, no entorno do mercado Manoel de Sousa Aguiar, como no passado, os pescadores comercializam parte do pescado em pequenos boxes ou em estrado de madeira, as enfiadas de peixes pequeninos, pendurados em cambos.

Na primeira metade do século XX, para além do bairro Poti Velho, a atividade de pesca foi prática comum aos teresinenses de diferentes níveis sociais. A pesca de subsistência ou de divertimento forneceu a muitas famílias a “mistura” para comer com farinha de mandioca, arroz e feijão, informa moradores da atual zona sul da capital, na larga faixa ribeirinha correspondente ao curso do rio Paranaíba, atualmente abrangendo bairros como Vermelha, São Pedro, Tabuleta, Angelim, entre outros<sup>10</sup>. Os indícios apontam para mais de dois séculos de atividade de pesca na cidade de Teresina.

Ao contrário do que vulgarmente se acredita, os rios do Piauí são bastante piscosos, embora a pesca seja realizada sob as condições mais adversas ao natural desenvolvimento das espécies. Em razão da desordem e da desorientação dessa pesca, muita variedade de peixe já escasseia nos rios, onde eram tão abundantes<sup>11</sup>.

---

-da-zona-norte-neste-sabado/16926> Acesso em: 07.03.2021.

<sup>9</sup> [GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ], (1923).

<sup>10</sup> Informação colhida informalmente entre pessoas na faixa etária de 60 e 90 anos, com objetivo de melhor compreender o problema de pesquisa.

<sup>11</sup> PORTO, 1974, p. 90.



Consultando uma enciclopédia dos municípios piauienses, década de 1920<sup>12</sup>, nota-se a atividade de pesca nos seguintes municípios do centro norte do Piauí: Livramento<sup>13</sup>, Marruás<sup>14</sup>, Porto Alegre<sup>15</sup>, Miguel Alves, Parnaíba, Pedro II, Piripiri, Piracuruca, União, Teresina; também em municípios do centro sul: Regeneração, São Pedro, Valença, Oeiras, Picos, Santa Filomena, São João do Piauí, Uruçuí, Simplício Mendes, São Raimundo Nonato, Paranaguá, Patrocínio<sup>16</sup> e Paulista<sup>17</sup>, esses dados confirmam não apenas a piscosidade dos rios, mas também a vulgarização da pesca por todo o território piauiense, de norte a sul. Com base nos documentos consultado, a pesca é praticada também em municípios localizados as margens de lagoas, como Nazaré do Piauí e Paranaguá. No município de Paranaíba, localizado na faixa litorânea, praticavam também a pesca marítima.

## MAIS FONTES DE PESQUISA

Admite-se a literatura, em suas diferentes verteres, ficcional, memorialista e de viagem, como fonte de pesquisa sobre caça e pesca. Entretanto, existe outros conjuntos documentais, como os diários noticiosos que provavelmente veicularam informações sobre essas atividades. Embora nessa etapa de pesquisa não se pretenda consultar, na Hemeroteca do Arquivo Público do Estado do Piauí- APEPI, em perfeito estado

<sup>12</sup> “O Piauí no centenário de sua independência 1823-1923”, v. IV. A publicação é parte das ações de comemoração do primeiro centenário da independência, originalmente quatro volumes, constando informações sobre os municípios do Piauí. No Arquivo Público do Estado do Piauí encontra-se o quarto com os municípios cuja denominação está entre as letras L a V.

<sup>13</sup> Atualmente José de Freitas.

<sup>14</sup> Atualmente Porto.

<sup>15</sup> Não tem relação com o atual município Porto Alegre do Piauí, localizava-se ao norte do Piauí, tendo Marruás como um dos municípios limites.

<sup>16</sup> Atualmente Pio IX.

<sup>17</sup> Esse antigo município localizava-se no sul do Piauí, atualmente, nessa área, entre outros municípios encontra-se o município de Paulistana.





de consulta, encontra-se volumoso acervo de jornais que circularam em Teresina e outros municípios do Piauí ao longo do século XX.

Configura-se a necessidade de pesquisa oral como forma de coletar informações sobre caça e pesca nas décadas de 1960 e 1970. Na elaboração da presente comunicação de pesquisa, de modo informal, pessoas nos municípios de Floriano e Teresina narraram que muitas famílias de baixa renda costumavam pescar no rio Paranaíba, o que contribuía para o sustento e, até mesmo, para conseguir “algum trocado”, com a venda de parte do pescado. Observa-se o valor social incalculável da atividade de pesca, sua contribuição para a alimentação de parcela da população.

## **AS FONTES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE**

Serão objeto de investigação dessa proposta de pesquisa alguns conjuntos documentais do IBGE, disponíveis na forma digital. Consulta-se os censos, até mesmo o de 1872, realizado pela Diretoria Geral de Estatística do Império<sup>18</sup>. O olhar é para a ocupação da população na busca de informações sobre a atividade de pesca, em geral acompanhada e tributada pelas autoridades públicas do que a atividade de caça. Nota-se a comercialização de peixe já na Colônia, vendido pelas ruas, notadamente peixe assado. O mesmo olhar para as categorias profissionais dos censos realizados entre 1900 e 1970.

Planeja-se consultar os censos agropecuários realizados a partir da década de 1920. É possível ler na página digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, “a partir dessa operação pioneira, foram mais 10 edições, sendo a última em 2017, totalizando 11 Censos Agropecuários. O IBGE tem sido responsável por esse trabalho desde a fun-

---

<sup>18</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.



dação do Instituto, em 1936”<sup>19</sup>. É possível que esse tipo de censo possa informar sobre pesca e caça.

Outro conjunto documental para consulta é o Anuário Estatísticos do Brasil. O anuário contém indicadores socioeconômicos da população, das atividades agropecuárias, industriais e comerciais, dados do setor produtor e de serviços e, também, índices com preços, custos e salários, entre outras tabelas, certamente contem informação sobre pesca.

No conjunto de documentos do IBGE, a proposta é verificar também a “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, obra de referência, publicada na década de 1950. Ao todo a enciclopédia é composta de 36 volumes, o volume 15 é dedicado aos estados do Maranhão e Piauí, contendo dados sobre história, geografia, administração pública, cultura, estatística, relativos aos municípios da época, possui ainda fotografias e mapas.

Algumas publicações periódicas, que marcam a passagem de datas celebrativas de alguns eventos, serão consultado nessa fase da pesquisa, a exemplo “O Piauí no centenário de sua independência” (1923)<sup>20</sup>, “Almanaque da Parnaíba” (1944)<sup>21</sup> e “Almanaque do Cariri” (1952)<sup>22</sup>.

## REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (Orgs.). **História & Alimentação – Brasil, séculos XVI-XXI**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2020.

ALMANAQUE DO CARIRI. **Edição especial dedicada ao estado do Piauí**, em homenagem a sua capital, pela passagem do seu primeiro centenário, 1952.

<sup>19</sup> <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28727-censo-agropecuario-completa-100-anos-e-retrata-historia-do-setor-no-pais>

<sup>20</sup> Celebra o primeiro centenário da independência do Brasil.

<sup>21</sup> Celebra aniversário de Paranaíba.

<sup>22</sup> Celebra o primeiro centenário da cidade de Teresina.



ALMANAQUE DA PARNAIBA. **Livro do Centenário de Parnaíba**. Parnaíba, 1944.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; COSTA FILHO, Alcebiades; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. “Questões de identidade e distinção social através do consumo de caranguejo, peixe e caju no litoral piauiense na primeira metade do século XX”. **Revista História e Cultura**. São Paulo, vol.9, n.2, 2020, p. 244-271.

CALDEIRA, José de Ribamar C. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. [São Luís]: Academia Maranhense de Letras; Edições AML/Sioge, 1991.

CAMPOS, Humberto de. **Memórias e Memórias inacabadas**. São Luís: Instituto Geia, 2009.

CARVALHO, Mary Lucia Alves de. “Os comerciantes cronistas: Henry Koster; Louis François de Tollenare no Piauí do início do século XIX”. **Contraponto**. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 2, n. 1, fev. 2015, p. 78-96.

CASTELO BRANCO, Hermínio. **Lira Sertaneja**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

COELHO NETO. **Sertão**. Porto: Artes Gráficas, 1926.

COSTA FILHO, Alcebiades. “Ensaio sobre a História da Alimentação: Um olhar a partir do Piauí”. BORRALHO, Henrique (org.). **Literatura, Filosofia, História e outras linguagens**. São Luís: Editora UEMA, 2016, p. 271-293.

COSTA FILHO, Alcebiades; SILVA, Antônio Wallyson; SILVA NETO, Enos Soares. “Lavoura de alimentos em área de pecuária: mandioca e cana de açúcar no Piauí entre 1900 e 1950”. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**. Teresina Ano III, nº 5, jul./Dez, 2017, p. 4-15.

COSTA FILHO, Alcebiades; SOUSA, Theresa Cristina Vieira; SILVA NETO, Enos Soares “Um paiol de mantimentos: gêneros alimentícios no Maranhão na primeira metade do século XX”. MELO, Salânia Maria Barbosa; SOUZA, Joana Batista; SALAZAR, Denise Cristina da Silva Campos. (Orgs.) **Entre tempos e histórias do Maranhão**. Caxias: EDUFPI, 2019, p. 60-84.

COSTA FILHO, Alcebiades, VILANOVA, Francisco Rairan dos Santos, MELO, Salânia Maria Barbosa. “O cultivo de alimentos em áreas do leste do Maranhão: um olhar para o município de Matões”. **Vozes, Pretérito & Devir Revista de História da UESPI**. Teresina, 2020, p. 21-36.

COSTA FILHO, Alcebiades; SILVA NETO, Enos Soares. “Do chiqueiro a mesa: o rebanho e o consumo de porcos no Piauí do século XX”. **Revista Humana RES**. Teresina, vol.1, num.3, 2020, p. 147-162.



COSTA FILHO, Alcebiades; SILVA, José Carlos Aragão. “O que se deve comer, adaptação do sistema de alimentação vegetariano para uso dos brasileiros: primeiro centenário de publicação da obra de Domingos de Castro Perdigão”. **Revista Terra de Pretos**: Revista Multidisciplinar, v. 1, n.1, jan./jun. 2020, p. 85-99.

COSTA, Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

CORRÊA, Viriato. **Juriti**, peça de costumes sertanejos em 03 atos, música de FRANCISCA GONZAGA. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1962.

COSTA, F. A. Pereira. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. v.1, Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil**. São Paulo: Siciliano, 2002.

FERNANDES-FERREIRA, Hugo. **A caça no Brasil**: panorama histórico e atual. (Volume I e II). Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FERNANDES NETO, Otoniel. **Viagem pictórica pelo rio Parnaíba**. Brasília Ed. do autor, 2006.

FLORIDO, Antonio Carlos Simões. “Breve histórico dos Censos Agropecuários”. Disponível: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf> Acessado em: março de 2021.

GAMEIRO, Alvina. **Contos dos sertões do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, Projeto Petrônio Portella, 1988.

\_\_\_\_\_. **Curral de Serras**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

[GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ]. **O Piauí no centenário de sua independência (1823-1923)**. vol. IV, Teresina: Papelaria Piauiense, 1923.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

\_\_\_\_\_. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

\_\_\_\_\_. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

LINHARES, Maria Yedda Leite. “Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)”. Disponível em: <[www.historia.uff.br](http://www.historia.uff.br)>. acesso em: dez. 2015.

LUCENA, Felipe Pessoa de; CABRAL, Enilson; SANTOS, Maria do Carmo Ferrão; OLIVEIRA, Vanildo Souza de; BEZERRA, Thales Ramon de Queiroz. “A pesca de



currais para peixes no litoral de Pernambuco” Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol19/art07-v19.pdf>> Acesso em: 14.03.2021.

MARTINS, Agenor de Sousa. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MORAIS, Rafael da Costa Pinheiro. **Notas para uma História Agrícola: economia e sociedade no Piauí, 1900-1950**. Monografia. Coordenação de História. Universidade Estadual do Piauí. Teresina, p. 50, 2019.

NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Brasília: Academia Brasiliense de Letras, 1984.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

PESAVENTO, Sandra J. “O mundo como texto: leituras da história e da literatura”. **História da Educação**, ASPH/FaE/UFPEL, Pelotas, n 14, set. 2003, p. 31-45.

\_\_\_\_\_. **História & História cultural**. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

RÊGO, Raimundo de Moura. **As mamoranas estão florindo**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

SILVA, Antonio Wallyson. **A Farinhada: práticas sertanejas no povoado Morada Novas entre 1970 e 1990**. 2019. Monografia. Departamento de História. Universidade Estadual do Maranhão. Caxias, p. 59, 2019.

SILVA NETO, Enos Soares. **Contribuição a História Agrária do Piauí: sociedade e produção de alimentos 1900-1980**. Monografia. Coordenação de História. Universidade Estadual do Piauí. Teresina, p. 80, 2019.

SOARES, Sidney. **Enciclopédia dos municípios piauienses**. [s. ed.], Fortaleza, 1972.

SOUSA, Theresa Crystina Vieira. **Aspectos da história da alimentação no Maranhão: produção de alimentos e comida (1850-1950)**. Monografia. Departamento de História. Universidade Estadual do Maranhão. Caxias, 2021.

TÁVORA, Franklin. **O cabeloira**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/o\\_cabeleira.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/o_cabeleira.pdf). Acessado maio/2016.

\_\_\_\_\_. **Lourenço** (crônica pernambucana). São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub000049.pdf>. Acessado maio/2016.

\_\_\_\_\_. **O matuto**: crônica pernambucana. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.



\_\_\_\_\_ **Um casamento no arrabalde:** história do tempo em estilo de casa. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro editor, 1903.

THOMPSONA, E. P. **Senhores & caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. **Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872.** Minas Gerais, 2012. Disponível: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br> Acessado em: fevereiro de 2021.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.



# OS SERTÕES DAS LAVRAS DIAMANTINAS E A REPRODUÇÃO ECONÔMICA DA EXTRAÇÃO DIAMANTÍFERA (BAHIA, SÉCULO XIX)

 Luiz Alexandre Brandão Freire<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A economia baiana mudou qualitativamente seus rumos entre a terceira e a quarta década do oitocentos. A rigor, Ubiratan Castro Araújo (ARAÚJO, 1999) defende que as importações de escravos pela província aumentaram de maneira considerável, dinamizando os negócios envolvendo a escravidão, pois os especuladores de companhias escravocratas encontravam no interior da Bahia novas atividades das quais demandavam da ampliação do braço escravo.

Homens como Joaquim Pereira Marinho, da companhia Marinho & CIA, chegaram a importar para a Bahia mais de 406 toneladas de escravos a partir do armador denominado três amigos no ano de 1846. Além das novas atividades que suscitavam crescente demanda pelos escravos, o próprio escambo na costa da África se provava muito vantajoso a partir de mercadorias de baixo custo como o fumo do Recôncavo. (ARAÚJO, 1999).

Um escravo negociado na costa da África, a exemplo do país de Onim, equivalia a menos de 20\$000 réis, sendo o maior valor do pre-

---

<sup>1</sup> Formando em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), orientando da Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa (DH-UESB). Contato: alexandrefreireuesb@gmail.com



ço agregado oriundo do frete, que custava aproximadamente 120\$000 réis. Entretanto, o preço de venda desses mesmos africanos nos portos da Bahia ultrapassava os 450\$000 réis, pouco menos do triplo do valor pelo qual se adquiria o escravo (ARAÚJO, 1999).

Segundo valores indicados no mesmo relatório, o primeiro preço de um destes escravos recém-importados variava entre 450\$000 e 480\$000. Segundo os hábitos do mercado de escravos baiano, o preço destes escravos novos era menos elevado do que o preço de um africano residente no país, porque eles ainda não estavam adaptados às condições de trabalho no Brasil e apresentavam grande risco de doenças na chegada. fosse pelas condições subumanas da travessia ou pela aquisição de doenças do país (ARAÚJO, 1999, pg. 16).

A descoberta de diamantes na Serra do Sincorá, em 1844, chamou a atenção de parte dos traficantes de escravos da Bahia, inclusive da companhia Marinho & CIA, que investiria na atividade de mineração a partir da década de 1850, como defende Rômulo de Oliveira Martins (MARTINS, 2013). De fato, mesmo com o preço ofertado nos portos da Bahia seguindo um padrão que não passava de 480\$000 réis, os valores aumentaram significativamente após o ano de 1845 (ARAÚJO, 1999).

Em relação ao garimpo de diamantes, os efeitos sobre a capital e o Recôncavo, segundo Martins, foram ainda maiores. Isso por quê a região enfrentou uma crescente escassez de papel moeda nos mercados, pela fuga desse dinheiro para a nova região das Lavras Baianas, além da observação apreensiva das autoridades de que muitos homens deixavam seus trabalhos agropecuários no litoral para tentar enriquecer a partir da nova atividade. (MARTINS, 2013).

Nos Livros de Notas da Freguesia de São João do Paraguassú, que englobava o território de Brejo Grande (atuais Tanhaçu e Ituaçu – BA) ao sul, Lençóis ao norte, Maracás a oeste e o município de Bom Jesus do Rio das Contas (atual Piatã) a leste, é possível perceber inúmeras transações de escravos a partir da criação da freguesia, em 1847, salva-





guardando um domínio da mão de obra cativa estrangeira para a nova atividade que ali se desenvolvia.<sup>2</sup>

A rigor, além de qualidades como cabras, pretos, crioulos e pardos, é possível observar que esses escravos eram oriundos de várias regiões da África. Dentre elas, mais comumente escravos da Mina, Moçambique, Congo, e os Nagôs, que compunham um corpo étnico abrangente de escravos, mas que majoritariamente eram sudaneses. Com isso, também foi possível apreender as idades dos escravos ali vendidos, majoritariamente jovens, de até 25 anos.<sup>3</sup>

Isto posto, a economia diamantífera representou o aumento exponencial da densidade demográfica na região das serranias centrais da Bahia, fosse pelo emprego de força de trabalho diretamente na extração, ou no aumento da demanda pelo abastecimento que recruscedeu a atividade econômica em outras regiões como o Alto Sertão da Bahia. Fatos como estes podem ser lidos em jornais da época, como o Guaycuru e o Correio Mercantil da Bahia, mas também a Gazeta Oficial do Império ou o Diário do Rio de Janeiro, ambos sediados na Corte.

Portanto, este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre a reprodução da economia diamantífera e suas implicações para a circulação de riquezas na província da Bahia e no Império Brasileiro de maneira geral. Para tanto, faz-se fundamental uma análise de documentos presentes no Arquivo Público Municipal de Mucugê (APMM), bem como em plataformas on-line como a Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

## REPRODUÇÃO ECONÔMICA DAS LAVRAS DIAMANTINAS

As notícias dos achados de diamantes nos sertões do rio Paraguaçu, espaço que ficou conhecido posteriormente como Lavras Diamantinas, ou ainda, Lavras Baianas, destoaram das informações anteriormente vei-

<sup>2</sup> APMM, Livro de Notas, séries 1847-1869.

<sup>3</sup> APMM, Livro de Notas, séries 1847-1869.



culadas sobre terrenos de potencial mineralógico na Serra do Assuruá e das Aroeiras, ambas na Bahia. Ainda na terceira década, a mineração de ouro e a extração de salitre ganharam novo fôlego na Serra do Assuruá, atual Gentio do Ouro – BA, e os parques diamantes encontrados em Morro do Chapéu, e Macaúbas, também se somaram a esse movimento de mineração, como noticia o Engenheiro Orville Derby (DERBY, 1906).

Apesar desses lugares terem, sem dúvidas, experimentado considerável fluxo de pessoas, a situação das Lavras era inigualável. A rigor, desde o início os periódicos por todo o país já fundamentavam a ideia de que as Lavras Diamantinas possuíam muito mais volume de riquezas em diamantes do que aqueles outros lugares, e até mesmo os tradicionais núcleos do norte de Minas Gerais, no rio Jequitinhonha.

Menos de um ano após o início da extração, periódicos como O Guaycuru já recebiam informações de que se tinham ao menos três grandes povoações instaladas naqueles sertões, e que já possuíam lógica viária, comercial e residencial. Só no arraial do Paraguassú (*sic*) Diamantino, que se tornaria a vila de Santa Isabel do Paraguassú (Mucugê – BA), se concentravam de 16 a 20 mil indivíduos, enquanto ao norte, em Lençóis, existiam de 5 a 6 mil pessoas, e em Andarahy (*sic*), entre ambas, pouco menos do que Lençóis.

Há já ahi trez povoações notáveis, cheias de commercio, de comodidades e riquezas, que parecem surgir, como Herculano e Pompeia, das entranhas da terra. A maior dessas povoações he o grande arraial de Paraguassú, à margem do rio desse nome: este arraial tem talvez uma população de 16 a 20 mil almas – he hoje o empório do commercio de nosso sertão. A distância de 15 ou 16 léguas está o arraial dos Lençóis, à margem de rio do mesmo nome, com 5 ou 6 mil almas, rica porém proporcionalmente em mineração e comércio. Segue se o Andarahy, pequena povoação, menor que as outras duas, colocada no centro, e a igual distância mais ou menos de ambas.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O Guaycuru (BA), edição de 29 de setembro de 1845, nº 128.



As primeiras notícias que permitem dar dimensão da riqueza ali produzida também são provenientes dos periódicos. Pouco antes dessa anamnese da região realizada por informantes do Guaycuru que residiam nas Lavras, O Musaico, também da Bahia, pontuava algumas estatísticas provenientes do processo de exportação dos diamantes para países Europeus. Segundo se noticiou, somente no navio que partiu para a Inglaterra em julho de 1845, exportava-se mais de 1,100\$000 (mil e cem contos de réis) em diamantes.<sup>5</sup>

Esses primeiros anos de exploração de diamantes nas Lavras levantam uma série de dúvidas sobre a imprecisão da mineração na região, apesar de que, sem dúvidas, muita riqueza circulou nas mãos de indivíduos abastados. Mesmo porquê, a morosidade do poder público, que efetivamente instalou organismos governamentais somente no ano de 1847, tornava ainda mais apropriável toda a renda proveniente das transações envolvendo diamantes.

As terras da região, como já discutido em outros trabalhos<sup>6</sup>, eram majoritariamente apropriadas pela família Rocha Medrado, antiga criadora de gado e cultivadora de gêneros agrícolas da região. Apesar disso, Lígia Maria Osório da Silva discute que, antes da Lei de Terras (1850-54) efetivamente existir, o senso de propriedade privada da terra estava ligado ao processo de ocupação direta, e fundamentalmente da legitimação por parte de outros proprietários (SILVA, 2008).

Essa questão da inexatidão do estatuto da terra afetava diretamente as ações dos indivíduos nas Lavras Diamantinas, que dependeu fundamentalmente das diretrizes do poder público para se organizar a atividade extrativa. De fato, mesmo com o problema da propriedade

<sup>5</sup> O Musaico (BA), edição de agosto de 1845, N° 02.

<sup>6</sup> FREIRE, Luiz Alexandre Brandão. Percorrendo as malhas do poder nas Lavras Diamantinas – A trajetória da família Rocha Medrado (Bahia, séculos XVIII e XIX). Juiz de Fora – MG: Anais da XXXVI Semana de História da UFJF, 2020.; FREIRE, Luiz Alexandre Brandão. Poder e Posse de Terras em Santa Isabel do Paraguassú (Mucugê – BA, 1844-1871). Brasília – DF: Anais da ANPUH – DF: Brasília, 2020.



em terras antes despovoadas, e subitamente tornando-se o lugar mais povoado dos sertões da Bahia, a Lei dos Terrenos Diamantinos, promulgada em 1845-46 tentava atenuar e mediar a situação.

A lei instituía um órgão vinculado ao governo central, no Rio de Janeiro, denominado de Repartição Diamantina, que existia tanto em Minas Gerais, quanto na Bahia. Essa Repartição, munida de quadros como Engenheiros, Secretários, Censores e um Inspetor Geral, tinha como objetivo mediar as relações de produção e de apropriação da riqueza entre o Estado e os particulares, que se apropriavam ou já eram donos daquelas terras.

Para se ter ideia, quando veiculou a notícia da exportação de diamantes em julho de 1845, O Musaico também comentou que do montante total de 1,100\$000, cerca de 55:000\$000 contos de réis foram apropriados pelos cofres públicos, ou cerca de 5% dos ganhos. Para se comparar com a atividade de comércio dos escravos para o ano de 1846, Ubiratan Araújo pontua que durante todo o ano foi gasto aproximadamente 1,200\$000 contos de réis para trazer os escravos à Bahia, e levando em consideração que as vendas eram realizadas por quase o triplo, o lucro da atividade deve ter sido de quase 3,500\$000 para as companhias escravistas (ARAÚJO, 1999)

Com isso, infere-se que as riquezas das Lavras, em um único mês, eram quase de um terço do valor levantado pela compra e venda de escravos por parte das companhias da Bahia. Para extrair tal valor, fundamental era a organização da divisão social do trabalho, que se iniciou a partir de indivíduos pertencentes à família Rocha Medrado, mas também ao Cel. Antonio de Sousa Spínola, fazendeiro em Caetité, bem como o Tenente Cel. Gonçalo do Amarante e Costa, negociante e proprietário também de Caetité, dentre outros sujeitos, que fundaram a Companhia Capivaras, primeira companhia de extração diamantífera, como sugere Carlos de Almeida Toledo (TOLEDO, 2008).

Para compreender a lógica da produção diamantífera, é possível recorrer ao documento fundamental de Benedicto Marques de Acauã,



responsável por instalar a Repartição Diamantina nas Lavras, e atuou como primeiro Inspetor Geral na região. Vivendo na região entre setembro de 1846 e abril do ano seguinte, Acauã entregou um relatório ao Senado da Corte logo em abril, onde a partir da Lei dos Terrenos Diamantinos tentava mediar a incipiente atividade extrativa.<sup>7</sup>

Dessa maneira, a atividade mineradora detinha uma organização financeira semelhante às companhias escravistas, enquanto a organização do trabalho também seguia uma lógica mais moderna do que a utilizada nos latifúndios do litoral, ou nos cafezais paulistas. Com isso, se infere um esforço por parte das autoridades e dos particulares locais em reproduzir a economia extrativa da maneira mais lucrativa possível.

Em primeiro lugar, as terras reconhecidamente pertencentes à proprietários eram arrendadas da mesma forma que as demais terras devolutas, entretanto, com uma porcentagem do arrendamento concedido aos donos das terras. Divididas em lotes de terrenos diamantinos por braças quadradas (2m<sup>2</sup>), uma comissão de engenheiros da Repartição Diamantina era responsável por lotear essas terras, que eram arrendadas por regime de hasta pública, no Rio de Janeiro. A rigor, para compreender isso, não somente o relatório de Acauã ajuda, mas também notícias veiculadas na própria gazeta oficial do Império.<sup>8</sup>

Segundo a mesma gazeta do Império, cerca de 1,344 trabalhadores autônomos mineravam entre Santa Isabel e Lençóis em julho de 1847, divididos entre livres e escravos. No entanto, o número de indivíduos que trabalhavam na extração era muito maior, pois só entre acionistas de companhias, havia 50 indivíduos que arrendavam terrenos em nome de seus empreendimentos.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Revista do IHGB, Relatório Dirigido ao Governo Imperial, em 15 de abril de 1847, pelo Inspetor Geral dos Terrenos Diamantinos da Bahia, o Sr. Benedicto Marques de Acauã, membro correspondente deste Instituto.

<sup>8</sup> Revista do IHGB, Relatório de Benedicto Marques de Acauã; Gazeta Oficial do Império do Brasil (RJ), 12 de julho de 1847, Edição n° 056.

<sup>9</sup> Gazeta Oficial do Império do Brasil (RJ), 12 de julho de 1847, Edição n° 056.



Dentre eles, pode-se citar os nomes de Lourenço Vieira de Azeredo Coutinho, rico comerciante em Minas Gerais, Antonio Botelho de Andrade, que posteriormente recebeu até mesmo o título de Comendador, Gualter Martins Pereira, posterior Barão de Grão-Mogol, bem como outros abastados indivíduos que constavam como fiadores desses empreendimentos, como Antonio Carlos da Rocha Medrado, proprietário da região, e Sebastião Rabello de Lima, ligado a uma das grandes famílias da extração na região.<sup>10</sup>

Através de Acauã, apreendemos que nos arrendamentos, ao invés de aparecem os nomes das companhias, apareciam os nomes dos indivíduos sócios das mesmas, pois a relação entre os cofres públicos e a mineração não era de capitalização, mas sim, por porcentagem dos dividendos já divididos entre os acionistas. Mesmo assim, era fundamental que a companhia tivesse livros-caixa organizados, bem como a relação entre a mão de obra, ferramentas, lugar locado, dentre outras condições como se vê no caso da companhia que arrendou terras no rio Cajueiro:

Contractando com uma companhia o arrendamento de uma parte do rio Cajueiro por espaço de cinco anos, e na razão de seis por cento, estabeleci as seguintes cautelas, com que ella conveio: primeira, que os seus membros organizando-se em sociedade collectiva terão livros selados e devidamente ordenados, onde se farão os lançamentos dos diamantes extrahidos em cada anno, e do preço por que foram vendidos; segunda, que no primeiro mez que seguir-se ao anno findo se dará ao inspector geral uma autentica dos lançamentos do anno pretérito, e se lhe apresentará o conhecimento do respectivo collecter em como foi paga a porcentagem do valor dos diamantes tirados n'aquelle anno.<sup>11</sup>

Em relação aos valores cobrados no arrendamento, o valor da braça quadrada aproximava-se de 30 Rs., sendo pouco menor ou maior a

<sup>10</sup> Gazeta Official do Império do Brasil (RJ), 12 de julho de 1847, Edição n° 056.

<sup>11</sup> Revista do IHGB, Relatório de Benedicto Marques de Acauã, pg. 238.



depende da qualidade dos terrenos arrendados. Em relação à reprodução do valor na Chapada, Toledo diz que a atividade de extração era de difícil normatização, isso por que assim como os terrenos, os diamantes também possuíam diferentes qualidades, pesos, cores, formatos e condições físicas, o que também implicava nos lucros auferidos pelas companhias, bem como no arrecadado pelos cofres públicos (TOLEDO, 2008).

Essa questão pode ser vista no relatório de Acauã, quando o mesmo diz o seguinte a respeito do processo de arrendamento:

A administração, portanto, tem a convicção de que raríssima vez se requerem a medição e arrendamento de um terreno diamantino sem que sua riqueza não seja sabida pelo requerente, contra quem aliás não tem provas para proceder, e com quando tenha de ir o mesmo terreno à hasta pública para ser arrendado, e assim se presume que a competência levará o arrendamento a um preço muito maior do que aquele a que teria de montar o lote na razão de 30 rs. por cada uma braça.<sup>12</sup>

No entanto, apesar das tentativas de padronizar o preço do arrendamento através da medida de braça quadrada, logo em 1848 um relatório do Ministério da Fazenda do Império dava conta que a arrematação por 30 Rs. era abusiva, e que deveria ser reduzida a 10 Rs., um terço do original. A rigor, isso demonstra também que os particulares detinham grande poder de negociação ante ao Estado, e se articulavam para aumentarem o total apropriado para si mesmos e suas companhias.<sup>13</sup>

Apesar disso, o processo de arrendamento também parecia envolver querelas locais, que não passavam pelo jugo da Repartição Diamantina. No Livro de Notas, por exemplo, alguns problemas envolvendo a mineração e a locação foram identificados. Dentre eles, o fato de o lo-

<sup>12</sup> Revista do IHGB, Relatório de Benedicto Marques de Acauã, pg. 243.

<sup>13</sup> Fazenda, 1848, Proposta e Relatório. Terrenos Diamantinos. In: CRL DIGITAL SYSTEM, Ministerial Report: Fazenda, 1821-1949.



gador requerer parte do dinheiro da venda dos diamantes, sendo que em contrato inicial, apenas a locação por determinado valor estava prevista.

Sendo assim, lê-se, por exemplo:

Saibão quanto a este público instrumento de locação e arrendamento que sendo no ano de nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de 1852, aos três dias do mês de agosto do dito ano, nesta vila de Santa Isabel do Paraguassú, em meu escriptorio, compareceram as partes outorgantes, Joaquim Lourenço Cardoso e Antonio Clemente D'Oliveira, pessoas de mim reconhecidas, de quem dou fé. As testemunhas abaixo assinadas e pelo primeiro sendo dito que tendo alugado do segundo outorgante um garimpo lhe tirando uma pedra de diamante a qual tinha vendido e ficando com o valor, o segundo outorgante lhe requereu o pagamento de 91\$000, que foi negado pelo primeiro outorgante, pois este já lhe tinha pagado a locação.<sup>14</sup>

Nos Livros de Notas do município de Santa Isabel, foi possível verificar que, apesar do processo de arrendamento, os terrenos diamantinos também eram vendidos, e algumas vezes até mesmo os lotes. A ideia por detrás disso, portanto, para além da mineração, era ganhar com o arrendamento daqueles terrenos, que eram divididas entre os cofres públicos e os respectivos donos.

Sendo assim, em relação ao Córrego dos Coelho, próximos de Santa Isabel em torno de 10 quilômetros, nas margens do rio Beijudo e do Paraguaçu, foi vendido para os compradores Firmino Pinto Lopes e Francisco Antonio Alves, sob o lote nº 612, por 200\$000 réis. Apesar da transação se dar no ano de 1853, assume-se que esse movimento foi comum também aos anos que se seguiram na década de 1840, bem como em todo restante do século XIX.

---

<sup>14</sup> APMM, Livro de Notas. Séries 1849-1854.





Ano de nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de 1853, ao primeiro dia do mês de fevereiro do dito ano, nesta vila de Santa Isabel do Paraguassú, em meu cartório compareceram as partes outorgantes a saber: como vendedor Cassio Gomes de Azevedo, e compradores Firmino Pinto Lopes e Francisco Antonio Alves, pessoas reconhecidas por mim tabelião e pelas testemunhas abaixo assinadas, de que dou fé. Pelo primeiro outorgante me foi dito que ele vende a parte quarte do Lote de Terrenos Diamantinos de número 612 no lugar denominado Córrego dos Coelhoos, até a barra do rio Beçudo, por 200\$000 réis aos ditos compradores.<sup>15</sup>

Além disso, em outras transações envolvendo Reginaldo Landulfo da Rocha Medrado, grande negociante de terras nas décadas de 1840-1870, vários outros córregos e rios propícios para o garimpo foram vendidos para outros particulares, e alguns desses lugares, como rio Piabas, intermediado pela povoação do Capa-Bode, pela serra do Emparedado e pelo Paraguaçu, no garimpo conhecido como Mucambo, foram vendidos por preços vultosos. No caso do Mucambo, por 6:200\$000 contos de réis.

Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1852, aos quatorze dias do mês de dezembro do dito ano, nesta vila de Santa Isabel do Paraguassú, em meu cartório, compareceram as partes outorgantes, a saber, como vendedor o Cel. Reginaldo Landulfo da Rocha Medrado, e como comprador o Capitão José Antonio de Oliveira, partes reconhecidas por mim tabelião, de que dou fé. Disse a primeira parte, o Cel. Reginaldo Medrado, que vendendo o sítio denominado Mucambo ao dito José Antonio de Oliveira, com os seguintes limites: da entrada que tem no rio Piabas da estrada desta vila vai até o dito Sítio pelo rio abaixo até fazer barra no rio Paraguaçu por este abaixo até onde tem a cachoeira do povoado do Tapera, e retornando até o dito rio Piabas, pelo valor de 6:200\$000 réis.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> APMM, Livro de Notas. Séries 1850-1853.

<sup>16</sup> APMM, Livro de Notas. Séries 1850-1853.



Apesar dos valores impressionarem, notícias da Câmara de Santa Isabel do Paraguassú davam conta de que, nem sempre, os diamantes tinham estabilidade no mercado. De fato, a mercadoria tinha preferência para exportação para países como França e Inglaterra, que utilizavam a pedra para manufaturar joias, ou mesmo para fins industriais. No entanto, com as greves e movimentos trabalhistas europeus que eclodiram entre 1848 e 1851, restou a Câmara pedir ajuda para as autoridades da Província e da Corte, pois a oferta de diamantes não acompanhava o crescimento da demanda.

Propôs o senhor Presidente desta Câmara, que se representasse à Câmara dos senhores deputados a necessidade que há de uma providência energética para aliviar os males que pesam sobre as Lavras Diamantinas da Província da Bahia pelos diminutos preços que de repente dão aos diamantes, sendo aprovada esta proposta.<sup>17</sup>

Ao que tudo indica, o apelo da Câmara de Santa Isabel chegou aos ouvidos do Senado, que também lamentava a situação da Europa, abominando a posição tomada pelos trabalhadores na França. Outrossim, lê-se nas atas do Senado Imperial que um dos movimentos encontrado para mitigar a crise, foi a compra de parte dos diamantes pelo Estado para diminuir a oferta dos mesmos, com menos ônus às companhias. No entanto, a despeito dos esforços, tudo indica que os preços só voltaram a subir após o ano de 1851-52, quando a Europa passou, novamente, por um incremento na produção industrial.

Sabe a comissão que em princípios de 1848 muito se havia diminuído a extração de diamantes na Bahia, e que volviam mais prósperos dias aos mineiros de Minas Gerais; mas esta esperança foi cortada em flor pela deplorável Revolução Francesa, efetuada em fevereiro de 1848. As idéias demagógicas e anti-sociais que

---

<sup>17</sup> APMM, Atas da Câmara Municipal, sessão de 22 junho de 1848.



aquela revolução inaugurou, não preponderaram na França só; mas, estendendo seu domínio a quase toda a Europa, produziram a suspensão do trabalho da indústria e do comércio por toda a parte. Baixando o preço das mercadorias e gêneros, era natural que um dos que mais sofresse na geral catástrofe fosse o dos diamantes, artigo de luxo ao alcance só da opulência, e em tempos tranqüilos e prósperos.<sup>18</sup>

Entre 1859 e 1862, novamente a Câmara de Santa Isabel do Paraquassú assistiu a uma crise, dessa vez causada pela maior seca que atingia a Bahia em séculos. A rigor, a seca aumentava exponencialmente o valor dos gêneros alimentícios, bem como dos escravos e da reprodução econômica em geral, além de dificultar o processo de renovação do cascalho diamantífero.

Alguns indivíduos que moravam em Santa Isabel, a exemplo do Dr. Pedro da Silva Rego, encabeçaram uma Comissão de Socorros Públicos, cuja verba era oriunda dos cofres provinciais, mas também do erário da Corte. Do montante recebido, grande parte era destinada a comprar os gêneros do mercado para distribuição gratuita, ou para possibilitar o tabelamento dos preços, mais notoriamente da farinha.<sup>19</sup>

Apesar dos problemas econômicos que envolviam as flutuações do mercado internacional e nacional, bem como os quadros políticos da vila, é inegável que a economia reproduzida nos sertões das Lavras Diamantinas não se tratava exclusivamente da extração da pedra. Isso se explica, principalmente, pelo volume de indivíduos que por ali transitavam.

Com o maior volume demográfico, a demanda por gêneros de consumo também crescia, assim como consumo de bens duráveis, que ajudou a abrir diversas lojas e tavernas em Santa Isabel, Andarahy e Lençóis. No caso de Santa Isabel, nas atas da Câmara foi possível vislumbrar

<sup>18</sup> Senado Imperial, sessão de 22 de fevereiro de 1850.

<sup>19</sup> APMM, Atas da Câmara, sessões de 1858-62.



requerimentos para a abertura de boutiques, boticas, tavernas e casas de comércio, como açougues. Em Andaraí e em Chique-Chique, casas de pólvora eram conhecidas, e taxadas pela administração municipal, bem como também os negócios de africanos livres, cujo taxavam-se em 20\$000 réis.<sup>20</sup>

Já na década de 1870, com a consolidação da economia diamantífera e daqueles municípios, Rômulo Martins aponta, para o caso de Lençóis, um cotidiano de intensa circulação monetária, com bens até mesmo oriundos do exterior sendo vendidos naquelas paragens. De fato, algumas companhias eram dedicadas ao serviço de armazém, e abasteciam tanto famílias quanto companhias ligadas à mineração (MARTINS, 2013).

A compra e venda de escravos, bem como as cartas de alforrias, também eram negócios que determinavam a valorização do capital na região. De fato, nas décadas de 1840 e 1850, observa-se que o preço médio dos escravos dificilmente apontava para mais que 1:000\$000 contos de réis, mesmo para escravos homens em idade de trabalho.

Em alguns casos, muitos escravos foram vendidos simultaneamente, em transações que alcançavam até 16:000\$000 contos de réis, como na negociação entre Francisco José da Rocha Medrado e Antonio de Sousa Spínola. Além do volume de escravos chamar a atenção, as idades e as diferentes origens desses indivíduos também é questão notória, e ressalta a força econômica que esses homens detinham através dos negócios nas Lavras:

No ano de nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de 1855, 16 de maio do dito ano, nesta vila de Santa Isabel do Paraguassú [...] disse o Cel. Francisco José da Rocha Medrado, que sendo senhor e possuidor dos seguintes escravos: João Grande, crioulo, de idade de quarenta anos, João Velho, Moçambique de idade de quarenta anos, Joaquim Mandioca, Africano, de idade de cinquenta anos,

---

<sup>20</sup> APMM, Atas da Câmara, sessões de 1848-69.



Pedro Nagô, de idade de quarenta anos, Pedro Crioulo, de idade de dezesseis anos, Lucas Nagô, de idade de quinze anos, Vicente Angola, de idade de dezoito anos, Benedito Nagô, de idade de trinta anos, Benedito Nagô, de idade de vinte anos, Severino Nagô, de idade de vinte anos, Manuel Nagô, de idade de trinta e cinco anos, Joaquim Nagô, de idade de dezoito anos, João Nagô, de idade de trinta anos, e Francisco Congo, de idade de vinte e oito anos, vendidos ao Cel. Antonio de Sousa Spínola pela quantia de 16:000\$000 contos de réis.<sup>21</sup>

Bem verdade, dificilmente uma transação envolvia valores menor que 500\$000 réis, mesmo antes da abolição do tráfico de 1850, o que aponta para um processo de concentração de recursos nas Lavras, que proporcionava o aumento da demanda em detrimento da oferta. Mesmo crianças, que também foram vendidas nas Lavras, antes da abolição não possuíam valor superior a 700\$000 réis, embora mais caras no geral.<sup>22</sup>

Ademais, também o mercado imobiliário nas Lavras não se restringia somente aos terrenos diamantinos, pois fazendas como a Fazenda Santa Rosa, além das terras da Fazenda Furadas, foram negociadas fora do circuito dos diamantes, sendo utilizadas pelos proprietários, como Antonio Botelho de Andrade e Francisco José da Rocha Medrado, para ampliar a oferta de carne de gado nos mercados das vilas, assim também ampliando o número de atividades que esses indivíduos se ocupavam.<sup>23</sup>

Com isso, percebe-se que a fundamentação da economia das Lavras era heterogênea, e que os homens de negócios que ali circulavam participavam, simultaneamente, de uma verdadeira rede financeira que envolvia a execução da atividade extrativa, de maneira a sempre beneficiarem a si mesmos e suas famílias, mantendo e ampliando suas riquezas.

<sup>21</sup> APMM, Livro de Notas. Séries 1851-1855.

<sup>22</sup> APMM, Livro de Notas. Séries 1847-1869.

<sup>23</sup> APMM, Livro de Notas. Séries 1849-1855.



## CONCLUSÃO

A existência dos municípios que constituam as Lavras Diamantinas certamente fundamentou uma nova conjuntura econômica para os sertões da Bahia, que por algumas décadas centralizaram uma considerável população. Desse modo, o espaço das Lavras Baianas foi reconhecido como lugar de negócios prósperos, em que o dinheiro corria de modo fluente e ininterrupto, em que as companhias era um bom mercado para se investir e capitalizar seus dividendos.

Apesar disso, também é notório que fatores da economia global afetassem de maneira contundente às Lavras, tornando possível refletir sobre a integração das áreas sertanejas à economia capitalista mundial, demonstrando a importância vital dessas regiões não só para a Bahia, mas também para o Império Brasileiro.

Por fim, a reprodução econômica das Lavras Diamantinas produziu a ampliação da riqueza de uma série de indivíduos, que já abastados, se instalaram nas Lavras, mais notoriamente de outras regiões da Bahia, ou mesmo de Minas Gerais, bem como também a produção de desigualdades entre a extração do valor entre esses e outros indivíduos de menor estirpe econômica.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ubiratan Castro. 1846: um ano na rota da Bahia-Lagos. Negócios, negociantes e outros parceiros. Salvador – BA: **Revista Afro-Ásia**, nº 21, págs. 82-110, 1999.

TOLEDO, Carlos de Almeida. **O Espaço das Lavras Baianas**. São Paulo – SP: USP, 2008.

MARTINS, Rômulo de Oliveira. **“Vinha na Fé de Trabalhar em Diamantes” Escravos e Libertos em Lençóis, Bahia (1840-1888)**. Salvador – BA: UFBA, 2013.

DERBY, Orville. **A Descoberta de Diamantes na Bahia**. Rio de Janeiro – RJ: Revista do IHGB, 1906.

SOUSA, Lígia Maria Osório da. **Terras Devolutas e Latifúndio**. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2008.



# PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS FAMÍLIAS DE PRODUTORES AGRÍCOLAS NA VILA SÃO JOÃO DE ITABORAÍ ENTRE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII E O SÉCULO XIX

 Welton de Abreu Oliveira<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa a que este texto se refere ainda está em fase de elaboração. A proposta Famílias, terras e poder: um estudo sobre a estrutura agrária na Vila São João de Itaboraí entre a segunda metade do século XVIII e o século XIX, apresentada como requisito parcial para o ingresso no mestrado acadêmico em História na Universidade Federal Fluminense, no ano de 2020, fundamenta-se no campo de estudo da história agrária. Tomamos como norte o conceito de sociedade pré-industrial para analisar as relações estabelecidas entre as famílias senhoriais, a terra e a produção agrícola, a fim de investigar se e em que medida a expansão da agricultura na região onde, hoje, está localizado o município de Itaboraí, provocou expropriações de terras<sup>2</sup>, no intuito de compreender o movimento das fronteiras.

---

<sup>1</sup> Mestrando do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF.

<sup>2</sup> O avanço da agricultura voltada para o mercado externo na província do Rio de Janeiro, tal como é apresentado por Yedda Linhares (1997), por Emília Viotti (2010) e por João Fragoso (2013), sugere o estabelecimento de um processo parecido de expropriação de terra em regiões onde a produção do açúcar e do café havia se disseminado.



O objeto do estudo que pretendemos desenvolver é constituído por famílias senhoriais que possuíam a base da riqueza material em freguesias da Vila São João de Itaboraí, as quais apropriaram-se de terras alcançando o topo da hierarquia social nessa localidade e, para isso, valeram-se da posse da terra, da constituição de redes de parentesco, da posse de escravos e do trabalho livre em fazenda e sítios estabelecidos na vila.

Direcionaremos nosso foco a família, porque, assim como Gilberto Freyre, entendemos que ela foi o “capital que desbravava o solo, instalava as fazendas, comprava escravos”, sendo assim, “a força social que se desdobra em política” (FREYRE, 1980, p. 18-19). Consideraremos o termo família, tal qual é entendido por Rodrigues (2013), ou seja, em um sentido mais amplo, incluindo filhos, agregados, escravos, entre outros. Conforme essa autora, os membros que compunham a família

não eram só os que a habitavam, como também os que estavam ligados a ela por laços consanguíneos, parentesco espiritual e por afinidade. Criados, ascendentes colaterais, agregados e escravos também pertenciam a esse universo familiar. Quanto maior o número destes, maior era a afirmação de poder e prestígio da família (RODRIGUES, 2013, p. 9).

O entendimento de Rodrigues (2013) é corroborado por Levi (2000) que, ao analisar a trajetória de Chiesa, no Piemonte, século XVII, refaz estratégias habituais demonstradas pelas alianças, arrendamentos e outras ações intrincadas que não resultavam de uma lógica simplista, mas se uniam através de valores e pela sociabilidade<sup>3</sup>. O conceito de família, segundo Levi, admite: “grupos não coresidentes, mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias que aparecem na nebulosa realidade institucional de Antigo Regi-

---

Com base nesse entendimento, também se faz importante analisar a dinâmica da economia agroexportadora, uma vez que as relações de produção se confundem com as de poder (FRAGOSO, 2013).

<sup>3</sup> Cf.: Giovanni. A herança imaterial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 98-99





me” (LEVI, 2000, p. 98-99). Em outras palavras, a família desempenhava um papel fundamental nas relações sociais, na política e no funcionamento das atividades produtivas. Ainda segundo Levi, “as redes formais de consanguinidade ou de alianças tinha um papel igualmente importante na complexa estratégia das escolhas, exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais complexo” (LEVI, 2000, p. 94).

Em estudo sobre a família portuguesa, Hespanha (2010) ressalta que o direito oficial de Portugal define a família como uma comunidade alargada subordinada ao pater poder, onde cada indivíduo deve cooperar para a valorização do patrimônio familiar. No sentido amplo, a família compreende todas as pessoas ligadas pela geração, pela afinidade, e segue além, abarca escravos e criados, e até mesmo suas propriedades<sup>4</sup>.

Tais leituras nos levam à compreensão de que a família é uma unidade dirigida não apenas pelo patriarca, onde os membros dessa unidade se subordinariam a ele, mas por arranjos que asseguram essa estrutura no tempo. Desse modo, iremos apresentá-la como um conceito que traz consigo o capital simbólico que o nome e a história transportam ao longo do tempo<sup>5</sup>.

## A FAMÍLIA NA LONGA DURAÇÃO

No estudo proposto, escolhemos analisar as famílias senhoriais na Vila São João de Itaboraí ao longo do século XIX, no período de maior produção de açúcar e gêneros alimentícios. Nossa escolha recaiu sobre produtores agrícolas que guardavam parentesco entre si e exerciam, à época, forte influência na economia e na política local. A princípio, a investigação priorizará os Alvarez de Azevedo e os Rodrigues Torres, cujos

<sup>4</sup> Cf.: HESPANHA, António Manoel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010. P.126

<sup>5</sup> Cf.: RODRIGUES, José Damião. *São Miguel no século XVIII. Casa, elites e poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 542; 578



membros mantinha relações intra e extrafamiliares – como o caso do Barão de Itapacorá e do Visconde de Itaboraá, partícipes de mesmo grupo político.

Os Alvarez de Azevedo podem ser considerados como uma das primeiras famílias de colonos a “povoarem” a área da Vila, visto que seus primeiros membros chegaram à região durante o século XVII. A busca pelas relações que construíram requer uma retrospectiva de pelo menos cinco gerações. Nesse sentido, acreditamos que nosso estudo pode ser incluindo no que Braudel (2014) denomina de longa duração, isto é, uma perspectiva do passado relacionada as estruturas que organizam a sociedade como um todo, onde as mudanças são lentas e impossíveis de serem percebidas em uma única geração. (BRAUDEL, 2014, p. 53). Segundo o autor, é na longa duração que o investigador se torna mais capaz de observar as constâncias e as sobrevivências que ocorrem na estrutura social, ou seja, conseguirá perceber as transformações socioespaciais.

Um olhar mais alongado, percebendo períodos mais longos, sobre o objeto de nossa pesquisa nos permitirá fazer análises das relações sociais que se fazem e refazem, ou se desfazem, ao longo do tempo. Ao nosso ver, esse é um método de suma importância para a análise das diferentes gerações de uma ou mais famílias, uma vez que o uso dessa prática metodológica tem por objetivo promover o entendimento das estratégias empregadas na permanência dessas famílias como o grupo que detinha o prestígio e o domínio sobre outros grupos sociais, diante das transformações socioeconômicas vivenciadas ao longo do tempo.

Nossa análise se dará em consonância com Barth (1981), que, através do seu estudo sobre comportamento social, entende que o indivíduo não atua automaticamente de acordo com o sistema de normas de uma determinada sociedade. Além disso, deve-se considerar a posição particular de cada membro da sociedade. Assim, os comportamentos dos grupos não podem ser entendidos como pré-determinados. Desse modo, olharemos para as famílias na simultaneidade de suas ações para acompanhar sua trajetória e entender o significado do que é ser



elite ao longo do percurso<sup>6</sup>. O implemento da observação na longa duração pode nos ser útil, portanto, para o estudo geracional de famílias senhoriais localizadas fora dos centros de poder do Império português, como a sede da capitania do Rio de Janeiro. Para isso, julgamos necessário entender os aspectos da economia pré-industrial predominante na sociedade do período, cujo propósito descrevo a seguir.

## A FAMÍLIA EM SOCIEDADES PRÉ-INDUSTRIAIS

Para estudar a trajetória e as estratégias dessas famílias, julgamos necessário entender a dinâmica da economia da Vila São João de Itaboraí. Partimos da ideia de que a economia local era bastante diversificada; e que as relações de produção se confundiam com as de poder (FRAGOSO, 2013) e que a economia agrária se pautava por princípios que não eram exclusivamente os de mercado, expressos na sociedade pós industrial, como, por exemplo, o lucro.

Acreditamos que a noção de estado também nos ajudará a compreender melhor essa sociedade. Segundo Rodrigues (2013), estado é o lugar onde cada indivíduo ou grupo se encontra. “A diferença entre as pessoas se traduz na noção de estado ou privilégio” (RODRIGUES, 2013, p.12), em outras palavras, nessa sociedade, cada indivíduo teria seu lugar estabelecido na hierarquia social. Tal entendimento demonstra como as relações desiguais eram normalizadas à época. Vale ressaltar que nem tudo era estático, haja vista a mobilidade social de diferentes grupos sociais, como o caso de Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, que ocupou cargos no conselho de Estado, ente os anos 1842 e 1883, e, nos Gabinetes Ministeriais, entre 1831 e 1840<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Cf.: BARTH, Fredrik. Process and form in social life. vol 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 32-47 e BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

<sup>7</sup> Cf.: MARTINS, Maria Fernandes. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, século XVIII e XIX. In.:



Tais características serão observadas como parte de uma época pré-industrial, onde os bens materiais ganham importância à medida que promovem o avanço na condição social diante da comunidade, e o lucro nos negócios está associado a interesses de projeção social, de acréscimo de poder político, de formação de redes de sociabilidade com a possibilidade de aproximação a figuras importantes do governo<sup>8</sup>.

A economia pré-industrial, conforme definiu Polanyi (2000), tinha por característica não ser regulada pelas leis de mercado, nem pelo desejo incontrolável pelo lucro e estava submersa nas relações sociais. Nas palavras do autor, “os homens agem não para defender seus bens materiais, mas, para preservar sua situação social” (POLANYI, 2000, p. 65). A base material é importante na medida em que promove melhorias em sua posição social perante a sociedade<sup>9</sup>.

A finalidade do lucro nas transações comerciais estavam “subordinadas aos interesses de projeção social, de aumento de poder político, de formação de redes de amizades com figuras importantes do governo, com a possibilidade de obtenção de títulos de nobreza” (MUNIZ, 2005, p. 1). Logo, para alcançar esses objetivos, além de ser fazendeiro era preciso “fazer ações beneméritas na comunidade, para ser reconhecido como benfeitor, e poder usufruir as benesses do poder e participar do grupo dos escolhidos do rei” (MUNIZ, 2005, p.1).

Inseridos nesse arranjo, as famílias senhoriais procuravam ascender socialmente através de casamentos, funções políticas e sociais que pudessem se distinguir socialmente e obter reconhecimento entre seus pares. Entendemos, assim como Fragoso (2013), “pertencer de fato à nobreza da terra significava ter o consentimento da sociedade[...], até mesmo, ser reconhecido como membro de um grupo superior”. Por isso, tais estratégias de alianças eram fundamentais e possibilitavam às

---

<sup>8</sup> Cf.:POLANYI,Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier,2012.

<sup>9</sup> Cf.: MUNIZ, Célia Maria Loureiro. Uma metodologia para o estudo de famílias de cafeicultores do Vale do Paraíba no século XIX. Anais do I colóquio do LAHES,2005,p.1



famílias poder e distinção social, visto que ser senhor de engenho era o objetivo a ser alcançado por grandes comerciantes do Rio de Janeiro, os quais vieram a se tornar fazendeiros, apesar de os lucros da agricultura serem menores do que o do comércio à época<sup>10</sup>.

As famílias senhoriais, mesmo se ocupando de atividades mais lucrativas, como o comércio, e mais estáveis, como a administração pública, permaneceram ligadas à terra e à agricultura, como aconteceu com os Alvares de Azevedo e os Rodrigues Torres. Esses grupos se estabeleceram como proprietários de terras e escravos em Itaboraí desde o século XVII e seus membros figuram entre aqueles que ocuparam cargos dirigentes no império brasileiro, principalmente, a partir da década de 1820<sup>11</sup>. Isso nos leva a considerar que a posse da terra e de homens conferiu às famílias senhoriais as condições materiais de sua distinção e prestígio social<sup>12</sup>, além de ter sido a base física do processo de acumulação de toda a sua riqueza material, sobre as quais trataremos abaixo.

## AS CONDIÇÕES MATERIAIS DE DISTINÇÃO E PRESTÍGIO SOCIAL: RIQUEZA E PROPRIEDADE

Para compreendermos a constituição dos bens materiais e imateriais dessas famílias julgamos necessário discorrer, mesmo que de forma breve, sobre o conceito de riqueza. Por isso, destacamos que riqueza é entendida em nossa proposta de pesquisa como o acúmulo de bens,

<sup>10</sup> Cf.: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. O capitão Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. IN: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. (Orgs.) *Exercícios de Micro-História*. Rio de Janeiro: FGV, 2009; \_\_\_\_\_. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013; \_\_\_\_\_. PITZER, Renato Rocha. Barões, Homens livres e Escravos: Notas sobre uma fonte múltipla – inventários post-mortem. *Revista Arrabalde*, Niterói, nº2, set/dez.1988.

<sup>11</sup> Conquistadores.....

<sup>12</sup> Cf.: NETO, M.S. Propriedade e renda fundiária em Portugal na idade Moderna. MOTA, M.(org). *Terras Lusas: a questão agrária em Portugal*. Niterói, EDUFF,2007



assim como afirma Canabrava (1975), constituído a partir da “totalidade dos haveres ou bens possuídos pela família, tais como objetos, móveis, tapetes, joias, utensílios e implementos, escravos, animais com valor de troca, propriedades rurais e urbanas, títulos de crédito” (CANABRAVA, 1975, p. 105). Freire (2009), corroborando Canabrava, ressalta a ideia de que ser senhor de homens e terras certamente determinava a riqueza do indivíduo” (FREIRE, 2009, p. 299). Esses dois aspectos serão utilizados em nosso estudo na compreensão do processo de composição das famílias, destacando aquelas que alcançaram distinção social, também, através da riqueza.

Outro conceito que nos será caro é o de propriedade de terra, tal qual era entendido durante o século XVIII e na primeira metade do século XIX – como um bem, cujos direitos estavam fincados numa hierarquia muito complexa. Além disso, tomamos esse conceito como parte integrante do modo de produção escravista – sistema produtivo desenvolvido no Brasil que teve a duração até o final do século XIX (MUNIZ, 1979) –, e, também, por seu caráter plural, aberto e transformador (CONGOST, 2007 – *apud* MOTTA, 2011). Consideramos que a terra era base física do processo de acumulação de toda a sua riqueza material.

O monopólio da terra transformou algumas famílias em grandes proprietárias. As grandes propriedades, em alguns estudos (SILVA, 2009; PRADO JR, 2000), são conhecidas pelo termo *plantation*, cunhado no século XX como ferramenta de análise dos extensos complexos agrícolas existentes nas colônias europeias a partir do final do século XV. *Plantation* designa, geralmente, uma forma de propriedade especializada na produção agrícola, cuja força de trabalho era constituída por africanos escravizados advindos do tráfico negreiro, produzindo gêneros agrícolas primários não existentes no mercado europeu.

A historiografia especializada aponta para outras formas de propriedades agrícolas que coexistiam como o sistema de *plantation* no período analisado, evidenciando que pequenos e médios produtores existiam ao lado da grande agricultura de exportação.



Nossa proposta pretende discorrer sobre os pequenos proprietários como parte do arranjo social do período que, embora seja um elemento não essencial, possui um papel que não pode ser ignorado. O pequeno proprietário serviu como apoio político para as elites agrárias que necessitavam de uma base eleitoral, conseguida através da relação de coabitação entre ele e o grande proprietário<sup>13</sup>. Além disso, através da sua relação com a terra, produzia alimentos necessários ao comércio local.

Pretendemos como isso destituir a concepção histórica que dividia a sociedade entre “senhores e escravos”, nos preocupando, assim como Linhares(1981), Motta (1989), Fragoso (2009), dentre outros, em estabelecer uma visão mais geral da sociedade, ao incluir as relações entre os diversos grupos sociais que a formavam durante os séculos XVIII e XIX. Para tanto, buscaremos contribuições da micro-história para o estudo da propriedade que nos ajudarão na compreensão das intrigadas relações entre os mais variados sujeitos e a disputa pela posse da terra, como explicitaremos melhor no item abaixo.

## **A MICRO-HISTÓRIA NO ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E PROPRIEDADE**

Por muitos anos alguns historiadores dedicados à história agrária não consideraram as contribuições da micro-história para a questão da posse e da propriedade da terra nem para a compreensão da trajetória e das estratégias das famílias de uma determinada localidade. Indo de encontro a esses historiadores, Levi (2000) afirma que é “em relação à propriedade da terra e sua rápida circulação que apreendemos uma

---

<sup>13</sup> Cf.: MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense, no século XIX*. Dissertação de mestrado. Niterói. ICHF. UFF,1979; \_\_\_\_\_. *A Riqueza Fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1820-1890*. Tese de doutorado. RJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ,2005.



parte importante dos valores das comunidades” (LEVI, 2000, p.146). Segundo Levi, o entendimento desses historiadores sobre o processo de comercialização da terra estava baseado na crença da presença precoce do capitalismo na América Colonial. Tal entendimento devia-se a interpretações influenciadas por uma mentalidade economicista que não considerava aspectos culturais. No Brasil, essa visão foi corroborada por muitos estudiosos, dentre os quais destacamos Cardoso (1998), quando afirma que a discussão sobre o caráter mercantil da propriedade era apenas “formal e acadêmica: de fato, a propriedade sempre funcionou como propriedade privada no Brasil, do ponto de vista econômico” (CARDOSO, 1998, p.112).

Observamos, assim como Motta (2011), que

“para investigar a história das propriedades e posses na história moderna é preciso reconhecer que, ao contrário do período liberal, a partir do século XIX, a terra, no período moderno, era um bem, cujos direitos estavam fincados numa hierarquia muito complexa e que não se resumia a uma única e linear explicação”(2011, p. 21)

A noção de propriedade exclusiva teria ganhado força e se espalhava para todo o globo, “como uma moeda que reduzia todas as coisas a um valor comum” (THOMPSON, 1998, p. 134) a partir do século XVIII. Segundo Thompson (1998), esse conceito teria se constituído como uma norma a que todas as práticas devessem se adaptar.

Nossa proposta buscará estabelecer uma análise do objeto isenta dos princípios liberais que fundamentam a propriedade individual, pois compreendemos que, ao longo do recorte cronológico estabelecido para a pesquisa, a terra estava em um lugar de gradação complexa de direitos de usufruto<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Cf.: MOTTA, Marcia. SECRETO, Maria Verônica. (org). O direito às avessas: por uma história social da propriedade. Guarapuava: Unicentro, 2011.





A noção de posse e propriedade relaciona-se a outras noções como a de valores, de direitos e de visões de mundo. Congost (2007) busca desnaturalizar o direito liberal de propriedade para demonstrar o caráter plural, histórico e transformador daquele direito em sua relação com os grupos sociais em disputa.

Nesse sentido, nossa pesquisa buscará compreender as diversas noções de direitos sobre a terra, além pensar em como as disputas por esse bem podem nos ajudar a refletir sobre as estratégias das famílias. Para isso, utilizaremos a micro-história como procedimento analítico.

Na escala reduzida, o pesquisador se torna capaz de enxergar diferenças sutis entre coisas mais ou menos similares, ou postas em contraste, que um olhar macro não permitiria. A redução da escala, para Levi (2000), é um modo de proceder aplicável a qualquer objeto, independentemente de suas dimensões.

Mesmo que consideremos a análise “microscópica” de suma importância para nossa pesquisa, não existe uma relação de subordinação entre os níveis de observação<sup>15</sup>. Segundo Revel (1998) não há oposição entre micro-história e história global, trata-se da investigação local de conjecturas e de resultados gerais, em síntese, do método comparativo. Observar o objeto sob múltiplos ângulos passa a ser fundamental para o enriquecimento dos resultados da pesquisa histórica. É esse jogo entre as escalas de análise que distingue a micro-história de outros modos de tratar o objeto de pesquisa<sup>16</sup> que será útil na análise proposta neste texto.

<sup>15</sup> Cf.: LEVI, Giovanni. Prefácio. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.19-38 e LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-162

<sup>16</sup> VER.: REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 26-27; ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microhistoria”. In: REVEL, Jacques (org). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 151-152



Se tomarmos como exemplo prático da aplicabilidade dessa técnica de redução de escala o estudo de Ginzburg (2006) sobre o moleiro Menochio, perceberemos a imprevisibilidade do personagem, observaremos as suas discrepâncias e acompanharemos a sua ação individual. É a partir da redução de escala que Ginzburg nos apresenta o seu personagem. No caso da nossa pesquisa, (exemplo). Para Grendi, “a escolha de escala da microanálise é exatamente em função dos objetos analíticos propostos, isto é, as relações interpessoais: isso vale para os grupos sociais e para as comunidades” (GRENDI, 2009, p.45). Acreditamos, portanto, que essa técnica de redução de escalas, nos ajudará a trazer à tona aspectos do cotidiano dos sujeitos da história que nos propomos a escrever.

Outra concepção teórico-metodológica que nosso estudo levará em consideração é a teoria dos jogos desenvolvida por Barth (2000). Essa teoria se constitui como ferramenta analítica utilizada pelo autor para entender a relação entre o sujeito e sua comunidade. Segundo Barth (2000), o sujeito deve ser pensado pelo estudioso como alguém que atua de forma particular e independente nos momentos de decisões e de escolhas, ou seja, considera os parâmetros das regras e das estratégias para pensar nas vantagens ou nas desvantagens durante o jogo social. Por isso, acreditamos que a adoção desse método pode nos ajudar a compreender os princípios que norteiam os sujeitos estudados quando estão tomando suas decisões<sup>17</sup> e pode revelar os padrões entre as gerações dos diversos grupos familiares.

Adotar a análise sobre a conduta social desses sujeitos, por meio dos procedimentos da analíticos da micro-história, não significa excluir a esfera econômica, do mesmo modo, os aspectos quantitativos da pesquisa, mas se constitui em conciliar a microanálise com a abordagem quantitativa. Visto que percebemos que a análise de trajetórias

---

<sup>17</sup> Cf.: GINZBURG, O nome e o como. In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo (org.). *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, op. cit., p.174-175.



pode demandar o uso do método estatístico, acreditamos que na complementaridade dos métodos qualitativo e quantitativo de pesquisa. Para Daumard (1985), “história social e os estudos econômicos devem se amparar mutuamente” (Daumard, 1985 – *apud* Rodrigues, 2011, p.20). O estudo econômico pode oferecer ferramentas importantes na construção de quadros de evolução e composição das fortunas, bem como da distribuição das rendas. Sendo assim, os aspectos econômicos ajudam a compor o cenário onde se desenrola a história<sup>18</sup>.

## MICRO-HISTÓRIA E A TÉCNICA ONOMÁSTICA

A adoção da micro-história<sup>19</sup> como um recurso metodológico que nos auxiliará no entendimento das complexidades sociais, que poderiam passar sem ser notadas em análises mais generalistas, nos permitirá uma alternância de escala, tornando possível a redefinição de objetos e a problematização de suas dimensões. É a partir dessa perspectiva metodológica que as multiplicidades de relações sociais que garantiram a acumulação e a transmissão de riquezas construídas no ambiente agrário da sociedade escravista brasileira serão levadas em consideração. Para isso, nos valeremos da proposta de Ginzburg (1989), que aponta para a importância do uso do nome como vetor da pesquisa. Entendemos que esse procedimento possa ajudar na percepção de uma racionalidade nas escolhas e nos caminhos comuns de cada grupo de famílias. A partir dos nomes das famílias e de suas experiências, procuraremos elaborar a história do período, observando as ações empreendidas por seus membros e recuperando suas trajetórias.

<sup>18</sup> Cf.: POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 3ª edição, 2000.

<sup>19</sup> Os historiadores italianos, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, fundadores da revista intitulada *Quaderno Storici*, e diretores da coleção *Microstorie*, publicada pela Editora Einaudi, fundada em 1966, cunharam o conceito de microhistória, atualmente, utilizado por diversos estudiosos brasileiros.



Por isso, nossa proposta utilizará o método de circunscrição de análise e a técnica de cruzamento onomástico da micro-história para compreender as questões postas na elaboração do projeto de pesquisa. É por esse procedimento que se pretende identificar os membros das famílias e suas ações na dimensão micro, atreladas ao nível macro. Para evitar homônimos, na técnica onomástica, propomos o cruzamento das fontes e a observação das informações sobre trabalho, residência, parentescos, títulos entre outros que consideramos fundamentais para a identificação correta dos sujeitos.

Em suma, a nossa proposta utilizará a técnica onomástica para identificar as famílias que coabitavam na vila de São João de Itaboraí durante o século XIX, bem como para observarmos a dinâmica relação social por eles constituídas.

## PENSANDO AS FONTES

Em nossa busca inicial, procuramos por famílias que pudessem ser estudadas durante duas ou três gerações. Para tanto, lançamos mão de uma lista de nomes – encontrada digitalizada no site FamilySearch, criado e mantido pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos dias<sup>20</sup>. Na lista, constam ligações parentais e informações que ajudam a esclarecer e a recuperar as relações entre alguns indivíduos. Para a construção dessa lista contamos com inventários, o Livro de Batismos da Freguesia de Santo Antônio de Sá (1761-1807), registro de casamento e de óbitos. Esses documentos serão de grande valia para que se tenha ciência da riqueza das famílias no momento da morte do pai. Buscaremos, também, informações referentes aos filhos, a fim de se obter uma visão mais dinâmica das relações entre as gerações<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Ver novas fontes e possibilidades de pesquisa no livro: RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.). Possibilidades de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2017. p.31.

<sup>21</sup> VER: FRAGOSO, João Luis Ribeiro e PITZER, Renato Rocha. Barões, Homens livres e Escravos: Notas sobre uma fonte múltipla – inventários post-mortem. Revista Arrabaldes, Niterói, n°2, set/dez.1988. p.30.



As relações sociais entre as famílias serão trabalhadas com ajuda das fontes provenientes dos processos judiciais, que possibilitarão as análises dos depoimentos das testemunhas envolvidas nos processos que envolvam membros dessas comunidades, a partir dos quais pretendemos obter informações sobre os conflitos envolvendo as questões agrárias.

Além dos documentos citados, pretendemos pesquisar o Almanaque Laemmert, bem como algumas publicações do Relatório de Presidente da Província, livros de registros de imóveis, registro paroquial de terras e o Livro de Batismos da Freguesia de Santo Antônio de Sá (1761-1807). No Almanaque Laemmert – digitalizado no site do Center for Research Libraries, Global Resources Network<sup>22</sup> – encontram-se publicados dados administrativos e mercantis sobre a corte e a província fluminense no período de 1844 a 1889. Devido ao seu conjunto amplo de informações, acreditamos que essa fonte nos ajudará a reconstruir, de forma quantitativa, o nível de diversificação das atividades econômicas da Vila São Joao de Itaboraí.

Através do Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, que fornece informações sobre as particularidades dos municípios e o estado geral da província, será possível investigar dados estatísticos importantes sobre a região estudada.

Vale ressaltar que nos valeremos tanto da metodologia quantitativa, para construir séries de dados que possam demonstrar informações sobre a demografia, a propriedade e a produção, quanto da qualitativa, a fim de analisar as informações pertinentes à percepção do direito, à propriedade e às resoluções de conflitos entre as famílias.

Assim, acreditamos que seja possível acompanhar, em paralelo à história dessas famílias, o avanço da economia agroexportadora e sua influência nas mudanças sociais e econômicas da Vila São Joao de Itaboraí durante o período estudado.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/almanak>>. Acessado em 01/05/2018.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de analisar as relações que se construíram entre as famílias senhoriais, a terra e a produção agrícola, pretendemos nos valer do aporte teórico-metodológico apresentado no curso deste texto. Acreditamos que dessa forma conseguiremos investigar se e em que medida a expansão da agricultura na região de Itaboraí provocou expropriação de terras, e assim compreender o movimento das fronteiras.

As leituras realizadas até aqui têm nos indicado esse percurso metodológico como caminho possível, no entanto, ressaltamos que o projeto de pesquisa a qual nos dedicamos ainda está em sua fase inicial. Sendo assim, estamos cientes de que a proposta pode sofrer alterações.

## REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

\_\_\_\_\_. **Process and form in social life**. vol 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre a história**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. 2ªed. Vozes, Petrópolis, 1982.

EDOARDO, Grendi. Paradoxos da história contemporânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). **Exercícios de microhistória**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e Demografia. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios de História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. O capitão Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. IN: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. (Orgs.) **Exercícios de Micro-História**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.



\_\_\_\_\_. **Barões do café e sistema agrário escravista:** Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

\_\_\_\_\_; PITZER, Renato Rocha. Barões, Homens livres e Escravos: Notas sobre uma fonte múltipla – inventários post-mortem. **Revista Arrabaldes**, Niterói, nº2, set/dez.1988.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 20ª. ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria José Olympio Editora/ INL-MEC, 1980.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 1989.

\_\_\_\_\_. O nome e o como. In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo (org.). **A Micro-História e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Queijo e os Vermes.** O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade.** (2ª ed.). Florianópolis: Fundação BOITEUX, 2007.

HESPANHA, Antônio Manoel. **Imbecillitas:** as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

LEVI, Giovanyi. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP,1992.

\_\_\_\_\_. “Comportamentos, Recursos, Processos: Antes da ‘revolução’ do consumo”. In: REVEL, Jacques (org). **Jogos de Escalas:** A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Herança Imaterial:** Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2000.

LINHARES, Maria Yedda Leite. A pesquisa histórica no Rio de Janeiro. A história Agrária como programa de trabalho 1977-1994. Um Balanço. **Rev. Bras.de Hist.** São Paulo. V.15, nº13 pp. 77-89, 1995. Disponível em: [https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID\\_REVISTA\\_BRASILEIRA=13](https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=13). Último acesso em 20 de set. de 2018.

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do Poder:** Conflito e Direito à Terra no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_. Das discussões sobre posses e propriedades da terra na história moderna: velhas e novas ilações. In.: MOTTA, Marcia; SECRETO, Maria Verónica (Orgs.) **O DIREITO às avessas:** por uma história social da propriedade. Guaruapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.p19-45



MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense, no século XIX*. Dissertação de mestrado. Niterói. ICHF. UFF,1979.

\_\_\_\_\_. **A Riqueza Fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1820-1890**. Tese de doutorado. RJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ,2005.

NETO, M.S. Propriedade e renda fundiária em Portugal na idade Moderna. In: MOTA, M.(org). **Terras Lusas: a questão agrária em Portugal**. Niterói, EDUFF, 2007

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 3ª edição, 2000.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998

RODRIGUES, Ana Paula Souza. **Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçú e Jacutinga, século XVII-XVIII)**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2013.

RODRIGUES, José Damião. **São Miguel no século XVIII**. Casa, elites e poder. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 542; 578

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microhistoria”. In: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 151-152.





# O SEMIÁRIDO E A PESCA ARTESANAL NAS ÁGUAS CONTINENTAIS

 Winifred Knox<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

**O** artigo propõe abordar as possibilidades históricas e atuais da pesca artesanal continental, nos rios e açudes no espaço denominado de semiárido nordestino através do levantamento de pesquisas sobre a temática na região.

A temática da pesca artesanal continental mostrou-se transversal com diversas outras temáticas como as questões ambientais, a segurança alimentar, além da propriamente as referente à atividade produtiva e as relações de produção que a envolvem.

Deste modo, propomos discussões teórico-metodológicas enfocando experiências de trabalho de manutenção e produção nos açudes e rios relativos à pesca artesanal continental no espaço do semiárido, assim como evidenciar algumas dificuldades relativas a essa produção (cultivo e extração) no que se refere à atividade artesanal e à atividade semi-industrial ou industrial, das relações sociais do trabalho, e ainda relações de dificuldades frente as diferentes formas de apropriação do espaço e dos direitos de propriedade.

---

<sup>1</sup> Professora Dra. Associada, departamento de Políticas Públicas e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN.



Neste sentido, será mostrado a latência dos conflitos sociais advindos das desigualdades do binômio apropriação-expropriação da riqueza da terra e do trabalho produzido. A reflexão sobre os problemas relativos ao pequeno produtor artesanal e o grande e médio produtor na escala industrial, assim como as consequências das diferentes formas de apropriação resultam em questões socioeconômicas que incidem na forma desigual de participação na riqueza pelos trabalhadores, gerando dessa forma também novas questões para as políticas públicas, para o Estado e para o planejamento territorial.

## O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

O semiárido corresponde a uma área de 1,03 milhão de km<sup>2</sup>, perfazendo 12% do território nacional, correspondendo a 60% do território nordestino. Alguns estados do nordeste têm mais do que 80 % de seu território como semiárido. São cerca de 1262 municípios<sup>2</sup>, e mais que 27 milhões de brasileiros. A escassez hídrica e as secas fazem parte de seu passado e de sua história. Conforme mapa 1, abaixo, é possível ver a atual conformação deste espaço.

O semiárido brasileiro diferente de outras áreas semiáridas no mundo tem índices pluviométricos entre 200 e 800 mm anual, média bem acima de outros. Isso significa que há períodos de chuvas e de seca que variam em média de 1 a 11 meses conforme o ano. Tendo uma amplitude térmica anual mínima entre 25°C e 30°C.

Vale a pena ressaltar que o Semiárido é composto por rios perenes e temporários. Os principais rios perenes na região formam bacias hidrográficas têm sido objetos de obras de construção de açudes e

---

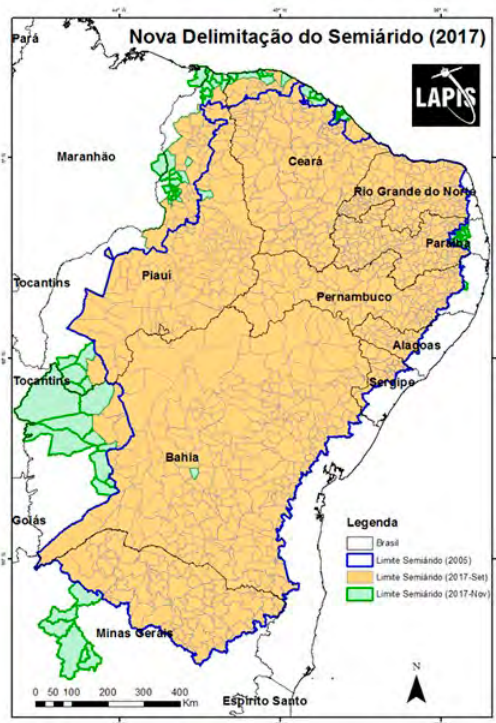
<sup>2</sup> Conforme site <https://mundogeo.com/2017/11/29/disponivel-a-nova-delimitacao-do-semiarido-brasileiro-veja-o-que-muda> é possível ver que a partir de medida aprovada em 23/11/2017 pelo Conselho Deliberativo (Condel) da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o semiárido foi aumentado, incluindo mais 73 cidades em 7 estados.



barragens. A primeira em extensão e importância é a bacia do rio São Francisco que transpassa os estados da Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Sergipe, Pernambuco e após a transposição tem levado água para Paraíba, Ceará e RN. O rio Orós e rio Jaguaribe no Ceará. A bacia do Rio do Apodi/Mossoró e Piancó/Piranhas/Açu no RN. A bacia do rio Parnaíba e Poti no Piauí. E de modo geral, nos açudes e barragens têm sido realizado o cultivo através de tanques-redes principalmente com tilápias.

A convivência com o semiárido no Brasil desde o século XIX foi marcada por uma tentativa, por um lado de atuação emergencial utilizada com benefícios políticos para alguns - as elites políticas, por outro na tentativa de alteração do ecossistema.

Mapa 1 – atual delimitação do semiárido (2017)



Fonte: <https://mundogeo.com/2017/11/29/disponivel-a-nova-delimitacao-do-semiarido-brasileiro-veja-o-que-muda>



Após a Declaração do Semiárido publicada pela Articulação do Semiárido – ASA, em 1999, considerada um marco divisor de perspectivas em relação ao espaço e à população que lá vive, as estratégias para o planejamento territorial mudaram de curso, passando a acentuar a ideia da permanência do ecossistema, sua fauna e flora, e da manutenção da população através da convivência com o semiárido. Significa dizer mudança de métodos emergenciais, embora eles continuem importantes, muitas vezes nas grandes secas, mas para um planejamento de programas e projetos voltados à aprendizagem de modos de vida para a sobrevivência no espaço reconhecendo a limitação dada. A declaração vem articulada por várias instituições e corrobora um programa que está fundamentado em duas premissas: A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido. Mas não deixa de reconhecer a importância da necessidade da quebra do monopólio de acesso à terra, à água e a outros meios de produção. Além disso o programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

## **A PESCA ARTESANAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Apesar da atividade da pesca ser relatada em documentos que remontam ao Brasil colonial, a regulamentação da atividade é relativamente recente, assim como a história institucional. Pode-se destacar a criação das Capitânicas dos Portos, em 1846, ligada à Marinha, responsáveis por efetuar a matrícula dos pescadores e registrar as embarcações. Em 1856 houve a promulgação do Decreto n.º 876, e em 1881, o decreto n.º 8.338 que criaram benefícios fiscais e financeiros para fomentar a pesca marítima. Em 1876 criou-se a Repartição de Hidrografia do Ministério da Marinha (DHN). Seguindo Goularti filho (2017), entre as ações esta-



tais mais estruturantes, no início do século XX, sobressaem-se a criação da Inspeção da Pesca, em 1912, e a aprovação do primeiro Regulamento da Pesca, em 1923.

A Inspeção da Pesca vai ser dissolvida dois anos após sua criação. O Ministério da Agricultura vai concentrar uma série de ações, antes dispersas em vários órgãos, ou não contempladas com políticas públicas, criando em 1934 o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), constituído de sete órgãos, entre eles o Serviço da Caça e Pesca (SCP). Em 1938, duas importantes medidas foram a aprovação do Código da Pesca e a criação da Caixa de Crédito da Pesca. Nas décadas de 1940 e 1950, as atividades pesqueiras desfrutaram dos avanços institucionais, como se pode perceber na mensagem presidencial de Juscelino Kubitschek.

A partir desse movimento político lançado em meio ao Plano de Metas do presidente JK, foram lançadas as bases para um novo marco institucional e regulatório da pesca nacional, principiando-se e fundamentando-se uma visão do setor da pesca para a pesca industrial, onde as elites nativas ligadas ao setor pesqueiro, se instalaram para a exploração e ampliação de capital através da atividade com os incentivos estatais.

Um ano depois, em outubro de 1962, é criada a SUDEPE, que resultou na incorporação do CODEPE, da Caixa Especial da Pesca e da Divisão da Caça e Pesca, que era vinculada ao Ministério da Agricultura, e em 1963, o Grupo de Trabalho da Pesca, vinculado à Presidência da República, que deveria atuar paralelamente à SUDEPE e tinha como foco elaborar estudos para estimular as atividades pesqueiras. Em 1967, em plena ditadura militar, foi passado o Decreto-Lei no 221 com definição dos tipos de pesca, declarando a “indústria da pesca” como uma “indústria de base”, passando a gozar dos mesmos privilégios de incentivos e isenções fiscais que tinham os setores estratégicos da indústria e o governo atendia a uma reivindicação do setor empresarial. Foram escritos três Planos Nacionais para o Desenvolvimento da Pesca, mas em



todos eles a priorização da pesca industrial em detrimento da artesanal é assegurada. Como pode ser visto no detalhamento do III PNDP em que para a pesca artesanal é destinado um valor de 68.626 cruzeiros e para fortalecimento da pesca industrial e ação administrativa um valor de 690.000 cruzeiros.

Com o início da redemocratização brasileira, em 1984, e a constituição da Nova República, foi solicitada à SUDEPE a elaboração de um novo marco político que redefinisse suas estratégias, concentrando-se mais nas políticas de extensão da pesca artesanal e foi apresentada ao Executivo federal uma nova política de pesca que seria incorporada ao I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.

A SUDEPE existiu entre 1962 e 1989, passando para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) entre 1990 e 1998 cuja função fiscalizadora sobre o uso e exploração dos recursos pesqueiros era enfatizada. Assim para ceder às pressões da indústria pesqueira é criado o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), entre 1998 e 2002.

Em 2003, o governo brasileiro criou a SEAP, vinculada diretamente à Presidência da República, pela medida Provisória n.º 103, de 1º de janeiro de 2003, e que segundo art. 23, S I IV a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República— SEAP/PR tem por objetivo: assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola; - promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infraestrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aquicultura; - organizar e manter o Registro Geral da Pesca, previsto no art. 93 do Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967; - normatizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente



migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados; supervisionar, coordenar e orientar as atividades referentes às infraestruturas de apoio à produção e circulação do pescado e das estações e postos de aquicultura; - manter, em articulação com o Distrito Federal, Estados e Municípios, programas racionais de exploração da aquicultura em águas públicas e privadas, tendo, como estrutura básica, o Gabinete, o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca e até duas Subsecretarias. Colocando a pesca vinculada à PR, fora do IBAMA e do MAPA, trazendo a função do Registro Geral da Pesca para a SEAP e, afirmando compromissos já colocados na fase da SUDEPE.

Dentre os órgãos regionais, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS se constitui na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste, criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS em 1909, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919, o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945<sup>3</sup>, vindo a ser transformado em autarquia federal, em 1963. Sendo, de 1909 até por volta de 1959, praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região, fez de tudo. Construiu açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes de energia elétrica e telegráficas, usinas hidrelétricas e foi, até a criação da SUDENE, o responsável único pelo socorro às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região. Construiu no Nordeste obras por administração direta de grandes açudes, como Orós, Banabuiú, Araras, e o início da construção da barragem de Boa Esperança. Posteriormente, transferiram-se aos Estados as redes de abastecimento urbano e à SUVALE, hoje CODEVASF, os Projetos públicos de Irrigação situados no vale do Rio São Francisco.

<sup>3</sup> Conforme Decreto-Lei 8.486, de 28/12/1945



Relativamente aos objetivos deste artigo em 1930 efetivamente, a aquicultura no semiárido apresentou significativo crescimento e caráter técnico-científico, primeiro com a criação da “Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste”, vinculada à IFOCS (ROSA, MOTA, 2017). E a partir de 1980 com a criação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. Sendo que entre 1990 a 2015 houve aumento exponencial da pesca continental a partir da piscicultura.

A prática da pesca é feita por comunidades tradicionais ribeirinhas emprega apetrechos, em sua maioria artesanais, a exemplo da comunidade quilombola Águas do Velho Chico, localizada na cidade de Orocó, caracterizada pela utilização da tarrafa e do anzol nas artes de pesca, o arco e flecha, linha espinhéis e até da própria mão, na captura de alguns peixes, como o cari, *Pterygoplichthys etentaculatus* (SILVA, NETO, 2015). Os modos de vida destes ribeirinhos, indígenas e quilombolas, através dos estudos observados mostram técnicas e utensílios desenvolvidos para a realização destas atividades. A pesca artesanal realizada em rios que fazem também o artesanato, a agricultura de pequena escala chamada de “subsistência”.

Atualmente, a grande intervenção humana nos rios da região com dragagens para a formação de açudes e barragens tem alterado os ciclos naturais do curso de rios, sua navegabilidade e a reprodução dos peixes de forma natural, resultando na escassez de peixes, ameaçando as comunidades pesqueiras e a vida socioeconômica dos pescadores, que mesmo assim, resistem firmemente, mantendo sua presença como é o caso daqueles presentes no Médio e Submédio São Francisco (CBHSF, 2014).

A aquicultura tem sido colocada como solução para a segurança alimentar e geração de renda e trabalho para a região do semiárido. Tanto nas políticas públicas realizadas pelo IFOCS, como os organismos internacionais como também tem desenvolvido programas como o “Aquaculture for Local Community Development” (ALCOM), objeti-





vando levar o fortalecimento dos sistemas produtivos e a economia dos pequenos produtores (FAO/ONU).

Figura 1 - Açude Paraibano



Fonte: Foto de Josélio Carneiro. <https://www.novapalmeiraoficial.com.br/2013/10/sete-acudes-estao-secos-na-pb-situacao.html>

## A PESCA ARTESANAL E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Neste item apresentamos uma breve descrição e discussão sobre a problemática relativa a produção (cultivo e extração) da atividade pesqueira artesanal no espaço do semiárido, o que envolve também evidenciar as relações sociais do trabalho, notadamente a forma desigual como as populações trabalhadoras deste setor participam da riqueza gerada pela atividade. Essa diferença na participação da riqueza gerada resulta em conflitos de interesses sociais fruto das relações diferentes formas de apropriação do espaço e dos direitos de propriedades desigualdades geradas no binômio apropriação-expropriação da riqueza produzida que resultam em questões socioeconômicas e de segurança alimentar para os trabalhadores e suas famílias.



As relações sociais de produção da aquicultura, assim como da pesca artesanal no sistema capitalista, dependem da força de trabalho e dos meios de produção. O que significa dizer que para a pesca ou a aquicultura se realizar de forma “autônoma” é preciso que a força de trabalho disponha dos instrumentos de trabalho assim como do acesso ao local livre (mar, terra e açude).

O final da década de 1990 e início do século XXI foi marcado pelo apoio governamental e de pesquisa para o aumento da aquicultura comercial na região do semiárido, passando por transformações tecnológicas e intensificando a criação de peixes em tanques-rede em grandes reservatórios d'água, principalmente com o uso da tilápia.

As primeiras experiências, segundo Campeche e Melo (2017), neste novo modelo se deram nas barragens do rio São Francisco, como as do lago de Sobradinho/BA:

As primeiras UD's deram início à formação de associações de produtores que contavam com um número elevado de associados, mais de 30 por associação. Atualmente as associações apresentam um número reduzido... No entanto houve aumento do número de produtores individuais na região que viram nas UD's o potencial da atividade e decidiram investir na atividade. Estes novos piscicultores vieram de outras atividades como agricultura, comércio e funcionários públicos. (CAMPECHE, MELO, 2017. p. 17-18).

Devido à importância desta produção no Lago de Sobradinho, que atualmente atinge “mais de 10.000 m<sup>3</sup> de área produtiva em tanques-redes” (CAMPECHE, MELO, 2017. p. 18) utilizaremos a descrição desta produção para a nossa análise. Assim CAMPECHE e MELO (Op. Cit., p.18) descrevem:

As características do sistema de produção de cada empreendimento são muito similares. Praticamente 50% dos produtores ainda utilizam tanques-redes de 4m (Figura 2), embora 1/3 já



tenham abandonado estes tanques-redes de pequeno volume e estão trabalhando com unidades de 18 ou 25 m. Os produtores que têm tanques-redes de pequeno volume, estão trabalhando em média com 30 unidades. Os que têm tanques-redes de maior volume, estão trabalhando com uma média de 40-50 unidades. Há produtores que têm mais de 200 tanques-redes e que já distribuem o próprio peixe. Há outros que estão revendendo alevinos. A maioria dos tanques-redes são feitos em Sobradinho por produtores. De maneira geral que alguns observam nichos de oportunidades na cadeia produtiva e diversificam sua atuação.

Tomando a descrição feita como elemento para análise do sistema produtivo, pode-se perceber que houve um crescimento contínuo da produção, para uma produção de grandes proporções. Ou seja, os pescadores aquicultores de pequeno porte, tanques-redes de 4 metros continuam a ser 50% da totalidade dos produtores, embora um terço destes 50% avançaram para unidades maiores de 18 e 25 metros cúbicos. A média de unidades de tanques redes destes está entre 30 (os que têm até 4 m), e 40 a 50 tanques-redes (entre 18 e 25 m). É perceptível que os tanques redes de menor porte mantêm um tipo de produção de pequena escala. Mas também é possível perceber no relato a presença de produtores com mais de 200 tanques-redes e que passam a representar a distribuição do próprio cultivo.

Toda a produção passa pelo terminal pesqueiro de Sobradinho que em 2016 foi de 1.216.767 quilos de tilápia, o beneficiamento é feito por cooperativa de 21 mulheres (COOPES). Ainda chamam a atenção para o perfil dos produtores no polo Submédio e Baixo São Francisco (SBSF):

74% dos piscicultores são pequenos produtores, 19% médios produtores e 7% grandes produtores. Os grandes e médios produtores desenvolvem outras atividades econômicas além da piscicultura e os pequenos produtores, de uma forma geral, tem a piscicultura como a principal atividade econômica. A maioria dos piscicultores de grande e médio porte é investidor de outras



regiões, a exemplo dos piscicultores cearenses que migraram para o Polo do SBSF. Entre os pequenos produtores destacam-se os projetos associativistas incentivados pela Diocese de Floresta (PE) na pessoa de Pe. Antonio Miglio, formados por jovens, trabalhadores rurais, dona de casa e pescadores. (ROSA, MOTA, 2017, p. 26)

Pode-se concluir a partir das descrições acima que a média dos pequenos produtores nos dois reservatórios analisados mantêm uma média entre 50 e 74%. Mostrando que os aspectos da reprodução que requerem mais tecnologia, acompanhamento e conhecimento têm ficado a cargo dos piscicultores de grande e médio porte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção pesqueira através da aquicultura cresceu muito. Segundo anuário da pesca (2011) o crescimento da aquicultura continental representou um crescimento de 86,6% em toneladas, enquanto a aquicultura marinha somente 13,4%.

Os açudes, neste sentido precisam atuar gerando renda e emprego e no mesmo sentido que a disposição de terras para o pequeno agricultor. Deve ser regulamentado pelos Plano hídricos a utilização das barragens e açudes de forma a evitar grandes monopólios. Outro problema se trata na licença ambiental. Além disso, deve-se evitar a cercagem dos açudes de forma a privatizá-los, pois esta pode ser tão nefasta à sobrevivência da atividade e dos trabalhadores da pesca quanto a cercagem das terras, e neste sentido, se faz necessário pensar sobre o acesso regulado aos açudes, de modo a que sejam disponibilizados para que os benefícios da atividade e dos recursos alcancem uma maior inclusão social e produtiva, assim como a ideia da reforma agrária.

O fator da formação técnica também deve ser incentivado pelas políticas públicas e pelo Estado aos pequenos pescadores artesanais, visto que este é um dos fatores mais importantes para a manutenção de autonomia e distribuição de riqueza.



## REFERÊNCIAS

- CAMPECHE, DFP, MELO, J.A. *Piscicultura no Lago de Sobradinho* In **Cadernos do Semiárido: riquezas & oportunidades** / Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco – v.12, n. 12 (jul. / ago. 2017). – Recife: CREA-PE, 2017.
- GOURLART FILHO, A. Da SUDEPE à criação da secretaria especial de aquicultura e pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.39, jul.dez, 2017.
- SILVA, L.C.M., NETO, M.F.de C. 2015 Problemas socioambientais e pesca artesanal no Nordeste do Brasil
- SANTOS, K.S.S., AMARAL, D.F., SILVA, T.A., SANTOS, C.A.B. O panorama da pesca artesanal praticada por povos e comunidades tradicionais no nordeste brasileiro. **Revista Geoambiente 57**, n.35, 2019. <http://www.revistas.ufg.br/geoambiente/57/Jataí-GO|n35|Set-Dez/2019>
- NOVAES, J.L.C., FREIRE, A.E., AMORIM, R.R. de A., COSTA, R.S. da. Diagnóstico da pesca artesanal em um reservatório do semiárido brasileiro. **Bol. Inst. Pesca, São Paulo**, 41(1): 31 - 42, 2015.
- ROSA, A.B.S, MOTA, E.J.O. *O início da aquicultura no semiárido brasileiro*. In **Cadernos do Semiárido: riquezas & oportunidades** / Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco – v. 12, n. 12 (jul. / ago. 2017). – Recife: CREA-PE, 2017.

## SITES CONSULTADOS

<https://www.novapalmeiraoficial.com.br/2013/10/sete-acudes-estao-secos-na-pb-situacao.html>

<https://mundogeo.com/2017/11/29/disponivel-a-nova-delimitacao-do-semiari-do-brasileiro-veja-o-que-muda>



## “TÃO ABOMINÁVEL E SEDICIOSO PENSAMENTO”: CONSPIRAÇÃO DE SOLDADOS NA GUARNIÇÃO DE BARCELOS, RIO NEGRO – 1776/1777

 Leonardo Augusto Ramos Silva<sup>1</sup>

“Tão abominável e sedicioso pensamento”, era com estas palavras que o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Parreira Caldas, se referia ao plano de sublevação que deveria ser executado no dia 5 de janeiro de 1777 “por um grande número de soldados da guarnição” da vila de Barcelos. Há uma “memória arquivada” (RICOUER, 2007) sobre essa conspiração militar, principalmente do ponto de vista estatista a partir das narrativas do ouvidor e auditor da gente de guerra no Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio; do governador e capitão-general do Estado, João Pereira Caldas; e das decisões formalizadas a partir da Junta de guerra, em Belém. Tais manuscritos são analisados a partir do viés historiográfico da história social da Amazônia, da “nova” história militar e da história das revoltas na América portuguesa.

O governador do Estado, João Pereira, nos dá indícios das pretensões do líder daquela conspiração, Jacó Pascoal, soldado do regimento de infantaria de Macapá pertencente a 3ª companhia regular, do sargento-mor João Baptista Martel:

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, pela Universidade Federal do Pará. E-mail: leo.arsilva147@gmail.com.



Aconteceu que atrevidamente escandalizado o dito soldado, se animou a pretender a executar uma sublevação com outros da mesma guarnição, que rapidamente entrou a persuadir, e dispor para o dito atentado, e para desertados, se passassem aos confinantes domínios de Espanha (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6382)

No dia escolhido para sublevar-se, os soldados conjurados deveriam ir, “pouco a pouco”, com as armas invadir o armazém das armas para levar “um caixão que nele se achava, com cartuxos”. Aquela diligência deveria ser feita durante a madrugada, pois “facilitaria àquela hora em que dormião os oficiais da guarda e não havendo receio dos sentinelas”, e para desempenhá-la aquela atividade o soldado Jacó Pascoal prometeu a chave do armazém (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187).

Uma das ordens repassadas pelo líder da conspiração foi para que os soldados assim que “tivessem evadidos do alojamento” fossem divididos em “patrulhas”, com destino a prender no calabouço “todos os moradores desta vila de que houvesse temor” (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187). Aquela organização, em patrulhas, remetia uma mobilização planejada com antecedência, divisão que se fundamentava nas “patrulhas militares”, ou seja, que lembra uma “esquadra de soldados” – “corpo d’infantaria que tem ao menos 25 homens, a 3 parte de uma companhia” (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 555) – que tinha por objetivo fazer rondas durante a noite nas praças para “aquietação” delas, impedindo, portanto, as desordens; ou as rondas poderiam ser feitas fora da praça militar em “tempo de guerra para impedir as interpresas, e descobrir o que se passa na campanha” (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 171). Como depreende-se, o alojamento foi o local onde os soldados deveriam reunir-se momento antes da revolta.



Imagem 1: Prospecto do quartel da guarnição na vila de Barcelos, erigido em 1775



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. 1775. Biblioteca Nacional Digital do Brasil

Outra ordem repassada pelo líder diz respeito à repressão que o movimento poderia sofrer, posto que a “cada um dos sobreditos que resistissem, se daria a morte e que estas infalivelmente também se dariam ao diretor dos índios nesta vila, e se fariam os castigos que parestes a outras pessoas” (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187). O diretor dos índios tornou-se alvo, também, do tambor Manoel José que “chegou a manifestar insultos de morte ao diretor, outros distritos e ofensas” (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403).

Uma das patrulhas deveria ter por destino a casa do ouvidor geral e provedor da Fazenda Real, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, e a casa do governador da capitania, Joaquim Tinoco Valente, “pondo-lhes guardas para não executar ação alguma”. Além do ouvidor, teriam que ir até a casa do almoxarife “para se extrair do armazém um caixão de quatro mil cartuxos que nela se achava”, para lhe obrigar a entregar as chaves do armazém da pólvora e o dinheiro contido no cofre da Fazenda Real (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403).

Após a alvorada, para que houvesse o “rebate”, ou seja, o ataque ao Armazém, Almoxarife e cofre real, deveria ocorrer de forma repentina que “sendo certo que acudirão a ele os oficiais desta guarnição” fazendo com que todos fossem presos. Também, era necessário fazer, igualmente, com o governador da capitania, Joaquim Tinoco Valente,





e o “ministro” que “seriam retidos em suas casas com guardas reforçadas” (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187). Por semelhante modo, obrigariam ao escrivão da Fazenda Real para “lhes prontificar as folhas de 18 meses” que lhes deveriam, e que deveriam ser pagos em dinheiro e “o que faltasse em fazendas” (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403).

Após os protestos na vila de Barcelos, os soldados arquetetavam uma deserção para os domínios de Castela que deveria ser feito pelos “caminhos das cachoeiras deste rio” Negro. Para o transporte, os conjurados teriam de “prender os índios necessários para remarem as canoas” e queimariam as demais no porto para evitar uma perseguição. Além disso, os soldados repartiam entre si os uniformes dos oficiais do destacamento que tinham “concertado” – conseguido – para que pudessem governar as canoas fardados como oficiais (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187). Essa estratégia é relata pelas testemunhas da devassa:

e tomadas as canoas precisas para o seu transporte, saíam levando uma das canoas embandeiradas, e enganando os comandantes dos destacamentos por onde haviam de passar, com lhes intimar que iam em socorro, e diligência, conhecendo algum encontro assim na vila, como nos lugares dos destacamentos matariam a quem se opuser, e se levantariam oficiais para o governo daquela infame corpo de sublevados, quem tentavam constituir, tirando as fardas necessárias (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403)

No dia 2 de janeiro de 1777, o soldado Jacó Pascoal em desobediência ao comandante Domingos Francisco, quando este disse àquele para que “tivesse juízo”, o dito soldado respondeu com “serenidade” que estava “pronto” sem deixar à vista as expostas circunstâncias da conspiração, não lhe conviria “atenção alguma” do comandante.



## “ENGRESSANDO O PARTIDO” ATRAVÉS DOS DISCURSOS OCULTOS

Jacó Pascoal e mais “nove ou dez soldados” foram obrigados a acompanhar os índios das povoações em torno de Barcelos até “suas próprias casas”, por ordem do comandante da vila de Barcelos, o capitão Domingos Francisco de Carvalho. Mostrando-se ressentido pela diligência, Jacó Pascoal havia “ofendido um índio”, comportamento entendido pelo comandante como “injusto de obrado propósito”, o qual o castigou com “vinte e quatro horas de golilha e de mais três dias de prisão na vila de Barcellos” (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6382).

Após a prisão, no dia 25 de dezembro de 1776, o dito soldado achando-se com “o seu ânimo vingativo”, principiou a “fulminar” a relatada conjuração, ao convidar o soldado Basílio Magno, dando início as ações planejadas. De acordo com o ouvidor do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Jacó Pascoal “cheio de espírito de maior malignidade e perversão” andava reunindo os soldados para aquele “abominável plano” de conspiração, o qual convenceu um grupo de soldados “que iam em um não pequeno número da guarnição e destacamento desta capital” (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187).

Em relato, Jacó Pascoal dizia que “tinha da sua parte mais de cinquenta reduzidos, e que esperava outros”, essa quantidade de soldados foram convencidos por dois argumentos, a uns através do “atrativo” de pagamento que lhes ia fazer, a outros “persuadindo-lhes”, favoravelmente, sobre as suas condições naquele destacamento, em outras palavras, referindo-se à situação desfavorável dos soldados que eram obrigados a passar por “revistas e sujeitos a ásperos castigos”, situação se comparada com a dos índios, estes “eram mais atendidos do que os soldados” (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187).

Como destaca-se na devassa, o soldado Jacó Pascoal elaborava as estratégias para a sublevação nas “campinas e bosques que rodeavam esta vila”, espaços que serviam de “conventículos, assembleia e para conciliá-los”, fora frequentado pelos soldados desde que Jacó Pascoal



saiu da prisão até a delação por um soldado da guarnição, no período de 25 de dezembro de 1776 a 3 de janeiro de 1777. Para a “honrosa execução” do projeto, inicialmente foram convocados os “principais sócios”: os soldados Caetano Ignácio, João Vieira, Américo Gonçalves, Antônio Pereira, todos do regimento de infantaria de Macapá. Para persuadi-los, Jacó Pascoal falava aos “outros com palavras equivocadas”, dizendo que os acompanhassem “para irem a uma roça, a uma função, ou dança”, tendo como preceito o findar do dia (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403). A seguir apresentamos os soldados que constituía o “corpo de sublevados” em Barcelos:

Tabela 1: Soldados envolvidos na Conspiração em Barcelos

Nº	Soldado	Informação adicionais
1	Jacó Pascoal	Principal líder da conspiração, soldado da companhia paga do Major, do Regimento de Infantaria de Macapá.
2	Caetano Ignácio Pereira	Um dos “cabeças” da conspiração, soldado do Regimento Infantaria de Macapá.
3	João Vieira	Um dos “cabeças” da conspiração, soldado do Regimento Infantaria de Macapá.
4	Américo Gonçalves	Um dos “cabeças” da conspiração, soldado do Regimento Infantaria de Macapá.
5	Antônio Pereira	Um dos “cabeças” da conspiração, soldado do Regimento Infantaria de Macapá.
6	Manoel Athanázio	Soldado do Regimento Infantaria de Macapá.
7	João Velho de Melo	Soldado do Regimento Infantaria de Macapá.
8	Basílio Magno	Soldado do Regimento Infantaria de Macapá.
9	Manoel José	Soldado tambor do Regimento Infantaria de Macapá.
10	Domingos Gonçalves Porqueira	Soldado do Regimento Infantaria de Macapá.
11	Eugênio de Sena	Soldado do Regimento Infantaria de Macapá.
12	Filippe Santhiago	Soldado do Regimento de Infantaria do Pará.
13	Domingos Francisco	Soldado do Regimento de Infantaria do Pará.
14	Antônio Vitorino	Soldado do Regimento de Infantaria do Pará.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do AHU (avulsos Pará e Rio Negro) e FERREIRA, 2005



Os conventículos, nas acepções de Antônio Moraes Silva e Rafael Bluteau, poderiam ser espaços onde havia um “ajuntamento de gente”, de multidão, ou “união, junta de pessoas” (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 47 e 336). Segundo o ouvidor do Rio Negro, Ribeiro de Sampaio, naquele plano os “conventículos” eram espaços para “conciliar” os soldados, isto é, para conseguir apoio e elaborar estratégias para sublevar-se. Um dos soldados a frequentar o “conventículo que fizeram no mato” foi Felipe Santiago, do regimento de infantaria do Pará, o qual tinha por objetivo discutir e “formar a conclusão de seu destino” após a sublevação. No último dia de dezembro e primeiro de janeiro, ele “costumava acompanhar os principais cabeças”, era um “dos que estava jantando com os ditos cabeças”, juntamente com o soldado João Vieira Velho nos “últimos dias de dezembro, ou primeiro de janeiro” (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403).

Durante as “assembleias”, escolheram o tambor Manoel José, soldado que tinha por alcunha “pacova” – banana – que deveria ficar à beira do caminho para fazer o “rebate”, tipo de sinal ou grito para alertar sobre a vinda de alguém (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 290), estratégia de prevenção em que o tambor serviria de “corretor” para “acompanhar o retiro e deserção” e para que “passasse notícias aos camaradas” (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403).

Como espaços frequentados pelos conspiradores, era no “conventículo” que se estabeleciam os “discursos ocultos” e planejavam a resistência aos diversos representantes da coroa portuguesa em Barcelos. Os discursos ocultos, segundo James Scott, é a forma como é representada “uma crítica do poder pelas costas do dominador” (SCOTT, 2004, p. 21). Nesta afirmação, oficiais e soldados, partindo do pressuposto da hierarquia militar, construíam uma interação entre “dominantes e subordinados”, relação que fundamentava “um conflito concreto no qual ambos os lados estão incansavelmente tentando indivisivelmente indagar as fraquezas uns dos outros e tirar vantagem mínima” (SCOTT, 2004, p. 218). Além disso, “a linguagem do discurso oculto não só ilumina ou



explica o comportamento, mas também contribui para constituir esse comportamento” (SCOTT, 2004, p. 223).

Neste caso em específico, os discursos ocultos estabelecidos entre soldados foi uma maneira como eles se organizavam em espaços sociais onde o poder da Coroa portuguesa, através dos agentes coloniais (comandante, ouvidor geral, governador da capitania, diretor dos índios e alguns moradores brancos), não chegava. Segundo Scott, há uma dialética entre os discursos ocultos e a prática de resistência, dada em uma relação com representantes de regimes dominantes. Essa questão, consiste em ações que demonstram estratégias de disfarces: o convite para roçar e dançar, ou simplesmente, um soldado responsável pelo “rebate”, ações que se constituíram como “atos de resistência”, por vezes elaborados em “discursos ocultos” para defender seus interesses da melhor forma que conseguiam fazê-los (SCOTT, 2004).

Além do soldado Jacó Pascoal, a persuasão dos soldados para “engrossar o partido” contou com a participação do tambor Manoel José, ao declarar seu apoio ao grupo, persuadiu não só os “cabeças e chefes para acompanhar, mas também para se fiar outros”. Também, inicialmente, o soldado Antônio Pereira não deu atenção ao plano, mas que convencido por Jacó Pascoal, foi um dos “dois ou três em que andava um maior número de soldados no dia 2 de janeiro” (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403).

Nesse dia, o soldado Manoel Athanásio foi inquirindo se sabia sobre a sublevação, e em resposta negou sobre esta matéria. Embora, na devassa, relatasse que estava “contaminado pela cabeça” e que tentava denunciar para não ser preso no dia 3, o soldado “demorou o resto do dia 2” sem nenhuma contribuição ao processo de investigação do ouvidor da capitania e do comandante da vila, sendo acusado por não denunciar “semelhante traição que prometia terríveis consequências” (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403).



## A DECISÃO DA JUNTA DE GUERRA

A devassa fora produzida pelo ouvidor e “auditor da gente de guerra” da capitania do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio e pelo escrivão da Ouvidoria e Intendência Geral, Pedro José Pereira (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187), e com “alguns poucos” culpados que “foram com ela remetidos, e ficam nas cadeias desta cidade” do Pará, para que na Junta de Guerra, formada pelo governador do Estado, João Parreira Caldas e mais seis pessoas (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403), “sentenciarem em breves dias, pelo merecimento dos autos”. Pereira Caldas constata que a conspiração foi de tão abominável e sedicioso pensamento, não sendo “o primeiro, que outras vezes se tem intentado e ainda efetuada na mesma Capitania” (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6382).

O plano arquitetado por Jacó Pascoal fora denunciado “fielmente” por outro soldado da guarnição da vila de Barcelos no dia 2 de janeiro de 1777 (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187). Com a delação – com sobredito cabeça, foram delatados outros que haviam aceitado a convocação e constam da relação junta da devassa, que se entregou na ocasião da relação – se instaurou a devassa e procedeu “a prisão de todos os que se puseram cúmplices, e que no número de dez, mais culpados uns, e menos outros” (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403). Sobre a composição dos réus, o ouvidor Ribeiro de Sampaio, tece a seguinte descrição:

dos autores e sócios destes bárbaros delitos, como foi entrar em conspiração para deserção; não o delatarem os que forem informados dele; ser cabeça de motim e Rebelião; concorrer para tais delitos, saber que eles escondem, e não descartar tempo aos agressores, sucessores e concorrentes. Os que devendo ter sido feita por cada um dos conspirados ou sabedores dela, requisito dos outros, fora a cara hum de por si, por este essencial título o crime que resulta daquela falta. Os quais delitos no presente caso se revertendo tão agravantes qualidades que os fazem mui-



to mais atrocíssimos e dignos de exemplaríssimos castigos pelas funestas consequências que se lhe seguirão das mortes e roubos que se premeditou-se e dos mais já mencionados factos sendo suficientes para constituir o delito o ter se entrado naquela conspiração e conjuração quanto que ela não chegasse ao seu último (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187)

A partir da exposição do ouvidor do Rio Negro, podemos inferir alguns delitos cometidos pelos soldados: 1. A conspiração de deserção para os domínios de Castela, para a Real audiência de Quito; 2. Por não delatarem a deserção, delitos fundados na lei sobre desertores que deveriam ser punidos com a morte (COSTA, 1816, p. 143); 3. Os crimes de Jacó Pascoal por ser “cabeça de motim e rebelião” (COSTA, 1816, p. 169) e por “induzir à deserção” (COSTA, 1816, p. 143); 4. Planejarem a morte de autoridades (sedição)<sup>2</sup>; 5. Roubo dos armazéns; 6. Por se tratar de uma conspiração para sublevação<sup>3</sup>.

Podemos inferir que aquele movimento pode ser considerado uma conspiração para sublevação. Nas definições de Antônio de Moraes Silva, sublevar-se consistia em “fazer com que os sob ditos rebelem, e se levantem contra o seu legítimo senhor, e superior, ou rei” (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 424), o que podemos vislumbrar uma mobilização contestatória contra autoridades e representantes do rei, como o governador da capitania, Joaquim Tinoco Valente, do Ouvidor do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, e do comandante de Barcelos, Domingos Francisco Carvalho.

Também, aquele movimento coletivo armado pode ser classificado como uma “conspiração”. Segundo Antônio de Moraes Silva, a conspiração era a “união de muitos, que concorrem para o mesmo fim” (SILVA;

<sup>2</sup> “Assim mesmo proibido a todos os soldados de Infantaria, Cavalaria, Dragões, e da Artilharia o ajuntarem-se, e darem algum grito, que incline a sedição [...] para os condenar a pena de morte no caso”. Palácio Nossa da Ajuda, 6 de setembro de 1765. In: COSTA, 1816, p. 170.

<sup>3</sup> Nestes casos, de sublevação, deverá o comandante da companhia “imediatamente prender os autores para fazer castigá-los. In: COSTA, 1816, p. 167-168.



BLUTEAU, 1789, p. 315), neste caso em específico para a deserção e sublevação. Isso significa um plano “secreto” arquitetado por Jacó Pascoal junto de outros soldados do destacamento, para a pretendida deserção para os domínios de Castela.

Da Junta da Guerra procedeu duas sentenças, na primeira foi imposta a pena de morte a alguns dos referidos réus que mais culpados se julgavam, contudo os membros da Junta modificaram estas sentenças em uma segunda decisão, em recebimento e contemplação dos embargos que se produziram. O “acórdão” proferido pela Junta de Guerra, em Belém, se justificava, pois, deveria

os réus observar aquela fidelidade, que prometeram e juraram as bandeiras reais de baixo de que se achavam alistados, e como tais não se apartaram as ordens, e obediência da ordem do comandante, e superiores e menor do Real serviço, em que se ocupam, obraram tanto pelo contrário, que empreenderam uma sedição e levantamento projetando, e ideando a fugirem da vila de Barcellos do Rio Negro donde se achavam empregados no destacamento, que guarnece a mesma vila e conceberão levar os mais soldados, e camaradas, passando se as terras de Espanha, e desertando deste Reino (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403)

Na primeira decisão da Junta, uma das sentenças aos “dez dos delinquentes”, consistia na pena de morte a alguns dos referidos réus. Essa decisão consistia a “todas as pessoas, que aconselhar em, ou induzir em soldados para a deserção, ainda que militares não sejam, os sobreditos indutores ou conselheiros” sejam castigados com “pena de morte irremissível” (COSTA, 1816, p. 143). Ademais, Jacó Pascoal, embora negasse a maior parte dos fatos mencionados, na devassa confessou que tinha convidado a Basílio Magno para uma “fugida” para a cidade de Belém, o qual deveria ser punido pelas leis militares sobre deserção.

Na primeira decisão, mais especificamente, a Junta de Guerra punia os réus Jacó Pascoal, Inácio Caetano, João Vieira, Américo Gonçalves, com as seguintes sentenças:





- Ser degredados da capitania;
- Que se retirasse as insígnias militares;
- Deveriam ser enforcados, cotando-lhes as mãos e que fiquem pregadas na mesma forca até o tempo consumi-las;

Aos réus Manoel José, Felipe Santiago e Antônio Pereira que “morreram de morte natural e que sejam degredados”. Aos soldados Basílio Magno e Manuel Athanásio decretaram as seguintes penas: 1. Despojados dos uniformes, ou seja, “percam os postos que estiverem, e fiquem inabilitados para entrar em outros do real serviço” (COSTA, 1816, P. 143); 2. Em charras militares vão degredados para a Angola, por dez anos. A João Velho não se tinha “prova alguma contra si”.

Contudo, a Junta de Guerra em Belém modificou as sentenças acordadas em 9 de abril de 1777. Na nova decisão, tomadas a partir dos embargos, de 11 de abril de 1777, a Junta considerou que as

certidões, as atestações e testemunhas que os réus produziram se alcançam serem as principais testemunhas que foram da culpa pessoas de pouco crédito, ruim conduta, e costumes bem aptos para formulário da sublevação em que formam o crime aos mais (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403)

A partir dos discursos dos membros da Junta, os réus em “seus depoimentos se mostravam [...] parciais, assistindo aos conclaves em que se tratava este intento”, contudo, eles consideravam aquele movimento contestatório como “uma mera falácia”. Em consideração ao movimento, a junta constatava:

perigo em que se impõe pela Liberdade e soltura da língua sendo tão bem certo que a terem conhecimentos das coisas não passariam a proferir e declarar semelhante função, que efetuar não podiam por falta de meios pois sendo necessário um não pequeno número de pessoas só para se prender ao governo e ministro, almoxarife, escrivão da fazenda, e índios como traçavam, não ha-



viam pessoas para isso e menos para se afrontar em, como grande povo em que haviam de achar formal e vigorosa resistência (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403)

Por esta presunção, redefiniram-se as sentenças. Os soldados Jacó Pascoal, Ignácio Caetano, João Velho e Américo Gonçalves tiveram como punições:

- A retirada das insígnias militares;
- Açoitamento em ruas públicas;
- Degredo “por toda a vida para Angola”;
- Pena de morte, caso os quatro tornarem a esta terra do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Aos soldados Antônio Pereira, Filipe Santiago e o tambor Manuel José, aplicou-se as seguintes penas:

- Sejam igualmente despojados de seus uniformes;
- Açoitados;
- Degredados por 10 anos para o Reino de Angola;
- Com pena de morte, se os três regressassem ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Aos soldados Basílio Magno e Manuel Athanásio suas condenações foram o degredo por cinco anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como depreende-se a partir das autoridades coloniais, o plano de sublevação e deserção arquitetado pelos soldados não passava de uma “mera falácia”, portanto, desfazendo-se do caráter político daquele protesto. Contudo, o que tem demonstrado este artigo são indícios das motivações dos soldados em Barcelos. Segundo Jacó Pascoal, ao “per-



suadir” aos demais soldados, dizia que se prontificou a executar aquela deserção e sublevação devido ao “seu intento” e da “pouca conveniência que tinham na terra pelo aperto em que viviam” (AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403), principalmente, por que eram sujeitos a passar por “revistas”, “ásperos castigos” e porque eram menos atendidos que os índios de Barcelos (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187).

Além disso, outro fator significativo foi de natureza administrativa, o atraso de 18 meses de soldos. Como “ideado” pelos soldados, os saques ao cofre real e aos armazéns, se assim executados, “fariam pagamento geral do dinheiro” a todos conjurados (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187) e era uma resposta às dificuldades envolvendo a fiscalidade colonial e as falhas da Coroa portuguesa em custear os exércitos remunerados (ROPP, 1981). Portanto, sem soldos e na condição precária em que viviam, os soldados justificavam o direito de resistência a partir da busca por melhores condições de vida nas áreas de fronteiras do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

## FONTES

Acordão da Junta de Guerra, em 9 de abril de 1777. Anexo do ofício do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 12 de junho de 1777. AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403.

Decisão dos embargos, em 11 de abril de 1777. Anexo do ofício do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 12 de junho de 1777. AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6403.

Lei “Desordens em Praça d’Armas”. Palácio Nossa da Ajuda, 6 de setembro de 1765. In: COSTA, Verissimo Antonio Ferreira da. **Collecção Systematica das Leis Militares de Portugal**. Leis Pertencentes à Tropa de Linha. Tomo II. Lisboa: Na Impressão Regia, 1816.

Lei “sobre os desertores”. Palácio Nossa da Ajuda, 6 de setembro de 1765. In: COSTA, Verissimo Antonio Ferreira da. **Collecção Systematica das Leis Militares de Portugal**. Leis Pertencentes à Tropa de Linha. Tomo II. Lisboa: Na Impressão Regia, 1816.



Lei “Sobre quem estando em pendencia chamar Companhia, ou Regimento em seu socorro”. Palácio Nossa da Ajuda, 6 de setembro de 1765. In: COSTA, Verissimo Antonio Ferreira da. **Collecção Systematica das Leis Militares de Portugal**. Leis Pertinentes à Tropa de Linha. Tomo II. Lisboa: Na Impressão Regia, 1816.

Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 15 de março de 1777. AHU, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6382.

Ofício do ouvidor e intendente geral do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 12 de janeiro de 1777. AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 3, doc. 187.

## REFERÊNCIAS

GUHA, Ranajit. **Las Voces de la Historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Crítica, 2002.

RICOEUR, Paul. Fase documental: A Memória Arquivada. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROPP, Theodore. As forças armadas e a sociedade – Algumas hipóteses. In: **Novas dimensões da história militar**. Trad. General Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistência**. Discursos ocultos. Trad. Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2004.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Vol. 1 [letras A-K]. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. Rebate. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Vol. 2 [letras L-Z]. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.



## A DEFESA DA FRONTEIRA NO BAIXO AMAZONAS: ATUAÇÃO DE MILITARES E PARTICULARES NAS FORTALEZAS DO TAPAJÓS E PAUXIS (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

 Vitória Mascarenhas de Jesus<sup>1</sup>

 Wania Alexandrino Viana<sup>2</sup>

**E**m 1684, Francisco da Mota Falcão solicitava o título de fidalgo, utilizando como justificativa os serviços prestados à Coroa portuguesa, evidenciando sua atuação no eixo defensivo do Baixo Amazonas, com a construção de fortificações na região. Consta também no documento que as mercês deveriam ser estendidas ao filho, Manoel da Mota de Siqueira, em caso de seu falecimento (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês. Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.51).

Todavia, diversos eram os desafios de quem se prontificava a embarcar em jornadas e expedições para a região. Conforme lembra Mauro Barreto “a implantação de uma colônia numa região tão afastada não poderia ser tarefa fácil” (2016, p.83). Mas afinal, o que motivava esses indivíduos? Este trabalho, busca verificar a ação desses particulares e militares para além da ocupação de postos nas fortalezas da região, como também as suas motivações e o envolvimento em outros tipos de negócios que poderiam lhes fornecer ganhos pessoais.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.

<sup>2</sup> Doutorado em História. Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.



Ao projetar olhares sobre esse espaço, a Coroa, confiou também a particulares a missão de expandir fronteiras e proteger o espaço, característica imprescindível no que tange ao recebimento dos títulos de nobreza (BICALHO, 2005). A concessão de privilégios fornecidos, não é um fato novo. Joel Santos Dias (2008), destaca que a monarquia portuguesa tinha como prática a premiação de indivíduos que cumpriam com os seus serviços e se sobressaiam na árdua tarefa de conquista. O compromisso com as vontades do rei, resultava em benefícios almejados por quem se prontificava a cumpri-las.

Alírio Cardoso (2011) lembra a rápida aceitação de indivíduos, para o desempenho de serviços na colônia, pois os benefícios a quem se comprometia a realizar os objetivos do rei, eram vastos. Por isso, muitos sujeitos que já haviam transitado por outras partes do império, até mesmo fora da América portuguesa, solicitavam cargos à Coroa para embarcarem na conquista do Estado do Maranhão.

Exemplar nesse sentido é o caso de Pedro Alvares Borges, quem em 1748 se candidatava, por meio de um edital, para o posto militar de capitão da fortaleza de Paúxis. Em meio aos seus serviços prestados, citava a estadia voluntária, no Estado da Índia, onde serviu por mais de três anos. Chegou ao Estado do Maranhão em 1732, e dentre os postos que ocupou destaca-se o de capitão da fortaleza de Nossa senhora das Mercês, em 1737. Outro sujeito que concorreu ao dito posto foi Cipriano de Matos Monteiro. Em seus serviços apresentou viagens realizadas para o reino de Angola, tendo também atuação na cidade do Rio de Janeiro, ao administrar um contrato para a nomeação do comando de uma expedição em socorro da praça da dita cidade (AHU, Avulsos do Pará, Cx.30, D. 2880). Embora, a documentação não aponte a ocupação do cargo por esses indivíduos, fica evidente o interesse em ocupá-los. O deslocamento de sujeitos atuantes em outras áreas do império português, para esses espaços do Estado do Maranhão, também ocorria na medida em que à Coroa se empenhava em dar segmento a expansão da fronteira colonial, ao objetivar a gerência dos sertões



amazônicos na tentativa de inclui-los definitivamente ao império lusitano.

Analisemos, pois, alguns percursos, a partir do quadro abaixo, composto de sujeitos que ocuparam postos militares nas fortificações do Baixo Amazonas, em finais do século XVII e na primeira metade do século XVIII.

Quadro 01: Capitães das fortificações do Tapajós e Paúxis

Período de ocupação do posto	Nome	Posto	Local
1684 -1688	Francisco da Mota Falcão	Capitão de fortaleza	Tapajós
1688-1737	Manoel da Mota de Siqueira	Capitão de fortaleza	Tapajós
1716 -1735	Inácio Leal de Moraes	Capitão de fortaleza	Paúxis
1740-1744	Manoel Maciel Parente	Capitão de fortaleza	Paúxis
1745-1751	Gonçalo Gomes	Capitão de fortaleza	Paúxis

Fonte: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 11, D.963; Cx. 12, D. 1106; Cx.18 D.1685; Cx. 20, D. 1844; Cx. 23, D. 2189; Cx. 27, D. 2571; Cx. 28, D. 2616; Cx. 29, D. 2744; Cx. 3, D. 269; ANTT, Registo Geral de Mercês: liv. 1, f.51; liv. 1, f.376v; liv. 8, f.243

É importante destacar que por conta da fragmentação da documentação não se tem acesso a certidão de patente para confirmação dos postos de todos os indivíduos listados acima, o que impossibilita estabelecer uma ordem cronológica na qual sujeitos assumiam o posto e a concessão de baixa dos serviços prestados. Sobre Inácio Leal de Moraes, por exemplo, consta apenas um requerimento e duas cartas, informando sua atuação derivada do seu posto de capitão da fortaleza de Paúxis. Logo, os documentos utilizados são os que abordam os nomes, vinculados ao exercício do posto em questão. Assim, o encaminhamento da análise, se dará a partir dos eixos de defesa localizados no Tapajós e no Pauxis, junto aos indivíduos atuantes nos postos citados no quadro acima.



## AÇÃO DA FAMÍLIA MOTA EM SANTARÉM: POSTOS, TÍTULOS E POSSES

É evidente que a busca por mercês era um dos fatores de interesse na expansão da fronteira colonial. Francisco da Mota Falcão, foi responsável pela construção das fortificações no Baixo Amazonas, e em 1684, tratou logo de conseguir em forma de mercê, o posto de capitão da fortaleza do Tapajós de maneira vitalícia e no mesmo ano, realizou a cobrança da promessa do foro de fidalgo, já que segundo ele, possuía os requisitos necessários de enquadramento da nobreza (ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro P, liv. 1, 37, f.376v).

Esses requisitos derivaram das formas que o sistema de Antigo Regime adquiriu na Amazônia colonial, a partir da própria ampliação na composição social da nobreza. Ser nobre, nesse momento, como destaca Nuno Monteiro (1997), incluía características mais diversas, a partir de uma diversidade de funções distintas das realizadas pelos nobres tradicionais. Portanto, muitos dos títulos que fundamentavam a hierarquia do sistema na conquista, eram doados em forma de mercês.

Cabe ressaltar que os serviços já desempenhados, junto ao bom êxito na forma de lidar com os desafios impostos, eram fatores decisivos para conseguir a ocupação de postos desejados e acesso a outras benesses. Ao tomar para si o financiamento de fortificações no sertão, Francisco da Mota Falcão também possuiu outras linhas de atuação no Estado do Maranhão. Ele era natural de Portugal, morava no Pará. Arthur Reis (1979, p.40) o caracteriza como um “homem de personalidade na sociedade local”.

Suas primeiras ações no Estado do Maranhão, são citadas em uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei, em 1685, na qual consta que Francisco da Mota Falcão atuou como delegado em uma viagem realizada com Gomes Freire de Andrade, sendo o responsável, junto a Jacinto de Moraes Rego, por trazer informações do Estado (AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 6, D.731). Segundo Arthur Reis (1979), Francisco da Mota foi um dos primeiros a desembarcar no Estado do Maranhão. Consta





que por meio dessa ação, mostrou-se um “mediador hábil” ao entrar em contato com os moradores e constatar que tudo estava sob controle.

No entanto, a atuação de Francisco da Mota não se restringiu aos interesses da Coroa. Por ser um particular vinculado aos demais eixos de defesa, em Óbidos e Almeirim, exerceu influência em uma vasta região. Chegando até, de certa maneira, a possuir autonomia no que se refere, a gerência desses espaços.

A ocupação do posto militar na fortaleza dos Tapajós, por exemplo, lhe permitiu acesso as rotas de navegação do sertão. Em 1688, o ex-governador, Gomes Freire de Andrade, escrevia para o rei a respeito da interrupção na construção da linha de fortificações, solicitando que Francisco da Mota desse conta do cravo que havia tirado daquele sertão (AHU, Avulsos do Pará. Cx. 3, D.274). Ora, não podemos esquecer, a expansão da fronteira, seguiu também uma lógica de interesses dos próprios indivíduos, não somente conectada ao desejo de ascensão na hierarquia social, visualizado em títulos e cargos, mas também no que o sertão poderia fornecer de rentável.

O espaço do Baixo Amazonas era alvo de profundo interesse dos diversos agentes em busca de favorecimento, por conter as drogas do sertão e a mão-de-obra indígena. Nesses termos, Wania Viana enfatiza “que na experiência colonial, as práticas defensivas atrelaram-se também a estratégias de enriquecimento que se vinculavam à exploração dos recursos que as conquistas poderiam oferecer” (2019, p.310). As estratégias de inserção da parte dos particulares eram múltiplas.

Nesse contexto, ao solicitar o comando das obras, Francisco da Mota já colocara seu filho à disposição para o cumprimento do mesmo serviço, conforme consta em alvará: “(..) e a mesma mercê se cumprirá com seu filho Manoel da Mota de Siqueira no caso de falecimento de Francisco da Mota Falcão” (ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.376v). De fato, em 1688, com o falecimento de Francisco da Mota (AHU, Avulsos do Pará. Cx. 3, doc.269), mesmo com alguns entraves, Manoel da Mota, deu seguimento as obras, ocupando o posto



e como seu pai, realizou solicitações, quanto ao posto vitalício na fortaleza do Tapajós e ao título de fidalgo (ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243).

Em 1723, já como capitão da referida fortaleza, Manoel da Mota foi citado em uma carta de doação de sesmária. A terra solicitada por Caetano José de Castelo que mencionava ser casado com a filha do “governador” da fortaleza do Tapajós, Manoel da Mota. Conforme lembra Vidal (2019) as sesmarias foram instrumentos utilizados para incentivar a produção e consolidar a ocupação, pela condição ao cultivo da terra. Caetano de Castelo, alegava a necessidade de obtê-la, pois não possuía terras para fazer lavouras de cacau (Arquivo Público do Estado do Pará, Carta de Sesmária. Livro: 01, documento: 11, folha: 11 v). Por ser um homem que ocupava um posto militar importante, concedido pela Coroa portuguesa, Manoel da Mota é citado possivelmente pela influência que exercia, fator que poderia facilitar na dita concessão da terra, ao ser enfatizado um suposto parentesco. A documentação sugere, portanto, que a família Mota estava envolvida no sertão em múltiplas dinâmicas, na administração da fortaleza do Tapajós, posto vitalício e hereditário, a exploração do cravo e lavoura de cacau para o que requerem sesmarias.

Em 1716, em alvará, Manoel da Mota, diz estar com as obras das fortificações finalizadas e por satisfazer as condições “com qual haviam dado ao seu pai a mercê do governo”, solicitava o despacho do posto o qual ocupava, além de requerer o foro de fidalgo, também solicitado por seu pai, obtendo aprovação em abril de 1717 (ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243).

Em seus estudos sobre os discursos de nobrezas produzidos durante o Antigo Regime, em Pernambuco, Daniela Pereira Bonfim destaca que muitas solicitações de títulos de nobreza acompanhavam feitos e serviços prestados ao rei por familiares (2007), o que era uma forma de facilitar a concessão do título. Ao que parece esta foi a estratégia usada no caso da família Mota, em que buscava-se estabelecer a renovação de acordos com a Coroa, reforçando a permanência no



posto, a partir da importância de qualidades, valores e serviços dos antepassados.

Conforme destaca Carlos Mathias (2005, p.8) “há de se notar, esse era o melhor argumento na reivindicação do direito à herança dos privilégios dispensados aos parentes e ascendentes”. A documentação não traz quando Manoel da Mota deixou o posto de governador da fortificação do Tapajós. Segundo Arthur Reis (1979), apenas em 1737, pediu sua baixa na administração da praça do Tapajós. Ao alegar seus serviços, pediu ao governador que o seu substituto fosse seu filho, João da Mota Siqueira, sendo satisfeita sua vontade. Ou seja, um domínio no sertão que se pretendia estender por três gerações.

Não se tem indícios da atuação de João da Mota Siqueira em serviços para a Coroa e nem se chegou de fato, a assumir o posto em questão. Mas, mesmo que de fato não viesse a ocupar o cargo, a ação de seu pai e avô, demonstra o interesse em continuar exercendo influência naquele sertão, através da permanência de uma linhagem, característica comum ao funcionamento do sistema de Antigo Regime. Rafael Ale (2013) pontua que quando decidiam permanecer na colônia, além do recebimento de mercês, procuravam legar aos seus sucessores os mesmos privilégios. Por ser fornecido de forma vitalícia, a família Mota permaneceu no comando da fortificação do Tapajós por mais de 50 anos.

A partir da ocupação do posto na fortificação do Tapajós, notam-se as formas de acesso da família Mota as diversas mercês e negócios que eram possíveis, graças a expansão para o sertão. As solicitações de títulos de foro de fidalgo, sesmarias, e o interesse e preenchimento de postos por um longo período, evidenciam práticas atreladas ao benefício familiar e pessoal de indivíduos que eram peças importantes para a Coroa portuguesa no avanço de fronteira para esses espaços. Esse aproveitamento de políticas criadas pela Coroa é um fator que ganha ênfase na dinâmica do sertão. Vejamos outros casos verificados no posto de Pauxis.



## ACÇÃO DE MILITARES EM ÓBIDOS: MERCÊS, ABUSOS E VIOLÊNCIA

Nos editais para a escolha de militares para ocupar os postos de capitães de fortaleza a Coroa parecia priorizar sujeitos que possuíam experiência ao lidar com as dinâmicas do sertão, a Coroa portuguesa, por meio de editais, selecionava indivíduos para a ocupação de postos militares. As diversas atividades desenvolvidas pelos candidatos eram relatadas nas folhas de serviços prestados, com o objetivo de auxiliar na concessão e nomeação do posto concorrido, como foi o caso de Manoel Maciel Parente, contemplado ao posto de Pauxis, por meio do edital de 1737 (AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844).

Manoel Parente, apresentava uma extensa lista de serviços realizados para a Coroa. Dentre eles, serviu em praça de infantaria da capitania por mais de 24 anos, sendo voluntário em cabo de esquadra, ajudante de granadeiros, capitão no presídio de Santa Ana do Macapá e também capitão da fortaleza do Rio Negro. Em 1711, trabalhou nos preparos da fortaleza do Rio Negro, fazendo “faxinas, reparos, plataformas, redutos, fortins” e “carregando terras e matos para aquela obra”. No ano posterior, foi sargento de uma companhia na qual atuou contra os castelhanos que destruíram aldeias portuguesas e aprisionaram soldados da fortaleza do Rio Negro, restaurando novamente as missões e aldeias e prendendo alguns castelhanos (AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844).

Diferentes dos outros candidatos, além de atuar contra os inimigos franceses, Manoel Parente menciona as diversas guerras nas quais esteve envolvido, contra grupos indígenas. Em 1717, foi sargento na guerra que se fez aos indígenas Araguamas e [Iaravaris] e outras nações por insultos que tinham cometido, e fez “presas grandiosas, se portando com grande vontade em todo o trabalho, tendo o encargo de uma das canoas de infantaria, munições, e mantimentos de boa conta sem faltar ao bom trato dos soldados, índios e sentinelas.” (AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844). Em 1721, foi a aldeia Aricuru apreender índios que se revol-



taram contra os missionários, se portando com ânimo na dita tarefa. (AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844).

A partir da variedade de serviços prestados, listados acima, em 1740, por meio de requerimento, Manoel Maciel Parente solicitava a certidão de exercício do posto de capitão da fortificação do Pauxis (AHU, Avulsos Pará. Cx. 23, D. 2189). Ao que parece por sua vasta experiência no trato dos indígenas e pelo maior tempo de serviço foi agraciado com o posto que desejava no sertão. No entanto, em 1744, durante o período de ocupação do posto, Manoel Parente cometeu diversos delitos e por isso, o governador do Estado do Maranhão, João de Abreu de Castelo Branco, solicitava a efetuação de sua prisão. Dentre esses delitos, prioriza-se neste texto, os conflitos gerados a partir da utilização da mão de obra indígena. O dito capitão, deveria cuidar da conservação dos índios na fortaleza do Pauxis, e destinados aos seus serviços, deveriam ser pagos os seus salários (AHU. Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571).

Nesse sentido, a utilização da mão de obra indígena nas tarefas relacionadas a conquista colonial, é destacada por Chambouleyron, Melo e Bombardi (2009, p. 21). O acesso a essa mão de obra, era realizado por meio de descimentos. “Os índios livres descidos garantiam os interesses de todos os grupos coloniais lusos. Os descimentos abasteciam de índios os aldeamentos, de onde eram repartidos pelos moradores, para que realizassem serviços reais (...)”, como é o caso dos desempenhados na fortaleza do Paúxis.

Mas, o trato dos indígenas por Manoel Parente, era de “tanta crueldade e aspereza” que não só não pagava o serviço que realizavam, como também os mantinha “quase sempre ocupados, motivo pelo qual “todos estão armando contra ele”, além de entregá-los a outros “particulares para se aproveitarem do seu trabalho a todo tempo que queriam”, sem conceder o tempo necessário para trabalharem nas “suas roças e buscarem meios de seu sustento”, sendo obrigados a ficarem na aldeia e quando não faziam tudo que ele queria “mandava surrar e meter em troncos os índios” (AHU. Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571).



Nesse contexto, cabe ressaltar, que a violência se constituiu como um dos recursos fundamentais da Coroa portuguesa, na realização dos descimentos e na própria manutenção dos índios nas aldeias, influenciando consideravelmente nas dinâmicas criadas no sertão. Embora existisse forma de separação entre índios aliados e índios inimigos, uma “legislação instituída pela própria Coroa, a política em relação aos índios parecia adaptar-se às circunstâncias concretas, mais do que a princípios gerais” (CHAMBOULEYRON; MELO; BOMBARDI, 2009, p.116). Fernanda Bombardi (2014) destaca, que os descimentos se transformavam facilmente em cativo ilegal, o que é visível no caso de Manoel Parente que ao ter sob sua responsabilidade os índios, possivelmente aliados, se excedia por meio do posto que exercia, utilizando de violência para obrigá-los a trabalharem mais do que deveriam.

Por ter o controle daquele sertão, Manoel Parente também consentia a passagem de canoas com índios amarrados do sertão, contra as ordens estipuladas. Ao passar a “maior parte do ano em um sítio”, “dava bilhetes e licenças as canoas que passavam” sem fazer o registro na fortaleza, a qual “deixava em poder dos soldados”. Os soldados eram advertidos com ameaças de morte, caso não cumprissem com suas ordens (AHU, Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571). Um caso exemplar, da concessão de licenças, é o da canoa do capitão-mor do Gurupá José de Sousa Meneses e seu cabo José Muniz de Melo, que desceram mais de 90 índios amarrados contra as ordens da Coroa, e trataram rapidamente de vender todos (AHU, Avulsos Pará. Cx.27, D.2588).

Essa permissão ilegal concedida para o acesso ao gentio é um exemplo claro das relações estabelecidas entre esses particulares que permitia a criação de uma dinâmica própria ao espaço, movida não apenas por interesses metropolitanos, mas também por uma lógica de ganho pessoal, projetada a partir dos benefícios do posto ocupado. Nesse contexto, Joel Dias, enfatiza que “abusos na repartição dos índios, cativos ilegais, tropas de resgates clandestinas, desobediência às leis de Sua Majestade e à própria legislação indígena, interferência na ad-



ministração temporal e insultos aos missionários”. Eram práticas que “constituíam a rotina no cotidiano desses sujeitos”. (2016, p.90)

O caso de Inácio Leal de Moraes, capitão da fortaleza de Paúxis, antes de Manoel Maciel Parente, é mais um exemplo nesse sentido. Em 1728, o capitão Inácio de Moraes, solicitava ser ouvido contra as acusações feitas pelo governador do Estado, João Maia da Gama. Dentre elas, pesava o trato que dispensava aos indígenas e missionários. Ao querer “se fazer senhor absoluto da aldeia e do sertão”, obrigava os índios não só da aldeia da fortificação, mas também das aldeias circunvizinhas, a servirem nas suas roças, contra as leis da Coroa e desprezo dos missionários. Incentivava o gentio a deixar as missões, como ocorreu em 1726 e por isso, as aldeias ficaram desertas. Além disso, realizava descimentos ilegais, fazendo os índios de escravos, vendendo “cento e tantas pessoas que com dispêndio dos missionários foram de sertão descidas” (AHU, Avulsos Pará. Cx. 11, D. 963).

No mesmo ano, por não ser aceita sua solicitação de soldados para o descimento de indígenas, Inácio de Moraes “mandou arrancar as portas das casas dos missionários, as portas da igreja e tirar o sino” alegando que queria para aquela “aldeia outro clérigo do seu agrado”. Manuel de Marvão enfatizava ainda que os delitos resultavam em “ofensas e violação das leis reais”. Inácio de Moraes, aproveitava do posto que possuía para ter acesso a mão-de-obra indígena sob o pretexto dos serviços serem para V.M., mas que na verdade era para seu interesse próprio (AHU, Avulsos Pará. Cx. 9, D. 832).

Devido a essas acusações, Inácio de Moraes, se encontrava foragido, sem a devida licença do posto que exercia. Entretanto, permaneceu como capitão da fortificação de Paúxis e em 1730, foi absolvido da “culpa que lhe imputavam” pelo ouvidor-geral da capitania, Francisco de Andrade Ribeiro (AHU, Avulsos Pará. Cx. 12, D. 1106).

Os particulares e miliatres utilizavam suas experiências e postos para ter acesso ao que o sertão poderia fornecer. Nesse caso, a mão de obra indígena sempre foi motivo de conflitos que se desenrolavam no



sertão, principalmente entre militares, religiosos, Coroa e colonos, por conta dos distintos interesses envolvidos, já que a sua utilização era indispensável nas atividades da Amazônia (JUNIOR, 2012).

Outro capitão da fortaleza de Paúxis foi Gonçalo Gomes. A documentação não é clara a respeito do meio pelo qual conseguiu ocupar o posto, embora em 1746, o secretário da Junta dos três Estados, mencionasse o provimento do capitão pelo período de três anos (AHU, Avulsos Pará. Cx. 29, D. 2744). Sabe-se também, através de um requerimento que Gonçalo Gomes exerceu o posto de sargento mor da vila de Vigia, em 1740, antes de ser o capitão da fortaleza de Paúxis (AHU, Avulsos Pará. Cx. 23, D. 2164).

Entretanto, é em 1745, que Gomes aparece exercendo o dito posto, ao requerer a concessão de 80 casais de índios das aldeias circunvizinhas para trabalharem na reforma da fortificação, sendo sua a responsabilidade do pagamento. O cabedal necessário nas obras da fortificação totalizaria mais de “3 mil cruzados”, e por isso, junto ao pedido da mão de obra, o capitão incluía um pedido de mercê ao rei de “o conservar na dita fortaleza com o mesmo posto de capitão dela durante a sua vida” (AHU, Avulsos Pará. Cx. 28, D. 2616).

Ora, o pedido feito estava de acordo com as bases que o Antigo Regime estabeleceu na colônia. Pontuado nos estudos de Maria Fernanda Bicalho, “o imperativo do dar criava uma cadeia de obrigações recíprocas”, baseada na retribuição de serviços prestados, doação de mercês em forma de posses, títulos e cargos, status e honra (2005, p.23).

Ocupado por diferentes sujeitos, o posto de capitão da fortaleza do Paúxis, foi utilizado como forma de acesso ao sertão, principalmente no que tange a mão de obra indígena. Contemplados com os postos, a partir do projeto colonial, os capitães aparecem em boa parte, vinculados a exploração do trabalho indígena, até mesmo quando a Coroa não permitia obrigando os nativos a trabalharem em serviços particulares, ao praticarem abusos e violências a partir do posto.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo da importância desses postos militares, muitos sujeitos desejavam ocupá-los, ao demonstrarem experiência com os aspectos que permeavam o sertão. Entrelaçados às práticas do sistema de Antigo Regime e com o desejo de ascensão na hierarquia social, sabiam que o trabalho na conquista poderia resultar em mercês e a partir disso, solicitavam títulos, acesso a mão de obra indígena e posses de terra, visualizado nos casos acima analisados. Quanto mais postos e serviços prestados, maiores as recompensas que poderiam ser fornecidas.

Por obterem vivência nesses espaços, os particulares e militares acima mencionados, tinham acesso as principais rotas do sertão que desencadeavam nos diversos recursos de fornecimento do império. Nesse sentido, a expansão da fronteira também seguiu uma lógica de interesses próprios, não somente visualizada nas mercês, mas na rentabilidade do sertão, o que, por vezes, afetava o andamento do projeto colonial.

Por possuírem certa autonomia, acabavam se intitulado como os únicos responsáveis pelo sertão e por isso, cometiam abusos, como os conflitos gerados com missionários em torno da jurisdição da mão-de-obra indígena, pois muitos deles não aceitavam a interferência missionária, desobedecendo as ordens impostas, tendo comportamentos que se desviavam das ordens da Coroa, desencadeando uma dinâmica própria ao funcionamento do sertão. Ademais, esses sujeitos também buscavam outras formas de rentabilidade, vinculado ao acesso a terras e as drogas do sertão.



**FONTES**

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.376v. 1684.

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.51.

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243. 1717.

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro P, liv. 1, número de ordem 37, f.376v.

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243.

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Iterpa. Carta de Sesmaria. Livro: 01, documento: 11, folha: 11 v. 21 de Outubro de 1723.

AVISO do secretário da Junta dos Três Estados, Domingos Ferreira de Abreu para o secretário do Conselho Ultramarino, Manuel Caetano Lopes de Lavre. 14 de novembro de 1746. AHU, Avulsos Pará. Cx. 29, D. 2744.

CARTA do comissário das Missões, fr. Manuel de Marvão, para o rei D. João V. 05 de setembro de 1726. AHU, Avulsos Pará. Cx. 9, D. 832.

CARTA do ex- Capitão - General do Estado Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, Gomes Freire de Andrade, para o rei D. Pedro II. 7 de outubro de 1688. AHU, Pará. Cx. 3, D.274.

CARTA do governador Arthur e Sá de Meneses para o rei D. Pedro II. 12 de março de 1688. AHU, Avulsos Pará. Cx.3, D.269.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 02 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, para o rei D. João V. 29 de Novembro de 1743. AHU, Avulsos Pará. Cx. 26, D. 2480.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. 15 de maio de 1730. AHU, Avulsos Pará. Cx. 12, D. 1106.

CARTA do ouvidor-geral da capitania do Pará, Timóteo Pinto de Carvalho, para o rei D. João V. 07 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Cx.27, D.2588.



Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. 15 de novembro de 1685. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx.6, D.731.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 06 de maio de 1737. AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 27 de julho de 1748. AHU, Avulsos Pará, caixa 30. D. 2880.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei, D. Pedro II. 7 de fevereiro de 1697. AHU, Avulsos Pará. Cx. 4, D. 337.

PARECER do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 27 de julho de 1748. AHU, Avulsos Pará Cx. 30, D. 2881.

REQUERIMENTO de Gonçalo Gomes para o rei D. João V. 18 de março de 1740. AHU, Avulsos Pará. Cx. 23, D. 2164.

REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza do Paúxis, no rio das Amazonas, Gonçalo Gomes, para o rei D. João V. 9 de junho de 1745. AHU, Avulsos Pará. Cx. 28, D. 2616.

REQUERIMENTO do capitão da fortaleza dos Paúxis da capitania do Pará, Inácio Leal de Moraes, para o rei D. João V. 17 de março de 1728. AHU, Avulsos Pará. Cx. 11, D. 963.

REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza dos Paúxis, Manuel Maciel Parente para o rei D. João V. 11 de agosto de 1740. AHU. Avulsos Pará. Cx. 23 D. 2189.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Mauro Vianna. **Soldados, Comerciantes, Colonos e Índios: A disputa europeia pela Foz do Amazonas.** Editora Estudos Amazônicos. 1º ed. Pará. 2016.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Conquista, Mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime.** *Almanack Brasiliense* n° 02, p.21-34, novembro de 2005.

BOMBARDI, Fernanda Aires. **“Pelos interstícios do olhar do colonizador: desdobramentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)”.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BONFIM, Daniela Pereira. **Em busca da distinção inquestionável – discursos e justificação de nobreza (Pernambuco: 1761-1807).** XXIX Simpósio de História Nacional. Brasília, 1º ed. p. 1-17. 2007.



CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n° 61, p.317-338, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO Vanice Siqueira de; BOMBARDI, Fernanda Aires. O **“estrongo das armas”**: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII). *Projeto História*, São Paulo, n.39, pp. 115-137, jul/dez. 2009.

DIAS, Joel Santos. **“Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)”**. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - UFPA*. Belém, 2008.

JUNIOR, José Alves de Souza. **Tramas do cotidiano**: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Belém: ed.ufpa, 2012.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **“Estando na real lembrança de El-Rei: a utilização dos feitos na revolta de 1720 na busca por mercês e privilégios”**. Anais do I Colóquio do LAHES. Universidade Federal de Juiz de Fora, 13 a 16 de junho, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime**. *Análise Social*, vol. XXXII (2º), n°141, p. 335-368, 1997.

REIS, Arthur César Ferreira. **História de Óbidos**. Civilização Brasileira/Mec. 2º ed. Pará. 1979.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. Civilização brasileira/Mec. 2º ed. 1979.

ROCHA, Rafael ale. **A elite militar no Estado do Maranhão**: Poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). Tese de doutorado em História Social. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal do Fluminense. Niterói, 2013.

VIANA, Wania Alexandrino. **Gente de guerra, fronteira e sertão**: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019.



## COM A PALAVRA, O SR. MINISTRO: O DECRETO N. 5655/1874 E A VENDA DE TERRAS EM PROVÍNCIAS DA FRONTEIRA DO IMPÉRIO

 Paulo de Oliveira Nascimento<sup>1</sup>

**E**m 3 de junho de 1874, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, na condição de Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, promulgou o Decreto n. 5655, cuja finalidade era foi aprovar “instruções” para a revalidação das terras públicas vendidas até aquele momento, e regularizar as “vendas futuras”, nas Províncias do Amazonas, Pará, Paraná e Mato Grosso. Nesse momento, duas questões se colocavam como necessárias e careciam de uma resolução por parte do Império do Brasil. A primeira delas dizia respeito à aplicação (ou não) da Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, que entraria para a história como a Lei de Terras, concebida com o objetivo de suprir a “indústria” nacional com mão-de-obra não escrava, de colonizar as áreas não ocupadas e de regularizar a propriedade fundiária das áreas ocupadas. Além disso, o Estado Imperial também almejava alcançar uma resolução para a problemática das suas fronteiras, especialmente com aqueles países com os quais as províncias acima citadas se limitavam.

Das leituras e análises acerca do nosso objeto de tese de doutoramento que se encontra em desenvolvimento - a aplicação da Lei de Terras na Província do Amazonas – trazemos algumas reflexões prelimina-

---

<sup>1</sup> Doutorando em História – PPGH/UFPE; Professor EBTT – IFAM/ *Campus Iranduba*.



res sobre esse instrumento jurídico. Tanto a literatura existente quanto as fontes primárias até aqui arroladas tem nos levado a perceber não apenas a sua natureza, mas também os agentes envolvidos, suas motivações e interesses, bem como o contexto social, econômico e político nos quais esses elementos estiveram inseridos. Ao que parece, tratou-se de uma medida excepcional do Estado Imperial, enquanto um dispositivo legal que complementaria a Lei de Terras nas referidas províncias, num momento em que o Império buscava assegurar, através do povoamento, o domínio de suas fronteiras.

## AS PROVÍNCIAS E A QUESTÃO DAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO

O Império do Brasil, no contexto de sua formação, recebeu como herança o território da antiga colônia portuguesa das Américas. Tomando como marcos os antigos acordos feitos nos séculos anteriores entre Portugal e Espanha, o governo imperial que se constituiu no século XIX precisaria ratificar as suas poses frente às novas repúblicas com as quais fazia fronteira. Os territórios que compunham as Províncias enfrentariam questões tanto internas quanto externas. No plano interno, as Províncias de São Paulo e do Pará tiveram que ser divididas, o que deu origem às respectivas Províncias do Paraná e do Amazonas. No plano externo, o Estado Imperial precisou reafirmar a sua posição com os países vizinhos, em situações que envolveram ações diplomáticas e conflitos, sendo que algumas se estenderiam até o século XX.

O Decreto n. 5655/1874 tratava especificamente de quatro províncias, conforme já destacamos acima. O Pará e o Mato Grosso seriam mais antigas, ao passo que o Paraná e o Amazonas haviam sido criadas na década de 1850, ou seja, duas décadas antes do referido decreto. Lembremo-nos de que naquela década havia sido promulgada a Lei de Terras e o seu respectivo regulamento e que se buscava solucionar tanto a questão fundiária quanto o território do Império, o que nos leva a considerar que esse conjunto de ações compunha o projeto geopolítico da



Coroa, especialmente porque ainda haviam algumas incertezas no que concerne aos domínios territoriais das fronteiras do Império.

A Província do Pará herdara o seu território das antigas Capitânicas do Pará e do Rio Negro, um território que tem a sua composição ligada não apenas às disputas entre a Espanha e Portugal, mas também à França, Inglaterra e Holanda, países que compartilharam o desejo de ocuparem e dominarem a região amazônica desde o século XVII. A presença portuguesa na região amazônica teria se efetivado com a União Ibérica (1580/1640), quando foi permitido aos lusitanos ocuparem os territórios que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertenceriam à Espanha. Com o fim da União das Coroas Ibéricas, teria prevalecido o princípio da *Uti possidetis*, o que teria levado os portugueses a ficar com parte significativa da região amazônica (OLIVEIRA, 2011). A Capitania do Grão-Pará foi criada justamente no contexto dessas disputas internacionais, quando se iniciara a conquista daquele território que viria a ser o Grão-Pará, em 1615, o que culminaria com a criação do Estado do Maranhão e da referida capitania, em 1621. Já em 1652, o novo território tornou-se “Estado do Maranhão e Grão-Pará”, com uma extensão que ia do Rio Quatipuru ao Tocantins, estando a Capitania do Grão-Pará subordinada política e administrativamente ao referido Estado (RENDEIRO, s/d). Mantendo-se separado do Estado do Brasil até meados do século XVIII, o território só integraria efetivamente o território “brasileiro” no século XIX, após a Independência de Portugal. Nesse sentido, o período entre 1822 e 1840 teria sido particularmente instável no que diz respeito à relação entre a recém-criada província e o governo central, sediado no Rio de Janeiro. Se inicialmente teria havido uma adesão das elites locais ao projeto político de D. Pedro I, entre 1826 e 1840, a Província do Pará enfrentaria novas questões em face do governo central (MACHADO, 2007, p. 115). Nesse período, as decisões tomadas no Rio de Janeiro iriam contribuir bastante para os eventos da década de 1830 naquela Província. Na ocasião, o então Presidente Visconde de Goiana não havia sido integrada ao “sistema brasílico”, o que remete ao problema enfren-



tado pelos “construtores da nação” naquilo que diz respeito à “expansão para dentro”, ou seja, a questão da efetiva integração de muitas províncias ao Império (MACHADO, 2007, p. 116). Após 1840, com o desfecho da Cabanagem, o Pará integraria efetivamente o Império do Brasil e, a partir daí as elites políticas ocupar-se-iam de uma outra questão: a divisão da “vasta” província, para melhor administrar e encontrar soluções para as urgentes questões que se colocavam em torno do efetivo domínio territorial.

A Província do Amazonas foi criada justamente a partir do desmembramento da Comarca do Alto Amazonas, porção da Amazônia Ocidental que correspondia à Capitania Real de São José do Rio Negro. Ambos os territórios estiveram subordinados ao Grão-Pará e caracterizam-se tanto por sua extensão quanto pela condição de zonas fronteiriças com alguns dos países recém independentes (AMARAL, 2018, p. 19). Os argumentos para a criação do Amazonas vão desde o estado de abandono das terras e das “gentes”, passando pela necessidade de desenvolver o comércio, promover a ocupação e o desenvolvimento regional, passando pela introdução da navegação à vapor e criação de uma companhia de comércio, sendo que a necessidade de resguardar a fronteira e garantir o interesse do Império do Brasil na região também esteve no cerne dessa questão (Idem, p. 64). Ao longo da primeira metade do século XIX, houveram alguns debates parlamentares importantes acerca da necessidade de desmembrar política e administrativamente aquele território, na medida se defendia a implementação de um aparato administrativo independente de Belém como meio de tornar eficiente a aplicação da ordem que se construía naquele momento, além do que a nova condição territorial deveria impor mais respeito às repúblicas vizinhas. Também se defendia uma maior eficiência e efetividade na catequese dos índios que ocupavam o território e isso, por seu turno, deveria colaborar com o efetivo povoamento da região (GREGÓRIO, 2021, p. 202). Povoado o território, os perigos da fronteira ao Norte estariam ao menos em parte solucionados, na medida em que





resolver-se-ia o problema do “vazio demográfico” e seria reforçado o argumento da “pose útil”, que havia embasado as reivindicações territoriais de Portugal, ainda no século XVIII, e que seriam legados ao Brasil.

Assim como o Pará e o Amazonas, também a composição do território da Província de Mato Grosso esteve intimamente ligado à União Ibérica e aos eventos que se sucederam e levaram aos tratados internacionais de posse territorial entre as Coroas Ibéricas. As incursões para aquela região remontam os séculos anteriores ao Setecentos, mas foi apenas nos primeiros anos do XVII que foram encontradas as primeiras minas, o que teria levado os espanhóis a se voltarem para a região, anteriormente negligenciada. Conforme se acirraram as disputas entre a Espanha e Portugal, criou-se a Capitania de Mato Grosso em 1748 e, com o Tratado de Madri de 1750, foi enviado o primeiro capital geral, seguindo-se à fundação da Vila Bela da Santíssima Trindade, que serviria de marco entre as possessões ibéricas na região. Em linhas gerais, ter-se-ia uma capitania limítrofe na região amazônica com aproximadamente 65 mil léguas quadradas, limitando-se ao norte com o Grão-Pará, ao sul com São Paulo e à oeste com as possessões espanholas. Composta artificialmente por uma população removida de outras áreas da colônia, a Capitania do Mato Grosso receberia negros escravizados, indígenas desterritorializados, homens pobres degredados e autoridades reinóis (ANZAI, 2005, p. 2). Entraria o século XIX ainda nessa condição e, junto com as demais unidades político-administrativas, tornar-se-ia província, tendo herdado alguns dos problemas da fronteira, que perdurariam por quase todo o século XIX: distância dos centros de poder, terras abundantes e não ocupadas, contrabando e necessidade de domínio efetivo do Estado Imperial. O Mato Grosso, assim como as demais províncias, carecia de integrar o Império.

A Província do Paraná foi criada no mesmo contexto em que se deu a criação da Província do Amazonas, ou seja, na década de 1840, apesar de guardarem as suas especificidades. Originada do território correspondente à Comarca de Curitiba, que pertencia à Província de



São Paulo, a futura província teve uma história marcada pela exploração da erva-mate, produto que era vendido aos países da fronteira. Assim como nas demais províncias, havia uma preocupação com a questão da fronteira também naquela região, sendo que esse seria um dos poucos argumentos utilizados pelas elites políticas que se coadunavam com a justificativa utilizada para a criação da Província do Amazonas (GREGÓRIO, 2015, p. 326). Em ambos os casos, assim como no caso das Províncias do Mato Grosso e do Pará, seria necessária a concessão de terras para facilitar a ocupação e o povoamento, o que reforçaria o argumento da “posse útil”, no contexto das reivindicações das fronteiras que o Brasil empreendera. Tanto a Lei de Terras – que criou a exceção da concessão de terras em zonas fronteiriças – quanto do Decreto n. 5655/1874 buscariam facilitar o acesso à terra, para que o Império do Brasil efetivasse os domínios de suas fronteiras.

### **JOSÉ FERNANDES DA COSTA PEREIRA JUNIOR, MINISTRO DO IMPÉRIO**

Nascido em 20 de janeiro de 1833, no Campo dos Goytacazes, José Fernandes da Costa Pereira Júnior teve a sua carreira pública marcada por uma ascensão relativamente rápida, se levamos em consideração o esquema montado por José Murilo de Carvalho no que diz respeito à maioria das trajetórias dos membros da elite política do Império (CARVALHO, 2021, p. 126). Formou-se bacharel em Direito em 1856, quando contava apenas 23, na Faculdade de Direito de São Paulo, o que lhe daria a oportunidade de atuação enquanto operador do direito e, em consequência, o levaria à inserção na política (RIBEIRO, 2002).

Membro do Partido Conservador Fluminense, Pereira Júnior iniciou a sua vida pública como presidente de províncias, começando, já na década de 1860, por Santa Catarina, tendo passado pelo Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, sendo eleito Deputado Geral por essa última, já na década de 1870; daí, tornar-se-ia Ministro. Sua atuação política esteve ligada principalmente à defesa da agricultura



e da necessidade da estruturação da produção agrícola do país, seja tratando especificamente da promoção da agricultura, seja buscando promover mecanismos acessórios que colaborassem para tal desenvolvimento, a exemplo dos transportes. Isso talvez se deva ao fato de que a sua região de origem, o Campo dos Goytacazes, ter se construído historicamente a partir do desenvolvimento da monocultura da cana já em meados do século XVIII e, em razão disso, ter se recebido o primeiro engenho a vapor em 1830, além de ser alçada à condição de cidade, em 1835, e receber uma ferrovia, em 1837 (VIEIRA, 1999, p. 1). Tendo nascido e sido criado nesse contexto, talvez Pereira Júnior acreditasse efetivamente que o progresso do país, assim como o lugar de onde veio, poderia ser alcançado através do desenvolvimento da agricultura.

Imagem 1: Ministro Pereira Junior



Fonte: PACHECO, 18??.

Compondo o Gabinete Rio Branco, Pereira Junior seria o quarto Ministro a ocupar a pasta, tendo sido antecedido por Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, Cândido Borges Monteiro, que morreu no cargo, e Francisco do Rego Barros Barreto. No Ministério da Agricultura, Co-



mércio e Obras Públicas, daria atenção à necessidade da aplicação da Lei de Terras, essa que seria “tão importante acto legislativo” (BRASIL, 1874, p. 163).

A análise dos relatórios ministeriais da lavra de José Fernandes da Costa Pereira Júnior nos fornece a imagem de um ministro preocupado com os rumos que a Lei de Terras tinha tomado, desde a sua promulgação até aquele momento, tendo transcorrido cerca de 20 anos. No relatório de 1873, publicado em 1874, declarou o seguinte: “A experiencia (...) de muitos annos nos tem feito conhecer os embaraços e dificuldades inherentes ao desempenho de um serviço que, versando sobre disposições novas, tem encontrado, além de preconceitos e antigos habitos, o embate de interesses publicos e particulares” (BRASIL, 1874, p. 163).

Também teceu críticas às sucessivas prorrogações dos prazos para as declarações, medições e demarcações, além de reorganizar a Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas (BRASIL, 1874, p. 241). Criada em 30 de março de 1870, essa comissão tinha como objetivo principal organizar o serviço e os registros estatísticos das terras públicas, num esforço de tornar o trabalho das medições e demarcações de terras mais eficientes (GABLER, 2016a). Durante a sua administração, o Ministro Pereira Júnior buscou fortalecer esse órgão, ao mesmo tempo que lamentou a extinção da Repartição Geral das Terras Públicas, quando da criação do Ministério da Agricultura, em 1860 (BRASIL, 1874, p. 174). O seu interesse pela comissão explicar-se-ia talvez porque o mesmo acreditava que a medição e demarcação das terras daria ao governo uma dimensão das terras públicas, que poderiam ser concedidas e/ou vendidas.

Para além das informações técnicas acerca das terras públicas, postos mais especificamente nos relatórios de 1872 e 1874, ambos publicados respectivamente em 1873 e 1875, é significativa a escrita de Pereira Junior em 1873, apresentada à Segunda Sessão da Décima Quinta Legislatura da Assembleia Geral, nos seguintes termos:



A mesma experiencia aconselha mais alguma amplitude nas concessões gratuitas, por motivo de reconhecida utilidade publica; a faculdade de vender terras a prazo, fóra dos districtos coloniaes, em determinadas circunstancias; e certas restricções nos processos das legitimações, e nas penas do commisso, em favor dos que se offerecerem a comprar as illegalmente possuidas (BRASIL, 1874, p. 163)

Como podemos observar, o Ministro estava apontado para a necessidade de uma adequação à legislação que vigorava naquele momento, tanto em relação às concessões quanto à venda e às legitimações que haviam sido postas em andamento, a partir da década de 1850, sob auspícios da Lei de Terras e de seu respectivo regulamento. Mais adiante, José Fernandes informa sobre as medidas que estariam sendo tomadas, quando afirma:

Trato de prover sobre este importante assumpto, revendo o regulamento e instrucções vigentes que lhe dizem respeito; e sub-metterei ao vosso conhecimento as medidas que não estiverem na alçada do Governo (...) Satisfeitas as necessidades indicadas, e outras que a pratica fôr demonstrando, conseguiremos obter mais prompts e vantajosos resultados do que até o presente com referencia a este ramo do serviço publico, que, com razão, merece particular solitudine dos poderes do Estado (BRASIL, 1874, p. 164)

A um só tempo, o Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas informava à Assembleia Geral que estava lançando mão das prerrogativas que a lei lhe conferia, ao mesmo tempo em que manifestava a sua crença nas soluções que arquitetava naquele momento e que acreditava serem suficientes para solucionar os problemas que a aplicação da Lei de Terras vinha apresentando. Uma dessas soluções viria a ser justamente o Decreto Ministerial n. 5655, promulgado cerca de seis meses após aquela declaração.



## O CONSELHEIRO, O MINISTRO E O DECRETO

Quando lançamos nosso olhar para o Decreto 5655/1874, colocando em perspectiva o seu conteúdo e o projeto político-administrativo do Ministro que o promulgou, percebemos uma coisa: faltava uma peça no quebra-cabeças. Se, por um lado, aquele ministro havia tomado a agricultura como projeto político, por outro não detectamos nenhuma ligação direta de Pereira Junior com a problemática da fronteira e a relação disso com a concessão e venda de terras. Como, então, teria a questão da fronteira adentrado no rol de prioridades daquela autoridade? Na busca por respostas à questão, debruçamo-nos sobre os documentos do Ministério, onde nos deparamos com o “Relatório das Terras Públicas” (BRASIL, 1874, [pp. 133-161]), produzido no âmbito da já citada Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas, anexado ao relatório ministerial de 1873, assinado por Bernardo Augusto Nascentes d’Azambuja, na condição de chefe daquela comissão.

Tendo iniciado a sua carreira na Magistratura, Azambuja havia sido nomeado para a Comissão desde 1870, que foi o ano da sua criação, tendo permanecido no cargo inclusive após a reformulação do órgão, em 1874 (BRASIL, 1875, p. 242). Em 1876, quando a Comissão é fundida com a Agência Oficial de Colonização, por meio do Decreto n. 6129, de 23 de fevereiro, o mesmo manteve-se no cargo (GABLER, 2016b), ocupando-o até a sua morte, ocorrida meses depois (UDAETA, 2011, p. 3). Além de ter atuado como Juiz Municipal e Juiz de Direito ainda em 1843 (ALENCAR, 1848, pp. 3-4), Bernardo Augusto Nascentes d’Azambuja também foi Deputado Geral, entre 1849 e 1852, e presidiu a Província do Rio de Janeiro, em 1875 (GALVÃO, 1894, p. 132). Ocupara ainda a o cargo de Chefe Interino de Polícia da Corte, em 1851 (MORAES, 2009, p. 4).

Como já destacamos, a problemática da fronteira aparece justamente naquele documento assinado por Bernardo Augusto Nascentes d’Azambuja e anexado ao relatório ministerial referente ao ano de 1873. No tópico intitulado “Concessões nas Zonas das Fronteiras”, Azambuja



informa sobre as concessões feitas até aquele momento em algumas províncias. Informa que dará continuidade aos trabalhos de medição e demarcação, além de fixar prazos e extensão das terras a serem concedidas para agricultura e colonização. Dito isso, afirma o seguinte:

Garantindo-se por essa forma a aquisição, a cultura e aproveitamento das regiões limitrophes com os paizes visinlios nas provincias do Amazonas, Pará, Matto Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, evitar-se-ha o espirito de especulação, alimentado com calculos abusivos de méros lucros que e pretenda auferir da transmissã á terceiros, com detrimento dos fins legitimos a que se destinã taes concessões (...) Fôra para desejar que o favor das aquisições gratuitas, de que acabo de fallar, se estendesse a outras terras, existentes nos sertões longiquos do paiz, em localidades servidas pela navegação de rios importantes, e recommendadas pela urbidade do sólo, e possança das mattas e mineraes, ou pela sua posição estrategica, e proximidade de povoações internadas, que convenha animar e desenvolver (BRASIL, 1874, p. 12)

A conclusão do tópico dar-se com a do Art. 1º da Lei 601/1850, onde aquela autoridade solicita a ampliação da “liberdade” para se conceder terras gratuitamente, não apenas para a agricultura e criação de gados, mas também para o desenvolvimento de “industrias importantes”.

Na sua forma, o Decreto 5655/1874 possuía 44 artigos, que buscaram dar conta de duas questões principais: a revalidação das terras já vendidas até aquele momento e a regularização daquelas terras que viessem ser vendidas a partir de então. Além disso, era uma ampliação do disposto no § 22 do Art. 11 da Lei 1114/1860, que havia autorizado a venda de terras na Província do Amazonas (BRASIL, 1860) e predeterminava o uso da terra, seja para a lavoura, a criação ou o extrativismo (BRASIL, 1874).

Numa comparação entre o que foi disposto no relatório do chefe da Comissão de Estatística, no que se refere às províncias limítrofes, percebemos ter havido a exclusão da Província do Rio Grande do Sul do



decreto. Isso teria se dado porque as terras fronteiriças dessa província já estariam praticamente ocupadas na década de 1870 (CHRISTILLINO, 2010), o que nos leva a conclusão de que o Governo não sentiu a necessidade de incluir aquele território no “novo” dispositivo legal. Em outros aspectos, o Decreto n. 5655/1874 compara-se à legislação que o precedeu, especialmente no que diz respeito aos protocolos para a sua operacionalização. Nesse sentido, os seus artigos preconizavam o seguinte: num primeiro momento, o Governo Provincial deveria publicar os lotes disponíveis para a venda, que deveria ser feita em “hasta pública”. Feito isso, os interessados deveriam dirigir um requerimento à autoridade provincial com as informações referentes à terra pretendida. Exigia-se que constassem os limites (conhecidos ou não), a finalidade (se para a lavoura, a criação ou o extrativismo), a forma de pagamento e as garantias, tudo isso porque os prazos para pagamento, o tamanho das propriedades, sua localização e os requisitos para a conclusão do negócio dependiam desses fatores. Nesse sentido, os lotes de terras para a lavoura e o extrativismo eram menores que aqueles destinados à criação, ao passo que os prazos para pagamento das terras destinadas à agricultura e criação eram maiores que aqueles das terras nas quais se praticariam o extrativismo. Também havia a diferença de preços entre aquelas propriedades situadas próximas aos povoados, vilas, estradas e rios, daquelas mais distantes (BRASIL, 1974).

Atendidos os requisitos de compra e venda, passar-se-ia à medição, demarcação e descrição dos terrenos, do que se emitia um título provisório, antes da quitação total do valor das terras, e um título definitivo, quando da quitação total. Caso os prazos de pagamento e as condições de uso não fossem cumpridas pelos compradores, cabia ao Presidente da Província tomar a decisão de aplicar multa ou estender o prazo. Também havia a possibilidade de a terra retornar aos domínios do Estado, a depender da situação (BRASIL, 1974). Aqui, assim como na Lei de Terras, havemos de considerar a importância que o presidente de província assumiu no processo, na medida em que coube a ele dis-





ponibilizar as terras para a venda, julgar os requerimentos de compra, decidir sobre prazos de pagamento, aplicar multas ou retomar terrenos e emitir os títulos. Situação semelhante àquela apontada por Christillino (2010, p. 267), quando se referiu à tomada de decisão nos processos referentes à aplicação da Lei de Terras. Nesses termos, a presidência da província, na condição de órgão executivo, passou a exercer a função de julgador das questões acerca da terra, num processo de tomada de decisão política e não técnico-jurídica.

Um decreto é, antes de tudo, um ato de exercício de poder. No caso em análise, trata-se do poder do ministro, conferido pelas leis do Império, notadamente a Carta Constitucional de 1824, que determinava ser o Imperador o chefe do poder executivo e o seu poder seria exercido pelos ministros. Esses, por sua vez, tinham a prerrogativa de emitir decretos que passariam a vigorar com força de lei (BRASIL, 1824). Aqui, teria o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas produzido um decreto a partir das demandas do Diretor da Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas. A leitura do conjunto dos documentos disponíveis, tanto os produzidos por José Fernandes da Costa Pereira Júnior quanto por Bernardo Augusto Nascentes d’Azambuja, nos levam a crer, portanto, que a promulgação do Decreto n. 5655/1874 pode ter sido fruto de um trabalho a quatro mãos, onde teriam se juntado o Conselheiro Azambuja e o Ministro Pereira Junior, na tentativa de promover a colonização e o desenvolvimento agrícola nas regiões fronteiriças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX assistiu a um processo de transformação nos mecanismos de apropriação das terras. A Lei n. 601/1850 refletiu não apenas o monopólio da terra, mas também uma mudança importante na relação com a terra. Nesse sentido, os ventos da mudança estavam imprimindo um viés capitalista ao processo de apropriação das terras devolutas,



transformando-a em propriedade e colocando-a à venda a partir da Lei de Terras, que viria a ser complementada pelo Decreto n. 5655/1874.

Por outro lado, existiam outras questões importantes que precisaram ser tratadas por esses novos marcos legais, notadamente a questão das fronteiras imperiais. Fazia-se necessário ocupar as zonas de fronteira de regiões longínquas do Império do Brasil, especialmente nas Províncias do Amazonas, do Paraná, do Pará e do Mato Grosso, cujos territórios estavam no rol das tensões internacionais com as recém-criadas repúblicas e com os países imperialistas, tanto os Estados Unidos quanto as potências europeias.

Acreditamos que o Decreto Ministerial n. 5655 foi uma medida excepcional, enquanto um dispositivo legal que complementaria a Lei de Terras nas províncias acima referidas, num momento em que o Império buscava assegurar – através do povoamento - o domínio de suas fronteiras. Promulgados nas duas décadas seguintes à Lei de Terras, esse dispositivo legal teria a função de atender às demandas do acesso à terra, principalmente na Amazônia, mas também atendia aos interesses do governo imperial, que se esforçava para consolidar o seu projeto geopolítico na região.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, José Martiniano de. **Resposta dada ao Senado pelo Senador José Martiniano de Alencar sobre a pronuncia contra elle feita pelo juiz municipal da 2.ª Vara Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, no processo organizado na Côrte pelos movimentos de S. Paulo e Minas**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843.

AMARAL, Josali do. **Nos confins do Império: ocupação da Amazônia Ocidental, fronteiras, navegação e comércio**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife – PE, 2018.

ANZAI, Leny Caselli. A Capitania de Mato Grosso e suas relações com as missões jesuíticas de Chiquitos no século XVIII. In: XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2005, Londrina. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Londrina: ANPUH, 2005, pp. 1-6.



BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.**

BRASIL. **Decreto n. 5.655:** Approva as Instruções para a revalidação das vendas de terras publicas já efectuadas nas Provincias do Amazonas, Pará, Paraná e Mato Grosso e regularização das que o forem. Publicado em 1874.

BRASIL. **Lei n. 1114, de 27 de setembro de 1860.** Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/542729/publicacao/15630518>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro José Fernandes da Costa Pereira Junior. **Relatório do ano de 1874 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª legislatura.** Publicado em 1875.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro José Fernandes da Costa Pereira Junior. **Relatório do ano de 1873 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 15ª legislatura.** Publicado em 1874.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro José Fernandes da Costa Pereira Junior. **Relatório do ano de 1872 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 2ª sessão da 15ª legislatura.** Publicado em 1873.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial; **Teatro de sombras:** a política imperial. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império:** a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850 – 1880). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói – RJ, 2010.

GABLER, Louise. Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas. 2016a. In: MAPA. **Dicionário da Administração Pública Brasileira.** Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/289-comissao-do-registro-geral-e-estatistica-das-terras-publicas-e-possuidas>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

GABLER, Louise. Inspeção Geral das Terras e Colonização. 2016b. In: MAPA. **Dicionário da Administração Pública Brasileira.** Disponível em: <[mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/356-inspetoria-geral-de-terras-e-colonizacao](http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/356-inspetoria-geral-de-terras-e-colonizacao)>. Acesso em: 6 mar. 2021.

GALVÃO, Miguel Archanjo. **Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brazil no periodo de março de 1808 a 15 de novembro de 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. A emancipação negociada: os debates sobre a criação da província do Paraná e o sistema representativo imperial, 1843. **Revista Brasileira de História**, 2015, v. 35, n. 69, pp. 319-341. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69015>>. Acesso em: 15 mar. 2021.



GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Dividindo as províncias do Império**: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826 – 1854). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo – SP, 2012.

MACHADO, André Roberto de Arruda. A difícil tarefa de acomodar a província do Grão-Pará ao Império do Brasil - A atuação dos representantes paraenses no Parlamento do Império do Brasil: 1826-40. **Almanack**, 2007, n. 06, pp. 115-120. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i6p115-120>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MORAES, Daniela Paiva Yabeta de. Notícias da Marambaia – A Auditoria Geral da Marinha contra o tráfico de africanos livres na ilha do comendador Brevés (RJ - 1851). In: XV Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Fortaleza: ANPUH, 2019, pp. 1-8.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território. In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-14.

PACHECO, Joaquim Insley. **José Fernandes da Costa Pereira [Junior]**. 18??. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1208235/icon1208235.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1208235/icon1208235.html)>. Acesso em: 23 abr. 2021.

RENDEIRO, Manoel. **Capitania do Grão-Pará**. In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <[http://lhs.unb.br/atlas/Capitania\\_do\\_Gr%C3%A3o-Par%C3%A1](http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_do_Gr%C3%A3o-Par%C3%A1)>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Patronos & Acadêmicos**. Vitória – ES: AEL, 2002.

UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. Hospedaria de Núcleos Coloniais: os casos de Santanta, São Caetano e São Bernardo. In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-12.

VIEIRA, Luiz Alberto Maron. **Campos dos Goytacazes**. 1999. Disponível em: <[http://www.coseac.uff.br/cidades/campos\\_antiga.htm](http://www.coseac.uff.br/cidades/campos_antiga.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2021.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração 10, 30, 32, 76, 88, 122, 126, 132, 138, 151, 156, 165, 183, 210, 211, 214, 228, 235

Aldeamentos 87, 91, 115, 127, 213

### C

Conflitos 9, 11, 12, 32, 120, 173, 178, 185, 213, 215, 217, 222

Cotidiano 11, 57, 69, 99, 101, 106, 110, 156, 170, 175, 215, 220

Cultura material 11, 94, 129

### E

Escravidão 11, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 59, 61, 62, 64, 65, 67, 71, 100, 109, 110, 120, 121, 128, 143, 174

Espaço 6, 11, 12, 16, 37, 42, 43, 48, 49, 68, 72, 74, 80, 87, 94, 97, 113, 117, 120, 145, 150, 158, 177, 178, 180, 185, 206, 209, 214

Etnia 87, 89

Extratativismo 130, 231, 232

### F

Família 15, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 55, 63, 65, 82, 83, 87, 90, 94, 98, 105, 107, 121, 131, 147, 148, 160, 161, 166, 174, 175, 210, 211

Fronteiras 4, 5, 6, 7, 12, 35, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 87, 95, 97, 113, 159, 174, 175, 203, 206, 221, 222, 223, 226, 230, 234

### G

Genealogia 73, 77, 85



## **H**

História 4

## **I**

Identidade 87, 88, 89, 95, 101, 139

## **L**

Liberdade 11, 14, 18, 22, 28, 29, 53, 107, 108, 110, 120, 126, 128, 201, 231

## **M**

Mestiçagem 59, 71, 75, 85

Missões 9, 30, 212, 215, 218, 234

## **N**

Natureza 6, 45, 107, 120, 203, 222

## **P**

Povos originários 33, 34, 113, 115, 120, 123, 127, 128

Propriedade 11, 17, 20, 24, 122, 147, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 175, 176, 177, 221, 234

## **R**

Relações de poder 27

Relações de trabalho 126

Resistência 17, 26, 53, 87, 97, 110, 113, 121, 196, 197, 202, 203, 204

Riqueza 11, 147, 148, 151, 158, 160, 165, 166, 167, 172, 176, 178, 185, 188

## **S**

Sertões 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 31, 39, 48, 57, 72, 86, 89, 92, 93, 99, 104, 106, 110, 114, 115, 116, 117, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 133, 140, 145, 146, 148, 155, 158, 207, 231

Sociedades nativas 11



**T**

Tempo 6, 9, 13, 16, 17, 28, 35, 37, 42, 43, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 69, 73, 74, 82, 90, 94, 101, 104, 132, 134, 142, 161, 162, 191, 198, 201, 213, 228, 229

Territorialização 6, 88, 96

Território 7, 10, 11, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 54, 60, 66, 69, 73, 74, 76, 87, 88, 91, 93, 101, 112, 113, 115, 118, 129, 132, 136, 144, 178, 222, 223, 224, 225, 232, 236



